



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT)  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:  
ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA**

**RODRIGO VIEIRA DO NASCIMENTO**

**A TOPONÍMIA  
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS  
DO TOCANTINS:  
INTERSECÇÕES ENTRE  
LÉXICO, CULTURA E ENSINO  
NA PERSPECTIVA DE UM PROJETO DE  
LETRAMENTO**

**ARAGUAÍNA - TO  
2022**





**RODRIGO VIEIRA DO NASCIMENTO**

**A TOPONÍMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS:  
INTERSECÇÕES ENTRE LÉXICO, CULTURA E ENSINO NA PERSPECTIVA DE  
UM PROJETO DE LETRAMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras:  
Ensino de Língua e Literatura (PPGL), Doutorado em Letras:  
Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do  
Norte do Tocantins (UFNT), Campus Universitário de  
Araguaína, como requisito para a obtenção do título de  
Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade

**ARAGUAÍNA - TO**  
2022





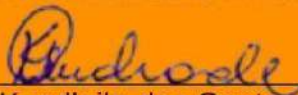
RODRIGO VIEIRA DO NASCIMENTO

**A TOPONÍMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS:  
INTERSECÇÕES ENTRE LÉXICO, CULTURA E ENSINO NA PERSPECTIVA DE  
UM PROJETO DE LETRAMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL), Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade  
(Orientadora)  
UFNT



---

Prof. Dr. Daniel Marra da Silva  
(Membro Externo)  
IFTO/PPGLEtras - UFT



---

Profa. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante  
(Membro Externo)  
UEMASUL



---

Profa. Dra. Ana Claudia Castiglioni  
(Membro Interno)  
PPGL - UFNT



---

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque  
(Membro Interno)  
PPGL - UFNT

Araguaína- TO, 17 de outubro de 2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

N244t Nascimento, Rodrigo Vieira do.  
A TOPONÍMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO  
TOCANTINS: INTERSECÇÕES ENTRE LÉXICO, CULTURA E  
ENSINO NA PERSPECTIVA DE UM PROJETO DE LETRAMENTO. /  
Rodrigo Vieira do Nascimento. – Araguaína, TO, 2022.  
248 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em  
Letras Ensino de Língua e Literatura, 2022.

Orientadora : Karylleila dos Santos Andrade

1. Toponômica. 2. Comunidades Quilombolas. 3. Educação  
Básica. 4. Ensino. I. Título

**CDD 469**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**





*A Deus,  
pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.*

*Aos meus pais e irmãos,  
minha raiz e, incondicionalmente,  
meu porto seguro.*

*A minha esposa e meu filho,  
meu alicerce da/pra vida*

*À memória viva e sentida de meus avós,  
Francisco, Elza e Vicente  
pelo afeto, ternura e amor.*

*Aos povos quilombolas,  
gente forte e resiliente.*





## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pelo dom da vida e a oportunidade de ingressar em uma Universidade Pública.

A minha Família: Suiane, minha esposa, sua presença significou segurança e a certeza de que não estava sozinho nessa caminhada - você me fez acreditar que posso ir mais longe; Thomaz, meu filho, tão novo, pequeno e, concomitantemente, tão importante e amado.

Aos meus pais: Mãe, seu cuidado e dedicação me deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, seu apoio significou amparo e fortaleza, provando sua cumplicidade.

Aos meus Irmãos, Rosane e Vinicius, que sempre estiveram ao meu lado, por mais difícil que fossem as circunstâncias. Aos meus sobrinhos, Enzo Gabriel e Eloah, que estão também ao meu lado.

A minha orientadora, Karylleila, esta tese não existiria se não fosse as suas motivações e orientações. Sua dedicação pela Onomástica me inspira. Meu muito obrigado pelos ensinamentos, paciência e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Aos professores que compuseram a banca avaliadora, Ana Claudia Castiglioni, Daniel Marra da Silva, Francisco Edvirges Albuquerque e Marcia Suany Dias Cavalcante, por aceitarem tão prontamente compor a banca de qualificação e defesa deste trabalho, bem como, pelas leituras cuidadosas e sugestões de trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), pelo convívio, apoio, compreensão, amizade, e, sobretudo, pelas contribuições acadêmicas depositadas.

Aos meus colegas de turma (Mestrado e Doutorado) da UFNT, Noelma, Reginaldo e Ruberval, foram anos de aprendizagem, luta e glória.

Aos meus amigos da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Liliane, Mariana, Maria do Socorro, Silvana, Joelma, Julienne, Leandro e Andreia, por compartilharem comigo alegrias, angústias e conquistas ao longo desta jornada acadêmica. Obrigado pelas risadas, pela amizade construída, parceria e acolhimento.

As minhas companheiras e amigas do grupo do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), Carla, Verônica, Naelana e Ludmila, por estarem comigo na empreitada dos estudos dos nomes dos lugares do Estado do Tocantins e sua relação com o ensino.

E aos quilombolas, por tantos nos ensinar com suas histórias, cultura e povo.





*Minha família está aqui há mais de cento e quarenta anos.  
Nós temos todo um contexto histórico profundo.  
[...].  
A comunidade é como se sempre existisse.  
E ela existe antes do próprio território,  
porque acima de tudo a comunidade é África.  
É a nossa relação com a terra, com o universo, com o sagrado,  
com as plantas, com o rio, com o solo.  
[...]*

*Temos uma relação de vida e morte,  
do antes e do depois,  
com o próprio Cerrado.  
E isso desafia a ideia da pretensa fragilidade da identidade do tocaninense.  
O tocaninense tem um Estado de trinta anos,  
mas nossa identidade tem quarenta mil anos.  
E como a gente tem a percepção dessa identidade?  
Essa percepção vem dos quarenta mil anos em que existe o Cerrado.  
[...]*

*Fátima Barros (2019).  
(in memoriam)*





## RESUMO

Esta pesquisa objetiva conhecer e caracterizar a realidade toponímica quilombola tocanтинense, buscando fomentar, por intermédio dos conceitos e procedimentos da pesquisa toponímica, a intersecção entre léxico, cultura e ensino. O problema norteador desta discussão envolve, com efeito, uma reflexão acerca das motivações onomasiológicas (linguísticas, físico-geográficas, culturais, sociais, históricas etc.) dos nomes das comunidades quilombolas do Estado do Tocantins. Dessa discussão, almeja-se apresentar um projeto de letramento, abordando os estudos dos nomes das populações quilombolas, no propósito da ampliação do leque de informações de conteúdos linguísticos, etimológicos, geo-históricos, socioculturais, antropológicos na prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental da Educação Básica. Os procedimentos heurísticos desta pesquisa se fundamentarão nos princípios metodológicos da pesquisa documental e bibliográfica, como paradigmas científicos que subjazem significações sobre os povos quilombolas, a luz da abordagem qualitativa. Para realizar esta discussão, serviram de suporte teórico-metodológico os trabalhos de Dick (1990, 1992, 1998, 1999, 2004, 2014, 2006), Andrade (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) e Seabra (2004, 2006, 2015) no campo da Toponímia; os documentos parametrizadores da educação BNNC (2018) e o DCT (2019), enquanto documentos norteadores e canalizadores de orientações e diretrizes para as práticas educativas nas escolas; e Leite (1991, 1998 e 2001), Arruti (2005, 2017), Lopes (2011), O'dwyer (2012) no que tange as discussões em torno da realidade e identidades dos povos quilombolas. Os resultados obtidos apontaram que o topônimo atua como reflexo da vida e da história, permitindo um retorno ao passado. Os topônimos analisados desvendaram a estreita relação do homem (sujeito quilombola) com o espaço físico-natural (ambiente e paisagem), num sentido amplo, como elo afetivo do ser humano com o lugar, a ponto de considerar suas impressões e percepções no ato denominativo. A pesquisa ainda revelou que há uma grande incidência de topônimos compostos e uma tendência as taxonomias de natureza física, comprovando que existe uma forte ligação do nome quilombola com o ambiente natural. E, nesse contexto, observou-se que o trabalho com a Toponímia no contexto do ensino é uma proposta educacional relevante e necessária, ao passo que o estudante é posto como protagonista no processo de ensino e de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Toponomástica; Comunidades Quilombolas - TO; Ensino; Educação Básica.





## ABSTRACT<sup>1</sup>

This research aims to identify and characterize the quilombola toponymic reality in Tocantins, seeking to promote, through the concepts and procedures of toponymic research, the intersection between lexicon, culture, and teaching. The main question in this discussion involves, in fact, a reflection about the onomasiological motivations (linguistic, physical-geographical, cultural, social, historical, etc.) of the names of the quilombola communities in the state of Tocantins. Based on this discussion, we aim to propose a literacy project, approaching the study of the names of quilombola populations, with the objective of expanding the range of information on linguistic, etymological, geohistorical, sociocultural, and anthropological content in the pedagogical practice of teaching the Portuguese language in elementary school. The heuristic procedures of this research will be established on the methodological principles of documental and bibliographical research, as scientific paradigms that substantiate meanings about the quilombola peoples, in accordance with a qualitative approach. To conduct this discussion, the studies developed by Dick (1990, 1992, 1998, 1999, 2004, 2014, 2006), Andrade (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 and 2015) and Seabra (2004, 2006, 2015) in the field of Toponymy were considered as theoretical and methodological support; the parametric education documents BNNC (2018) and DCT (2019), as guiding documents and channellers of guidelines and directives for educational practices in schools; and Leite (1991, 1998 and 2001), Arruti (2005, 2017), Lopes (2011), O'dwyer (2012) when it comes to discussions regarding the reality and identities of quilombola peoples. The results achieved pointed out that the toponym acts as a reflection of life and history, allowing a return to the past. The toponyms researched reveals the tight relationship of man (quilombola subject) with the physical-natural space (environment and landscape), in a large sense, as an affective link of the human being with the place, to the point of considering his impressions and perceptions in the naming act. The research also brought to light that there is a significant incidence of compound toponyms and a tendency towards taxonomies of a physical nature, demonstrating that there is a powerful link between the Quilombola name and the natural environment. And, in this context, it was possible to observe that working with toponymy in the context of teaching is an essential and valuable educational proposal, since the student is the protagonist of the teaching and learning process.

**Keywords:** Applied Toponometrics; Quilombola Toponymy; Portuguese Language Teaching; Basic Education.

<sup>1</sup> Abstract feito por Suiane Francisca da Silva, Mestre em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).





## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> Ilustração de um holograma .....	<b>50</b>
<b>Figura 02</b> Terminologias e conceitos adotados na pesquisa .....	<b>70</b>
<b>Figura 03</b> Principais rotas do tráfico negreiro .....	<b>92</b>
<b>Figura 04</b> Número de comunidades quilombolas por estado .....	<b>105</b>
<b>Figura 05</b> Comunidades quilombolas por regiões no Brasil .....	<b>106</b>
<b>Figura 06</b> Localização das comunidades quilombolas no estado do Tocantins ....	<b>147</b>
<b>Figura 07</b> Municípios que compreendem a Microrregião de Dianópolis (a esquerda) e Região Administrativa XVII – Novo Acordo (a direita) .....	<b>153</b>
<b>Figura 08</b> Organização e sistematização do projeto de letramento interdisciplinar	<b>181</b>
<b>Figura 09</b> Campos de atuação do projeto de letramento interdisciplinar .....	<b>183</b>
<b>Figura 10</b> Eixos e campos de atuação para desenvolvimentos o Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>185</b>
<b>Figura 11</b> Exemplificação do Projeto de Letramento Interdisciplinar na metodologia híbrida rotacional .....	<b>186</b>
<b>Figura 12</b> Sugestões de abordagens avaliativas no Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>187</b>
<b>Figura 13</b> Etapas do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>188</b>
<b>Figura 14</b> Síntese da etapa de Apresentação da Proposta do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>190</b>
<b>Figura 15</b> Síntese da etapa de Produção Inicial do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>191</b>
<b>Figura 16</b> Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Leitura e o campo de atuação Artístico-Literário do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>197</b>
<b>Figura 17</b> Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Produção Textual e o campo de atuação Jornalístico-midiático do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>201</b>
<b>Figura 18</b> Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Análise Linguística e o campo de atuação Práticas de estudos e pesquisa .....	<b>207</b>
<b>Figura 19</b> Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Oralidade e campo de atuação designado Atuação na vida pública .....	<b>209</b>
<b>Figura 20</b> Síntese da Proposta didática complementar do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>210</b>
<b>Figura 21</b> Síntese da etapa final designada de Culminância do Projeto de Letramento Interdisciplinar .....	<b>211</b>
<b>Figura 22</b> Ilustração da 1ª etapa do SISTOP .....	<b>214</b>
<b>Figura 23</b> Ilustração da 2ª etapa do SISTOP .....	<b>215</b>
<b>Figura 24</b> Ilustração da 3ª etapa do SISTOP .....	<b>216</b>
<b>Figura 25</b> Tela da página inicial do SISTOP .....	<b>217</b>
<b>Figura 26</b> Tela do SISTOP- Home .....	<b>218</b>
<b>Figura 27</b> Tela do SISTOP - Toponímia Histórica .....	<b>219</b>
<b>Figura 28</b> Tela do SISTOP – Povos Indígenas .....	<b>220</b>
<b>Figura 29</b> Tela do SISTOP – Águas do Tocantins .....	<b>221</b>
<b>Figura 30</b> Tela do SISTOP - Comunidades Remanescentes .....	<b>222</b>





## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> Rio Araguaia e seus afluentes e a localização da Ilha de São Vicente, no Município de Araguatins – TO .....	<b>29</b>
<b>Mapa 02</b> Divisão do estado por municípios e regiões conforme o número de comunidades reconhecidas pela FCP .....	<b>36</b>
<b>Mapa 03</b> Regiões Administrativas do estado do Tocantins .....	<b>146</b>
<b>Mapa 04</b> Zoneamento dos arraiais, na Capitania de Goyaz .....	<b>149</b>
<b>Mapa 05</b> Mapa do calor dos arraiais com os caminhos internos da Capitania de Goyaz .....	<b>151</b>





## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> Comunidades Reconhecidas no estado do Tocantins .....	<b>37</b>
<b>Quadro 02</b> Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adotada no estudo .....	<b>39</b>
<b>Quadro 03</b> Descrição conceitual dos elementos da ficha lexicográfico-toponímica .....	<b>40</b>
<b>Quadro 04</b> Taxonomias toponímicas de Dick (1990) .....	<b>76</b>
<b>Quadro 05</b> Taxonomias de natureza física .....	<b>76</b>
<b>Quadro 06</b> Taxonomias de natureza Antropocultural .....	<b>77</b>
<b>Quadro 07</b> Pesquisas do projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR) que consideraram as taxonomias de Dick (1990) incompletas .....	<b>78</b>
<b>Quadro 08</b> Descrição por região Comunidades Remanescentes de Quilombo no Tocantins até 2018 .....	<b>116</b>
<b>Quadro 09</b> Comunidades sem certificação da FCP e processo formalizado no Inbra .....	<b>117</b>
<b>Quadro 10</b> Comunidades Quilombolas do Tocantins que estão com processos em andamento no Inbra para titulação das suas terras .....	<b>118</b>
<b>Quadro 11</b> Descrição da Divisão Político-Administrativa .....	<b>143</b>
<b>Quadro 12</b> Descrição toponímica, etimológica e taxonômica dos nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins .....	<b>156</b>
<b>Quadro 13</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Córrego Fundo .....	<b>162</b>
<b>Quadro 14</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Curalinho do Pontal .....	<b>163</b>
<b>Quadro 15</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Malhadinha .....	<b>164</b>
<b>Quadro 16</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Manoel João .....	<b>165</b>
<b>Quadro 17</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Mata Grande .....	<b>166</b>
<b>Quadro 18</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Morro de São João .....	<b>167</b>
<b>Quadro 19</b> Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Santa Maria das Mangabeiras .....	<b>168</b>
<b>Quadro 20</b> Incidência de topônimos segundo sua estrutura toponímica .....	<b>170</b>
<b>Quadro 21</b> Incidência de topônimos por natureza motivacional .....	<b>170</b>
<b>Quadro 22</b> Incidência de topônimos por taxonomia na toponímia de quilombolas do Tocantins .....	<b>172</b>
<b>Quadro 23</b> Sugestões de gêneros textuais para a proposta de atividade 1 – Leitura .....	<b>194</b>
<b>Quadro 24</b> Proposta didática envolvendo o Eixo Leitura e o campo de atuação Artístico-Literário .....	<b>195</b>
<b>Quadro 25</b> Proposta didática envolvendo o Eixo Produção Textual e o campo de atuação Jornalístico-midiático .....	<b>199</b>
<b>Quadro 26</b> Proposta didática envolvendo o Eixo Análise Linguística e o campo de atuação Práticas de estudos e pesquisa .....	<b>204</b>
<b>Quadro 27</b> Proposta didática envolvendo o Eixo Oralidade e o campo de atuação designado Atuação na vida pública .....	<b>207</b>





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABA** - Associação Brasileira de Antropologia  
**ADCT** - Ato das Disposições Constitucionais Transitória  
**ATAOB** - Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira  
**ATB** - Atlas Toponímico do Brasil  
**ATEC** - Atlas Toponímico do Estado do Ceará  
**ATEMA** - Atlas Toponímico do Estado do Maranhão  
**ATEMIG** - Atlas Toponímico de Minas Gerais  
**ATEMS** - Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul  
**ATEMT** - Atlas Toponímico do Mato Grosso  
**ATEPAR** - Atlas Toponímico do Paraná  
**ATMBA** - Atlas Toponímico dos Municípios da Bahia  
**ATT** - Atlas Toponímico do Tocantins  
**BNCC** - Base Nacional Comum Curricular  
**CF** - Constituição Federal  
**CNE** - Conselho Nacional de Educação  
**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**CPI-SP** - Comissão Pró-Índio de São Paulo  
**DCN** - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica  
**DCT** - Documento Curricular do Tocantins  
**FCP** - Fundação Cultural Palmares  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IES** - Instituição de Ensino Superior  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ITERTINS** - Instituto de Terras do Tocantins  
**OIT** - Organização Internacional do Trabalho  
**PBQ** - Programa Brasil Quilombola  
**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais  
**RTID** - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
**RURALTINS** - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins  
**SISTOP** - Sistema Toponímico do Tocantins  
**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso  
**TDIC** - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação  
**TO** - Tocantins  
**UFNT** - Universidade Federal do Norte do Tocantins  
**UFT** - Universidade Federal do Tocantins  
**UNITINS** - Universidade Estadual do Tocantins





## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2. DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA TOPONÍMICA QUILOMBOLA – TOCANTINS EM FOCO</b> .....	<b>28</b>
2.1 Das motivações .....	28
2.2 A escolha do tema e o objeto de estudo .....	31
2.3 A realidade investigada e a composição do corpus .....	34
2.4 Instrumentos e procedimentos de uma pesquisa Toponímica Quilombola ...	38
2.5 Contrastes e diversidades dos Quilombolas do Tocantins: o tipo de pesquisa, a abordagem metodológica e o método de pesquisa .....	42
2.6 A interdisciplinaridade e a abordagem do pensamento complexo .....	47
<b>3. TOPONOMÁSTICA: FEIÇÕES LINGUÍSTICAS E SOCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS</b> .....	<b>53</b>
3.1 A noção de palavra .....	53
3.2 O léxico e suas dimensões linguísticas, sociais e culturais .....	58
3.3 A Onomástica, Toponomástica e Toponímia .....	67
3.4 O signo toponímico e a categorização dos nomes .....	73
3.5 Toponímia Quilombola: feições linguístico-culturais .....	81
<b>4. RESISTÊNCIA E DIÁSPORAS QUILOMBOLAS NO BRASIL E ESTADO DO TOCANTINS</b> .....	<b>89</b>
4.1 O tráfico ultramarino de escravos africanos e a escravidão no Brasil: alguns apontamentos .....	90
4.2 Resistência negra, a formação de quilombos e comunidades tradicionais ...	93
4.2.1 Ressemantizações e desdobramentos atuais do termo Quilombo .....	97
4.3 Comunidades Quilombolas no Brasil: entre tensões, lutas e desafios .....	103
4.4 “Fátima Presente, Fátima Semente”: Quilombolas no Tocantins .....	112
<b>5. A TOPONÍMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS E O PROJETO DE LETRAMENTO INTERDISCIPLINAR COMO CAMINHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	<b>122</b>
5.1 O lugar como uma teia de relações no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa .....	121
5.2 A BNCC e o DCT: nomes de lugares e o ensino .....	133
5.3 Descrição geográfica e análise linguística, etimológica, taxonômica dos topônimos quilombolas .....	141
5.3.1 Descrição geográfica .....	142
5.3.2 Descrição da toponímia quilombola tocantinense: algumas amostras.	154
5.3.3 Discussão dos dados da pesquisa em Toponímia Quilombola .....	169
5.4 Práticas de letramentos como caminho pedagógico para compreensão da Toponímia das comunidades quilombolas .....	173
5.5 Toponímia, história e identidade dos quilombolas: sugestões pedagógicas de um projeto de letramento interdisciplinar .....	179
5.5.1 Na prática: nomes das comunidades quilombolas, o que têm a nos dizer? .....	188
5.5.2 SISTOP: um software toponímico pedagógico .....	213
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>225</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>233</b>





# INTRODUÇÃO

*A nossa história é de luta e  
também em memória de  
todos aqueles que se foram.  
Em memória  
daqueles que tombaram na luta.  
Em memória  
dos que foram traficados.  
Aqueles que foram  
invisibilizados pela história.  
Aqueles que o livro didático  
não deu conta de mostrá-los.*

*Fátima Barros (2017)*





## 1 INTRODUÇÃO

“[...] *Eu vi,*  
*Ah, eu vi*  
*Os passarins lavando as asas*  
*Nas cachoeiras e cascatas,*  
*Foi tudo infância e coração [...]”<sup>1</sup>.*

Taquaruceu Taquarusol, Taquaruçu, Taquaramatazul”<sup>2</sup>. Lugar de paz! Retomar as memórias latentes dos mais de 20 anos vividos em Taquaruçu<sup>3</sup>, em parte, é refazer meu percurso rumo à escola/universidade como estudante e professor. Em meio aos poucos recursos, fui criado no seio de uma família humilde e amorosa. Meu pai sempre me fez refletir sobre os nossos passos, nossas vitórias e derrotas, evidenciando que tudo nos ajuda a entender o que determina a constituição do nosso ser. Minha mãe, pedagoga, me mostrou que o saber abre janelas, fecha portas, quebra telhados, abre brechas e, através dele, alcançamos diversos objetivos. Foi esse transcurso formativo e educativo, por certo, que me conduziu a uma aptidão ao magistério.

Cheguei ao Curso de Licenciatura em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas), na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional, dotado de um turbilhão de sentimentos: ora entusiasmado, auspicioso, otimista; e, por vezes, perplexo, confuso e inseguro. Com maestria, cada docente, à sua medida, instigara seguramente a construção de um profissional curioso, observador e empático.

No decurso da formação acadêmica, integrei o projeto de pesquisa intitulado Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) (2006-2020)<sup>4</sup>. A partir dos estudos dos nomes de lugares, tive contato com distintas correntes teóricas: linguísticas, antropológicas, sociológicas, filosóficas, entre outras. Ao enveredar

---

<sup>1</sup> Música “Taquarulua”, do cantor tocantinense Dorivan (o Passarim do Jalapão).

<sup>2</sup> Fragmento da música “Taquarulua”.

<sup>3</sup> Do tupi, takwaru’su < ta’kwara ‘taquara’ + u’su ‘grande’ (HOUASIS, 2009). Taquaruçu, segundo Sampaio (1987), “a cana grande, a taquara grossa, bambu - Planta da família das gramíneas, taboca gigante”. Taquaruçu é um distrito de Palmas - TO, conhecido pela sua diversidade em cachoeiras (são 80 catalogadas) e o seu clima ameno, sendo cercado por serras e vales e por paisagens em que predominam palmeiras típicas do cerrado, como, o Babaçu e o Buriti (NASCIMENTO, 2017).

<sup>4</sup> Em território nacional, encontram-se em andamento ou já em fase de consolidação diversos estudos linguístico-toponímicos, que compõem, como resultados de pesquisa, o Atlas Toponímico do Brasil (ATB), como é caso do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), coordenado pela professora Karylleila dos Santos Andrade, que se propõe a produzir o mapeamento toponímico do Estado do Tocantins.



pelos estudos da Toponomástica e Toponímia, no desafio de ampliar a pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação, veio, em 2015, a aprovação no Mestrado e, em 2018, a aprovação do Doutorado, com vistas a perscrutar as possíveis interfaces entre a Toponímia e o Ensino.

De Taquaruçu a Araguatins – TO, às margens do rio Araguaia, na região do Bico do Papagaio, no norte do estado, à luz da curiosidade por conhecer a historicidade e ao campesinato negro brasileiro, emergiu o desejo em estudar, de uma perspectiva linguística, pedagógica e identitária, as comunidades quilombolas do Tocantins. E, para tanto, visualizei, desde o primeiro momento, o estudo toponomástico como uma fonte extensa capaz de revelar essas populações tradicionais como espaços vivos de história e cultura<sup>5</sup>, já que os estudos dos nomes dos lugares exprimem uma efetiva apropriação do espaço pelos grupos culturais e, dessa maneira, é possível tomar conhecimento da cosmovisão de mundo de determinados povos e das muitas histórias envolvidas na escolha dos nomes.

Dessas motivações, adveio esta pesquisa de doutoramento, que, devido aos efeitos sem precedentes da pandemia, sofreu, em seu curso, algumas remodelações e adaptações, principalmente, em virtude do isolamento social, ocasionada pela proliferação do vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, que, diretamente, impossibilitou a realização de uma investigação *in loco*. Por certo, foi a dinamicidade e a singularidade dos estudos toponomásticos que permitiram o redirecionamento desta pesquisa, convergindo para o conhecimento da motivação dos nomes atribuídos às populações quilombolas do Tocantins a partir de uma análise documental, o que pressupôs um denso levantamento bibliográfico.

Dentro do contexto da toponímia brasileira, são raros os trabalhos científicos que se debruçam sobre topônimos de base africana, os quais podem denotar substratos linguísticos e ideológicos complexos e refletir índices das relações culturais e econômicas, historicamente, estabelecidas entre África,

---

<sup>5</sup> A noção de cultura, nesta pesquisa, está atrelada a concepção de Lyons (1982, p. 274), como sendo o conjunto de conhecimentos adquiridos socialmente, ou seja, “o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de uma determinada sociedade”. Para ele, “cada sociedade tem a sua própria cultura e diferentes subgrupos dentro de uma sociedade podem ter sua própria subcultura distintiva”.



Brasil e Portugal. É relevante o conhecimento acerca das línguas africanas, principalmente, por propiciar melhor interpretação de situações de contatos linguísticos, assim como para a compreensão das estruturas das línguas que foram transplantadas para o Brasil durante o período do tráfico de negros como escravos e as suas respectivas contribuições para a formação do léxico do português do Brasil e, por extensão, da toponímia brasileira (UTINÓI; ISQUERDO, 2021).

A referência de Leite (1999) sobre espaço geográfico e povo/comunidade faz-se presente em todo este texto. Segundo a autora, “existe um Brasil, o dos quilombos, e também um povo: os quilombolas” (LEITE, 1999, p. 124). Em concordância, o termo “quilombo” será adotado como conceito socioantropológico, para discutir suas atuais implicações teóricas e políticas, e “quilombola” como termo que vem expressar, num período de significativas mudanças políticas, a persistência de um recorte de grupo (LEITE, 1991). Merece destacar, ainda, que o termo “remanescente”, nesta discussão, passa a ser ressignificado, já que o que está em jogo “não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos, mas “comunidades”, isto é, as organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras” (ARRUTI, 2006, p. 81), como diz o “artigo 68”<sup>6</sup> do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

O chão que o povo quilombola pisa, indubitavelmente, não representa apenas uma porção de espaço política e, geograficamente, delimitada, o lugar quilombola, permeado pela cultura, é um espaço tomado pelas simbologias e significações do grupo, o somatório das suas dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas.

---

<sup>6</sup> Art. 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Comenta Leite (1991) que esse artigo traduz “uma formulação sugestiva, ao se referir aos remanescentes das comunidades dos quilombos. Impõe sobre o próprio conceito de quilombo, ou quilombola, ou remanescente, a possibilidade de se chegar a identificar um direito e, conseqüentemente, os sujeitos deste direito. Por outro lado, ao priorizar a “comunidade” remanescente de quilombo e não o quilombola, ou o remanescente, o artigo instrui a forma como a questão deve ser tratada no campo jurídico. Ou seja, é o grupo e não o indivíduo o que norteia a identificação destes sujeitos do ou dos direitos. O que deve ser contemplado nas ações é, portanto: o modo de vida coletivo, construído na permanência por um tempo significativo em um mesmo lugar. É a participação de cada um na vida coletiva o que dá esse suposto sujeito a possibilidade de ser parte do referido direito” (LEITE, 1991, p. 136-137).



As singularidades desses espaços influem decisivamente sobre a construção da identidade<sup>7</sup> de seus habitantes. As comunidades quilombolas, posto isto, para além de um espaço geográfico, é, sem dúvidas, um lugar que “possui espírito”, “personalidade” (TUAN, 1979), um espaço vivido e experienciado. Não é, simplesmente, toda e qualquer localidade, mas aquela porção de espaço que tem significância afetiva para o sujeito e o grupo (CAVALCANTI, 1998).

Estudar, cientificamente, esses grupos sociais é, por certo, imergir-se em um território amplamente dotado de experiências historicamente situadas. É mergulhar em um campo simbólico cultural carregado de signos, práticas e valores. É, por certo, penetrar em uma instância que preserva crenças, memórias, representações, língua, religião, saberes tradicionais etc., resguardados em um passado político, histórico e social.

A palavra que nomeia é aquela que conta a história, que reluz a memória e abre um leque de possibilidades. O nome de lugar é, assim, visto como depositário de artefatos simbólicos e socioculturais, que incidem na história e experiências de vida das populações quilombolas. Por isso, esta investigação leva em consideração que o ato de nomear é um fator auxiliar do agir e do viver coletivo. Apropria-se dos topônimos como mecanismo para apreender estreitamente o território instituído pelos sujeitos quilombolas e grupos sociais que se afirmam por meio dele.

Como opção terminológica, adotamos, neste estudo, o termo Toponomástica para se referir à área de estudo científico dos nomes de lugares, e Toponímia para se reportar, especificamente, a um conjunto de nomes de lugares, conforme a distinção proposta por Coseriu (1999). A Toponomástica, no

---

<sup>7</sup> Sobre a complexidade do que seria a identidade, Hall (2015) nos apresenta três abordagens distintas, sendo elas: a iluminista, a sociológica e a pós-moderna. “O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior (p. 110). Na visão sociológica, o “núcleo do interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado com ‘outras pessoas importantes para eles’” (p. 11). E o sujeito pós-moderno é [...] conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2015, p. 12). Nesse sentido, a percepção de identidade neste estudo é de que não se pode mais pensar em um sujeito com uma identidade imutável, que seja estável e fixa, sendo formada historicamente e não biologicamente.

teor dessa discriminação, ocupa-se, portanto, do estudo científico da Toponímia. E, nessa direção, o topônimo é visto, essencialmente, como o nome do lugar, necessariamente, “uma porção delimitada do espaço que está representado numa palavra” (CARVALHO, 2012, p. 25).

A Toponomástica assume posição central nesta tese, pois é tida como instrumento substancial para captar, na essência dos nomes de lugares, o território e as territorialidades quilombolas – solo onde esses indivíduos conseguem anunciar as suas identidades e seus simbolismos histórico-culturais. Norteada pelo plano onomasiológico de investigação, consoante ao método das pesquisas onomásticas, o estudo centra-se, precisamente, nos impulsos motivacionais linguísticos e sócio-histórico-culturais dos nomes das comunidades quilombolas.

O conjunto de topônimos em foco são os nomes das 45 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). E para realizar essa caracterização da realidade toponímica quilombola tocantinense, utilizaremos os estudos etimológicos de Theodoro Sampaio (1987), em caso de topônimos de origem indígena, bem como os dicionários de Cunha (2010), Houaiss (2007), Ferreira (2004), Silveira Bueno (2013), Tibiriçá (1984) e (1985) e Guérios (2004), que também serviram de referência.

Esta pesquisa constrói-se das problematizações oriundas do estudo dos nomes de lugares inseridos no contexto do ensino e fundamenta-se em uma investigação documental, consoante ao método das pesquisas onomásticas. O problema norteador desta discussão envolve, com efeito, uma reflexão acerca das seguintes questões emergentes, formuladas durante o processo heurístico: **a)** quais são as motivações onomasiológicas (linguísticas, físico-geográficas, culturais, sociais, históricas etc.) dos nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins?; **b)** qual a pertinência dos estudos, dentre outros, da etimologia/origem e dos dados semântico-lexicais dos nomes de lugares para os objetos de conhecimento do componente curricular de Língua Portuguesa, os quais possam valorizar a história, identidade, as tradições, a memória das comunidades quilombolas? **c)** de que forma um projeto de letramento, abordando os estudos dos nomes das populações quilombolas, pode contribuir para a ampliação do leque de informações de conteúdos linguísticos,



etimológicos, geo-históricos, socioculturais, antropológicos na prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental da Educação Básica?

Dessa problemática, esta tese, em seu objetivo geral, fundamenta-se em conhecer e caracterizar a realidade toponímica quilombola tocantinense, buscando fomentar, por intermédio dos conceitos e procedimentos da pesquisa toponímica, a intersecção entre léxico, cultura e ensino.

Trata-se, pois, de um estudo no nível lexical (onomástico-toponímico) e identitário-cultural, no âmbito da pesquisa documental, a partir de um levantamento bibliográfico, no qual centra-se, precisamente, nos impulsos motivacionais linguísticos e sócio-histórico-culturais dos nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins.

Foram, ainda, delimitados os seguintes objetivos específicos:

a) identificar as comunidades quilombolas no estado do Tocantins, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP);

b) reunir e analisar os dados toponímicos dos nomes das comunidades quilombolas em fichas lexicográfico-toponímicas, com base no modelo taxonômico proposto por Dick (2004);

c) observar, nas orientações educacionais legais, âmbito nacional e estadual, as formas como são abordados os estudos dos nomes de lugares no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, considerando a realidade quilombola do estado do Tocantins;

d) identificar as habilidades e as competências, no que diz respeito aos objetos de conhecimento voltados ao estudo dos nomes de lugares, no componente curricular de Língua Portuguesa, tendo como referência o documento curricular para o Ensino Fundamental do estado do Tocantins, numa perspectiva interdisciplinar.

Os procedimentos heurísticos desta pesquisa se fundamentam nos princípios metodológicos da pesquisa documental e bibliográfica, como paradigmas científicos que subjazem significações sobre os povos quilombolas. Opta-se por realizar uma análise documental, por meio da Análise de Conteúdo, o que poderá permitir ao pesquisador a descrição sistemática, objetiva e qualitativa do conteúdo das comunicações parametrizadoras da educação. E ao

analisar os topônimos de uma localidade, o pesquisador precisa recorrer a inúmeras fontes bibliográficas, com vistas a tentar descobrir causas denominativas que levaram à criação de um determinado nome.

A abordagem qualitativa será adotada como tratamento heurístico apropriado para construir teórico-metodologicamente os sentidos que versam o presente estudo. E, nessa linha, seguimos as premissas investigativas do método indutivo, como procedimento sistemático para a observação, levantamento e constatação de hipóteses, no fito de melhor descrever e explicar os fatos observados.

Para análise dos nomes das comunidades em estudo, quanto à sua motivação toponímica, será adotada metodologicamente a classificação toponímica proposta por Dick (1990). A autora trabalha a ideia da motivação toponímica focada na investigação dos impulsos (motivações) que levaram ao aparecimento de um determinado topônimo (NASCIMENTO, 2017). Sua metodologia taxonômica permitirá “interpretar os nomes com maior segurança do ponto de vista semântico” (DICK, 1999, 143). No enquadramento das discussões toponímicas, já existem estudos que têm buscado ampliar ainda mais a classificação dessa toponimista brasileira, devido ao fato de existirem topônimos que necessitam de uma taxionomia mais adequada, sobretudo, quanto ao seu valor semântico. Nesse sentido, juntamente com a metodologia investigativa de Dick (1990), outras fontes bibliográficas fundamentaram esta pesquisa, tais quais Aguilera (1999) e Pereira e Nadin (2017).

Ao problematizar a Toponímia no contexto do ensino, as orientações educacionais legais tornam-se basilares, já que são documentos normativos de políticas curriculares direcionadas à Educação Básica. Pauta-se, nesse contexto, na Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017, e no novo Documento Curricular do Tocantins para o Ensino Fundamental, aprovado em 2019. E, para tal análise, respaldar-se, aqui, nos aportes metodológicos correspondentes à análise do conteúdo, ao visar uma discussão objetiva e qualitativa do conteúdo das comunicações parametrizadores da educação, especialmente, no que concerne os estudos dos nomes de lugares e a língua e a cultura dos povos quilombolas do Tocantins.



Merece enfatizar que a presente tese se delinea a partir das seguintes hipóteses: a) o Ciclo do Ouro e o Ciclo do Gado, enquanto rotas migratórias, foram uma fonte canalizadora de núcleos e populações quilombolas no Tocantins, em especial, na região norte e sudeste do estado. Esses processos migratórios denominados podem ter influenciado diretamente na composição cultural e social do estado do Tocantins; b) os nomes de lugares podem evidenciar singularidades linguística, históricas e culturais próprias de um determinado povo. Através do léxico toponímico, poderá ser possível, por exemplo, conhecer e entender como os povos quilombolas expressaram/expressam seus valores, suas identidades, simbologias e culturas, (re)construindo sua história, ao abarcar na lexia toponímica os modos de vida do ser humano; c) os nomes das comunidades quilombolas do Tocantins trazem, nas suas subjacências, a dinamicidade e particularidade de cada grupo, podendo tais topônimos estarem relacionados às atividades socioculturais dos próprios quilombolas; d) as sugestões práticas pedagógicas do projeto de letramento interdisciplinar podem contribuir para a compreensão do aluno acerca dos aspectos linguísticos e geo-históricos e da cultura local e identitária das populações quilombolas do estado.

Os dados da pesquisa podem, ainda, oportunizar à sociedade a compreensão e/ou ampliação dos conhecimentos relativos aos fatores linguísticos e do contexto histórico-cultural que influenciaram na escolha das denominações das comunidades quilombolas. Outro fator importante é a ideia de proporcionar, por meio do projeto de letramento interdisciplinar, o acesso de professores e alunos aos diversos tipos de dados sobre as comunidades quilombolas, como a localização de topônimos por micro ou macrorregião, índices de topônimos por natureza física ou antropocultural, históricos e motivações, estudo sobre as entradas lexicais e estudos morfológicos e léxico-semânticos.

Esta pesquisa torna-se relevante pelo seu caráter inédito. Trata-se do primeiro trabalho científico a tratar da Toponímia Quilombola no estado do Tocantins, com ênfase no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Outro fator interessante é que os resultados desta pesquisa podem ser relevantes à sociedade, já que os trabalhos pautados no signo toponímico atuam como uma

ferramenta significativa no processo de compreensão dos aspectos sócio-histórico de uma comunidade.

Espera-se que este estudo possa refletir a dimensão linguística, cultural, antropológica, histórica, geográfica etc., dos topônimos, em especial, os contributos identitários, advindos de relações de força, poder e cultura, para a nomeação de espaços geográficos, podendo ser empregados em qualquer contexto como um instrumento que contribui na produção de saberes e conhecimentos. De modo direto, objetivamos que este trabalho possa contribuir para futuras pesquisas toponímicas, principalmente, as discussões científicas da área que têm colocado em xeque a interpretação das dimensões socioculturais, econômicas e políticas. E ainda que esta tese indiretamente possa contribuir para que sejam reduzidas as desigualdades territoriais, por meio do acesso, pelas comunidades tradicionais, às infraestruturas, acessibilidade, mobilidade e serviços públicos essenciais; e que façam valer, pelo estado brasileiro, seus direitos de propriedade (e uso do território para a produção) e seus direitos sociais.

Após a sua finalização, busca-se atingir as seguintes metas e propósitos:

a) catalogação e alimentação do Sistema Toponímico do Tocantins (SISTOP)<sup>8</sup>, por meio da disponibilização de informações (linguísticas, etimológicas, socioculturais, históricas, geográficas, antropológicas e ideológicas) da toponímia quilombola tocantinense.

b) desenvolver oficinas interdisciplinares em escolas públicas de Ensino Fundamental de Palmas - TO, com professores do componente curricular de Língua Portuguesa, para que possam conhecer e utilizar, na prática, as sugestões pedagógicas toponomásticas do projeto de letramento interdisciplinar.

Merece realçar que foram os objetivos e a problematização que nortearam a estruturação de toda a pesquisa, dividindo-se em quatro partes: Senda

---

<sup>8</sup> O Sistop é um software para catalogação e armazenamento de dados toponímicos do Tocantins. Para a criação e a implementação do software, o projeto conta com recursos do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa no estado do Tocantins (FAPT). A proposta do software é uma parceria entre professores e um egresso do curso de Ciência da Computação, bolsistas de iniciação científica em Letras (Pibic e PIBICT/CNPq), bem como mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado e Doutorado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).



Metodológica, Pressupostos Teóricos, Análise de Dados e Proposta de um Projeto de Letramento Interdisciplinar.

A primeira parte dispõe de apenas um capítulo. Intitulado como “Ponto a ponto: delimitações heurísticas de uma pesquisa toponímica quilombola – Tocantins em foco”, aborda o delineamento das questões de natureza metodológica. Assinala-se os passos trilhados para a produção desta pesquisa e apresentar e caracterizar o fenômeno investigado.

Na segunda parte, dois capítulos integram e consubstanciam a organização do percurso desta investigação. No capítulo denominado “Estudo toponomástico: feições linguísticas e socio-histórico-culturais”, é realizada uma reflexão em torno do léxico das línguas, considerando, especialmente, sua relação com a cultura e a história social. Discute-se, também, a respeito da Onomástica e algumas diferenças terminológicas do topônimo, Toponímia e Toponomástica, prezando por destacar as particularidades dos estudos dos nomes de lugares.

Já no capítulo intitulado “Resistência e diásporas quilombolas no Brasil e estado do Tocantins”, aborda-se em alguns artefatos do tráfico e o comércio de escravos provenientes da África, a fim de, especialmente, compreender sobre os movimentos migratórios e a comercialização ilegal e desregada de pessoas no Brasil. Em seguida, apresenta-se algumas reflexões sobre a resistência negra, a formação de quilombos e comunidades tradicionais durante os anos de práticas exploratórias colonialistas, oriundas de insubordinação contra toda e qualquer exploração e violência escravista, considerando, em especial, a realidade do estado do Tocantins.

Já a terceira parte da presente tese está direcionada à apresentação sistemática dos resultados e discussões da pesquisa e está intitulada como “A toponímia das comunidades quilombolas do estado do Tocantins e o projeto de letramento interdisciplinar como caminho didático-pedagógico para o ensino de Língua Portuguesa”. Analisa-se os traços linguísticos encontrados nos topônimos e são interpretados a partir de seus elementos linguísticos formadores.

Apresenta-se, ainda, na quarta parte desta pesquisa toponomástica, apresentar a proposta de um projeto de letramento para o Ensino Fundamental,

considerando uma intersecção interdisciplinar. Entrelaça-se as discussões que circundam propriamente a Onomástica (especificamente da Toponímia) e o ensino de Língua Portuguesa, no que tange, principalmente, aos aspectos etimológicos, semânticos e morfológicos, ampliando<sup>9</sup> conceptualmente a noção de *lugar* para uma categoria do conhecimento toponomástico.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa, bem como os anexos e apêndices.

---

<sup>9</sup> Por muito tempo, o conceito de lugar foi tratado na Geografia como termo autoexplicável, sendo analisado pela perspectiva de uma referência locacional. Muitos estudos científicos inscritos na perspectiva da Geografia Cultural têm constatado que o espaço social está carregado de uma noção subjetiva e cultural, sendo determinado “tanto por sua dimensão territorial, como por sua dimensão histórico-cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 255). O lugar, nessa perspectiva geográfica, é compreendido como ponto do espaço, a qual refere-se a “um tratamento geográfico do mundo vivido”, manifestado através “de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (SANTOS, 2006, p. 218). Nesse sentido, vislumbramos este estudo como uma possibilidade de também ampliar a noção conceitual de lugar, sendo analisado de forma mais abrangente e passando de uma referência locacional para uma importante categoria de análise.



# DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA TOPONÍMICA QUILOMBOLA – TOCANTINS EM FOCO

## *Ser Quilombola*

*Ser Quilombola é ter orgulho  
É assumir o pouco que tem  
Assumir o cabelo torrado  
E a pele negra também  
Ser Quilombola é ter coragem  
E amor no coração  
Ser Quilombola é não ter medo  
De racismo ou exclusão  
É olhar olho no olho  
É assumir a sua identidade,  
Respeitando as diferenças  
No campo e na cidade.  
Ser quilombola não é vergonha  
Ser quilombola não é defeito  
Ser quilombola é não ter medo  
De lutar por seus direitos  
Isso não se resume  
No simples ato de falar, às vezes é necessário  
Até mesmo se calar Não adianta pele clara  
Ou vermelho coração  
Descendente de africano  
Não se pode negar não  
Orgulho de ser Brasil  
Orgulho de ser jalapoeira  
Orgulho de ser Quilombola  
Quilombo povoado do Prata  
Isso sim é ser Quilombola  
Com orgulho e emoção  
Não importa sua idade  
Ser negro de coração*

*Maria Aparecida Ribeiro de Sousa  
Comunidade Povoado Prata  
Município de São Félix do Tocantins - TO*

Extraído da coleção de poemas do livro "Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares", elaborado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



## 2. DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS DE UMA PESQUISA TOPONÍMICA QUILOMBOLA – TOCANTINS EM FOCO

Ponto a ponto, apresenta-se, neste capítulo, a descrição, explicitação e fundamentação das opções metodológicas adotada nesta pesquisa onomástico-toponímica, a saber, o caráter da investigação, das fontes e tipo de pesquisa e a escolha dos instrumentos de coleta e análise de dados. Expõe-se, primeiramente, a escolha da temática e o objeto de estudo abordado; caracteriza-se, em seguida, o contexto da realidade investigada e a composição do *corpus*, de modo a fundamentar a estratégia de investigação escolhida; subsequentemente, apresenta-se os instrumentos e as técnicas utilizadas na coleta de informação; descreve-se, posteriormente, a o tipo de pesquisa, a abordagem metodológica e o método adotado; e, por fim, contextualiza-se as singularidades da proposta de um Projeto de Letramento Interdisciplinar, contendo sugestões didático-pedagógicas etnolinguísticas à respeito dos povos quilombolas do Tocantins.

### 2.1 Das motivações

Em 2019, fui admitido como professor temporário na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Minhas boas-vindas no Curso de Letras, na Unitins, literalmente, foram na Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, localizada às margens do Rio Araguaia, em Araguatins – TO<sup>10</sup>. A visita teve como finalidade a formalização de parcerias para projetos de extensão e pesquisas, as quais se destinariam a contribuir para o fortalecimento da cultura, memória e historicidade dos remanescentes<sup>11</sup> de quilombolas da região. Dessa imersão, surgiu o projeto “*Discursos, Narrativas e poemas quilombolas do Tocantins*”, que visa “a preservação de saberes tradicionais, imateriais, constitutivos da

---

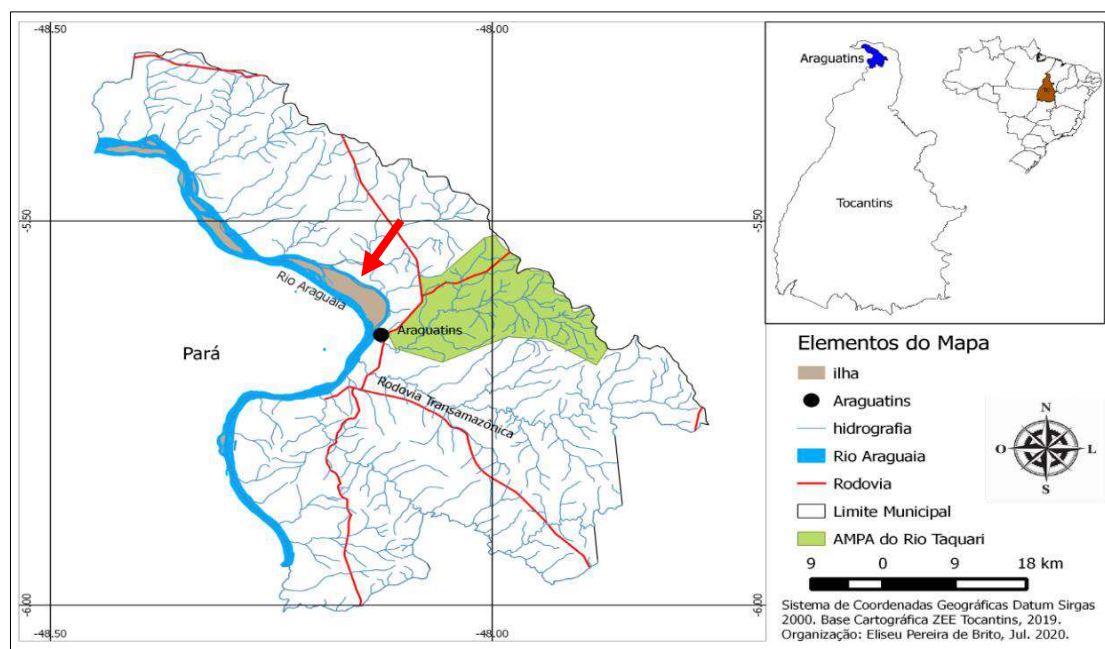
<sup>10</sup> Atualmente, estou lotado no Campus universitário da Unitins (Graciosa), em Palmas, lecionando nos Cursos de Pedagogia e Serviço Social, e, na Sede Administrativa da Unitins, no setor de Publicações e Edições, desenvolvendo atividades relacionadas à revisão e à edição de textos diversos atinentes à instituição.

<sup>11</sup> O Art. 2º do Decreto Federal Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 considera remanescentes as comunidades, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.



identidade nacional, presentes no município de Araguaatins, região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins”<sup>12</sup>.

**Mapa 01:** Rio Araguaia e seus afluentes e a localização da Ilha de São Vicente, no Município de Araguaatins - TO



Fonte: Brito (2020).

Participar dessa visita e integrar esse projeto de extensão, participando das escutas e registros de textos, corroboraram para a curiosidade em conhecer a fundo a diversidade étnica e a multiplicidade de valores e crenças desses povos tradicionais. Ao contemplar a voracidade dos membros da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, ao defenderem suas sólidas raízes e seus perspicazes saberes e ao lutarem pelos seus direitos (sobretudo, territoriais), suscitou o interesse pelas discussões em torno das inter-relações entre lugar, ambiente, paisagem, território e as questões culturais e identitárias esboçadas nas singularidades das populações quilombolas.

<sup>12</sup> Informações retiradas do site Histórias da Ilha. O site dispõe de diversas histórias de vida da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, no Rio Araguaia. “Nas histórias contadas pelos habitantes da Ilha sobressaem os signos da forte conexão entre os seres humanos e o seu lugar de pertencimento para além da materialidade imediata, apontando para as formas próprias do uso da palavra, que vão desde a estética de sua linguagem até os sentidos variados de seus conteúdos simbólicos. Pela palavra, pela linguagem, o quilombo supera a limitação territorial da Ilha e comunica suas mensagens ao mundo”. O site tem fotos e vídeos de Walter Antunes, edição de textos e vídeos de Luama Socio e a participação de vários acadêmicos e profissionais da Unitins. Disponível em: <https://www.historiasdailha.com/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

Dessa motivação, despontou esta tese de doutoramento, que, em contexto de pandemia, sofreu, em seu curso, algumas remodelações e adaptações, principalmente, em virtude do isolamento social, ocasionada pela proliferação do vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, que, diretamente, impossibilitou a realização de uma investigação *in loco*.

A princípio, a proposta desta tese centrava-se, fundamentalmente, em empreender, à luz da pesquisa de campo, um estudo toponímico das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Região Central do estado do Tocantins<sup>13</sup>, mediante os saberes/fazeres e práticas que orientam os modos e estratégias de reprodução da vida social (simbólica e material) desses grupos tradicionais, com vista a compreender, via memória oral e narrativas, o processo de preservação das identidades das populações quilombolas do estado do Tocantins. Em outras palavras, a ideia, a priori, seria efetuar um contato direto com os moradores das comunidades, para descrever e analisar o que estes relatam sobre os nomes das populações tradicionais.

Os estudos toponomásticos são caracterizados por sua dinamicidade. Eles podem concorrer, notadamente, para a compreensão dos estratos antropolinguísticos, etno-geo-históricos, socioeconômicos e culturais de um grupo. Essa dinamicidade permitiu o redirecionamento desta pesquisa, convergindo para o conhecimento da motivação dos nomes atribuídos às populações quilombolas do Tocantins a partir de uma análise documental, o que pressupôs um denso levantamento bibliográfico.

Dessa forma, ao invés de analisar uma pequena parcela de topônimos, a partir da memória oral e narrativas, optou-se por conhecer os impulsos motivacionais dos nomes das comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela FCP, a partir de uma análise documental e bibliográfica, com o intuito de investigar como as informações toponímicas (linguísticas,

---

<sup>13</sup> Segundo classificação de Luciano Pereira (s/d), a Região Central dispõe de cinco municípios tocantinenses, os quais abrigam distintas populações quilombolas, a saber: 1) Dois Irmãos do Tocantins, com a comunidade Santa Maria das Mangabeiras; 2) Santa Tereza do Tocantins, com a população quilombola Barra de Aroeira; 3) Santa Rosa do Tocantins, com as famílias do Morro de São João; 4) Brejinho de Nazaré, com as comunidades quilombolas de Córrego Fundo, Malhadinha, Curralinho do Pontal e Manoel João; 5) Monte do Carmo, com o povoado de Mata Grande. A escolha dessas comunidades se deu em virtude da proximidade do pesquisador com as respectivas populações.



etimológicas, socioculturais, históricas, geográficas, antropológicas e ideológicas), a respeito dos nomes das populações quilombolas (elementos geográficos físicos e humanos), podem, a partir de um projeto de letramento, numa intersecção interdisciplinar, promover, otimizar e/ou ampliar o conhecimento do aluno, no que tange ao léxico toponímico tocantinense.

A seção, a seguir, aborda detalhadamente a respeito dessa escolha do tema e o objeto de estudo em questão.

## **2.2 A escolha do tema e o objeto de estudo**

Dotado de habilidades, o ser humano busca conhecer o mundo que o rodeia e, há tempos, vem desenvolvendo “sistemas mais ou menos elaborados que lhe permita conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas” e, partindo dessa necessidade, desenvolveu a ciência, um dos mais importantes componentes intelectuais do mundo contemporâneo (GIL, 2008, p. 1). Seu conceito está direcionado a “um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”, resumem Marconi e Lakatos (2003, p. 80).

É fato que não há ciência sem o emprego de uma metodologia científica, simplesmente, porque, para que um conhecimento<sup>14</sup> possa ser considerado científico, torna-se necessário “identificar as técnicas que possibilitam a sua verificação” (GIL, 2008, p. 9). Dessa forma, a senda metodológica de toda e

---

<sup>14</sup> Prodanov e Freitas (2013, p. 31) lembram que “não deixa de ser conhecimento aquele que foi observado ou passado de geração em geração através da educação informal ou baseado em imitação ou experiência pessoal”. Dito vulgar, esse é o conhecimento popular, “o modo comum, corrente e espontâneo de conhecer, que se adquire no trato direto com as coisas e os seres humanos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 76). Calcado no senso comum, trata-se de um tipo de conhecimento valorativo: “aquele que se constrói e se realiza de acordo com o estado de ânimo e as emoções do sujeito cognoscente” (SILVA, 2018, p. 35). Esse tipo de conhecimento, empírico, um tanto superficial e sensitivo, permeado por valores subjetivos, ideológicos, crenças, estados de ânimo e emoções, transmitido de geração para geração, diferencia-se do conhecimento científico. O conhecimento científico é obtido de modo racional, conduzido por intermédio de procedimentos científicos. É racional porque “se vale, sobretudo, da razão, e não de sensações ou impressões, para chegar a seus resultados” (GIL, 2008, p. 3). Diferentemente, é um conhecimento sistemático, já que se trata de “um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 8). Preocupa-se, essencialmente, em “construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades, cada vez mais amplas” (GIL, 2008, p. 4).

qualquer pesquisa<sup>15</sup> científica engloba a descrição de um conjunto de procedimentos sistemáticos, bem como envolve a apresentação das decisões e atitudes investigativas do pesquisador, desde a pré-produção até à apresentação dos resultados encontrados.

Em uma investigação científica, a metodologia, como um procedimento formal, necessita está bem organizada, delineada e alinhada, com “um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o(s) fenômeno(s) que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 87), para, assim, obter respostas às indagações e estabelecer relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. É importante que a escolha metodológica esteja perfeitamente articulada aos objetivos pretendidos para o estudo, pois é, a partir deles, que são determinados os rumos dos paradigmas investigativos, tais como, os procedimentos necessários e adequados para o alcance deles.

Já que em seu sentido genérico o termo “objetivo” denota propósito, pretensão, desígnio ou intencionalidade proposta quando se deseja buscar, descobrir e realizar qualquer ação, cumpre (re)apresentar, em primeiro lugar, como intenções propostas pelo pesquisador para esta tese, os objetivos desta pesquisa em particular, dado que foi a determinação desses objetivos que nortearam a escolha dos métodos e dos procedimentos adotados, os quais são evidenciados em seguida.

O objetivo geral desta tese fundamenta-se em conhecer e caracterizar a realidade toponímica quilombola tocantinense, buscando fomentar, por intermédio dos conceitos e procedimentos da pesquisa toponímica, a intersecção entre léxico, cultura e ensino. Nessa direção, busca-se, a partir dos documentos parametrizadores da educação, apresentar um projeto de letramento interdisciplinar, considerando a cultura, a história social e a identidade étnico-racial representada no léxico-toponímico das comunidades quilombolas do Tocantins.

Foram ainda delimitados os seguintes objetivos específicos: a) identificar as comunidades quilombolas no estado do Tocantins, reconhecidas e

---

<sup>15</sup> A concepção de pesquisa nesta tese caminha muito em direção a noção de Ander-Egg (1978) citado por Marconi e Lakatos (2003, p. 154), quando expõe que a pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento".



certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP); b) reunir e analisar os dados toponímicos dos nomes das comunidades quilombolas em fichas lexicográfico-toponímicas, com base no modelo taxonômico proposto por Dick (2004); c) observar, nas orientações educacionais legais, âmbito nacional e estadual, as formas como são abordados os estudos dos nomes de lugares no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, considerando a realidade quilombola do estado do Tocantins; d) identificar as habilidades e as competências, no que diz respeito os objetos de conhecimento voltados ao estudo dos nomes de lugares, no componente curricular de Língua Portuguesa, tendo como referência o documento curricular para o Ensino Fundamental do estado do Tocantins, numa perspectiva interdisciplinar.

Outro fator importante em uma pesquisa científica é a definição do objeto de estudo, posto que, a partir dele, é possível construir um processo de investigação, delimitando o universo que será estudado (VENTURA, 2007). O objeto de estudo, conceitualmente, é, muitas vezes, confundido ou associado a uma temática em discussão.

Prodanov e Freitas (2013, p. 75) explicam que o assunto de uma pesquisa é “a escolha de uma área geral de interesse” e, para tornar-se um assunto pesquisável, sugerem que devemos reduzi-lo a um tema e conceituá-lo como “a especificação do assunto sobre o qual versará o estudo a ser desenvolvido; deve permitir especificar sobre quem, em que contexto e sob que perspectiva o assunto será pesquisado” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 76). O assunto é, pois, de maior amplitude; enquanto o tema é mais específico e é extraído de um assunto genérico. A escolha do assunto e a delimitação temática deste estudo pautam-se, necessariamente, na Toponímia Quilombola tocantinense, a luz do contexto do ensino básico.

A escolha da temática desta investigação deu-se a partir dos seguintes pressupostos: a) a Toponomástica é uma área da Lexicologia que permite ao pesquisador conhecer, por meio do designativo de lugar, um povo e suas posições sociais, geográficas, culturais, políticas e econômicas; b) o lugar quilombola, permeado pelas suas histórias e cultura, é um espaço tomado pelas simbologias e significações do grupo. Dessas asserções eclodiram a temática desta tese, que surgiu do desígnio de unir os conceitos e procedimentos da

pesquisa toponímica à realidade dos povos quilombolas do estado do Tocantins. E, nesse contexto, a Educação Básica foi visualizada como espaço propício para promover aos alunos distintos conhecimentos oriundos das imbricações desta temática, tais como, saberes linguísticos, geo-históricos e socioculturais desses povos tradicionais.

A escolha do objeto de estudo de qualquer investigação científica perpassa pela temática escolhida pelo pesquisador, devido a sua abrangência e dimensão. É constituído de elementos mais específicos e afunilados daquilo que se busca pesquisar. Trata-se, assim, da particularidade investigada. A Toponímia Quilombola é a temática guarda-chuva deste estudo, no qual, protegido por esse guarda-chuva, está o seu objeto de estudo.

Com caráter polivalente ou multifacetado, aberto às várias possibilidades de abordagem, o léxico alcança lugar de destaque nesta investigação científica. Pautando-se no rigor toponomástico, a estrutura formal do léxico toponímico é propriamente o objeto de estudo a ser investigado, considerando, principalmente, sua relação com ensino básico. O léxico pesquisado, nesse caso, é necessariamente os nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins, os quais, enquanto topônimos, são verdadeiros fosséis linguísticos<sup>16</sup>.

Acredita-se que os nomes dessas populações em si mereçam ser investigados cientificamente e tenham condições de serem formulados e delimitados em função da pesquisa e, além disso, supõe-se que toda a carga lexical presente nesses topônimos pode exteriorizar valores, percepções e realidades presentes entre a língua e a cultura desses grupos sociais.

### **2.3 A realidade investigada e a composição do *corpus***

A realidade, aqui, investigada é, propriamente, o contexto etnolinguístico e histórico-cultural dos povos tradicionais do estado do Tocantins (populações quilombolas), tendo como ponto de partida os nomes das comunidades

---

<sup>16</sup> Ao comparar a um “fóssil da geografia humana”, o enunciado “fóssil linguístico” foi uma expressão usada por Dick (1990, p. 20) para explicar ao geógrafo francês Jean Brunet sobre uma das características mais significativas do topônimo.

remanescentes de quilombo reconhecidas e registradas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

O estado, no presente momento, possui 45 comunidades reconhecidas, sendo 38 delas certificadas pela Fundação Cultural de Palmares (FCP). A comunidade Lagoa da Pedra, no Município de Arraias, foi a primeira comunidade certificada no Tocantins (dezembro de 2004) e Poço Dantas, em Almas, a última população a obter o reconhecimento e certificação (outubro de 2017). É importante mencionar, que além da certificação pela FCP, a grande maioria das populações dispõem de processos formalizados para regularização fundiária de seus territórios no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

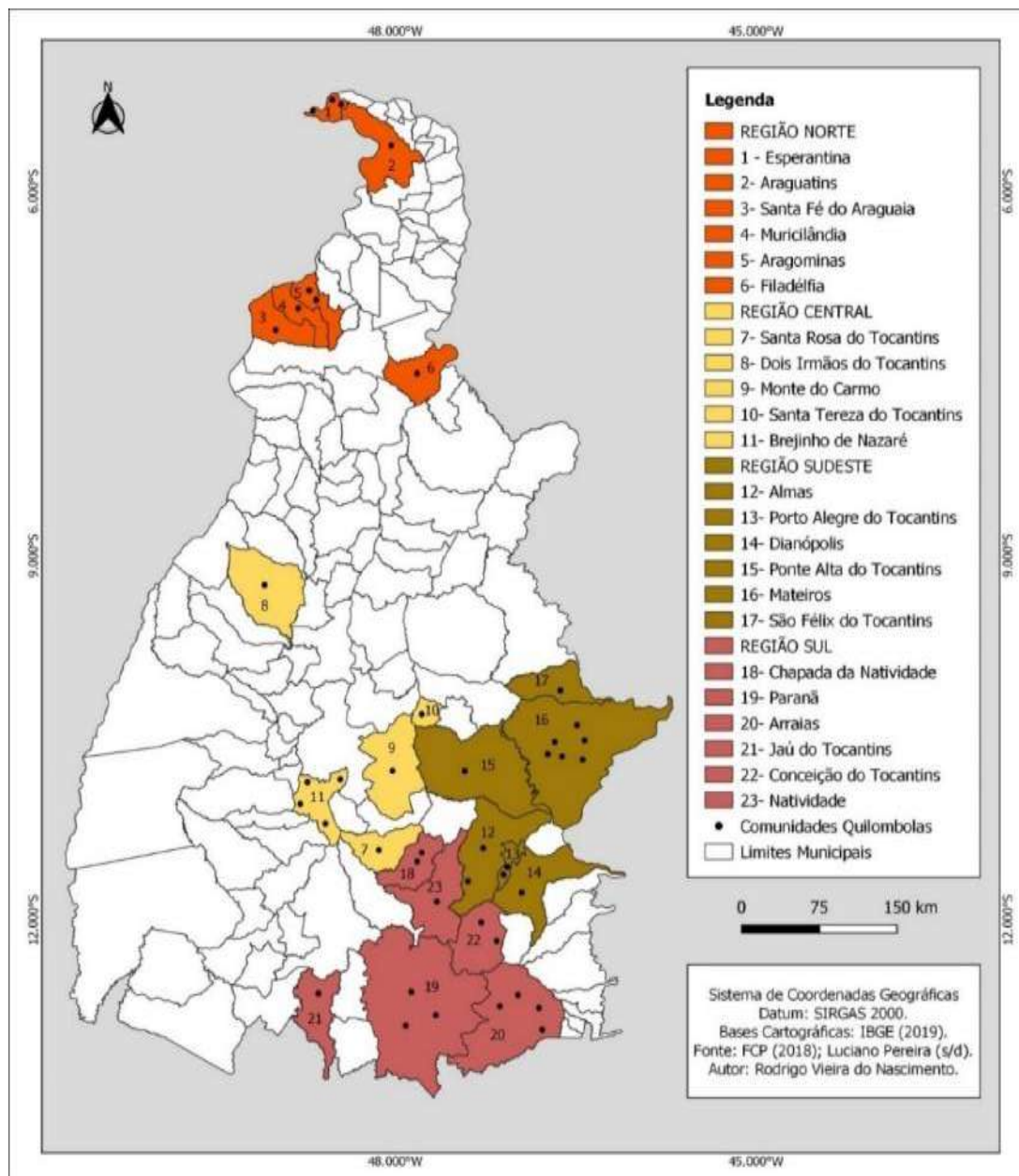
Segundo o quantitativo de comunidades reconhecidas, o estado encontra-se subdividido em quatro regiões: norte, central, sudeste e sul<sup>17</sup>. As regiões sul e sudeste abrigam o maior número de comunidades certificadas, 28 em seu total; enquanto que as outras regiões (norte e centro) somam-se 17 comunidades. O mapa, a seguir, reproduz discriminadamente a divisão do estado, por municípios e regiões, conforme o número de comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

---

<sup>17</sup> Trata-se de uma classificação regional realizada por Luciano Pereira. Comunidades Quilombolas no Estado do Tocantins. In: Tocantins Quilombola. s/d. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/comunidades-quilombolas/>. Acesso em: 09 de maio de 2020.



**Mapa 02:** Divisão do estado por municípios e regiões conforme o número de comunidades reconhecidas pela FCP



Fonte: Adaptado de Luciano Pereira (s/d).

De forma detalhada, apresenta-se, ainda, a relação atualizada, segundo a FCP, das comunidades registradas e reconhecidas no estado do Tocantins, segundo sua subdivisão regional:

**Quadro 01:** Comunidades Reconhecidas no estado do Tocantins

<b>Regiões</b>	<b>Municípios</b>	<b>Denominação de Comunidade</b>
<b>Região Norte</b>	Araguatins	Ilha de São Vicente
	Santa Fé do Araguaia	Cocalinho
	Muricilândia	Dona Juscelina
	Aragominas	Baviera Pé do Morro
		Pé do Morro
	Filadélfia	Grotão
Esperantina	Carrapiché Ciriaco Prachata	
<b>Região Central</b>	Dois Irmãos do Tocantins	Santa Maria das Mangabeiras
	Santa Tereza do Tocantins	Barra do Aroeira
	Santa Rosa do Tocantins	Morro de São João
	Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo Malhadinha Curralinho do Pontal Manoel João
	Monte do Carmo	Mata Grande
<b>Região Sudeste</b>	Almas	Baião
	Porto Alegre	Laginha
		São Joaquim
	Mateiros	Mumbuca Carrapato Formiga Ambrósio Rio Novo Rio Preto Riachão Boa Esperança
	Dianópolis	Lajeado
	Ponte Alta do Tocantins	Lagoa Azul
	São Félix do Tocantins	Povoado do Prata
	Almas	Poço Dantas
	<b>Região Sul</b>	Chapada da Natividade
Chapada da Natividade		
Natividade		Redenção
Paraná		Claro Prata Ouro Fino
Arraias		Lagoa da Pedra Kalunga do Mimoso Fazenda Káagados Lagoa dos Patos
Jaú do Tocantins		Rio das Almas
Conceição do Tocantins		Matões Água Branca
<b>TOTAL</b>		<b>45</b>

Fonte: FCP (2018).

Considera-se, para o *corpus* deste trabalho, o quantitativo total de comunidades quilombolas registrados no Tocantins, interessando-se por observar em que proporções os topônimos refletem aspectos específicos (linguísticos, históricos e culturais) relacionados aos povos quilombolas e como a análise do léxico toponímico pode ser pertinente no espaço da sala de aula.

As comunidades quilombolas possuem particularidades ideológicas e culturais próprias e, naturalmente, projetaram nos nomes escolhidos aspectos da sua realidade circundante. Compreendendo isso, um dos enfoques singulares adotados será a causa ou motivação denominativa (força social) dos nomes das comunidades quilombolas, pelos os pontos de vista etnolinguístico, taxonômico, semântico, morfológico, geográfico e histórico, a partir da coleta bibliográfica e documental de dados.

A partir das cosmovisões, tempo e histórias, dedica-se o pesquisador desta tese a descrição e a interpretação de dados de um passado diferente daquele no qual está integrado. E, nessa viagem, realizar-se-á, como pondera Delgado (2003, p. 11), “um amalgama peculiar, caracterizado pelo encontro de singularidades temporais”, em outras palavras, “um encontro da história já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada”. Reportando ainda Delgado (2003), busca-se, na etimologia dos nomes, “encontrar valores, culturas, modos de vida, representações”, enfim, “um gama de elementos que, em sua pluralidade, constituem a vida *dessas comunidades humanas*” (DELGADO, 2003, p. 14, *grifo nosso*).

## **2.4 Instrumentos e procedimentos de uma pesquisa Toponímica Quilombola**

Como instrumento metodológico, Dick (1990, p. 78) comenta que, na pesquisa toponímica, dispor de informações em fichas lexicográficas padronizadas constitui uma etapa prévia “de um conjunto de fases subsequentes [...]”, visto que, posteriormente a sistematização e integralização de todas as fichas, é possível realizar uma análise detalhada do *corpus* (PIMENTEL, 2015).

Nesta discussão, as fichas toponímicas, como instrumento de pesquisa, permitiram ao pesquisador a descrição e análise dos aspectos linguísticos



(etimológicos, morfológicos e semânticos), culturais e históricos, presentes no termo toponímico, possibilitando classificá-lo de acordo com sua natureza física ou antropocultural (SIQUEIRA, 2011). Os resultados obtidos na pesquisa serão discutidos a partir de atividades didático-pedagógicas sistematizadas e lógicas.

Para atender a diversidade linguística, histórica e cultural pertinente às populações quilombolas, foram realizadas algumas modificações e adaptações na ficha lexicográfico-toponímica elaborada por Dick (2004), conforme ilustra-se, a seguir. Ao adequá-la as facetas deste estudo, buscou-se conservar a essência da ficha proposta por Dick (2004), que, por sua vez, também está fundamentando as demais pesquisas toponímicas estaduais vinculadas ao macroprojeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB).

**Quadro 02:** Modelo de ficha lexicográfico-toponímica adotada no estudo

<b>Nome da comunidade</b>
<b>Localização:</b> <b>Código do Município:</b> <b>Região Administrativa:</b> <b>Mesorregião:</b> <b>Microrregião:</b> <b>Classificação regional:</b> <b>Data da Certificação pela FCP:</b>
<b>Localização no Mapa</b>
<b>Topônimo:</b> <b>Etimologia:</b> <b>Definição:</b> <b>Taxonomia:</b> <b>Natureza do topônimo:</b> <b>Tipo de topônimo:</b>
<b>Informações adicionais:</b>
<b>Bibliografia consultada:</b> <b>Pesquisador:</b> <b>Revisora:</b> <b>Data da coleta:</b>

Fonte: adaptada de Dick (2004).

Conceitualmente, a título de esclarecimento, descreve-se, a seguir, os respectivos os elementos inseridos na ficha lexicográfico-toponímica:

**Quadro 03:** Descrição conceitual dos elementos da ficha lexicográfico-toponímica

<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>
<b>Nome da comunidade (topônimo)</b>	Considera-se no estudo a indicação dos nomes dos designativos de lugares. Neste contexto, será julgado os nomes das comunidades quilombolas.
<b>Localização</b>	Este item remete à posição geográfica em que se situa a comunidade quilombola.
<b>Código do Município</b>	Refere-se ao código municipal adotado pelo IBGE.
<b>Região Administrativa</b>	Destina-se à Região Administrativa do município da comunidade quilombola.
<b>Mesorregião</b>	Reserva-se à Mesorregião em que se localiza o município da comunidade quilombola.
<b>Microrregião</b>	Reserva-se à Microrregião em que se situa o município da comunidade quilombola.
<b>Classificação Regional</b>	Indicação da região geográfica em que se encontra estabelecida a comunidade quilombola, conforme classificação regional realizada por Luciano Pereira (s/d).
<b>Data da Certificação pela FCP</b>	Determina-se a data da certificação da comunidade quilombola, conforme Certidão de Autodefinição instituída pela Fundação Cultural Palmares. Considera-se a Data de Publicação da Certificação no Diário Oficial da União.
<b>Localização no mapa</b>	Imagem do topônimo representado nos mapas de base digital.
<b>Etimologia</b>	Trata-se da história ou origem do topônimo. Andrade (2010) explicita que diz respeito à explicação do significado das palavras por meio da análise dos elementos que as constituem. É o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica. Utilizaremos os estudos etimológicos de Theodoro Sampaio (1987), em caso de topônimos indígenas. Os dicionários Cunha (2010), Houaiss (2007), Ferreira (2004), Silveira Bueno (2013), Tibiriçá (1984) e (1985), Guérios (2004) também serviram de referência.
<b>Definição</b>	Apresenta-se a definição do topônimo, conforme acepções dos dicionários consultados.
<b>Taxonomia</b>	Determina-se a taxonomia toponímica do nome da comunidade quilombola. Dick (1990) trabalha a ideia da motivação toponímica focada na investigação dos impulsos (motivações) que levaram ao aparecimento de um determinado topônimo. De um modo geral, tais motivações estão associadas às circunstâncias socioculturais em que o denominador está inserido, ou seja, ao contexto sócio-histórico em que a nomeação ocorre. Em seu estudo, a autora classifica as diferentes motivações em taxonomias toponímicas (NASCIMENTO, 2017).
<b>Natureza do topônimo</b>	Determina-se a natureza taxonômica toponímica do nome da comunidade quilombola. As taxonomias toponímicas "permitem interpretar os nomes dos lugares com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural (DICK, 1999, p. 143).
<b>Tipo de topônimo</b>	Caracteriza-se o tipo de topônimo correspondente ao nome da comunidade quilombola. O topônimo pode ser dividido em três categorias: elemento específico simples,

	elemento específico composto e elemento específico híbrido (DICK, 1990).
<b>Informações adicionais</b>	Caracteriza-se pelo acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, pesquisa na internet e outros, tais quais como a apresentação de registros históricos alusivos à comunidade quilombola. Alguns contextos históricos também foram catalogados por meio das Associações Quilombolas, Secretaria da Cidadania e Justiça do estado do Tocantins, base eletrônica de dados do IBGE, site oficial da Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) e através de dados das prefeituras municipais.
<b>Bibliografia consultada</b>	Descrição das fontes bibliográficas utilizadas na análise do topônimo.
<b>Pesquisador</b>	Nome do pesquisador.
<b>Revisora</b>	Nome do revisor do trabalho.
<b>Data da coleta</b>	Data que compreende a coleta de dados.

Fonte: Dick (2004) adaptada conforme Andrade (2010) e Nascimento (2017).

As fichas reuniram informações individualizadas acerca dos nomes das comunidades quilombolas, detalhando e especificando cada elemento<sup>18</sup> físico e/ou antropocultural, conforme suas especificidades taxonômicas. O conjunto de suas informações, muito possivelmente, evidenciará as marcas linguísticas (etimológicas, morfológicas e semânticas) quanto à visão do denominador, em tempo e espaço, dos nomes das comunidades quilombolas, bem como artefatos

<sup>18</sup> Os estudos que compreendem o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) têm empregado o termo Elemento, ao invés de Acidente. Para explicar a razão de se utilizar este termo neste estudo, apresenta-se a justificativa adotada nos estudos do ATT, conforme apresentou-se no texto da pesquisa de Mestrado deste pesquisador (2017): “Dick em suas discussões teóricas e metodológicas onomástico-toponímicas utiliza os conceitos Acidente Físico e Humano ou Antropocultural. Todavia, conforme o dicionário eletrônico Houaiss (2007), o verbete acidente corresponde, por exemplo: <sup>1</sup>a um acontecimento casual, fortuito, inesperado, ocorrência; <sup>2</sup>irregularidade no nivelamento do solo. Nessa perspectiva, um acidente geográfico pode estar associado a qualquer alteração ou transformação que ocorre sobre a superfície terrestre. Portanto, dependendo do ponto de vista, qualquer forma de relevo ou composição estrutural pode ser considerada como um exemplo de acidente geográfico. Como o termo acidente pode estar associado à irregularidade, não cabe, por exemplo, acidente humano no sentido do próprio uso do termo. Para este estudo, intitula-se o termo Elemento. Na Geografia, as paisagens revelam os elementos presentes no espaço geográfico, como os elementos naturais (clima, vegetação, relevo) e os elementos humanos ou culturais, que são relativos os aspectos sociais, históricos e culturais do homem (cidades, fazenda, sítio, chácara, escola e outros ou relativos a vultos históricos, a profissões, crenças religiosas, etnias, etc.). Dessa forma, ao analisar um lugar podemos nos deparar com elementos que formam a paisagem desse lugar: aspectos físicos e humanos e culturais. O termo Acidente, podendo está associado a qualquer alteração ou transformação que ocorre sobre a superfície terrestre, poderia incidir em dúvidas ao longo do processo de investigação. Por isso, acha-se conveniente adotar o termo, a fim de facilitar a compreensão e de não incidir em eventuais dúvidas” (NASCIMENTO, 2017).



geo-históricos – dados das características do ambiente físico e da história social das populações.

Os resultados obtidos nesta pesquisa comporão os dados do Sistema Toponímico do Tocantins (SISTOP), que faz parte do projeto do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), cujo objetivo é a produção do mapeamento do estado do Tocantins a partir da nomeação e motivação dos topônimos obtidos nos mapas de cada município. O SISTOP surgiu da possibilidade de agrupar um conjunto estruturado de informações sobre diferentes topônimos, objetivando descrevê-los e classificá-los em um programa computacional. O foco, a priori, era apenas um espaço seguro e dinâmico para a catalogação dos topônimos e o acesso das 139 fichas lexicográfico-toponímica do estado.

Dentro da linha de pesquisa Toponímia e Ensino, a implementação desse software toponímico no âmbito da educação básica tem direcionado parte dos estudos do grupo de pesquisa do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT). Dentre suas funções, esse software visa atender aos interesses de professores de Língua Portuguesa, Geografia e História do Ensino Fundamental, no que diz respeito à ampliação de informações (históricas, socioculturais, motivacionais, etimológicas, linguísticas etc.) acerca dos nomes de lugares (topônimos) do estado do Tocantins.

Dessa forma, além da disposição de dados a partir de informações catalogadas nas fichas toponímicas, objetiva-se, nos fios que enlaçam a proposta do projeto de letramento interdisciplinar, utilizar o SISTOP como recurso tecnológico pedagógico que auxilie as práticas de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa na Educação Básica, observando a importância de conhecer os nomes de lugares tocantinenses e as especificidades atreladas a eles.

## **2.5 Contrastes e diversidades dos Quilombolas do Tocantins: o tipo de pesquisa, a abordagem metodológica e o método de pesquisa**

A realização de uma pesquisa bibliográfica costuma ser o ponto de partida de todo trabalho científico e, aqui, não é diferente, pois, por meio dela, teorias foram levantadas e abordadas, direcionando à pesquisa. Ao possibilitar

ao pesquisador o conhecimento necessário à investigação projetada, a pesquisa bibliográfica aqui empreendida será fundamentada com a discussão de pontos de vista de diversos teóricos sobre o tema em questão, a luz do esforço de lançar um novo olhar sobre a Toponomástica, ao analisá-la sob distintos prismas, tal como no cenário pedagógico.

Fundamentaram a pesquisa as dimensões teóricas: a) da Lexicologia (BARBOSA, 1990, 1995; QUIVUNA, 2013; CONTIERO e FERRAZ, 2014); b) da Onomástica e Toponímia (DICK, 1990, 1992, 1998, 1999, 2004, 2014, 2006; ANDRADE, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015; e SEABRA, 2004, 2006, 2015); c) e da Interdisciplinaridade e Complexidade (FAZENDA, 1993, 2000; JAPIASSU, 1994; SANTOMÉ, 1998; MORAES, 1997; MORIN, 1998, 2003, 2015). Enlaçam-se nessas dimensões outras concepções teóricas, a fim de complementar outras considerações tecidas ao longo do estudo. Trata-se de apenas algumas indicações dos principais vieses da pesquisa.

Visando melhor explicar e classificar os topônimos (SEABRA, 2004), a ideia é dispor de um estudo do ponto de vista etimológico, taxionômico e geo-histórico, a partir das nomenclaturas e estruturas morfológico-gramaticais e lexis semânticas dos topônimos (elementos físicos e/ou antropoculturais).

Para tanto, pauta-se em referências advindas de documentos oficiais, como leis e decretos, teses e dissertações alusivas à temática, dados da Fundação Cultural Palmares, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria da Cidadania e Justiça do estado do Tocantins, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS) e prefeituras municipais.

E para um maior detalhamento das informações, utilizar-se-á dicionários gerais, etimológicos e morfológicos do português, a saber: o Novo dicionário da Língua Portuguesa eletrônico, 1986, de Aurélio B. de Holanda Ferreira; Houaiss Eletrônico, 2007, de Antônio Houaiss; Dicionário de Linguística, 2014, de Jean Et al. Dubois; Dicionário de Linguagem e Linguística, 2004, de R. L. Trask (Autor), Rodolfo Ilari (Tradutor). Além de outras fontes, como O Tupi na Geografia Nacional, 1987, de Teodoro Sampaio; Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi, 1984, de Luiz Caldas Tibiriça; Dicionário Tupi Português, 1985, de Luiz Caldas Tibiriça; Vocabulário Tupi-guarani – Português,

1987, de Silveira Bueno; Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antenor Nascentes, de 1955; e do Dicionário da Escravidão e Liberdade, 2018, de Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes.

Dick (1999) nos mostra que as pesquisas onomásticas se enveredam, em sua grande maioria, em uma combinação de leitura documental e de investigação de campo. Norteada pelos parâmetros etnolinguísticos, esta tese não busca a observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente dentro de seus nichos, cenários e ambientes naturais de vivência. Mas, consoante ao método das pesquisas onomásticas, esta investigação propende-se a uma análise nos documentos parametrizadores nacionais da Educação Básica.

Visa-se explorar as concepções parametradas dos documentos oficiais sobre os estudos dos nomes de lugares nas orientações do Documento Curricular do Tocantins (DCT) para o Ensino Fundamental do estado do Tocantins (2019) e a proposta política nacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), documento normativo considerado como sendo o fio condutor atual de políticas nacionais curriculares direcionadas à Educação Básica. Quanto ao acesso dessas fontes, será de forma manual e eletrônica.

Ao conduzir os pressupostos da Toponímia ao viés pedagógico, será substancial realizar, nesses manuscritos educacionais legais, uma análise acerca das orientações direcionadas ao ensino-aprendizagem dos nomes de lugares, considerando os saberes populares, tradicionais e ancestrais dos africanos e afrodescendentes. Opta-se por realizar uma análise documental por meio da Análise de Conteúdo, o que poderá permitir ao pesquisador a descrição sistemática, objetiva e qualitativa do conteúdo das comunicações parametrizadoras da educação. Para tanto, como sugere Bardin (1977), a observação documental por meio da análise de conteúdo será aqui desenvolvida a partir de três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

A análise de conteúdo desponta, assim, nesta tese, como escolha técnica metodológica objetiva e salutar na abordagem analítica, crítica e reflexiva aos documentos, nacional e estadual, da educação. A despeito do rigor científico de que se reveste, a análise de conteúdo, enquanto método da pesquisa qualitativa,



pode, em linhas gerais, possibilitar conhecimento do presente e do passado; fomentar a investigação dos processos de mudança social e cultural; e permitir a obtenção de dados com menor custo (GIL, 2008). A luz de suas particularidades, a análise de conteúdo documental, que será empreendida integra os demais procedimentos metodológicos, dando ensejo às diversas possibilidades nesta pesquisa.

Com essa análise documental, objetiva-se refletir sobre como são retratados, nas orientações pedagógicas, os estudos do léxico e os elementos acerca dos lugares, bem como os fatores antropolinguísticos, etno-geo-históricos, socioculturais sobre os remanescentes de quilombos estão dispostos nesses documentos oficiais e como, em sua dinamicidade, interdisciplinaridade e transversalidade, esses estudos podem favorecer ao aluno o conhecimento e a visibilidade do cosmo geográfico-cultural e sócio-histórico de tais populações tradicionais brasileiras.

Julga-se, ainda, a abordagem qualitativa como tratamento metodológico apropriado para construir teórico e metodologicamente o significado que versa o presente trabalho, pois as pesquisas de abordagem qualitativa respondem as questões muito particulares, sublinha Minayo (2001, p. 21). Segundo a autora, essas pesquisas estão preocupadas, sobretudo, “com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001, p. 22). Isto é, estão pautadas no universo de “sentidos, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, que implica “[...] um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, os quais não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22).

Tendo esta pesquisa o caráter qualitativo, é importante direcionar olhar transversalmente as várias facetas que a compõe – “seus sujeitos, suas histórias e vivências, os processos de construção envolvidos, seus limites e desafios” (RIBEIRO; MACHADO, 2014, p. 580). Considerando a integralidade e a subjetividade aspirada para o decurso do trabalho e com toda a carga histórica e cultural por detrás desses grupos tradicionais, o estudo empreendido não poderia, de modo algum, ser medido ou reduzido às avaliações numéricas ou dados.

As noções teórico-metodológicas que estão presentes neste estudo estão embasadas, por certo, numa linha investigativa de que se diferencia da postura positivista no tratamento dos dados (conhecida como pesquisa quantitativa), e, ao invés de centra-se na quantificação, tem, com efeito, como foco na descrição, interpretação, compreensão e explicação do fenômeno em estudo, nesse caso, os nomes das comunidades quilombolas, numa perspectiva do ensino. Esses nomes de lugares ganharam destaque no enfoque da pesquisa, desempenhando um papel fundamental, tanto no processo de levantamento, disseminação dos resultados e discussão dos dados quanto na proposta didática-pedagógica toponomástica interdisciplinar que aqui se delinea.

Enfatiza-se que, no viés da sua abordagem qualitativa, com base em seus objetivos, este estudo insere-se na modalidade de investigação exploratória, posto que tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). O conhecimento do objeto de estudo (neste caso os nomes das populações quilombolas tocantinenses) ainda é pouco sistematizado, o que, conforme o explorar do fenômeno, possibilitará a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele.

Para tanto, os métodos de pesquisa a serem desenvolvidos são extremamente significativos, pois, “a partir do elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações” (GIL, 2008, p. 9). E, nesse raciocínio, considera-se que o método que melhor fornece as bases lógicas desta investigação é o método científico indutivo.

Importa, antes de mais nada, discutir sobre a definição de indução. Observa-se em Marconi e Lakatos (2003, p. 86) o conceito de indução como “um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Em concordância, Bastos e Keller (2002, p. 84-85) destacam que a indução inclui “observação, hipótese, experimentação e a constatação de que a hipótese levantada, para explicar o fato observado, é confirmada pela experimentação e transformada em teoria ou lei”. Refere-se,

pois, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 28), a um método responsável pela “generalização”, pois, comumente, parte “de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral”. O que se ratifica em Marconi e Lakatos (2003, p. 86), quanto enfatizam que “o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões em que o conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam”.

O emprego do método indutivo nas pesquisas toponímicas concorre “para que, utilizando-se os vários *corpora* regionais e seus modelos, se construam hipóteses de trabalho” (DICK, 1999, p. 133). Dessa forma, parte-se, a priori, de questões ou evidências que se tornaram mais diretas, concretas e específicas no transcorrer da investigação. As hipóteses de trabalho serviram de subsídios para justificar as proposições levantadas acerca do objeto de estudo: os nomes das populações tradicionais.

De modo ordenado, parte-se, necessariamente, do nome do lugar para os condicionantes socioculturais, históricos e ambientais que envolveram o ato designativo. De modo macro, o foco é tentar recuperar, a partir da indução e dos procedimentos técnicos dos estudos toponomásticos, a visão etnolinguística do grupo que pensou a nomeação de cada comunidade quilombola do Tocantins. E considerando que, nesse método, o ponto de partida é a observação de fatos ou fenômenos cujas causas deseja-se tornar compreensível, almeja-se, ainda, no limiar das análises onomásticas, encontrar no topônimo uma referência para lugar para além do sentido locacional, chegando-se a uma noção geral, ao observar certo número de casos particulares.

## **2.6 A interdisciplinaridade e a abordagem do pensamento complexo**

Subjacente às tramas da Toponomástica, este é um estudo que se constrói na interconexão e intersecção de conhecimentos e, assim, preza por estabelecer articulações, perceber convergências e compreender as relações entre os diversos saberes que podem ser formados ao se estudar/conhecer um nome de lugar. Posto isto, um pensamento segmentador e unilateral não caracteriza este estudo, já que o conhecimento compartimentalizado, reducionista, próprio da ciência ocidental, pode desencadear a redução do



conhecimento do todo em partes que o constitui. Por esse motivo, o eixo condutor deste estudo é, incomensuravelmente, interdisciplinar.

A interdisciplinaridade, na visão de Fazenda (2000, p. 91), refere-se a uma exigência inerente à ciência, “no sentido de uma melhor compreensão da realidade que ela nos faz conhecer”. A ciência, no amago interdisciplinar, promove “a compreensão do objeto implícito na ação relacional” e, por isso, alcança as verdades mais completas, o conhecimento mais geral da realidade humana (FAZENDA, 2000, p. 95-96). E ressalta a teórica que, ao invés da formação de uma superciência, presume a interdisciplinaridade uma mudança deliberada, conscientemente assumida, que visa uma quebra de paradigma.

A interdisciplinaridade pressupõe basicamente uma intersubjetividade, não pretende a construção de uma superciência, mas uma mudança de atitude frente ao problema do conhecimento, uma substituição da concepção fragmentária para a unitária do ser humano (FAZENDA, 1993, p. 40).

Na mesma senda, comenta Japiassu (1994, p. 2) que “o objetivo utópico da interdisciplinaridade é a unidade do saber”, o que implica afirmar que a interdisciplinaridade se constitui na superação da fragmentação do conhecimento e na resistência em relação ao saber desintegrado. Ao tratarmos da interdisciplinaridade, a palavra de ordem é, pois, dialogicidade, uma vez que, na intersubjetividade presente nos sujeitos e na relação de interação e reciprocidade, é possível, nos contatos interdisciplinares, integrar conteúdos, disciplinas e conhecimentos. Por isso é que podemos nos referir à interdisciplinaridade “como nova atitude diante do ato de conhecer” (CARVALHO, 1998, p. 9), a qual está situada sempre onde “há vontade de superar dificuldades nas ciências e nos conhecimentos produzidos por ela” (JUAREZ, 2008).

Santomé (1998, p. 61) lembra que convém não esquecer que, para que haja interdisciplinaridade, é preciso que haja disciplinas:

As propostas interdisciplinares surgem e desenvolvem-se se apoiando nas disciplinas; a própria riqueza da interdisciplinaridade depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas e estas, por sua vez, serão afetadas positivamente pelos seus contatos e colaborações interdisciplinares (SANTOMÉ, 1998, p. 61).

A interdisciplinaridade, nesse sentido, visa, no desígnio da integração de conhecimentos, uma interação entre disciplinas, favorecendo o diálogo e o enriquecimento mútuo entre elas. Para além das interfaces da Toponímia com diferentes áreas do saber, este estudo visa, no viés do ensino, a integração mútua de conhecimentos, a serem atingidos por intermédio de um projeto de letramento. E, para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado, o nexu interdisciplinar será o topônimo e o conhecimento integralizador poderá auxiliar o aluno numa visão totalizante do objeto estudo, já que o fazer interdisciplinar possibilita ao homem o alcance de uma postura mais crítica diante dos fatos da realidade, compreendendo-a melhor (FAZENDA, 2000).

Em oposição ao paradigma simplificador e reducionista, que consiste em isolar, desunir e justapor, o pensamento complexo aparece como uma proposição teórico-prática que reata, acopla, conecta e interliga (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003) saberes que, há tempos, vem sendo tratado em lacunas.

A ambição da complexidade reside nas “articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento” (MORIN, 1998, p. 138) e tende, assim, para o conhecimento multidimensional. Trata-se, pois, de uma abordagem epistemológica que sugere, essencialmente, a superação “do modo de pensar dicotômico das dualidades (sujeito-objeto, parte-todo, razão-emoção etc.)”, ao estimular um modo de pensar “marcado pela articulação” (SANTOS, 2008, p. 72). Em contraposição ao princípio fragmentário, vem sugerir, meramente, uma mudança paradigmática ao estágio atual de desenvolvimento da ciência, gerindo, na rede de relações, um novo modo de produzir conhecimento, não de maneira simples ou unilateral, mas, considerando os diferentes aspectos que o compõem. E essa é outra característica da teoria da complexidade: o principio hologramático<sup>19</sup>, a qual reconhece que o todo não é somente a simples soma das partes.

---

<sup>19</sup> O holograma é uma imagem física, concebida por Gabor que, diferentemente das imagens fotográficas e fílmicas comuns, é projetado ao espaço em três dimensões, produzindo uma assombrosa sensação de relevo e cor. O objeto holografado encontra-se restituído, em sua imagem, com uma fidelidade notável. Esse holograma é constituído a partir de uma luz coerente (laser) e de um dispositivo que faz com que cada ponto que constitui essa imagem contenha uma mostra do sistema de linhas de interferência emitido pelos pontos do objeto holografado.

Em um sistema ou em um mundo complexo, não apenas uma parte encontra-se no todo, mas o todo encontra-se na parte. Não apenas o indivíduo existe em uma sociedade, mas a sociedade existe em seu interior, uma vez que, desde seu nascimento, a sociedade inculcou nele a linguagem, a cultura, suas proibições, suas normas (MORIN, 2015, p. 116).

**Figura 01:** Ilustração de um holograma



Fonte: Imagem – Freepik.com<sup>20</sup>

A visão epistemológica de Morin (2015) concorre para o entendimento e a relevância da abordagem da complexidade na ciência e tecnologia, ao permear e correlacionar os saberes disciplinares, para que, a partir daí, se possa efetivar a compreensão do todo. Essa é, pois, uma abordagem teórica que aponta para

---

Como afirma Pinson, cada ponto do objeto holografado é “memorizado” por todo o holograma, e cada ponto do holograma contém a presença do objeto em sua totalidade ou quase. Desse modo, a ruptura da imagem holográfica não determina imagens mutiladas, mas imagens completas, que se tornam cada vez menos precisas à medida que se multiplicam. O holograma demonstra, portanto, a realidade física de um tipo assombroso de organização, na qual o todo está na parte que está no todo, e na qual a parte poderia ser mais ou menos apta a recriar o todo. O princípio hologramático generalizado que formulamos aqui supera o âmbito da imagem física construída pelo laser (MORIN et al., 2014, p. 34).

<sup>20</sup> Disponível em: [https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-de-ecologia-tecnologica-com-holograma\\_6929902.htm#query=holograma&position=0&from\\_view=search](https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-de-ecologia-tecnologica-com-holograma_6929902.htm#query=holograma&position=0&from_view=search). Acesso em: 08 set. 2022.

um trabalho hermenêutico de encadeamento das coisas, a qual compreende a realidade como um todo ordenado. E se a realidade é complexa, “ela requer um pensamento abrangente, multidimensional, capaz de compreender a complexidade do real e construir um conhecimento que em consideração essa amplitude” (MORAES, 1997, p. 30).

Encontra-se enlaçada, no seio desta pesquisa toponomástica, à luz dos povos quilombolas, um projeto de letramento que visa, no viés interdisciplinar e considerando a perspectiva da complexidade, reforçar a identidade dos povos quilombolas do estado do Tocantins, em um espaço de aprendizagem que eleva, reforça, agrega, recebe e partilha muito conhecimento advindos de suas realidades.

Assente ao topônimo, fio que une e coaduna a pesquisa, as propostas pedagógicas interdisciplinares que se lançam aqui destinam-se a conferir dignidade ontológica aos povos quilombolas e dignidade epistemológica aos seus saberes, numa valorização de suas formas de organização política e social e organização de seus elementos linguísticos, identitários e culturais. O intuito é oferecer aos professores de Língua Portuguesa um projeto de letramento interdisciplinar que culmine em propostas didático-pedagógicas para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, a qual estabeleça uma inter-relação entre léxico e cultura, por meio de estudos pautados na realidade dos povos quilombolas do estado do Tocantins. Esse projeto considera que os nomes dos lugares são repletos de significado histórico, cultural e social, além de resguardar memórias individuais e coletivas, podendo respaldar a realidade linguística de um determinado povo nos mais diferentes níveis.

De modo teórico, o capítulo, a seguir, propõe-se a refletir sobre os meandros da Toponomástica e suas singularidades linguísticas e sócio-históricoculturais.



# TOPONOMÁSTICA: FEIÇÕES LINGUÍSTICAS E SOCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS

## *Povo Forte*

*Quilombola, quilombola  
Povo forte, de lutas e histórias.  
Quilombola, quilombola  
Povo de leveza e prazer de  
Usufruir suas histórias.  
Quilombola, quilombola  
Povo que busca aprender  
Na realidade com suas  
Histórias Quilombola, quilombola  
Povo esse que vai em  
Busca de vencer a si  
Sua própria vitória.  
Quilombola, quilombola  
Povo que luta por igualdade,  
A intensidade por ela forte.  
Quilombola, quilombola  
Povo de cultura magnífica,  
Olhe o ruir dos tambores  
Danças agitadas, animação  
Total és tu quilombola Quilombola, quilombola  
Povo de humildades, riquezas  
Multiplicidades e costumes.  
Quilombola, quilombola  
Cada comunidade com  
Sua realidade e cultura  
Queremos uma sociedade Igualitária.  
Quilombola, quilombola  
Quilombola é um povo forte  
Quilombola é nossa história.*

*Katiane Dionízio de Santana  
Comunidade de Chapada da Natividade  
Município de Chapada da Natividade – TO*

Extraído da coleção de poemas do livro "Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares", elaborado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



### **3. TOPONOMÁSTICA: FEIÇÕES LINGUÍSTICAS E SOCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS**

Os princípios teóricos que embasam a presente pesquisa estão voltados, principalmente, aos estudos da língua (léxico), da história, da cultura e da memória quilombola. De modo a favorecer a compreensão do tema e a dar suporte teórico-científico às análises toponímicas, apresenta-se, a princípio, uma discussão centrada no universo das palavras, buscando compreender o seu valor social, sua importância histórica, identitária e ideológica, sua relevância ao seu universo significativo e seu papel dentro da linguagem.

Em seguida, pleiteia-se uma reflexão sobre o léxico das línguas, considerando, especialmente, sua relação com a cultura e a história social. Discute-se, também, a respeito da Onomástica e algumas diferenças terminológicas do topônimo, Toponímia e Toponomástica, prezando por destacar as particularidades dos estudos dos nomes de lugares.

Na oportunidade deste capítulo, expõe-se, ainda, algumas considerações sobre o léxico toponímico, pontuando o caráter motivado dos topônimos e ilustrando o modelo taxonômico desenvolvido por Dick (1990), como forma de metodologia de classificação e ajuste dos topônimos em suas categorias. Merece destacar que tal modelo taxonômico, continuamente, vem sendo adaptado às novas condições de trabalho ou pesquisas, como é o caso desta investigação, a qual serve de subsídio teórico-metodológico.

Por fim, põe-se em destaque algumas considerações sobre a Toponímia Quilombola, evidenciando, grosso modo, suas feições linguístico-culturais.

#### **3.1 A noção de palavra**

Pelos falantes, as palavras vêm e vão, viajam no tempo e espaço e alcançam diferentes culturas, que ora se entrelaçam e mesclam, ora se tornam distintas justamente porque são faladas dissemelhantemente. Elas regressam e são transportadas a pé, a cavalo, de avião, via satélite, via internet, “com todos os desejos, com todos os ardumes, com todos os murmúrios” (BARROS, 1988,

p. 128), e, por vezes, impregnam na memória e na boca daqueles que as criam e as adotam.

Tomar a palavra é uma das tarefas primordiais do homem (GUSDORF, 1995). Cita o autor que o “advento da palavra manifesta a soberania do homem”, posto que “o homem interpõe entre o mundo e ele próprio a rede das palavras e torna-se, por via disso, o senhor do mundo (GUSDORF, 1995, p. 7-11). E, por isso, o mundo humano “já não é um mundo de sensações e reações, mas um universo de designações e ideias” (GUSDORF, 1995, p. 7-11). E, nesse mundo abstrato, “as palavras nada significam por si mesmas; só têm significado quando um ser pensante faz uso delas” (PENTEADO, 1965, p. 17), ao serem somente usadas conforme a vontade de quem as manipulam.

A palavra é, sem dúvidas, “depositária de uma dimensão potencialmente mágica” (ONG, 1998, s/p<sup>21</sup>) e são “os monumentos mais pequenos e misteriosos de uma língua” (FERREIRA, 2008, p. 290). Devido as suas multifaces, transmovem e transluzem sentidos, poesias, ritmos, humor, provérbios, sintaxes antíteses (e tantas outras figuras de linguagem) etc. Por isso, profunda e complexa é a definição de palavra<sup>22</sup>, bem como os distintos os ângulos sob os quais essa complexa matéria pode ser investigada, visto que ela, de modo particular, agrega importância à Linguística, à Religião, à Filosofia, à Literatura, à Ética, à Mitologia, à Psicologia etc., uma “entidade multifacetada” (BIDERMAN, 1998).

Biderman (1998, p. 81), metaforicamente, explana que a palavra é “a pedra de toque da linguagem humana”. Justamente, porque “[...] a linguagem é o meio privilegiado pelo qual o homem dar sentido às coisas, em que o significado é produzido e trocado [...]” (HALL, 1997, tradução ALMEIDA, 2012, p. 18)<sup>23</sup>. Pela linguagem humana, filtra-se toda as massas de sensações e

---

<sup>21</sup> ONG, Walter J. **Oralidade e Cultura Escrita**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papyrus, 1998.

<sup>22</sup> “Cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 2001, p. 93). A autora adota tal concepção a partir da hipótese de Sapir-Whorf. O conceito de palavra não pode ter um valor absoluto; ele é relativo e varia de língua para língua [...] só se pode identificar a unidade léxica, delimitá-la e conceituá-la no interior de cada língua (BIDERMAN, 1999).

<sup>23</sup> “[...] language is the privileged medium in which we 'make sense' of things, in which meaning is produced and exchanged [...]” (HALL, 1997, p. 1).

percepções, promovendo e recebendo uma significação (DUARTE JÚNIOR, 1988).

E essa significação, por ventura, se sucede através das palavras, posto que elas “codificam nossa experiência” (LURIA, 1987, p. 27) - representamos nossos pensamentos por entre as palavras, com elas designamos e transformamos o universo real. Por isto, a palavra se estabelece como unidade da linguagem humana. Pelas palavras - e através do seu poder, sentidos, valores e significados – fundamentamos e estruturamos nossas vidas na terra, tendo em vista que, por intermédio da linguagem (e das unidades léxicas), os sujeitos sociais transformam “o mundo em um todo ordenado e significativo” (BASTIANI, 2016, p. 20). Ao outorgar significado ao universo, é, assim, a palavra um elemento fundamental da linguagem.

A partir da palavra, as entidades da realidade podem ser intituladas e discernidas (BIDERMAN, 1998). Luria (1987, p. 27) nos mostra que a palavra “designa as coisas, individualiza suas características. Designa ações, relações, reúne objetos em determinados sistemas”. Nominamos tudo: batizamos filhos, animais, objetos pessoais, invenções. E são exatamente essas nomeações (dessas realidades) que criam um universo significativo revelado pela linguagem (BIDERMAN, 1998). Faz parte da nossa identidade cultural designar.

Sabe-se que a construção de identidade pode acontecer de diversas formas, inclusive por intermédio da linguagem (ou pelas palavras), uma vez que “a língua é parte social da linguagem e a linguagem manifestação do comportamento social” (SANTANA, 2012, p. 49). Por ser condicionada e modelada pela realidade social e cultural, a língua, por excelência, é um índice de identidade, posto ser ela um determinante territorial e cultural. Como unidades linguísticas, as palavras são, pois, manifestações culturais que fundamentam a identidade de um povo. As denominações da realidade circundante do homem são parte de um “jogo” de relações que constitui a identidade de um grupo social, tendo em vistas que as palavras em uso são adquiridas e/ou adotadas, sobretudo, pelo fato de um determinado indivíduo integrar um dado grupo social ou comunidade linguística.

As palavras, além de marca de identidade individual, de um grupo, de uma época, são também herança histórica de um corpo social, uma vez que os



indivíduos, com as palavras, expressam seus valores, construindo a sua história. As palavras estão, pois, fortemente arraigadas à história - tradição e costumes - de uma população (SEABRA, 2004), sendo genuinamente incorporadas e naturalizadas por um grupo de falantes.

Dotadas de um índice sociocultural peculiar, as palavras, em seu bojo, carregam, por diversos anos, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião de uma comunidade, bem como suas impressões, registradas, por exemplo, em vários espaços geográficos, nas quais, hoje, conservadas, constituem-se ferramentas históricas e identitárias. Podemos recuperar nas palavras a memória coletiva de um determinado grupo, repleta de histórias, alusões, opiniões, habitus, dogmas etc. São, portanto, suporte linguístico em que se vê circunspeta/sazonada traços sócio-históricos, guardam em seu corpo as marcas de sua história e origens.

A palavra é também um signo ideológico por excelência (BAKHTIN, 2003). Podemos, nas palavras, dispor da consciência individual e a ideologia social. Especificamente, no nível discursivo - nos enunciados concretos (assim como nos demais objetos-signo), materializamos os nossos valores morais, referências religiosas, princípios culturais, concepções políticas e filosóficas etc. Isso porque o indivíduo, no seu contexto, “agente das relações sociais e o responsável pela composição e pelo estilo dos discursos” (BAKHTIN, 2003, p. 45), se vale da conjuntura social, histórica, cultural e ideológica para, a partir das suas experiências, para formular suas falas, redigir seus textos e impor seu discurso.

Enquanto seres humanos, somos, ao longo da vida, movidos por necessidades universais. E a comunicação é, naturalmente, uma delas. A todo tempo, o universo está se comunicando. Ao considerar a linguagem como um sistema de comunicação, se fosse factível avistar, perceberíamos que, em toda parte da terra, há mensagens nos organismos e na natureza. E, nesse universo, a palavra é “o modo mais puro e sensível da comunicação social” (BAKHTIN, 2003, p. 36-37). Isso porque materializamos no ato comunicacional nossos pensamentos/sentimentos em signos. E conhecidos pelas partes envolvidas, esses símbolos são transmitidos e reinterpretados pelo receptor.

Assim, pelas palavras, pelos signos linguísticos, o homem é capaz de se expressar, se impor e evoluir. Graças, certamente, a essa fundamental capacidade de comunicação, decorrente da sua cultura, o ser humano desenvolveu as formas mais complexas de interação e convivência.

Abre-se, aqui, um pequeno parêntese para um grande fato: “há muitos silêncios intraduzíveis que jamais serão audíveis” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014), como é o caso, por exemplo, dos povos quilombolas. Muitos espaços, grupos e sujeitos foram silenciados em razão de heranças coloniais, diferenças étnicas, questões de poder etc. e muitas vozes somente existiram porque se estruturaram coletivamente. Por tempos, visto como de raça inferior, o negro era considerado imoral, criminoso em potencial e tinha o seu discurso imigrantista repudiado e discriminado. Dessas tentativas do silenciamento da história negra, é possível constatar o poder da palavra enquanto instrumento de luta e resistência, cuja reação sobreveio pelos movimentos sociais, sobretudo, para preservar e divulgar a memória afrodescendente e as populações quilombolas.

E, nessa direção, contrapondo a visão eurocêntrica, muitas são as discussões em torno da teoria decolonial, em que, como força política, epistemológica e pedagógica de resistência, vem firmando a construção de um projeto voltado para o (re)pensamento crítico social, cujo foco é “visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24), o que tem garantido, direta e indiretamente, que o negro alcance novos lugares sociais e que possam falar e sejam, de fato, ouvidos.

A palavra é, sem dúvida, um organismo vivo, certamente, esse é um conceito comum entre teóricos linguísticos. Sua cronologia pode ser comparada à existência humana: “nasce, vive, desenvolve-se, decai e pode morrer” (PENTEADO, 1965, p. 20). Pereira (1932, p. 188) comentou essa assertiva de modo diferente: “filha do homem, a palavra reflete-lhe o destino: como ele, nasce, vive, transforma-se, adocece, morre e, até, ressuscita”. É certo que elas “modificam-se, mas, indubitavelmente, portam para sempre os ecos de seus significados primeiros”, explicitam Barbosa-Lima, Castro e Araújo (2006, p. 240).

Por isso, “o léxico funciona como o pulmão das línguas vivas, evidenciando que é um conjunto aberto que se renova, em especial, pelo seu

papel de nomear o que surge de novo, o que a ciência descobre e os artefatos que a tecnologia produz” (KRIEGER, 2014, p. 325). A autora inclusive pontua que a renovação lexical atende “às condições necessárias de comunicação verbal de diferentes gerações, das especialidades profissionais, de grupos sociais distintos entre tantas outras possibilidades”. É, pois, pelo povo que se mantém veemente viva e vigorosa a palavra.

Pelas palavras, o homem, então, conhece seu passado e constrói sua história, imprime seus traços culturais, se relaciona, expressa e troca experiências, impõe ideologias, dá significados às coisas, fala sobre si mesmo, fala de seu mundo, organiza e orienta sua rotina etc. Com distintas proposições em relação à palavra, embora complexo seja defini-la, a maioria dos linguistas reconhece a sua relevância e não as descartam completamente, principalmente, aqueles estudiosos que colocam como pano de fundo o léxico e suas dimensões. Por isso, conduzir-se-á, na seção seguinte, a discussão acerca dos aspectos que particularizam o léxico, considerando o valor real da palavra em uma língua.

### **3.2 O léxico e suas dimensões linguísticas, sociais e culturais**

Os usuários de uma língua determinam o funcionamento, desenvolvimento e a propagação do seu léxico: criam e o mantêm de acordo com os seus usos e necessidades, fazendo dele, portanto, um fato cultural e social. Por essa razão, configura-se como artefato linguístico que melhor expressa o dinamismo da língua. E isso é comprovado justamente pela capacidade do homem de criar, renovar, transformar e expandir as unidades lexicais de um grupo.

O léxico de todas as línguas vivas é encarado, assim, como um sistema flexível às mudanças, não podendo, dessa forma, ser descrito em sua totalidade, tendo em vista que ele é essencialmente móvel: se expande, se altera e, às vezes, se contrai. Isso ocorre em razão das mudanças sociais e culturais, a quais, conseqüentemente, acarretam alterações nos usos vocabulares. Nesse processo, as palavras podem ser marginalizadas, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, podem ser ressuscitadas e voltar à circulação, inclusive com novas conotações. O fato é que enquanto uma língua existir como

meio de comunicação, seu léxico se ampliará e se renovará sempre (BIDERMAN, 1998).

Merece salientar que essa mutabilidade e expansão linguística representa “o meio através do qual novas necessidades linguístico-expressivas dos falantes são atendidas” (MANZOLILLO, 2001, *on-line*), considerando que, a nível do léxico, esses signos, quando são criados ou sofrem modificações em seus significados, representam processos inerentes à língua e não uma ameaça a sua continuidade (BARBOSA, 1998).

Justifica Manzolillo (2001, *on-line*) que essas transformações e propagações linguísticas são muitas porque o homem “é, por natureza, um ser insatisfeito e incompleto, cujo existir está grandemente norteado pela busca de progresso e de aprimoramento pessoal e coletivo” e, nessa conjuntura, o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e das artes, alterações nos costumes e nos relacionamentos impõem, em termos práticos, novos artefatos, produtos, processos, instituições, conceitos, saberes e técnicas, os quais precisam ser nomeados.

Sobre a forma como esse patrimônio vocabular é concebido, Biderman (2001) explica que o léxico de uma língua natural “se processou e processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (BIDERMAN, 2001, p. 13). A constituição do léxico de uma língua é, assim, resultado da dinamicidade sociocultural dos seus usuários e, por essa razão, este pode ser considerado como “o somatório de todas as experiências acumuladas de uma sociedade e do acervo da sua cultura” (BIDERMAN, 1978, p. 139). Isso revela que o léxico é tudo aquilo que o homem nomeou a partir de sua percepção da realidade, ao outorgar significado ao universo. O que implica concordar que o léxico é “o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana” (BIDERMAN, 1996, p. 28).

Sapir (1969) evidenciava a necessidade de pensar a língua em sua relação imanente com a sociedade, isto é, considerando-a como parte da realidade sociocultural de uma comunidade. Condiz ressaltar sua percepção sobre a língua:



Tudo que, até aqui, verificamos ser verdade a respeito das línguas, indica que se trata da obra mais notável colossal que o espírito humano jamais desenvolveu: nada menos do que uma forma completa de expressão para toda a experiência comunicável. Essa forma pode ser variada de inúmeras maneiras pelo indivíduo, sem perder com isso os seus contornos distintivos; e está constantemente remodelando-se, como sucede com toda arte. A língua é a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações (SAPIR, 1980, p. 172).

Sapir (1969), ao discorrer sobre as influências do ambiente sobre a língua, aponta o léxico como sendo o componente de uma língua que reflete mais claramente o ambiente físico e social de seus falantes e este “pode ser considerado como um complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que atraem a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p. 45).

O autor ainda explicita que o léxico de uma língua “destina-se, em qualquer época, a funcionar como um conjunto de símbolos referentes ao quadro cultural de um grupo” (SAPIR, 1969, p. 51). Isso deve-se ao fato de que, além nomear e categorizar a sua realidade circundante, o léxico também sintetiza o modo como os falantes veem sua realidade, deixando transparecer valores, crenças, hábitos e costumes da sua comunidade. Como componente linguístico, o léxico tem, assim, estreita ligação com a cultura.

Para Malinowski (1962), a cultura, por ter fundamental importância para a organização da vida humana, é um dos principais instrumentos da Antropologia, devendo ser tomada em sua totalidade. O autor apresenta a seguinte noção conceitual de cultura:

Um amálgama global de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra numa série de princípios tais como a comunhão de sangue por meio da procriação; a contiguidade em espaço relacionada com a cooperação; a especialização em atividades e, último na ordem, mas não menor em importância, o uso do poder na organização política (MALINOWSKI, 1962, p. 47).

Malinowski (1962) reforça a ideia de que a cultura é o todo que constitui os grupos humanos, quer nas suas crenças, nos seus costumes, nas ideias e nas formas como se organizem para a manutenção dos seus grupos. O termo cultura pode, dessa maneira, ser associado ao modo “próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se e, enfim, reproduzir-se” (GOMES, 2008,

p. 33-36). E tudo isso pode ser refletido na composição do léxico de uma língua viva: “conhecimento, cultivo, tradição, cultura material e identidade de um povo ou de uma coletividade, tudo aquilo que o homem vivencia, realiza, adquire e transmite por meio da linguagem” (GOMES, 2008, p. 33-36).

O léxico, em sua composição, ratifica a estreita ligação entre língua e cultura, já que por meio dos atos linguísticos retratam o mundo e a realidade social à sua volta (SAPIR, 1969). Sobre esse nível linguístico que mais intimamente interligam-se língua e cultura, Zavaglia (2012, p. 231) elucida sobre a grandeza desse arsenal linguístico-cultural, por excelência:

É o léxico, em forma de palavras e por meio da linguagem, que “conta” a história milenar de povo para povo; é o léxico que transmite os elementos culturais de um conjunto de indivíduos; é o léxico que “proíbe” manifestações ou então as “incita”; é o léxico que “educa” ou “deseduca”; é o léxico que permite a manifestação dos sentimentos humanos, de suas afeições ou desgostos, via oral ou via escrita. É o léxico que registra o desencadear das ações de uma sociedade, suas mudanças, seu progresso ou regresso.

Cada comunidade linguística possui, portanto, um tesouro de signos linguísticos a qual registra, através das palavras, o conhecimento que o grupo social tem do mundo e essas unidades léxicas dão testemunho da cultura de que fazem parte (BIDERMAN, 2001). Isquardo e Krieger (2004) explanam que isso é possível porque, na história das diferentes civilizações, a palavra sempre foi mensageira de valores pessoais e sociais, os quais traduzem a visão de mundo do homem enquanto ser social. E, ao apropriar-se dela, “o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exerce seu poder sobre o universo natural e antropocultural, registra e perpetua a cultura” (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11).

O patrimônio lexical de uma língua constitui, assim, “um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares” (SEABRA, 2015, p. 73). Compreende-se, portanto, que estudar o léxico de uma língua é “estudar a cultura de quem utiliza essa língua” (ABBADÉ, 2012, p. 145), posto que o léxico de uma língua contribui para “o entendimento da formação de um povo, tendo em vista que através dele são registradas as informações que permanecem ou levam à transformação da cultura” (ROCHA; SANTOS, 2019, p. 148).

Arraigado à cultura (essa dinâmica tessitura insuflada de significados), o léxico configura-se, também, como um depósito de artefatos histórico-sociais de um grupo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época. Rey-Debove (1966 p. 184) afirma que, como “testemunho dos acontecimentos, da mitologia e da ideologia de uma civilização, o léxico constitui-se como material da história” (REY-DEBOVE, 1966 p. 184).

Um topônimo, nesse contexto, exemplifica bem essa tônica: além de designar, traz consigo uma história, principalmente, em razão da sua motivação toponímica. O que justifica o fato de que, a partir do léxico, os indivíduos se expressam e exteriorizam suas ideologias, construindo a sua história. Portanto, percebe-se que o léxico natural de uma língua desempenha um papel decisivo na cultura e, portanto, na história de uma sociedade.

Por essa razão, esse inventário total de palavras à disposição do falante, intitulado de léxico, pode propiciar uma gama de análises, a depender do enfoque epistemológico que se toma como abordagem, já que “muitas são as abordagens que se relacionam à multiplicidade que a palavra desponta de suas faces, sejam os arrolamentos realizados no plano morfológico, discursivo, extralinguístico, histórico, entre outros” (SANTOS, 2017, p. 37). Battaner Arias e López Ferrero (2019) corroboram com essa alusão:

O léxico é objeto de atenção desde a etnografia, da filosofia analítica, da história, especialmente da história das ideias; existe o interesse pelas denominações em todas as ciências e em todas as artes. A palavra é unidade de estudo da psicologia, da inteligência artificial e da neolinguística. Atualmente, o léxico permite ser tratado mais facilmente por meio dos recursos da informática que outros componentes das línguas. Não se faz necessário recordar sua aplicação no ensino, tanto na educação básica obrigatória quanto no ensino médio. É requerido na formação de professores para esses níveis de docência e em todos os ramos das humanidades e ciências sociais. A reflexão sobre o léxico e sua manifestação no vocabulário das línguas implica, com efeito, ao conhecimento do mundo e do que somos e, naturalmente, ao saber sobre essa língua que sustenta todos esses variados conhecimentos (BATTANER ARIAS, LÓPEZ FERRERO, 2019, p. 12)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> El léxico es objeto de atención desde la etnografía, desde la filosofía analítica, desde la historia, especialmente desde la historia de las ideas; hay interés por las denominaciones en todas las ciencias y las artes. La palabra es unidad de estudio en psicología, inteligencia artificial, neolingüística. El léxico permite hoy ser tratado más fácilmente por medios informáticos que otros componentes de las lenguas. Su aplicación a la enseñanza no hace falta recordarla, tanto en las enseñanzas primaria y secundaria obligatorias, como también en la enseñanza de bachillerato. Se requiere en la formación de profesores para esos niveles de docencia y en todas las ramas de las humanidades y ciencias sociales. La reflexión sobre el léxico y su manifestación

Em face do exposto, constata-se a presença do léxico em inúmeras ciências e áreas de conhecimento, visto que “os sentidos e funções que ele exerce dentro de uma comunidade linguística lhe confere um caráter representacional importante e necessário em toda atividade de comunicação” (RODRIGUES-PEREIRA; ZACARIAS; NADIN, 2019, p. 10). Complementam os autores que “entendê-lo como objeto de estudo nas mais variadas vertentes investigativas leva o estudioso a perceber as interfaces existentes entre as distintas, mas complementares, áreas de conhecimento” (ibidem, p. 11).

Pelas Ciências do Léxico<sup>25</sup>, vislumbram-se, conforme seus princípios teóricos e metodológicos, as pesquisas que visam a análise, a descrição e o registro de unidades léxicas. A exemplo da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e Terminografia, essas Ciências do Léxico desdobram-se em múltiplas possibilidades investigativas, comprovadamente em inúmeras pesquisas realizadas, em variados contextos, que versam acerca das dissemelhantes e complementares abordagens de análise e descrição do léxico.

Constituída a partir da Linguística Estrutural, a Lexicologia pauta-se no estudo científico, sob diversos aspectos, do “universo de todas as palavras de uma língua, vistas em sua estruturação, funcionamento e renovação lexical” (BARBOSA, 1990, p. 157). Na Lexicologia, o acervo das unidades lexicais de um determinado idioma (o léxico em si) pode ser investigado por meio de uma análise diacrônica, estudando as suas origens, ou, por outro lado, perscrutado pelo ponto de vista sincrônico, observando as suas formas e os significados das unidades lexicais no sistema e no uso na comunidade dos falantes (QUIVUNA, 2013).

---

en el vocabulario de las lenguas implica a la razón, al conocimiento del mundo y de lo que somos y, naturalmente, al saber sobre esa lengua que sostiene todos esos variados conocimientos (Tradução: RODRIGUES-PEREIRA; ZACARIAS; NADIN, 2019, p. 9).

<sup>25</sup> É importante salientar que a Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia ficaram conhecidas como ciências do léxico após as publicações das coleções “As Ciências do Léxico – Lexicologia, Lexicografia e Terminologia”, a qual, desde 1998, regularmente publica resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores cadastrados no trabalho do Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANAPOLL, além de contribuições de pesquisadores estrangeiros, a partir do volume II. Sua última edição (volume IX) foi lançada em 2020. Todavia, merece salientar que existem, além da Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia, outras disciplinas linguísticas e ciências que enfocam propriamente o léxico: Semântica, Sociolinguística, Análise do Discurso etc.



O estudo da Lexicologia abrange, segundo Contiero e Ferraz (2014, p. 32), “a definição dos conjuntos e subconjuntos lexicais, o exame das relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural, a conceituação e delimitação das unidades lexicais de base: a lexia”. Além disso, a Lexicologia está imbuída de desempenhar outras atividades, tais como aponta Barbosa (1990):

[...] examinar as relações de léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural, a transposição de uma “realidade” infinita e contínua a um número limitado de lexias, o recorte do real operado pelo léxico das diversas línguas; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma “visão de mundo”, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de recortes culturais (BARBOSA, 1990, p. 153).

Ao atentar-se à totalidade do signo linguístico, a Lexicologia interessa-se, pois, pelo estudo do que concerne as palavras e, em função disso, ela atua, por exemplo, no âmbito da sua formação e etimologia e relaciona-se, direta e indiretamente, com os estudos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, pragmáticos, discursivos e, sobremaneira, com os semânticos (ORSI, 2012).

Dessa maneira, num tecer de fios sobre a língua, a Lexicologia interliga conceitos teóricos advindos de diversas subáreas da Linguística, bem como, também recorre a diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, Sociologia e Psicologia, para refletir sobre a noção de palavra. De um ponto de vista mais amplo - da linguagem como objeto -, como propõe Barbosa (1995, p. 262), a relação é, certamente, de intersecção, “o que impõe à Lexicologia, de maneira enriquecedora, constantes abordagens interdisciplinares”.

Há entre a Lexicologia e a Lexicografia relações epistemológicas, pois, configuram-se como “duas atitudes, duas posturas e dois métodos, em face do léxico” (BARBOSA, 1990, p. 152). Contudo, distinguem-se entre si, dentre outros aspectos, pelos fundamentos teórico-metodológicos: “a especificidade do tratamento a que submetem ao léxico assegura-lhes autonomia de métodos e de técnicas”, destaca Barbosa (1995, p. 263).

Ao passo que a Lexicologia corresponde “a análise da palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico de uma língua geral” (BIDERMAN, 2001), a Lexicografia compreende o estudo da “compilação,

classificação, análise e o processamento do léxico, em prol da estruturação de dicionários da língua geral” (BARBOSA, 1990, p. 53).

Assim como nas pesquisas lexicológicas, a matéria-prima dos estudos lexicográficos é o léxico comum de uma determinada língua, todavia, compete, mais especificamente, ao lexicógrafo a tarefa de “classificar as lexias de um grupo sócio-linguístico-cultural, segundo critérios e normas lexicográficas propriamente ditas”. Desse modo, sendo “a análise da significação das palavras o objeto principal da Lexicografia” (BIDERMAN, 2001, p. 17), o produto do trabalho lexicográfico manifesta-se em vários tipos de obras, exemplifica-se Barbosa (1995, p. 264):

a) dicionários monolíngues; b) dicionários bilíngues ou plurilíngues; c) dicionários de sinônimos e de antônimos; d) dicionários inversos; e) dicionários analógicos; f) dicionários enciclopédicos; g) vocabulários; h) glossários; i) vocabulários de frequência; j) thesaurus; 1) vocabulários fundamentais; m) vocabulários específicos, como, por exemplo, os vocabulários técnico-científicos.

De modo geral, a Lexicografia pode ser definida como uma disciplina que dedica-se às técnicas do labor dicionarístico, o que implica, segundo Isquierdo e Krieger (2004, p. 12), “o estudo de metodologias e princípios teóricos para a sua elaboração e estruturação e o debate dos principais problemas teórico-práticos subjacentes à sua produção”.

Diferentemente da Lexicologia e Lexicografia, que se ocupam do estudo do componente lexical geral, a Terminologia e a Terminografia privilegiam o estudo do componente lexical especializado. Elucida Barbosa (1990, p. 152) que essas Ciências do Léxico tratam “dos termos científicos e tecnológicos, enquanto unidades terminológicas”.

No bojo das preocupações relacionadas aos termos e aos conceitos das áreas do conhecimento humano, encontra-se a Terminologia, campo de estudos que apropria-se do estudo e do “uso de sistemas de símbolos e signos linguísticos empregados para a comunicação humana em áreas de atividades de conhecimentos especializados” (SAGER, 1990, p. 4) ou pode ser explicada, em outras palavras, como a área científica voltada “à análise e à descrição do léxico especializado de domínios técnicos, científicos e tecnológicos” (SANTIAGO, 2016, p. 202). Segundo Barbosa (1990, p. 155), essa disciplina, em

suma, ocupa-se de “um conjunto de palavras técnicas ou científicas, que constituem o vocabulário específico de uma ciência, de uma tecnologia, de um pesquisador ou grupo de pesquisadores ou de uma área de conhecimento”.

Em decorrência do progresso técnico, científico e tecnológico pelo qual a humanidade experiencia, dispomos, conforme Santiago (2016), da proliferação acentuada de termos e conceitos inerentes a determinado campo de conhecimento especializado e, por conta disso, há, atualmente, a grande necessidade de se elaborarem repertórios especializados, como glossários científicos, técnicos e temáticos, que servem como instrumentos de referência (SANTIAGO, 2016, p. 201).

Nesse contexto, encontra-se, também, a Terminografia, área que se debruça, justamente, na atividade de elaboração de dicionários técnicos de uma área particular. Trata-se de uma “disciplina aplicada à qual cabe a elaboração de modelos que permitam a produção de obras terminológicas/terminográficas, no que diz respeito a sua macroestrutura, a sua microestrutura, ao seu sistema de remissivas” (BARBOSA, 1990, p. 156). Similar a Lexicografia, a Terminografia centra-se, por certo, na “atividade prática que abrange as operações de recolha, sistematização, validação e apresentação dos termos de um determinado domínio ou atividade humana” (MILNER, 2000, p. 43).

Merece salientar que a Terminologia e a Terminografia não devem ser áreas encaradas como uma espécie de lexicografia especializada. Essas áreas que enfocam o léxico, sob diferentes perspectivas, se diferenciam necessariamente no seu campo de trabalho: a Lexicografia concentra-se na descrição do léxico comum de um falante, ao passo que a Terminologia e a Terminografia apropriam-se dos termos das línguas de especialidade. Barbosa (1990, p. 152) explicita que a Lexicografia se mantém como ciência das definições, enquanto a Terminologia e a Terminografia, como ciências das designações.

No campo geral da Lexicologia inscreve-se a Onomástica, uma outra área de estudo que se apropria desse produto sociocultural: o léxico antroponímico e toponímico, os quais podem ser estudados por distintos primas e diferentes enfoques teóricos. A subseção seguinte versa a respeito da Onomástica e as especificidades do léxico toponímico, bem como sobre algumas

diferenças terminológicas entre Toponímia e Toponomástica, prezando por destacar as particularidades dos estudos dos nomes de lugares.

### **3.3 A Onomástica, Toponomástica e Toponímia**

Nomear, para o homem, é uma necessidade de organização e de orientação (ANDRADE, 2015, p. 16). Por meio do processo de nomeação, o homem acaba designando, batizando e/ou intitulado aspectos da sua realidade: objetos, animais, pessoas, o espaço físico e cultural em que vive. Por meio do nome, há identificação e, principalmente, a diferenciação dos seres e dos objetos (SILVA, 2017), além disso, é uma forma de garantir o pertencimento, de marcar territórios, de imprimir a sua marca a tudo que o rodeia (AMARAL; SEIDE, 2020). Por essa razão, são passíveis de múltiplas investigações científicas.

De muitas áreas de conhecimento têm emergido concepções distintas acerca da natureza e do conceito do nome próprio, tais quais, por exemplo, pelo viés da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia. Pelo olhar da Linguística, nas suas dimensões mais profundas (aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos-culturais, geográficos etc.), a Onomástica tem se ocupado da “origem e das alterações (no sentido e na forma)” desse artefato da língua, a qual, geralmente, refere-se a lugares e pessoas (VASCONCELOS, 1931).

O interesse pelos nomes próprios pode ser encontrado em mitos, lendas e textos literários criados há milhares de anos (AMARAL; SEIDE, 2020). Do ponto de vista histórico, isso quer dizer que as discussões a respeito das categorias atributivas dos nomes próprios não são recentes. Sobre isso, Carvalhinhos (2009) confirma que a problemática envolvendo o nome próprio e a relação semântica existente entre o objeto denominado e a palavra já são estudados há muitos séculos (desde Dionísio da Trácia, Século II a.C.). Mas, Ramos e Bastos (2010, p. 87-88) salientam que o seu tratamento científico originou-se somente com o “advento do Estruturalismo Linguístico, na virada dos séculos XIX e XX”, momento em que se privilegiou o “enfoque das ciências dos signos, a semiótica ou semiologia, do qual a onomástica passou a ser considerada um capítulo”.



José Leite de Vasconcelos (1958-1941)<sup>26</sup> destaca-se como um dos grandes precursores da história da Onomástica. O autor reconhece a existência de muitas espécies de nomes próprios, cujo estudo caberia ao que denomina de Onomatologia (VASCONCELOS, 1928), definida como o estudo do onomástico (nomes próprios) e a subdivide-se em três ramos: a) estudos de nomes geográficos, ou Toponímia; b) estudo de nome de pessoas, ou Antroponímia; c) estudo de vários outros nomes próprios, ou Panteonímia, isto é, de deuses, ventos, astros, sinos, embarcações etc. Para ele, “estudar nomes próprios é classificá-los segundo as fontes de que provém, quando possível, a origem de cada um” (VASCONCELOS, 1928, p. 4).

No Brasil, diferentemente da proposta de Vasconcelos (1928), que adota o termo Onomatologia, utiliza-se o termo Onomástica para referir-se aos estudos dos nomes próprios, baseada nas subáreas Toponímia e Antroponímia. Por aqui, o desenvolvimento e o avanço dos estudos onomásticos aconteceram, de fato, graças aos trabalhos da professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo (USP), que, com seus procedimentos e metodologias de pesquisa, propuseram maior visibilidade e notoriedade às investigações cujo objeto de estudo são os sistemas de denominação.

Seguindo a teoria de Albert Dauzat e sendo orientada por Carlos Drummond, Dick, em 1980, defendeu a tese de doutorado intitulada *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, sendo publicada, em 1990, com o título *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Obra que se transformou em um divisor de águas nas pesquisas onomásticas no Brasil, especialmente, para as pesquisas linguísticas na área da Toponímia.

Dick prosseguiu, principalmente, com as investigações pautadas na essência dos nomes de lugares, criando categorizações metodológicas para a motivação dos mesmos e para a sua descrição e a análise nos Atlas Toponímicos brasileiros. Em seus inúmeros e relevantes trabalhos, adotou a

---

<sup>26</sup> Sobre José Leite de Vasconcelos (1958-1941), Amaral e Seide (2020, p. 37) informam que “o autor doutorou-se em Filologia, em 1901, na Universidade de Paris, com a tese *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Em 1928, publicou a obra *Antroponímia Portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. A obra apresenta um estudo sistemático e pormenorizado dos antropônimos da língua portuguesa, incluindo aspectos etimológicos e gramaticais, entre outros, com farta exemplificação”.

terminologia Toponímia, para as pesquisas direcionadas aos nomes de lugares; e o termo topônimo, para o designativo de lugar em si.

Conquanto, Dick (1990) faz uso também da expressão linguística “estudo toponomástico” como análoga aos “estudos toponímicos”, o que, por extensão, conduz ao livre entendimento de que Toponímia e Toponomástica sejam tratadas como sinônimas no texto em questão.

Para efeitos de diferenciação terminológica, Coseriu (1999, p. 15) conceitua tais termos da seguinte forma: “toponímia como conjunto de nomes de lugares, e toponomástica como uma disciplina que estuda esse conjunto de nomes”<sup>27</sup>. A Toponomástica, no teor dessa discriminação, ocupa-se, portanto, do estudo científico da Toponímia. Essa distinção também é vista em Trapero (2014): “contamos já, inclusive, com uma distinção explícita entre o termo toponímia, como conjunto dos nomes de lugar, e o de toponomástica como disciplina que os estuda”<sup>28</sup>. Na mesma distinção terminológica, Pocklington (S/D) destaca que,

A toponímia é um conjunto de topônimos. Na prática, trata-se sempre de um grupo de nomes de lugar que têm algo em comum. Pode tratar-se de todos os nomes pertencentes a uma área geográfica: a toponímia europeia, a toponímia espanhola, a toponímia da Mancha, a toponímia de Elche etc. Também pode referir-se ao conjunto de topônimos procedentes de uma mesma língua ou período histórico: toponímia árabe, toponímia catalã, toponímia pré-romana, toponímia medieval.

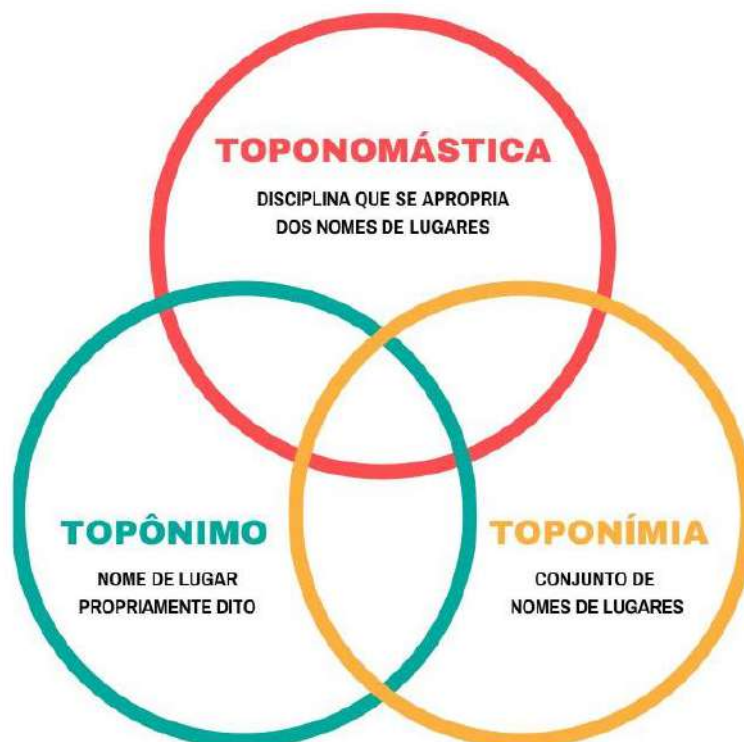
Seguindo esta concepção terminológica, adotar-se-á, portanto, nesta investigação, a seguinte terminologia:

---

<sup>27</sup> “[...] distinguiremos estrictamente entre toponimia, como ‘conjunto de los nombres de lugar’, y toponomástica como disciplina que los estudia (COSERIU, 1999, p. 15, tradução do autor).

<sup>28</sup> “[...] Contamos ya, incluso, con una distinción explícita entre el término toponimia, como conjunto de los nombres de lugar, y el de toponomástica como disciplina que los estudia (TRAPERO, 2014, p. 1, tradução do autor).

**Figura 02:** Terminologias e conceitos adotados na pesquisa



Fonte: do autor (2022)

A Toponomástica, no enfoque de Pocklington (s/d, p. 4), propõe-se a auscultar, necessariamente, sobre todos os aspectos da vida dos nomes de lugares, “desde sua criação até seu desaparecimento, incluindo sua coleção sistemática de fontes orais e escritas, ordenação taxonômica, localização geográfica, documentação histórica, análise linguística, estudo etimológico e classificação semântica”<sup>29</sup>. Cabrera (2003, p. 9), de outra forma, explica que os objetivos dos estudos toponomásticos se centram em desvendar “o processo de gênese dos nomes de lugares, dando uma explicação formal desses nomes e descobrir seus significados originais”<sup>30</sup>.

A Toponomástica, de acordo com Pocklington (s/d), é composta por três vertentes de investigações, certamente, distintas, contudo, complementares:

<sup>29</sup> Indaga acerca de todos los aspectos de la vida de los nombres de lugar, desde su creación hasta su desaparición, incluyendo su recogida sistemática de fuentes orales y escritas, ordenación taxonómica, ubicación geográfica, documentación histórica, análisis lingüístico, estudio etimológico y clasificación semántica (POCKLINGTON, s/d, p. 4, tradução do autor).

<sup>30</sup> Los objetivos de la investigación toponomástica se centran en ilustrar el proceso de la génesis de los nombres de lugar, dar una explicación formal a esos nombres y descubrir su significación original (CABRERA, 2003, p. 9, tradução do autor).

- a) A toponomástica pura. Pesquisa sobre os aspectos universais da toponímia: a origem, natureza e comportamento dos nomes de lugares.
- b) A etimologia toponímica. O estabelecimento de uma epistemologia rigorosa para a metodologia etimológica que é usada na reconstrução da história de cada nome de lugar.
- c) A toponomástica aplicada. O estudo da utilidade e validade da aplicação dos resultados em outros campos (POCKLINGTON, s/d, p. 2)<sup>31</sup>.

Esta pesquisa se constrói na esteira dos estudos da Toponomástica Aplicada, que, nesse âmbito, “aproveita dos resultados das investigações toponímicas para extrair informações de interesse de outras áreas e ciências, como História, Geografia, Arqueologia, Linguística Diacrônica, Dialectologia, Botânica, Zoologia e Geologia” (POCKLINGTON, s/d, p. 4)<sup>32</sup>.

A Toponomástica, nessa perspectiva, assume uma perspectiva “capaz de integrar métodos e um número considerável de conhecimentos de campos muito diversos, de maneira direta ou vertical e indireta ou horizontal, predominando, contudo, a perspectiva linguística, com valoração, em particular, da pesquisa etimológica” (RAMOS; BASTOS, 2010, p. 87).

As investigações enquadradas nessa vertente, segundo Pocklington (s/d), são estudos interdisciplinares, “um complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam” (DICK, 1990, p. 19), uma vez que transcendem o conhecimento linguístico propriamente dito, pois necessitam do auxílio de outras áreas do conhecimento. Um estudo nessa perspectiva permite resgatar aspectos da memória social de um povo, sem deixar de considerar o seu contexto histórico, geográfico e social étnico (DICK, 2007). Especialmente, porque o nome próprio, especificamente, “registra e perpetua crenças, valores, ideologias, devoções, motivações e procedências de seus grupos sociais” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 10).

---

<sup>31</sup> La toponomástica pura. La investigación acerca de los aspectos universales de la toponimia: el origen, naturaleza y comportamiento de los topónimos. La etimología toponímica. El establecimiento de una rigurosa epistemología para la metodología etimológica que se emplea en la reconstrucción de la historia de cada topónimo. La toponomástica aplicada. El estudio de la utilidad y validez de la aplicación de los resultados en otros campos (POCKLINGTON, s/d, p. 2, tradução do autor).

<sup>32</sup> La toponomástica aplicada aprovecha los resultados de las investigaciones toponímicas para extraer información de interés para otras áreas y ciencias, como la historia, la geo-grafía, la arqueología, la lingüística diacrónica, la dialectología, la botánica, la zoología y la geología. (POCKLINGTON, s/d, p. 4, tradução do autor).



Postula Dick (1998, p. 42) que o sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião (DICK, 1997, p. 42). E os nomes de lugares, notadamente, seguem, pois, essa lógica. Dessa forma, os estudos toponomásticos, cujo visam o nível lexical de lugar, são, assim, justificados, segundo Cabrera (2003), pela necessidade do homem de nomear, de alguma forma, o espaço físico em que está inserido. E que nesses nomes “estão, muitas vezes, refletidas características específicas que ajudam identificar esse espaço físico” e, desse modo, podem ser “referências à forma e cor do terreno, à flora, à fauna, à procedimentos agrícolas, eventos históricos etc.” (CABRERA, 2003, p. 3)<sup>33</sup>.

Os estudos Toponomásticos, ponto de vista linguístico, cultural, histórico etc., são salutares, pois, como bem evidencia Silva (2000, p. 60), ao buscarem a etimologia e a história dos nomes, mais precisamente dos respectivos lugares (combinando com o conhecimento linguístico e o ambiente em que o indivíduo está inserido), se tornam fundamental “para evidenciar as inter-relações de L(íngua) – P(opulação) – T(errítório)”. A Toponomástica, nesse viés, pode, notadamente, em muito auxiliar no conhecimento do agir e do viver individual ou coletivo, revelando, por exemplo, indícios de comportamentos passados e condutas presentes no cotidiano, bem como vestígios de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

É o que, de fato, busca-se nesta tese: conhecer e caracterizar o processo de criação de um conjunto de topônimos, neste caso, os nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins, articulando-os ao viés do ensino. Via integração de saberes, o estudo poderá permitir formular hipóteses sobre a colonização e o povoamento das comunidades quilombolas em questão, bem como sobre outros eventos de natureza histórica; contribuir na compreensão sobre as atividades, mentalidade e os costumes dos seus habitantes; e também auxiliar no entendimento dos fatores linguísticos (meio social, cultura, ambiente físico, outros) adotados pelos denominadores no

---

<sup>33</sup> En estos nombres se suelen reflejar características específicas que ayudan a identificar ese espacio físico. Así, puede tratarse de referencias a la forma y color del terreno, a la flora, a la fauna, a procedimientos agropecuarios, a acontecimientos históricos, a nombres de personas, etc. (CABRERA, 2003, p. 3, tradução do autor).

momento em que o rio, a serra, a região, a comunidade em si foram designados por um nome.

### **3.4 O signo toponímico e a categorização dos nomes**

Em diferentes épocas e distintos espaços, o ser humano, dado seu contexto de vivências, recebe do ambiente físico, da paisagem, do seu território e do lugar em que se está inserido numerosos estímulos designativos (tais como, fatores geo-históricos e geomorfológicos, aspectos das ações humanas acumuladas sobre o meio natural, atributos do lócus de vida e de reprodução de valores e crenças ou a partir de experiências, ambiguidades e valores humanos experienciados no contexto geográfico do mundo vivido), os quais podem recobrir os mesmos traços de motivação geradores do processo de nomeação dos locativos.

O que implica dizer que, no plano onomasiológico, “o denominador pode passar do estágio contemplativo das influências naturais à posição dialética ativa de um construtor de imagens e símbolos nominais” (DICK, 2004, p. 180) e, assim, por consequência, “preencher os vazios do espaço, recortando lugares e dando-lhes conformação referencial pelos nomes de batismo” (DICK, 2004, p. 181).

Sabendo que o sistema linguístico, “nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade em diferentes épocas” (SEABRA, 2015b, p. 3) e que, por intermédio dos signos simbólicos, “traduz-se o pensamento, valores pessoais e sociais do homem enquanto ser social de diferentes sociedades no decurso da história” (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11), o signo toponímico, no feixe dos seus impulsos, é delimitado pela sua motivação, diferentemente do signo linguístico (marcado pela arbitrariedade). O que, de fato, os diferencia é “a função significativa quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo” (ANDRADE, 2010, p. 20). Explana ainda a pesquisadora que:

O signo, na toponímia, é direcionado pela função onomástica, identificar nomes, caracterizada pela motivação. Deve, portanto, ser encarada sob dois ângulos: a função do denominador (razões que fazem com que o falante escolha e/ou selecione um signo

toponômico, dentro de um eixo paradigmático) e a natureza do produto dessa escolha: a própria origem semântica da denominação, de modo transparente ou opaco (ANDRADE, 2010, p. 21).

Siqueira (2011, p. 191), nessa alusão, preconiza que o signo toponímico, além do seu caráter motivado em relação ao referente nomeado, apresenta, também, “particularidade específica de sua função”, justamente porque essencialmente possui “caráter identitário, já que situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato”. Nessa concepção, Isquierdo (2011, p. 469) postula que

é preciso considerar a complexidade e a diversidade dos processos de nomeação de lugares, haja vista em especial o fato de que a atribuição de um nome a um espaço geográfico sempre contém um componente subjetivo, já que o ato de nomear nasce da necessidade de marcar território, de imprimir uma marca de identidade ao espaço habitado, o que pode evocar diferentes sensações, motivações, dependendo da condição do denominador e do momento da nomeação (ISQUERDO, 2011, p. 469).

Dick (1992, p. 287), inteirada da subjetividade latente aos topônimos, salienta que as diferentes nuances significativas que dão forma ao nome de lugar, e as mais diversificadas informações que dele se pode depreender, acabariam por tomar a matéria um repositório de fatos línguo-culturais de amplitude considerável, dado que, ao eleger o nome de um lugar, “o homem faz uso de suas habilidades linguísticas, associando a denominação aspectos da realidade da comunidade, agregando a ele motivação, convenção e identificação” (DAL PIZZOL, 2014, p. 17). O topônimo, enquanto signo simbólico, é, pois, um artefato linguístico no mundo onomástico, “um elemento multifacetado que consiste no nome próprio em função designativa de um espaço humano” (MELO, 2017, p. 245).

O estudo do signo toponímico, este como elemento do léxico, tem “a complexa função de traduzir a “fiel” imagem de uma realidade vivida por uma comunidade” (ARAUJO, 2014, p. 43). Estudá-lo, necessariamente como uma unidade lexical, no entender de Melo (2017, p. 246), é compreendê-lo “em suas diversas potencialidades, evidenciando e resgatando as razões que fazem ou fizeram com que o sujeito-nomeador escolhesse um determinado nome, dentro de um eixo de possibilidades sêmicas para designar um aglomerado humano”.

Sendo o ato denominativo de lugares um caminho possível para o conhecimento da realidade linguística e extralinguística de um grupo social, os nomes de lugares costumam ser estudados como signos toponímicos dotados de simbologias e ideologias e, como tal, são explorados, dentre outros, a partir dos seus traços léxico-semântico e etimológicos. Dispondo os topônimos de representação na língua como vocabulário onomástico, os signos toponímicos são analisados a partir da sua motivação toponímica. E tal procedimento se realiza considerando a categorização dos nomes e analisados, geralmente, a partir das taxonomias, causa denominativa, mecanismos de nomeação e motivação toponímica (ARAUJO, 2014).

Concorda-se, aqui, com a ideia de motivação toponomástica defendida por Guiraud (1986). O autor considera a existência de três noções ao se abordar o signo linguístico: a de arbitrário, a de motivação e a de convenção. Ele julga que o “arbitrário se opõe a motivado, e tem como corolário convencional, visto que, na ausência de qualquer motivação apenas a convenção fundamenta a significação. Convencional, entretanto, não exclui motivado” (GUIRAUD, 1986, p. 27-28). Na guisa da consideração que “todas as palavras são etimologicamente motivadas” (GUIRAUD, 1986, p. 27-28), ele considera a motivação como:

[...] uma força criadora inerente à linguagem social”, que é um organismo vivo de origem empírica; somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica que pode aliás, ao se apagar, trazer uma alteração de sentido (GUIRAUD, 1986, p. 31).

Motivação esta que, com o passar do tempo, pode vir a “se tornar obscura pelo distanciamento temporal do fato que lhe deu origem”. Pode, inclusive, o nome sofrer “inúmeras alterações de sentido, sem nenhum vínculo semântico com o significado original nem com o fenômeno de sua ocorrência primeira”, lembra Silva (2017, p. 71). E é importante destacar que essa motivação, ora regular e estável, ora flexível e mutável, que permite ao pesquisador “a busca da explicação da escolha do nome, a causa denominativa, e, no caso do estudo dos topônimos, muitas vezes, apenas a etimologia da

palavra não é suficiente para explicar sua motivação” (CASTIGLIONI, 2014, p. 17).

De acordo com Dick (1990), essa motivação deriva-se de um elemento físico ou antropocultural. As motivações de ordem física podem ser constituídas a partir de elementos próprios do lugar, como a topografia, hidrografia, fitogeografia, fauna, flora etc., e as motivações impulsionadas pela natureza antropocultural podem ser concebidas levando em conta os coeficientes histórico-culturais e político-sociais inerentes às situações experienciadas pelo o homem em seu contexto de relações interpessoais. Ilustra-se, a seguir, o modelo taxonômico desenvolvido por Dick (1990), a qual servirá de subsídio teórico-metodológico nesta discussão toponomástica:

**Quadro 04:** Taxonomias toponímicas de Dick (1990)

<b>TAXONOMIA DE NATUREZA FÍSICA</b>	<b>TAXONOMIA DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL</b>
Astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos, zootopônimos.	Animotopônimos ou nootopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematotopônimos, hierotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos, somatotopônimos.

Fonte: Adaptado de Dick (1990)

Detalha-se, a seguir, cada uma das taxonomias propostas por Dick (1990):

**Quadro 05:** Taxonomias de natureza física

01	<b>Astrotopônimos</b>	topônimos relativos aos corpos celestes em geral.
02	<b>Cardinotopônimos</b>	topônimos relativos às posições geográficas em geral.
03	<b>Cromotopônimos</b>	topônimos relativos à escala cromática.
04	<b>Dimensiotopônimos</b>	topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos.
05	<b>Fitotopônimos</b>	topônimos relativos aos vegetais.
06	<b>Geomorfotopônimos</b>	topônimos relativos às formas topográficas.



07	<b>Hidrotopônimos</b>	topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral.
08	<b>Litotopônimos</b>	topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo.
09	<b>Meteorotopônimos</b>	topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.
10	<b>Morfotopônimos</b>	topônimos relativos às formas geométricas.
11	<b>Zootopônimos</b>	topônimos referentes aos animais.

Fonte: Dick (1990).

**Quadro 06:** Taxonomias de natureza Antropocultural

01	<b>Animotopônimos ou Nootopônimos</b>	topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual.
02	<b>Antropotopônimos</b>	topônimos relativos aos nomes próprios individuais.
03	<b>Axiotopônimos</b>	topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais.
04	<b>Corotopônimos</b>	topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
05	<b>Cronotopônimos</b>	topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novos.
06	<b>Ecotopônimos</b>	topônimos relativos às habitações em geral.
07	<b>Ergotopônimos</b>	topônimos relativos aos elementos da cultura material.
08	<b>Etnotopônimos</b>	topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas).
09	<b>Dirrematotopônimos</b>	topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos.
10	<b>Hierotopônimos</b>	topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. [...] Essa categoria subdivide-se em: (i) Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. (ii) Mitotopônimos: entidades mitológicas.
11	<b>Historiotopônimos</b>	topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, os seus membros e às datas comemorativas.
12	<b>Hodotopônimos</b>	topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural.
13	<b>Numerotopônimos</b>	topônimos relativos aos adjetivos numerais.
14	<b>Poliotopônimos</b>	topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.
15	<b>Sociotopônimos</b>	topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos.
16	<b>Somatotopônimos</b>	topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.

Fonte: Dick (1990).

Essa bipartição para o estudo científico do léxico toponímico deliberada por Dick (1990) é uma metodologia de classificação e ajuste dos topônimos em suas categorias. Pesquisas toponomástica brasileiras, em geral, e inclusive estudiosos estrangeiros, adotam esse modelo taxonômico. A terminologia técnica utilizada por Dick (1990) é “formada pelo termo que justifica a escolha do elemento denominativo e pelo vocábulo que identifica a ciência específica”,

explica Castiglioni (2014, p. 24). Assim, por exemplo, nomes relativos às formas topográficas foram denominados geomorfotopônimos (geomorfo = elemento designativo; topônimo = identificação da ciência específica), como Montanhas (AH RN), Monte Alto (AH SP), Morro Azul (AH RS), exemplificação de Castiglioni (2014) como base em Dick (1992, p. 26 e 31).

Além do modelo taxonômico apresentado por Dick (1990), é válido mencionar que, em virtude da necessidade de sistematizar os estudos toponímicos, diferentes estudiosos na área têm se empenhado em ampliar ainda mais essa classificação e taxonomias de topônimos. Isso é justificado pelo caráter móvel do léxico (como citado), que se altera e se expande conforme mudanças sociais e culturais, que, por consequência, acaba por originar topônimos que necessitam de uma taxonomia mais adequada, sobretudo quanto ao seu valor semântico.

Embora as taxas de Dick (1990) possibilitem classificar os topônimos de forma bem ampla, isso quer dizer que ainda há aqueles que carecem de uma taxonomia mais adequada ao valor semântico que lhes são intrínsecos. Como é o caso das pesquisas de Santos (1996), Lima (1997), Ramos (1997) e Francisquini (1998), citadas por Aguilera (1999), que, sob diferentes enfoques, relataram dificuldades com topônimos não classificados pelas taxonomias de Dick (1990).

**Quadro 07:** Pesquisas do projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR) que consideraram as taxonomias de Dick (1990) incompletas

<b>Título da pesquisa</b>	<b>Pesquisador(a)</b>	<b>Modalidade da pesquisa</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Contexto</b>
Topônimos Londrinenses: uma proposta taxionômica com base no motivo da denominação	SANTOS, C. D	Monografia	1996	Análise de 600 antropotônimos femininos londrinenses
A Motivação Religiosa nos Topônimos Paranaenses	LIMA, I. A.	Comunicação oral	1997	Análise de hagiôtônimos na denominação de municípios paraenses
A influência indígena na toponímia do Paraná	RAMOS, J. A	Comunicação oral	1997	Análise da influência dos povos indígenas no ato

				denominativos dos municípios paranaenses
O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba	FRANCISQUINI, I. A	Dissertação de mestrado	1998	Estudo sobre as classes de antropotônimos, hagiôtônimos e corotônimos no Norte Novíssimo Paranaense

Fonte: do autor (2022).

Para tanto, Aguilera (1999) cita que a fim de tentar atender à diversidade de motivações e significados que são inerentes aos topônimos, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), a equipe do projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR)<sup>34</sup>, tem proposto novas classificações:

Acronimotopônimos – quando o nome é formado por processo de siglagem, como Cianorte; Necrotopônimos – quando se referem ao campo semântico da morte, ou atos fúnebres, como rio Caveira; Grafematopônimos – quando representados por letras, por exemplo, Seção C; Estematotopônimos – quando o nome evoca impressões sensoriais, ou relativos aos cinco sentidos, como Água Morna; e, por último, os Higietopônimos – quando se refere à limpeza, à saúde e ao bem-estar físico, como Ribeirão Água Limpa (AGUILERA, 1999, p. 174).

Mais recentemente, Pereira e Nadin (2017), embasados em Dick (1990 e 1992), apresentam a proposta de uma nova taxie, no objetivo de que os toponimitas possam “interpretar os nomes de lugares com maior segurança do ponto de vista semântico” (DICK, 1999, p. 142). Os autores sugerem uma taxonomia para nomes de lugares que fazem referência a grau de parentesco. E justificam a criação dessa taxie pelo fato de encontrarmos trabalhos em que topônimos como “Irmão Brasil/ Bodoquena (MS), Tio/São Gabriel do Oeste (MS), Vó Chica/Nova Andradina (MS), por exemplo, são classificados como

<sup>34</sup> Segundo Zamariano (2012, p. 83), o ATEPAR teve como objetivo “inventariar e classificar todos os topônimos paranaenses, segundo as taxionomias propostas por Dick (1990). O Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Antonieta Carbonari de Almeida, desenvolveu, no período de 1996-1999, o projeto “Pelos caminhos do Paraná: esboço de um Atlas Toponímico (ATEPAR)” que, nessa etapa, fez o levantamento e a classificação dos topônimos de 323 municípios cadastrados pelo IBGE, até 1991. Já na sua segunda etapa, o projeto “A Toponímia Paranaense (ATEPAR)2”, desenvolvido entre 2000 e 2003, envolveu os novos municípios emancipados a partir de 92, perfazendo o total de 399 municípios. A partir dessas iniciativas constituiu-se o banco de dados do ATEPAR (cerca de 20.000 topônimos cadastrados com análise etnolinguística, taxionômica e etimológica), com dados obtidos mediante cartas enviadas às Prefeituras Municipais” (ZAMARIANO, 2012, p. 83).

axiotopônimos” (PEREIRA; NADIN, 2017, p. 239). E, para sugerirem uma taxionomia para designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais, Pereira e Nadin (2017, p. 239) explicam o seguinte;

foi necessário realizar uma busca pelos prefixos e radicais gregos e latinos com a intenção de encontrar um elemento que desse conta do caráter genérico que uma taxionomia precisa possuir. Nessa busca, encontramos duas possibilidades: *Frater, tris*: denominação de origem latina que serve para designar irmão, parente (PORTO EDITORA, 2010, p. 196); *Parens, entis*: denominação latina para referências a pai, mãe, avô, antepassado, os pais (pai e mãe), os antepassados (PORTO EDITORA, 2010, p. 349). Entre as duas, optamos por esta última por abranger de forma genérica as designações toponímicas que servem para homenagear um ente querido de qualquer grau. Com essa postura, aproveitamos o genitivo latino *parentis* que, agregado a topônimo, **formou a taxionomia parentistopônimo**: designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais ou, tão somente, topônimo cuja unidade léxica é um signo linguístico que lembra qualquer grau de parentesco.

Dick (1999) reconhece que as taxonomias toponímicas podem ser ampliadas à medida que novas estruturas vocabulares se constituem, mas que, no entanto, devem sempre respeitar o modelo originário, assim descrito:

adoção de um prefixo nuclear (greco-latino) de característica nocional, relativo a um dos dois campos de ordenamento cósmico, o físico e o humano; acréscimo do termo “topônimo” ao elemento prefixal, para dar a justa medida do campo de atuação da unidade onomástica criada (DICK, 1999, p. 142).

É importante enfatizar que as propostas de classificações de topônimos procedem da complexidade e das singularidades que envolvem a nomeação de um lugar e têm sido apresentadas apenas como uma tentativa de contemplar situações denominativas que não se encontram respaldadas pelo modelo taxonômico proposto por Dick (1990).

Dessa tônica, depreende-se que o signo toponímico é, por natureza, complexo, uma vez que a sua estrutura pode ser analisada sob aspectos intra e extralinguísticos. Para Dick (1990), este representa uma projeção aproximativa do real e, para o processo de sua categorização, deve-se, então, se ater à cosmovisão do grupo em que está situado esse sujeito. O recorte linguístico deste estudo é propriamente os povos quilombolas, a qual o lugar é pensando como um complexo linguístico cultural. Nesse propósito, a subseção seguinte visa discutir, necessariamente, sobre seus espaços e territorialidades, no fito de

entender as condições *sine qua non* para ato de designação das suas comunidades.

### 3.5 Toponímia Quilombola: feições linguístico-culturais

Para a formação da sociedade e da cultura brasileira, considerável foi a influência africana nos costumes e na cultura em geral (cozinha, religião, música, atitudes) (BIDERMAN, 2002). De tal modo, inúmeras são as contribuições linguísticas africanas ao português brasileiro, percebidas, especialmente, nos níveis lexicais, semânticos, sintáticos e, de maneira rápida e profunda, na língua falada.

A introdução das línguas africanas no Brasil ocorreu mais precisamente no período do Tráfico Negreiro, quando os portugueses passaram a praticar o tráfico de escravos da África à América. Sobre isso, Biderman (2002, p. 68-69) pondera que:

A importação de escravos africanos para o Brasil, que se iniciara no século XVI, continuaria até meados do século XIX. Nesses quatro séculos, quatro milhões (ou mais) de africanos das mais variadas culturas e línguas ingressaram no Brasil. Muitas foram as línguas e culturas africanas trazidas pelos escravos: iorubá (ou ioruba) e nagô (da Nigéria), gege (do Daomé), mina (da Costa do Ouro), mandinga e haussá (da Guiné e da Nigéria), línguas bantus (de Angola e do Congo), quicongo, cabinda, etc.

Durante esse período, o povo africano encontrou um cenário linguístico já em uma disputa, no caso, entre “a língua brasílica, utilizada na área de domínio do povo tupinambá, língua geral (paulista e amazônica) e a língua portuguesa, falada, principalmente, nos centros administrativos” (SANTANA; PAIM, 2019, p. 291). A presença desse novo elemento étnico-linguístico incrementou ainda mais o multilinguismo que já estava instalado no Brasil. À medida que o escravo africano incorporou a paisagem brasileira durante o sistema colonial, sendo até, muitas vezes, considerado como habitante natural, as unidades lexicais africanas, por certo, também se firmavam, tais quais em “designativos de iguarias, bebidas, plantas, animais, frutos, remédios, danças, instrumentos, ferramentas e artefatos diversos” (COTTA, 2018, p. 697). Castro (2012, p. 37), ao discorrer sobre a participação das línguas africanas na configuração do



patrimônio linguístico do português do Brasil, considera que os vocábulos aqui integrados:

São palavras portadoras de elementos culturais compartilhados por toda a sociedade brasileira, no âmbito da recreação (samba, capoeira), dos instrumentos musicais (berimbau, cuíca, agogô), da culinária (mocotó, moqueca), da religiosidade (candomblé, umbanda), das poéticas orais (os tutus dos acalantos, o tindolelê das cantigas de roda), das doenças (caxumba), da flora (dendê, maxixe, jiló), da fauna (camundongo, minhoca), dos usos e costumes (cochilo, muamba), dos ornamentos (miçanga, balangandã), das vestes (tanga, sunga), da habitação (cafofo, moquiço), da família (caçula, babá), do corpo humano (bunda, corcunda, banguela, capenga), das relações pessoais e de carinho (xodó, denngo, cafuné), dos insultos (sacana, lelé), do mando (bamba, capanga), do comércio (quitanda, muamba, maracutaia).

O fazer denominativo de locativos, também, insere-se nesse contexto e, por essa razão, o traço linguístico-cultural africano, por certo, é encontrado na toponímia brasileira. Embora o sistema toponímico brasileiro, como um todo, registre a predominância de signos toponímicos de origem portuguesa e um número significativo de topônimos oriundos de línguas indígenas, expressiva é a presença de designativos decorrentes de línguas africanas (DARGEL; ISQUERDO, 2005).

Pela natureza do topônimo, é possível conhecer lugares de lutas, de tradições, mitos e ritos, de dores, de cores, de fé, de gratidão. O recôncavo baiano é berço da cultura baiana e um exemplo exato da formação múltipla que há na raiz da nação brasileira. E muito de tudo isso, inclusive, encontra-se estampado no seu léxico onomástico-toponímico da região, a qual ressalta-se a presença da cultura africana. Santana (2018), nessa conjuntura, apresenta um estudo detalhado sobre a microtoponímia de origem africana dos municípios que compõem o Território de Identidade do Recôncavo baiano. Nos municípios que compõem esse *locus* de pesquisa, a autora coletou um corpus de 886 topônimos referentes aos povoados, os quais, da totalidade, 507 são de origem linguística portuguesa, 159 de origem indígena, 47 de origem africana, 100 possuem formação híbrida e 34 são de origem controversa.

Merece acentuar que o estado de Minas Gerais, também, é um território a ser exemplificado como localidade que recebeu bastante influência africana no processo denominativo dos nomes de lugares no Brasil. Em sua tese de

doutoramento, Seabra (2004) realizou um estudo sobre os topônimos da Região do Carmo – MG e a análise dos dados reflete o contexto histórico-cultural da formação dessa parte do território mineiro. Ocupada por bandeirantes paulistas, a região, após o episódio conhecido como emboabas, caracteriza-se por receber inúmeros imigrantes portugueses da região noroeste de Portugal que ali se fixaram.

Observa Seabra (2004) que dos povos que habitaram a região do Carmo ficaram sempre alguns vestígios na toponímia local, mostrando a designação como um vínculo a um processo histórico em que a civilização portuguesa predomina, com infiltrações étnicas, como as de origem africana. Pontua a autora que pode se notar, inclusive, topônimos que remetem às escavações e à procura incessante do ouro, como “Morro Alio, Buraco Funtkr, ao assentamento do homem no solo, devido, sobretudo, à prática da pecuária e da agricultura, podendo-se, então, observar Baixada, Vargem” (SEABRA, 2004, p. 56).

O Brasil constitui-se como um território pluriétnico e, conseqüentemente, plurilinguístico e, por ser um dos locais do continente americano que recebeu maior fluxo de africanos escravizados, revela a partir da essência de suas designações de lugares vários aspectos desse período e respectiva história, ajudando-nos a penetrar no tempo passado. Nisso, o topônimo torna-se um importante meio de investigação linguística, uma vez que se constitui de reminiscências de um passado, muitas vezes, esquecido, mostrando-se de uso fundamental para o estudo da língua, sobretudo, relacionados à história e à cultura local, em um fazer etnolinguístico.

É certo, dessa maneira, compreender que o estudo toponímico, inevitavelmente, inclui investigações históricas. E sobre a toponímia africana no Brasil, Dick (1990) sublinha que os estudos toponomásticos que perpassam por esse contexto envolvem, pela peculiaridade, um conhecimento genérico da problemática do negro no país:

Elemento alógeno, o africano que aqui se fixou, desde a segunda metade do século XVI, criou raízes no território e se tornou responsável pelo stock mestiço (mulatos e pardos) dos mais representativos no conjunto da população brasileira, se levamos em conta as estatísticas elaboradas [...] Apesar de o tráfico negreiro ter tido como uma de suas causas a mão de obra barata, destinada, no Brasil ao trabalho agrícola nas plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau, café e algodão,

dispersas pelas da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Pará; os nas minerações das Gerais, Mato Grosso e, mesmo, no aproveitamento em serviços domésticos e/ou urbanos, não se pode considerar o negro como um elemento meramente “marginal” à sociedade brasileira (DICK, 1990, p. 137-138).

E isso justifica-se pelo fato do negro africano, no Brasil colônia, ter adquirido o português como segunda língua, tornando-se agente transformador e difusor da língua portuguesa, bem como contribuindo demasiadamente no vocabulário brasileiro e, sobretudo, marcando um lugar apreciável na toponímia brasileira. Sua influência no processo denominativo e expansão lexical, certamente, se exerceu por “ação urbana” e por “ação rural” nas áreas onde houve grande concentração de mão de obra escrava (PETER, 2005). E, de tal modo, para além de outros efeitos, os processos de nomeação materializados durante regime colonial e escravista, certamente, tenham sido influenciados pela situação histórica, social, política, econômica e cultural vivenciada pelos negros escravizados.

Os topônimos brasileiros de origem africana podem estampar reminiscências de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida dos povos africanos transplantados para substituir o trabalho escravo ameríndio no Brasil, os quais, por certo, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação. Por essa razão, conforme Dick (1990), estudar a toponímia africana, no Brasil, pressupõe o exercício de algumas etapas metodológicas, como “a análise dos principais componentes étnicos imigrados, a classificação das línguas faladas, o exame linguístico dos designativos onomásticos, a sua natureza semântica, as áreas de ocorrência” (DICK, 1990, p. 139).

Implica, assim, considerar a participação do negro-africano como personagem fulcral no desenrolar de diversos acontecimentos sociais, políticos e econômicos no país e, nesse sentido, entender os porquês de o indivíduo nomear este ou aquele topônimo, relacionados a um fator condicionante de origem física ou humana, significa compreender os fatos relevantes de natureza linguística e de ordem socioeconômica da história de muitas populações aqui instalada no regime colonial e escravista.

Além disso, estudar os africanismos<sup>35</sup> presentes na realidade toponímica brasileira pode, de algum modo, pode ainda ser um importante instrumento histórico de conhecimento das contribuições linguístico-culturais africanas para a formação do português do Brasil, ao passo que estudar as lexias nomeclatórias de lugar pode permitir uma retomada ao passado e a historicidade do espaço geográfico, bem como propiciar o conhecimento quanto à cultura dos povos negros africanos. Inclusive Lima (2011) cita que as unidades lexicais que designam certos lugares, advindas de línguas da família banto, como *quimbundo*, *quicongo* e *umbundo*, e da família iorubá, dentre outras, podem favorecer, por exemplo, o entendimento acerca dos remanescentes lexicais na rede toponímica brasileira.

Nesta discussão, ainda, merece situar o contexto toponomástico das comunidades quilombolas, as quais têm como fundamento “o contínuo reconhecimento da história de diáspora da população africana e a sua escravização em terras brasileiras” (OLIVEIRA; D’ABADIA, 2015, p. 269). Como bem mostram os autores, as comunidades quilombolas expressam o “alicerce de resistência negra e consiste em grupos que desenvolvem práticas cotidianas a partir de experiências vividas e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo” (OLIVEIRA; D’ABADIA, 2015, p. 269). Essas comunidades, a sua forma e feitio, possuem suas peculiaridades e muitas ainda guardam tradições antigas recebidas de seus ancestrais africanos (ANJOS; CYPRIANO, 2006):

A riqueza desse povo é o conhecimento dos meios básicos de subsistência e o convívio autêntico com seus pares e com a natureza. Este conhecimento nobre e sagrado se manifesta por meio das cantigas, da religião, da comida feita no fogão à lenha. Revela-se no feitio das roupas simples e coloridas, na produção artesanal, na pesca e na caça, no trabalho na roça, nos remédios e chás caseiros. Essas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura a medicina, religião, mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, a fabricação de utensílios de cerâmica e palha, a linguagem que sobreviveu pelo uso dos dialetos no cotidiano das

---

<sup>35</sup> A concepção de africanismo aqui empregado comunga com o conceito utilizado por Câmara Jr. (1985, p. 44): “são essencialmente empréstimos lexicais com adaptação à fonologia e à morfologia portuguesa”. Ou, em outras palavras, “o termo ou expressão de uso coloquial resultante do contato do português com a língua africana ocorrido na África, em Portugal ou no Brasil” (PETTER, 2005, p. 5).

famílias, a relação sagrada com a terra, a culinária, a importância da vida comunitária (ANJOS; CYPRIANO, 2006, p. 67).

Compreendendo o processo de nomeação como um ato designativo constituído por meio da relação entre ambiente, povo e cultura (COTTA, 2018), todos esses substratos e componentes sociais e históricos (tais como, tradições e tecnologias de seus antepassados, como citado), certamente, podem ter sido fatores decisivos dos grupos quilombolas aqui ainda alocados no processo da designação das coisas que perfazem seu mundo cultural. Considerando que a cultura quilombola “não se reduz às práticas artísticas e religiosas, como a dança da súa, as festas de santo e as folias de rei” e considerando que a expressão “cultura quilombola” pode “abranger, por exemplo, o saber local, a memória coletiva e o conhecimento geográfico ambiental (socioambiental)” (LOPES, 2009, p. 101), acredita-se que, no modo de vida, os aspectos da experiência histórica dos quilombolas constituíram-se como a mola impulsiva do processo nominativo, sobretudo, de lugares dos territórios quilombolas.

Isso é visto em Dick (2006, p. 136), quando afirma que “a cultura de um grupo social é determinante na condução do seu saber-fazer denominativo, ao tornar-se responsável pelas designações que formam a sua cadeia lexical”. O que faz-se depreender que, como prática cotidiana ou atividade comum, o processo de nomeação de lugares dos povos quilombolas podem ter sido oriundos do modo como este imprimiram/imprimem significação aos objetos, animais, lugares, pessoas, etc., sendo governado, principalmente, pelas circunstâncias do fazer e agir do seu grupo, o que engloba seu *modus vivendi, operandi e faciendi*, e que inclui tanto as convenções físicas, sociais e antropoculturais quanto as mentais dos indivíduos.

Esses signos toponímicos, por sua vez, ultrapassam as fronteiras do tempo, já que são perpetuados de geração em geração. Dessa forma, a medida em que os povos quilombolas utilizaram/utilizam de traços culturais, inclusive linguísticos, para nomear sua realidade, certamente, os topônimos criados por essas populações acabam por deter a função conservadora das tradições e dos costumes de tais comunidades, tornando-se vitrines de histórias locais.

Outro fato é que, possivelmente, a motivação toponímica de muitos locativos quilombolas pode também ter sido advinda do contato entre negros



escravizados e seus opressores e, posteriormente, por intermédio da miscigenação entre a cultura portuguesa e africana. Os estudos toponomásticos centrados no léxico quilombola podem, nessa concepção, denotar feições ideológicas em que há relações de poder entre as classes, já que, em uma formação social, “há concepções dominantes que instauram um poder simbólico ou ideológico sobre a comunidade. E essas concepções transferidas para as denominações de lugares influenciam o meio social, revelando padrões vigentes e dominantes da época” (FAGGION; MISTURINI; DAL PIZZOL, 2013, p. 19).

Na simbiose entre língua e cultura, em que se entrelaçam e reciprocamente se servem, no estudo do processo denominativo de lugares pode ser possível, além de resgatar fatos do *modus vivendi* das populações negras, retomar historicamente os artefatos da militância efetiva da causa negra, bem como voltar a crônica das suas lutas e resistência e a narrativa da recusa absoluta à ordem escravocrata e, em alguns casos, do próprio capitalismo. E, disso, podem ser fontes plausíveis de análise de sua realidade atual. Podem, nesse contexto, ajudar a contar as reminências históricas do deslocamento, forçado ou incentivado, dos escravos africanos em direção ao solo brasileiro, “revelando nuances da trajetória da apropriação da terra dos negros, as suas características singulares, incluindo suas ideologias, crenças, valores materializados nos discursos que perpetuam uma geração ainda acometida pelos resquícios da história da escravidão” (MACHADO; TEIXEIRA, 2017, p. 182).

Portanto, ao possibilitar o reconhecimento de fatos linguísticos, ideologias e crenças do ato denominativo, a toponomástica desponta na realidade quilombola como uma interessante área linguo-cultural para reconstruir os sentidos imbuídos na história social e cultural de suas comunidades.

# RESISTÊNCIA E DIÁSPORAS QUILOMBOLAS NO BRASIL E ESTADO DO TOCANTINS

## *Negro Guerreiro*

*Sou negro Guerreiro com meus pés no chão...  
Sou negro Quilombola do Morro de São João...  
Sou negro Guerreiro com meu pés no chão...  
Eu saio para luta com meu grande facão...*

*Sou negro Guerreiro com meus pés no chão...  
Defendo com orgulho a nossa linda tradição...  
Sou negro guerreiro com meus pés no chão...  
Um quilombo com tantas diversidades que eu  
amo de coração...*

*Sou negro guerreiro com meus pés no chão...  
Temos danças de tambores, congada e foliões...  
Sou negro guerreiro com meus pés no chão. ..  
Vamos todos dar um viva para todos os Santos,  
em especial São João..*

*Carlos Eduardo Negres Victorio – Caê  
Comunidade Morro de São João  
Município Santa Rosa do Tocantins*

Extraído da coleção de poemas do livro "Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares", elaborado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



#### **4. RESISTÊNCIA E DIÁSPORAS QUILOMBOLAS NO BRASIL E ESTADO DO TOCANTINS**

A escravização dos negros, provavelmente, tenha sido a maior e mais prolongada transmigração forçada de povos registrada em toda história, tão rica de consequências que nenhum estudo consegue abrangê-la totalmente (VIANNA, 1970). Sem qualquer pretensão de esgotar a discussão acerca desta temática, procura-se, neste capítulo, compreender, excepcionalmente, a diáspora negra e sua escravização no Brasil, bem como a constituição de comunidades quilombolas, especialmente, no estado do Tocantins.

Discute-se, a princípio, alguns artefatos do tráfico e o comércio de escravos provenientes da África, a fim de, especialmente, compreender sobre os movimentos migratórios e a comercialização ilegal e desregulada de pessoas no Brasil. Em seguida, apresenta-se algumas reflexões sobre a resistência negra, a formação de quilombos e comunidades tradicionais durante os anos de práticas exploratórias colonialistas, oriundas de insubordinação contra toda e qualquer exploração e violência escravista. E, nessas considerações, expõe-se algumas ponderações acerca das ressemantizações e desdobramentos atuais dos termos Quilombo e Quilombolas, no propósito central de designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil (O'DWYER, 1995).

Posteriormente, aborda-se uma discussão em torno das comunidades quilombolas no Brasil, considerando suas tensões, lutas e desafios nos meandros atuais, tal como regulamentação fundiária e autodefinição dessas populações tradicionais. E, por fim, empreende-se um diálogo sobre a presença do negro (especialmente dos escravos) no estado do Tocantins, considerando a Rota do Ouro e a Rota do Gado, nos áureos tempos do regime escravocrata, como fatores decisivos para o deslocamento de inúmeros bandeirantes e aventureiros portugueses, com a força do escravo, para o Tocantins, sendo essas duas importantes rotas migratórias, (in)diretamente molas impulsivas à constituição de inúmeras comunidades quilombolas no território tocantinense, durante a escravidão negra no Brasil.

#### 4.1 O tráfico ultramarino de escravos africanos e a escravidão no Brasil: alguns apontamentos

A composição histórico-social do Brasil carrega artefatos memoráveis do tráfico e o comércio de escravos provenientes da África. Isso porque, nas Américas, o Brasil foi um dos maiores responsáveis pela diáspora<sup>36</sup> africana e sua escravização. Durante séculos, a escravidão<sup>37</sup> dessa população<sup>38</sup>, na consolidação da economia colonial, por meio da produção de açúcar, tabaco, mineração e criação de gado, dentre outras, foi uma alternativa que Portugal encontrou para suprir a mão de obra no Brasil.

O tráfico humano, por tempos, marcado pela dominação de uns pelos outros, era uma atividade comum e um negócio legal altamente lucrativo para comerciantes interatlântico. Essa atividade comercial surgiu, no início do século XV, da necessidade de gerar riqueza nas Américas e foi um grande “investimento econômico e cultural do capitalismo europeu, que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um novo sistema econômico mundial” (LEITE, 2017, p. 64). Com o desenvolvimento da colonização no Brasil, esse comércio clandestino acabou sendo aberto por colonos instalados aqui e, dessa maneira, a migração desregrada de homens e mulheres, para o uso do escravo africano, aconteceu, sobretudo, para fins dos empreendimentos coloniais portugueses.

A escravidão africana acabou tornando-se, à época, “uma instituição econômica de primeira importância” (WILLIAMS, 1975, p. 9). Todavia, “nada mais equívoco do que dizer que o negro veio ao Brasil. Ele foi trazido. E, como o próprio tempo do verbo, ser trazido implica fazer algo contra e a despeito de

---

<sup>36</sup> O conceito para diáspora africana ao longo do texto comunga com a concepção de Ferreira (2009, p. 268), a qual postula que se trata da “dispersão mundial dos povos africanos e de seus descendentes como consequência da escravidão e outros processos de imigração”. Segundo o teórico, ao referir-se a diáspora africana o conceito “abarca a história multicultural do Atlântico, ou seja, a análise e a cartografia da rede triangular de tráfico de escravos que enlaçou as culturas dos povos da África, Europa e América” (FERREIRA, 2009, p. 268).

<sup>37</sup> O conceito de Escravidão empregado nesta tese comunga com a concepção de Jaime Pinsky. “A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa. [...] O escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força” (PINSKY, 2010, n.p).

<sup>38</sup> Sabe-se que, anterior a escravização africana, na história do Brasil, em plena formação e constituição do sistema capitalista, grande foi também a apropriação da escravidão indígena pelos colonizadores portugueses, sendo o índio a principal força motriz trabalhadora. Destaca-se, aqui, que não se pretende adentrar a essa discussão histórica sobre a exploração do trabalho aborígine nos empreendimentos da Coroa Portuguesa.

sua vontade” [...] este foi, portanto, trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsório (PINSKY, 2010, n.p.).

Os colonos portugueses majoritariamente tinham preferência por escravos de diferentes povos, tendo em vista que a miscigenação cultural dificultava a possibilidade desses se organizarem e de se rebelarem contra a escravidão. Desses propósitos, diversos grupos étnicos, com culturas também distintas, por meio do tráfico ultramarino, também conhecido como tráfico negreiro, foram trazidos para o território brasileiro:

A Guiné e o Sudão, ao norte da linha do Equador, o Congo e Angola, no centro e sudoeste da África, e a região de Moçambique, na costa oriental, foram as principais áreas fornecedoras. Das duas primeiras vieram, entre outros, os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (muçulmanos, chamados malês na Bahia) e os nagôs ou iorubás. Estes últimos tinham uma grande influência política, cultural e religiosa em ampla área sudanesa. Eram de cultura banto os negros provenientes do Congo e de Angola — os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos, rebolos —, assim como os de Moçambique<sup>39</sup>.

De forma até natural, os portugueses se apropriaram desse negócio mercantil, por meio de contratos ou concessões reais, no qual o comércio era feito a partir de feitorias no litoral da África ocidental. De norte a sul da costa ocidental da África, gradualmente se estendeu o tráfico português ao longo do golfo de Guiné, de modo, inclusive, a não se poder nomear porto ou sítio geográfico, destaca Nina Rodrigues (2010, p. 33). E “essa corrente [de escravos capturados], a princípio fraca, aumentava de volume com regularidade, à medida que se estendia a superfície das terras exploradas pelos colonizadores portugueses” (PÉRET, 2002, p. 85).

Na prioridade da descoberta e no comércio da Costa do Ouro ou das Minas, o transporte desses trabalhadores até o Brasil mostra à sua luz verdadeira os horrores da travessia do oceano, não somente como uma coisa incomum ou desumana, mas como produto da época, os quais eram “comprimidos como sardinhas” – um verdadeiro sepulcro vivo (WILLIAMS, 1975).

A comercialização de escravos compreendia um emaranhado de interesses econômicos distribuídos de ambos os lados do oceano. Sendo tal

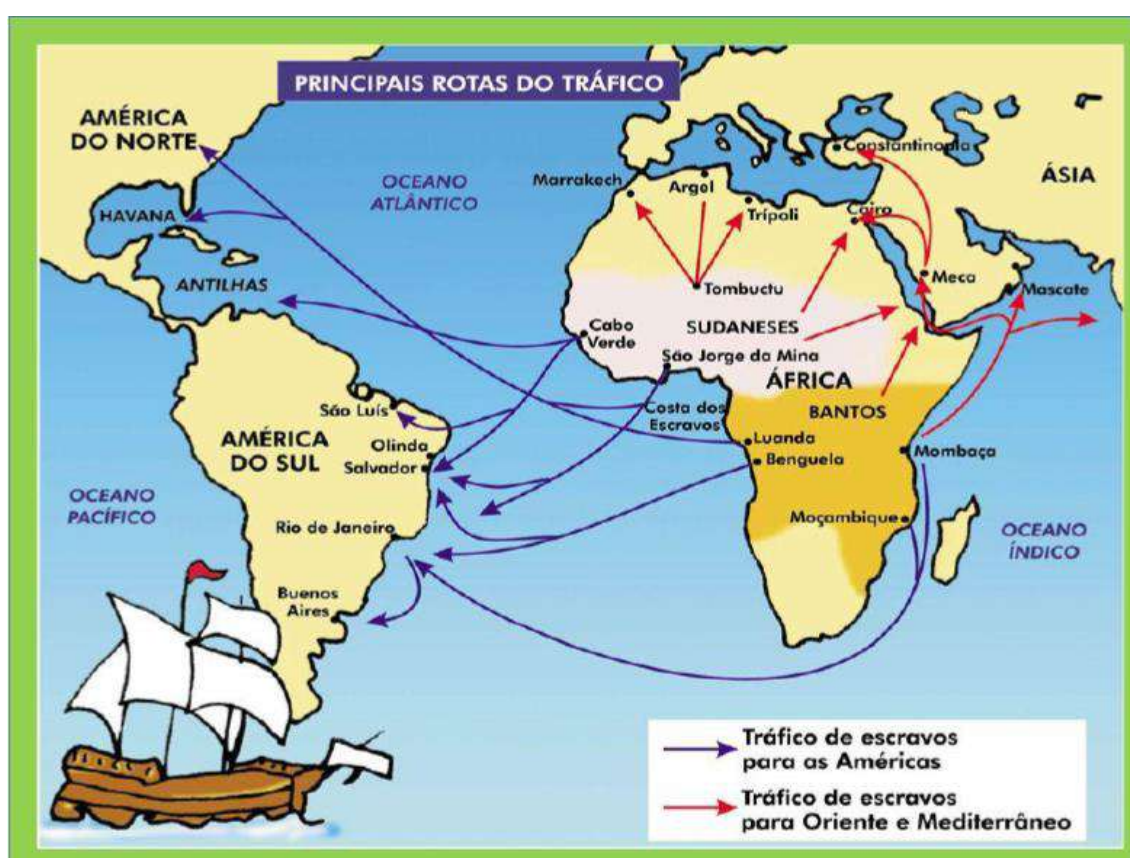
---

<sup>39</sup> Em referência a obra Para uma história do negro no Brasil, do Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional, de 9 de maio a 30 de junho de 1988.



comércio comandado pelo capital comercial e controlado pelos governos e empresas estatais e privadas metropolitanas, esse intercâmbio intercontinental se sucedeu a partir de redes transoceânicas de comércio, a partir, principalmente, das rotas migratórias de Guiné, Mina, Angola e Moçambique. E essas grandes rotas atlânticas eram forjadas, claro, segundo as demandas de cada viagem, suscitadas pelos diferentes interesses dos muitos agentes envolvidos, tanto dos comerciantes brasileiros e como africanos.

**Figura 03:** Principais rotas do tráfico negreiro



Fonte: (COTRIM, 2016, p. 45).

Em terras brasileiras, o enorme contingente africano foi distribuído de acordo com os interesses da nossa economia de exportação colonial. O capital comercial foi a mola propulsora da consolidação e generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo (IANNI, 1978), por meio, de forma determinante, do comércio do ouro e prata, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais. De toda história, sabe-se que escravo passivo é uma lenda brasileira: ou o escravo

lutava (no sentido laboral opressor) ou se acomodava – o que também exigia esforço” (SANTOS, 2010).

Num cotidiano de exploração, com elevado grau de atrocidades, a força desse trabalho escravo, paulatinamente, transformou-se, como consequência, em um vasto e complexo mosaico de atividades econômicas. Só para citar, Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 83) mencionam que, dentre muitas funções desempenhadas no bojo do contexto colonialista, havia: “os pedreiros, pintores, carpinteiros, marinheiros, cocheiros, carroceiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, ferreiros, costureiras, bordadeiras, parteiras, enfermeiras e uma infinidade de outros profissionais especializados, sem os quais, à época, as cidades não funcionariam”. Por isso, desempenhando praticamente todos os tipos de trabalho manual e mecânico, as atividades praticadas pelos escravos não podem, jamais, serem subestimadas.

No limite de sua resistência física e moral, no campo e nos espaços urbanos, os escravos lutavam contra todo tipo de insubordinação negra e qualquer exploração escravista. Desenvolveram, assim, “comunidades de fugitivos”, os quais receberam diferentes nomes<sup>40</sup> pelos cantos do mundo. No Brasil, receberam inicialmente o nome de “mocambos”, para depois serem denominados “quilombos” (GOMES, 2015). É no amago dessas lutas e tensões que se discute, na subseção posterior, a respeito da formação de comunidades de quilombolas pelo país, enquanto símbolo de recusa ao cativo, de rebeldia ao sistema, de resistência velada e de luta armada.

#### **4.2 Resistência negra, a formação de quilombos e comunidades tradicionais**

A historicidade declarada dos anos de práticas exploratórias colonialistas revela que, como símbolo de resistência e insubordinação negra, sucederam-se muitos protestos e insurreições contra toda e qualquer exploração

---

<sup>40</sup> Para citar, Gomes (2015, p. 387) mostra que essas comunidades de fugitivos receberam, na Venezuela, o nome de Cumbes, e Palenques na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no Sul dos EUA, foram chamados de Maroons. Na Guiana Holandesa e depois Suriname, ficaram conhecidos como Bush Negroes. Em São Domingos (Haiti) e outras partes do Caribe francês, o termo era Marronage; já em Cuba e Porto Rico, Cimarronaje.

e violência escravista. E o que se sabe é que sem “as resistências africanas” o número de vítimas poderia ter sido ainda mais aniquilador.

Treccani (2006) nos mostra que a resistência negra ao sistema escravagista e a procura pela liberdade, através da constituição de quilombos, começou ainda no final do século XVI e começava ainda na África. A resistência africana já acontecia no momento da captura, expressada pelas lutas de guerreiros e tribos contra à condição de escravidão (TRECCANI, 2006). Sem esquecer que houve também a resistência africana contra à condição de escravo propriamente: “esta forma foi traduzida pelas lutas nos portos africanos e americanos, nas poucas ‘*plantations*’ africanas, mas principalmente nas revoltas dos quilombos e ‘*chimarronos*’ americanos” (TRECCANI, 2006, p. 36 *grifos do autor*).

Maracajá (2013, p. 30) frisa que, mesmo com os maus-tratos e as torturas, “os escravos não se intimidavam e lutavam pela liberdade e autonomia”. Peregalli (2001, p. 25), metaforicamente, exemplifica que os escravos “não permaneciam quietos como o gado enviado para os matadouros”, muitas eram as manifestações de inconformismo dos escravos relativamente à sua situação. Reis e Gomes (1996, p. 9) nos mostram que, mesmo sob a ameaça do chicote, “o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente”. O fato é que um cotidiano feito de lutas, fugas e protestos foi se impondo.

Convencionada de “resistência negra”, sublinha Peixoto (2014, p. 23) que foram várias as formas de movimentos de rebelião contra à escravidão: “diminuição do ritmo de trabalho; aborto; suicídio; furto; tentativas de homicídio contra seus donos; e fuga - maneira efetiva de libertação”. Como sinal de protesto às condições desumanas e degradantes, os escravos, em caráter individual ou em massa, acabavam fugindo e se escondendo em lugares de difícil acesso (obstáculos naturais), a fim de não serem encontrados e, quando o número de escravos fugitivos era suficiente para tal, formavam-se uma comunidade: “um quilombo (local onde era possível conservar seus traços culturais - língua, religião, costumes, tradições, história etc.)” (PEIXOTO, 2014, p. 23 e 24). Por tal atitude, esses aquilombados eram considerados criminoso,

infame ou réprobo. Aliada à fuga, a formação de grupos de escravos fugidos foi uma típica manifestação de resistência do período da escravidão - e de outras formas de trabalho forçado. No entanto, esclarecem Reis e Gomes (1996, p. 9) que a fuga nem sempre levava a formação desses grupos: “ela podia ser individual ou até grupal”, mas os escravos terminavam procurando “se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres”.

Os lugares escolhidos para que fossem estabelecidos os quilombos costumavam ser áreas isoladas e distantes dos perímetros urbanos (XAVIER, 2019). Geograficamente, as densas matas, presença de rios, montanhas escarpadas, pântanos e mangues eram ambientes que facilitavam o estabelecimento e a estabilidade de um quilombo, pois esses territórios dificultavam sua identificação-repressão (FIABANI, 2008). Além disso, eram espaços majoritariamente constituídos por homens e, por essa razão, era frequente o rapto de índias, o que resultava numa população de cafuzos (indivíduos resultantes da miscigenação entre índios e negros africanos).

Treccani (2006, p. 38), fundamentado em Chiavenato (1999), expõe que o primeiro quilombo brasileiro teria surgido a partir de 1575 e afirma que centenas deles se espalharam pelos diferentes recantos do país. Como iminentes episódios de resistência escrava na história da escravidão no Brasil temos a Guerra dos Palmares, no século XVII. Como bem ilustra Marquese (2006, p. 107), “não há como negar que as comunidades palmarinas, dada à extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa”.

Das crises tormentosas que aflingirão a capitania de Pernambuco, nenhuma deixou de si tão escassas recordações, tão escondidas notas, como a sublevação dos escravos foragidos na espessura das matas, constituindo o núcleo d'aquella resistência a que a história chamou de Palmares (CABRAL, 1875, p. 165-171).

A formação do grande núcleo quilombola de Palmares se deu no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, no período da consolidação da produção de açúcar, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania (MARQUESE, 2006, p. 109). Preconiza Rodrigues (2010, p. 79) que, no sul da capitania, os escravos se reconstruíram, porém, não mais divididos em grandes e pequenos Palmares,

mas abrangendo povoados distintos, confederados sob a direção de um chefe. “A luta contra os Holandeses deu-lhes força e incremento” (RODRIGUES, 2010, p. 79). Inclusive, cita Marquese (2006, p. 108) que, nas décadas de 1670 e 1680, “os africanos, crioulos e descendentes alojados em Palmares eram vistos pelas autoridades metropolitanas como “holandeses de outra cor”, por conta da ameaça que representavam à ordem colonial portuguesa na América”. A constituição do Quilombo dos Palmares foi uma resposta impositiva contra sistema escravista, a um só e mesmo Estado.

Como bem destaca Marques (2008, p. 20), “a ideia de quilombo percorre, há longo tempo, o imaginário da nação e é uma questão relevante desde o Brasil Colônia, passando pelo Império e chegando à República”. Tendo os “africanos ocidentais”, principalmente pela sua força de trabalho, atrelado aos seus conhecimentos técnicos, por exemplo no desenvolvimento da economia mineradora e da plantation colonial, um protagonismo decisivo na formação e institucionalização de parte do que temos (como o território, a agricultura, a pecuária, a navegação, as estradas, a mineração, o comércio e, em parte, a indústria), o termo quilombo tem assumido novos significados, em seus distintos contextos. A concepção histórica de quilombo deve ser posta “em dúvida e classificada como arbitrária para que possa alcançar as novas dimensões do significado atual de quilombo” (ALMEIDA, 1996, p. 11). Afinal, como dissertam Marques e Gomes (2013, p. 142), os grupos quilombolas “não precisam apresentar (e muitas vezes não apresentam) nenhuma relação com o que a historiografia convencional trata como quilombos”, tendo em vista que “se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc. em torno do autorreconhecimento como um grupo específico e, conseqüentemente, busca-se a manutenção ou a reconquista da posse definitiva de sua territorialidade” (MARQUES; GOMES, 2013, p. 143).

De quilombolas coloniais à quilombos contemporâneos, explora-se, na subseção seguinte, uma discussão em torno das ressemantizações do conceito de quilombo e seus desdobramentos atuais.

#### 4.2.1 Ressemantizações e desdobramentos atuais do termo Quilombo



A noção básica de quilombo, no Brasil, foi atribuída, certamente, “no corpo das legislações colonial e imperial”, de uma forma vaga e ampla (ARRUTI, 2017, p. 109).

Na Colônia, bastava que cinco escravos fugidos se reunissem, ocupassem ranchos permanentes e possuíssem um pilão para caracterizar a formação de um quilombo. No Império, porém, esses critérios ficaram ainda mais largos, de forma que a reunião de três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes, poderia ser considerado um quilombo (ARRUTI, 2017, p. 109).

O próprio Conselho Ultramarino (2/12/1740), por intermédio da Coroa portuguesa, cognominou o quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (BRASIL, 2012, *on-line*). Todavia, pouco importava seu tamanho e o número de negros fugidos que o compunham os quilombos, mas sim, “seu traço marcante, que era a negação do sistema escravista” (MARQUES, 2008, p. 20). Em oposição ao sistema cruel e violento, existia quilombo onde havia negros fugidos - “o quilombo era, assim, a negação do poder constituído” (MARQUES, 2008, p. 20). Foi, assim, convencionalizada (dentre outras) a concepção de quilombo direcionada “a busca pela liberdade através da negação de um sistema opressivo” (MARQUES, 2008, p. 21) e, por essa razão, a concepção tradicional do termo quilombo denota “uma instituição histórica excepcional e estreitamente vinculada à fuga da escravidão” (ARRUTI, 2017, p. 107).

Mais que esconderijos e para além de apenas acampamento, arraial e/ou povoação, os quilombos foram, no entender de Moura (1994, p. 22-24), o epicentro do fenômeno da quilombagem<sup>41</sup> e um espaço onde os negros puderam

---

<sup>41</sup> A quilombagem foi “o movimento de rebeldia permanentemente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território brasileiro. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis - econômico, social e militar - e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre. A sua dinâmica expressava a contradição fundamental da época, isto é, aquela que existia entre os escravos e os seus senhores e aparecia, em consequência disso, em todas áreas e épocas em que o sistema. A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia” (MOURA, 1992, p. 22-24).

desenvolver seus costumes e reafirmar sua identidade. Como espaços de resistência e de construção de liberdade e autonomia negra, esses centros organizacionais da quilombagem foram constituídos, em sua grande maioria, em ambientes rurais e vivenciaram (e ainda experienciam) distintas adversidades concernentes à manutenção de seu território. Todavia, a de se mencionar que a formação de quilombos também se sucedeu em espaços urbanos, o que nos impõe a pensar que “o conceito de quilombo incorpora também as comunidades quilombolas que ocupam áreas urbanas, ultrapassando a ideia de que essas se restringem ao meio rural” (BRASIL, 2012, *on-line*).

Diferentemente dos quilombos de resistência à escravidão ou de rompimento com o regime dominante, como o de Palmares, que se situavam em locais distantes das sedes de províncias, com visão estratégica para se proteger das invasões dos adeptos da Coroa, existiram os chamados “quilombos urbanos”, que se localizavam bem próximos das cidades, com casas de pau a pique, construídas com barro e pequenos troncos de árvores (BRASIL, 2012, *on-line*)

No entanto, a concepção de que quilombos, quer fossem de zona rural ou urbana, eram constituídos somente por africanos escravizados foi modificada ao longo do tempo, mediante distintas ações, reivindicações e movimentos, inclusive, dos próprios quilombolas, e “insistir nessa concepção reducionista significa negar ou tentar invisibilizar o sentido histórico, cultural e político dos quilombos” (BRASIL, 2012, *on-line*). Diferentemente dessa visão colonial, o termo quilombo tem assumido “novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações”, isso porque o termo tem sido ressemantizado, no propósito central de designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil (O'DWYER, 1995, p. 2). Sobre a vastidão de significados, Leite (2000) exemplifica as muitas variações do significado da palavra em si:

ora associado a um lugar (“quilombo era um estabelecimento singular”), ora a um povo que vive neste lugar (“as várias etnias que o compõem”), ou a manifestações populares, (“festas de rua”), ou ao local de uma prática condenada pela sociedade (“lugar público onde se instala uma casa de prostitutas”), ou a um conflito (uma “grande confusão”), ou a uma relação social (“uma união”), ou ainda a um sistema econômico (“localização fronteiriça, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos”) (LEITE, 2000, p. 337).

Tendo em vista que são amplas e variáveis as concepções científicas para o termo quilombo, Arruti (2017, p. 110) explica que tais alterações semânticas não estão relativas às definições, mas as suas significações:

por não ter mais uma função prática de natureza legal, a palavra “quilombo” passa a ser submetida a usos variados, que, tendo em vista a sua denotação original, atribuem-lhe diferentes conotações. Como a relação entre denotação e conotação não é fixa e imutável, nem de mão única, tal multiplicação de conotações teve impacto sobre o processo político-legislativo que veio a fixar uma nova definição legal para o termo. [...] ele assume, ao longo da República, conotações positivas, principalmente no plano das metáforas políticas (ARRUTI, 2017, p. 110).

Do ponto de vista jurídico, necessariamente, a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (ADCT), da Constituição Federal de 1988, o termo quilombo adquire, no cenário político nacional, uma significação atualizada e direitos territoriais aos remanescentes de quilombos terras foram assegurados: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, *on-line*). Nos dizeres de Leite (2000, p. 335) surgem, então, “novos sujeitos, territórios, ações e políticas de reconhecimento”.

De modo consequente, as comunidades remanescentes de quilombo saíram “dos porões da história colonial e imperial, para se imporem como uma nova realidade jurídica que reivindica um reconhecimento territorial todo específico: uma propriedade coletiva que finca suas raízes numa identidade étnica e cultural” (TRECCANI (2006, p. 2). Esse ditame social, na garantia ainda que formalmente do acesso à terra, trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de “abarcara a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 2).

Fiabani (2008) revela que, numa interpretação aprofundada do artigo 68 do ADCT, da Carta Magna brasileira, os parlamentares e as lideranças de algumas comunidades e do movimento negro perceberam que o dispositivo constitucional era limitador. Ao falar em “remanescentes das comunidades dos

quilombos”, o artigo 68 promove certa dificuldade de compreensão do processo e cria vários impasses conceituais, frisa Leite (2000), e complementa que aquilo que era tido como “demanda social, com o principal intuito de descrever um processo de cidadania incompleto e, portanto, abranger uma grande diversidade de situações envolvendo os afrodescendentes, tornou-se restritivo” (LEITE, 2000, p. 340).

Através daquela ordenação, muitas comunidades rurais afrodescendentes, que não se originaram de escravos fugitivos, não seriam contempladas pela Lei e não se faria justiça com grande parte do campesinato negro, pois em sua maioria, as comunidades negras apresentam irregularidades fundiárias. Ocorre que a Lei não definiu o significado do termo “quilombo”. Especula-se que os constituintes tenham interpretado o conceito como comunidades que se originaram de escravos fugidos (FIABANI, 2008, p. 13).

Leite (2000, p. 342), nesse sentido, cogitou a noção de “remanescente” como algo que “já não existe ou em processo de desaparecimento”, e também a de “quilombo” como “unidade fechada, igualitária e coesa”, tornando-se extremamente restritiva a concepção constitucional. Por essa razão, explica a autora que a expressão não correspondia à autodenominação desses mesmos grupos e, por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, suscitou tantos questionamentos (LEITE, 2000). Desse modo, após inúmeras discussões, um novo conceito para o termo quilombo é apresentado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA)<sup>42</sup>, a qual analisou as diferentes discussões sobre a questão e abriu-se a possibilidade para que muitas comunidades negras tradicionais fossem enquadradas como remanescentes de quilombolas. Fiabani (2008) esclarece que essa autodenominação de comunidade remanescente de quilombo, ainda que sua origem não tenha sido de um quilombo antigo – escravos fugidos –, “induz à reinterpretação da própria história e do conceito quilombo construído ao longo do período escravista:

A expressão ‘reinterpretação da própria história’ significa dizer que, até o conhecimento do artigo 68 do ADCT, os moradores das comunidades não originadas de escravos fugidos, não se pensavam como quilombolas. Também, muitos moradores nem sabiam o que era um quilombo. Somente a partir da década de 1990, após debates sobre o conceito de quilombo, e em muitas ocasiões, depois do contato com representantes do movimento das comunidades negras, movimento

---

<sup>42</sup> A partir de discussões do Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo, em 1994, foi elaborado um novo conceito para “remanescente de quilombo”.

negro, antropólogos e historiadores, é que estas comunidades passaram a se identificar como quilombolas (FIABANI, 2008, p. 16).

O novo conceito estabelecido pela ABA não associa o termo quilombo a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos insurrecionais, mas, sobretudo, os remanescentes de quilombos “consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O'DWYER, 2002, p. 5-6). A conceituação de quilombo do documento da ABA ampliou, assim, a visão do termo e conferiu-lhe uma maior pertinência em relação aos pleitos já formulados. Rompe-se, desse modo, com a visão “monolítica e etnocêntrica” vigente até então e consagrou como “princípio básico o respeito à dimensão pluriétnica e multicultural da sociedade brasileira (artigos 215 e 216)” (TRECANI, 2006, p. 13). Leite (2000, p. 343) preconiza, nesse sentido, que faltava “identificar o sujeito do direito, os critérios normativos para a regulamentação da lei e sua aplicabilidade”, ou seja, “os procedimentos e etapas a serem cumpridos para a titulação das terras, as responsabilidades e competências dos atores sociais envolvidos”. A questão maior concentrava-se em considerar não apenas os aspectos referentes à identidade dos negros no Brasil, mas os vários atores envolvidos e os inúmeros interesses, sobretudo, envolvendo identidade cultural.

Merece destaque ainda o fato de que inúmeros teóricos, dentre tais, Gusmão (1995), Araújo (1990), Leite (1991), Almeida (1988), Gomes e Pereira (1988), dentre outros, tem afirmado a contemporaneidade das comunidades quilombolas, referindo-se como “celeiros de uma tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, com normas de pertencimento e consciência de luta pelos territórios que habitam e usufruem; daí a referência a “quilombos contemporâneos” (BRASIL, 2012, *on-line*). Considerando os postulados conceituais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Moura (2006) elaborou um conceito para quilombo contemporâneo, a qual preconiza o seguinte:

Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Valoriza tradições culturais de antepassados (religiosas ou não) e as



recria no presente. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência étnica (MOURA, 2006, p. 330).

E, paralelamente, corroborando com esse entendimento de quilombos contemporâneos (rurais e/ou urbanos), também em direção a definição da ABA, Beatriz Nascimento (1985), ao falar quilombo, propõe:

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (NASCIMENTO, 1985, p. 41).

O que se denota de todas essas análises é que a grande ênfase a identidade das comunidades quilombolas, definida, sobretudo, pela “experiência vivida, versões compartilhadas de suas trajetórias comuns, pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados, fundamentada numa história identitária comum, dentre outros” (BRASIL, 2012, *on-line*). O que se percebe, ainda, é que tais ressemantizações garantiram aos quilombolas “uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direito. Além disso, as ressignificações afirmam a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo” (MARQUES, 2009, p. 345). E, sem dúvidas, essas análises teórico-científicas e socioculturais enfatizam a identidade das comunidades quilombolas, definida pela “experiência vivida, versões compartilhadas de suas trajetórias comuns, pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados, fundamentada numa história identitária comum, dentre outros” (BRASIL, 2012, *on-line*). No tocante, O’dwyer (1995, p. 2) evidencia que identidade desses grupos não deve ser definida pelo tamanho e número de membros, mas pela “experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo”, portanto, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (O’DWYER, 1995, p. 2)

A norma constitucional consolidou uma série de iniciativas do movimento negro, determinando, principalmente, a regularização da posse da terra por comunidades remanescentes de quilombos. Porém, vislumbra-se que a

expansão do termo quilombo, mediante muitas ações e reivindicações, promoveu o reconhecimento de que, nos territórios quilombolas, se consagra “não só uma “propriedade” que garante aos seus detentores o domínio da terra, mas se expressa “uma forma peculiar de apossamento e uso dos recursos naturais, caracterizada como “propriedade coletiva”, fruto de uma identidade coletiva”<sup>43</sup> (TRECANI, 2006, p. 13). Nesse sentido, fala-se de uma identidade em termos étnicos, fala-se, nas palavras de Marques (2009, p. 27), de “uma existência coletiva em consolidação, que se fundamenta em uma autoconsciência identitária, cujas demandas por direitos se revelam por meio da organização social e política, que tem no território uma de suas formas mais expressivas de afirmação”.

Logo, o que, de fato, está em jogo ao falar dos quilombos e dos quilombolas, no cenário atual, é, portanto, sua luta identitária e resistência político-social. E o que deve ser considerado ao tratarmos do conceito quilombo, sobretudo, é o quanto de realidade identitária, cultural e social o conceito será capaz de fazer reconhecer, quer seja por meio do reconhecimento jurídico, político, administrativo e mesmo social.

#### **4.3 Comunidades Quilombolas no Brasil: entre tensões, lutas e desafios**

É fato que inúmeros quilombos (rurais e/ou urbanos) foram concebidos posteriormente a abolição da escravatura (além dos quilombos constituídos no período da escravidão), tendo em vista que “essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade” (BRASIL, 2013, p. 14). Quanto as suas origens, frisa o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2013, p. 14) que os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como “doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão”. E

---

<sup>43</sup> Identidade coletiva é definida por Marques (2009, p. 26), através do conceito da ABA (1994) pela “referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”.

ainda se destaca também as chamadas “terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos” (BRASIL, 2013, p. 15). Todavia, para fins de regulamentação fundiária e autodefinição quilombola, muitas foram (e ainda são) as tensões, lutas e desafios dessas populações tradicionais.

Fruto de muita relutância, o Governo Federal fundou, em 1988, a primeira instituição pública voltada à promoção e à preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP). Seu objetivo central tem sido promover uma política cultural igualitária e inclusiva que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. Além disso, esse órgão, a partir do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, é responsável pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral<sup>44</sup>.

Para obter a regularização fundiária e o autorreconhecimento aos remanescentes de comunidades dos quilombos, as comunidades passam pelo processo de identificação, certificação e titulação: as comunidades identificadas são “aquelas com processo aberto na FCP e que não solicitaram a Certidão de Autorreconhecimento”; já as Comunidades Certificadas são “aquelas que possuem processo aberto na FCP e atenderam às exigências do Decreto nº 4.887/2003 e da Portaria nº 98, de 26/11/2007, que determinam os procedimentos para emissão da Certidão de Autorreconhecimento; e as Comunidades Tituladas são “aquelas que possuem processo aberto na FCP e no Incra<sup>45</sup> com o título coletivo em nome da associação quilombola (imprescritível, inalienável e impenhorável) para a regularização fundiária e o reconhecimento da identidade da comunidade como remanescente de quilombo” (BRASIL, 2012, *on-line*). Sobre a certificação, esclarece a FCP que

não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização

---

<sup>44</sup> Informações extraídas do site oficial da Fundação Cultural de Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

<sup>45</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram. Após emitir o certificado, a Fundação dá o suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou seja, a titulação, que garante a propriedade do território e a autonomia da comunidade<sup>46</sup>.

Segundo dados oficiais da Fundação, existem comunidades quilombolas vivendo em pelo menos 24 estados do Brasil: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, conforme ilustrado na figura, a seguir:

**Figura 04:** Número de Comunidades Quilombolas por estado



Fonte: Adaptado de Fundação Palmares (2022).

<sup>46</sup> Informações extraídas do site oficial da Fundação Cultural de Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

**Figura 05:** Comunidades Quilombolas por regiões no Brasil

Fonte: Adaptado de Fundação Palmares (2022)<sup>47</sup>

Os procedimentos para a titulação das terras quilombolas, posteriormente as demandas de certificação (a partir da declaração de autorreconhecimento de uma comunidade), são orientados por legislações específicas, seja na esfera federal ou estadual. No âmbito federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão responsável<sup>48</sup> por titular as terras quilombolas, seguindo os procedimentos estabelecidos no Decreto Federal nº 4.887 de 2003 (assinado simbolicamente no dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra). Esse decreto, referendado pelo

<sup>47</sup> Informações extraídas do site oficial da Fundação Cultural de Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

<sup>48</sup> Explica o documento sobre Regularização de Território Quilombola (*on-line*), elaborado pelo o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que “cabe ao Incra titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto 4887/2003). Para além do Incra, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão. Cabe aos Estados e Municípios expedirem os títulos às comunidades quilombolas que se localizam em terras de domínio estaduais e municipais, respectivamente. Os Estados do Pará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem leis específicas para regularizar os territórios quilombolas”. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 25 abr. 2021.

então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta um novo caráter fundiário e endossa ainda mais o reconhecimento do direito étnico.

Uma das incumbências do Incra, nesse processo, é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)<sup>49</sup> da comunidade. Subsequente ao reconhecimento da comunidade, a FCP (2009, *on-line*) explica que o processo segue para “a etapa de desintrusão”, na qual “são identificados os imóveis rurais dentro do perímetro da comunidade quilombola” e, nesta fase, “os imóveis particulares são desapropriados e as famílias não quilombolas que se enquadrarem no Plano Nacional de Reforma Agrária são reassentadas pelo Incra”. E, por fim, é designada a titulação, na qual a comunidade quilombola recebe um único título correspondente à área total (FCP, 2009, *on-line*).

O grande desafio para a titulação das terras quilombolas tem se concentrado na lentidão do trâmite dos processos pelas titulações de suas terras. Muitas vezes, inclusive, “para ter a territorialidade reconhecida, demarcada e titulada, reforça-se a necessidade de intervenção judicial” (SOARES; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2019, p. 194). A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), que “atua junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas”<sup>50</sup>, elucida que o título de propriedade continua a ser uma realidade distante de grande parte das mais de 3.000 comunidades existentes hoje no Brasil:

---

<sup>49</sup> Conforme a Instrução Normativa Incra nº 57 de 20/10/2009, o RTID é um relatório técnico elaborado pelo o Incra “devidamente fundamentado em elementos objetivos, abordando informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. Deve abranger, necessariamente, além de outras informações consideradas relevantes pelo Grupo Técnico, dados gerais e específicos organizados da seguinte forma: a) Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da área quilombola identificada; b) levantamento fundiário; c) planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno e, se possível, a indicação da área ser averbada como reserva legal, no momento da titulação; d) cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do Incra; e) levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo Incra ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; e f) parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os estudos e documentos apresentados”.

<sup>50</sup> Informações coletadas no site oficial da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 03 abr. 2021.



Somente 269 delas possuem ao menos parte de sua terra regularizada. O cenário atual não permite otimismo quanto ao avanço das titulações. São 1.695 processos tramitando no Incra, 44% deles abertos há mais de 10 anos. A maior parte dos processos (85%) não conta sequer com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), fase inicial que identifica os limites do território quilombola a ser titulado. As 41 terras tituladas por órgãos do governo federal (Incra, Fundação Cultural Palmares e Secretaria do Patrimônio da União) representam apenas 19% (188.351,4948 hectares) da dimensão total regularizada para comunidades quilombolas no País. O restante das titulações (141 terras somando 829.541,5442 hectares) foi assegurado por governos estaduais que também conduzem procedimentos para a titulação de terras quilombolas seguindo legislações próprias<sup>51</sup>.

A titulação de terras às populações quilombolas é um direito (relativamente recente no Brasil) assegurado pela Constituição de 1988 (artigo 68 do ADCT) e configura-se com uma política indispensável para a preservação da cultura e do modo de vida desses grupos étnicos. Ao priorizar, principalmente, o direito à terra, o desenvolvimento sustentável e à inclusão produtiva, diversas e distintas são as legislações que versam sobre os direitos aos quilombolas, dando ênfase à cultura, à memória, à história e à territorialidade. No diz respeito às bases legais, o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombola (2013) cita os seguintes direitos:

- Constituição Federal de 1988: Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.
- Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.
- Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial
- Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 – Trata da regularização governamentais.
- Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.
- Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.
- Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras

---

<sup>51</sup> Dados extraídos site oficial da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2013, p. 15).

Assegurar o direito à terra é, certamente, um dos principais e fundamentais marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Todavia, o Decreto 6.261/2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola<sup>52</sup>, no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ)<sup>53</sup>, agrupa ainda outras as ações voltadas às comunidades, que, por sua vez, estão dispostas em eixos. Além do eixo Acesso à Terra, a Agenda Social Quilombola destaca as ações voltadas à infraestrutura e qualidade de vida, à inclusão produtiva e desenvolvimento local e à cidadania quilombola.

O eixo acesso à terra compreende a “execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas” (BRASIL, 2013, p. 10). Como explicitado esse processo inicia-se com a certificação das comunidades, mediante a FCP, e se encerra na titulação, através do Incra. Todo esse processo é “base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural” (BRASIL, 2012, p. 10). Para fins de esclarecimento, ilustra-se, a seguir, todo processo de certificação e titulação das terras quilombolas.

A infraestrutura das comunidades e a qualidade de vida dos quilombolas é outra preocupação dentro das políticas nacionais do Agenda Social Quilombola, na esfera do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Saneamento

---

<sup>52</sup> Explica Arruti (2010, p. 13) que “O programa “Brasil Quilombola”, criado em 2004 e a chamada “Agenda Social Quilombola”, que organiza a pauta de iniciativas governamentais para o quadriênio 2008-2011. A principal função desses dois grandes programas é reunir, sob uma mesma rubrica, um conjunto de ações e propostas dispersas por diversos ministérios e secretarias, dando-lhes, não exatamente, um sentido orgânico, mas no máximo, coordenado”.

<sup>53</sup> “Em 2004, é criado o Programa Brasil Quilombola, cuja finalidade precípua é coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil. O conjunto de ações inseridas no Programa é oriundo dos órgãos governamentais que integram o Comitê Gestor e são compatíveis com os respectivos recursos, constantes na lei orçamentária do Plano Plurianual 2004-2007, onde se prevê também as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. A definição das ações mais apropriadas para cada órgão é consolidada levando em consideração as demandas presentes nas comunidades” (BRASIL, 2004, p. 15).

básico, acesso à água para consumo e produção, acesso à energia elétrica, acesso à saúde e à educação de qualidade, com respeito e valorização das especificidades culturais de cada uma das comunidades quilombolas são ações defendidas por essa política pública. É por meio do planejamento e da execução de ações de infraestrutura que se poderá garantir “a superação de situações de vulnerabilidades sociais, alcançar a meta de superação da pobreza dessas comunidades e contribuir para o fortalecimento cultural e para a qualidade de vida das famílias quilombolas” (BRASIL, 2012, p. 17).

As políticas de inclusão produtiva e desenvolvimento local se fazem também completamente importantes e indispensáveis, pois contribuem na manutenção e fortalecimentos comunidades quilombolas em suas várias características. Essa política pública apoia o “desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades” (BRASIL, 2013, p. 10), sendo que todos projetos dentro dessa política nacional são orientados pelos conceitos de “etnodesenvolvimento<sup>54</sup> e sustentabilidade”, de forma a propiciar “a utilização das terras e das técnicas de produção quilombola para a superação de situações de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional e para a geração de renda” (BRASIL, 2012, p. 27). Trata-se, pois, de ações visem prioritariamente o atendimento das necessidades básicas da população e contribuam para a melhoria de seu padrão de vida.

E já as políticas de direitos e cidadania visam “o fortalecimento da cidadania das famílias quilombolas, garantido seus direitos como etnias diferenciadas e como cidadãos brasileiros” (BRASIL, 2012, p. 32). Com ações integradas, diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil trabalham em prol do fomento de iniciativas de garantia de direitos e cidadania,

---

<sup>54</sup> Segundo Oliveira (2000, p. 213) diz respeito a uma modalidade de desenvolvimento alternativo. “É uma política que desde então tem sido difundida em diferentes latitudes do planeta como uma espécie de solução para um processo de desenvolvimento que não colida com os interesses e os direitos de populações ou povos alvos de programas de mudança induzida”. Ela opera sob condições concretas bem diversas daquelas que sustentariam os projetos tradicionais desenvolvimentistas. Nesse contexto, “diz respeito à necessidade de adoção de uma “visão interna ou endógena” pelos responsáveis de um programa de mudança social induzida, a saber, que leve em conta o discurso nativo, seja ele indígena, camponês ou outro qualquer que expresse as expectativas de setores da sociedade alvo de projetos de etnodesenvolvimento”.

a saber, “o trabalho de proteção à vida, educação em direitos humanos para as comunidades quilombolas, execução do Programa Nacional de Documentação das trabalhadoras rurais, garantia do registro civil de nascimento com foco nas comunidades tradicionais” (BRASIL, 2012, p. 32). Tratam-se de ações decisivas na promoção de direitos e cidadania quilombolas.

O diálogo contínuo entre ministérios e órgão vinculados, bem como Estados e Municípios, possibilitaram a instauração e aprimoramento de diversas políticas públicas articuladas voltadas às comunidades quilombolas. No entanto, a situação atual revela que ainda são muitos os desafios. Dentro dessa política de direitos e cidadania, é de suma relevância mencionar a educação quilombola, um direito timidamente reconhecido. Como cita Sousa (2022), a inserção de políticas que visem a integração da cultura dita como minoritária e não inclusiva é um dos desafios do ensino brasileiro, principalmente, nas populações quilombolas. A criação “de diretrizes, bem como a modificação da LDB no quesito da Educação Étnico-Racial avançou, mas o fazer pedagógico, tanto no contexto escolar geral como no quilombola, ainda precisa desse progresso” (SOUSA, 2022, p. 66).

A situação atual nos revela a necessidade de uma base de dados comum e sólida, para uma apreensão mais apurada das demandas dessas populações, bem como dos impactos das diversas políticas públicas desenvolvidas. Com informações qualificadas, essa base de dados poderia conter informações sobre “a localização da comunidade (área urbana ou rural, terra pública ou privada, georeferenciamento); número de famílias; perfil socioeconômico e de segurança alimentar; dados sobre infraestrutura disponível e existência de conflito fundiário” (BRASIL, 2012, p. 33).

Outra preocupação ventilada pelo Programa Brasil Quilombola (PBQ) é a constituição de mecanismos para mitigação de conflitos fundiários. O momento vivenciado por esses povos mostra a necessidade de estudos concretos, em conjunto com órgãos relacionados à temática, “para debater potenciais conflitos fundiários em terras da União, de modo a subsidiar decisões acerca do processo de titulação, que significaria um passo fundamental para a mitigação de conflitos” (BRASIL, 2012, p. 33). E, para isso, é necessário que sejam promovidas ações

positivas em relação ao problema, como o levantamento das leis, decretos, portarias, processos e, sobretudo, dos fatos envolvendo o tema.

É necessário, também, estabelecer estimativa mais precisa de previsão orçamentária e critérios de priorização de terras para regularização fundiária, tendo em conta que o orçamento definido no Planejamento Plurianual (PPA) não é suficiente para o cumprimento de todas as etapas necessárias para a titulação das terras.

A instauração de políticas públicas, cumprir com de legitimação de território ou estabelecer metas e parâmetros para suprir os reais desafios vivenciados significa validar a dinâmica do cotidiano e o jogo simbólico da vida dos quilombolas, marcados na dimensão das lutas e do enfrentamento de dificuldades que se materializam em distintos graus em suas comunidades.

#### **4.4 “Fátima Presente, Fátima Semente”<sup>55</sup>: Quilombolas no Tocantins**

Tal qual em outros estados brasileiros, os escravos, no Brasil colonial, tiveram considerável participação no desenvolvimento sócio-econômico-cultural do estado do Tocantins. E para entender a presença do negro (especialmente dos escravos e a formação de populações tradicionais) neste território, é necessário retomar alguns elementos históricos sobre a própria região, no passado, intitulada de Capitania do Goiás. E, historicamente, é relevante reportar as duas principais rotas migratórias daquela antiga província goiana, as quais provocaram o deslocamento de bandeirantes<sup>56</sup> e aventureiros portugueses, com a força do escravo, para o Tocantins: a rota do ouro, pela região sudeste; e a rota do gado, pela região norte. Essas rotas migratórias solidificaram, à época, a estrutura econômica e social do antigo norte goiano.

Giraldin (2002) explica que as primeiras minas de ouro dos sertões de Goiás foram descobertas em 1722, numa região habitada pelos índios Goiá, situada às margens do Rio Vermelho, um importante afluente do Rio Araguaia.

---

<sup>55</sup> *In memoriam* a Fátima Barros, Liderança Quilombola da Ilha de São Vicente, em Araguaatins – TO.

<sup>56</sup> Os bandeirantes (mercenários em busca de riquezas) que por aqui chegavam visavam, especialmente, o ouro e pedras preciosas, além claro, de indígenas para escravização e, muitas vezes, extermínio de tribos e quilombos.

Essas primeiras jazidas exploradas são consideradas pelo o historiador como o marco inicial de uma verdadeira “corrida do ouro” no território, popularmente conhecida, mais tarde, como as Minas dos Goyazes. Com a descoberta dessa área mineradora, a região logo tornou-se mira de grandes migrações, afinal, era a mineração objeto de todos os anseios: “o proprietário, o industrialista, o aventureiro, todos convergiam seus esforços e seus capitais para a mineração” (ALENCASTRE, 1979, p. 18). E, assim, deslocaram-se populações de todas as partes da colônia “[...], formando à proporção em que se descobria ouro, um novo arraial, [...] que podia progredir ou ser abandonado, dependendo da quantidade de riquezas existentes” (PARENTE, 1999, p. 58). Palacin (1976) inclusive comentou que “bastava água e ouro” para que fosse instituído um arraial pelo imenso território das Minas dos Goyazes. Mais tarde, ao norte, esses arraiais do ouro se transformaram em vilas e, posteriormente, em cidades na atual região do Tocantins, tais como, Natividade, Arraias, Chapada da Natividade, Conceição (atual Conceição do Tocantins), São Miguel (atual Almas), Monte do Carmo e Porto Nacional (GONÇALVES; SILVA, 2012, p. 5).

É relevante mencionar que dentre esses aglomerados populacionais, ocasionados pela descoberta de jazidas auríferas, na Capitania de Goiás, estavam os núcleos de negros aquilombados, lugar de esperança, de liberdade e símbolo de resistência às imposições da sociedade escravista. Eram vários os quilombos e numerosa “[...] a quantidade de negros e sua distribuição nas minas” (PARENTE, 1999, p. 75), a qual “variava conforme a sua alta produtividade e a escassez do ouro até o final da mineração” (LOPES, 2009). Em consonância, Apolinário (2002) até menciona que à proporção que as regiões presumivelmente ricas em ouro iam se enfraquecendo quanto às extrações de minerais, o número de escravos dos veios auríferos tendia a diminuir.

A segunda rota, decorrente do Ciclo do Gado, aconteceu em razão da expansão da pecuária nos estados de Pernambuco, Bahia e o sul do Maranhão. Quando são minguadas as possibilidades de exploração do ouro, ora pela escassez do minério; ora pela proibição do governo, o gado “[...] representou um papel histórico importante, porque evitou, após a decadência da mineração, o total despovoamento e a falência econômica de Goiás, funcionando como



elemento de fixação do homem e da ocupação de novas parcelas do território goiano” (DOLES, 1989 apud SOUZA; CARNEIRO, 1996, p. 42).

O apogeu agropecuário, especialmente com a criação de bovinos, na região norte do estado do Tocantins despertou, com o declínio da economia aurífera, o interesse de vários comerciantes, proprietários de terras e investidores nacionais, como os criadores de gado, além, claro, dos escravos negros, que trabalhavam nas lavras, nas roças, nas fazendas de gado e em outras atividades agropecuárias. Como efeito, em busca de terras (para morar, plantar, praticando a agricultura familiar e o extrativismo, e, sobretudo, criar gados), diversas imigrantes adentraram a região norte do território do atual Tocantins, a saber, diversos escravos, inclusive aqueles que tinham gados, obtidos como forma de pagamento de dívidas.

A agropecuária, com caráter tanto familiar quanto de grandes fazendas para criação de gado de corte, foi, portanto, outra válvula propulsora da formação de comunidades de negros escravizados e ex-escravizados, o que também, assim como a rota migratória do ouro, justificou a proliferação de comunidades quilombolas no território tocantinense, neste caso, em especial, na região central e sudeste do estado.

A Rota do Ouro e a Rota do Gado, nos áureos tempos do regime escravocrata, impulsaram, em busca de trabalho, o deslocamento de inúmeros escravos ao Tocantins, sendo essas duas importantes rotas migratórias, (in)diretamente molas impulsivas à constituição de inúmeras comunidades quilombolas no território tocantinense, durante a escravidão negra no Brasil. A formação desses quilombos, no Tocantins, provavelmente, ganhou proporção à medida que acolhiam escravos fugidos, a procura de condições geográficas favoráveis à permanência em liberdade.

Essas populações, em associações quilombolas, instituíram suas histórias e características próprias neste território, como “[...] localização, formas de economia, práticas culturais, organizações sociais, alforrias e resistência” (LOPES, 2009, p. 107), com particularidades advindas “tanto das experiências vividas cotidianamente quanto do conjunto de recordações e da memória social e mítica dos mais velhos”, que, decerto, “são lembradas quando as histórias são narradas e passadas de geração a geração, formando o entrelaçamento de

pertencimento à comunidade” (LOPES, 2019, p. 106). Merece destacar que as comunidades quilombolas que se firmaram no antigo norte goiano, de maneira considerável, influenciaram e influenciam na cultura do estado, por meio, por exemplo, de “suas danças, seus batuques, seus cultos, a culinária, os vestuários e enfeites; como também seus cantos [...]” (TAVARES; ALMEIDA, 2013, p. 212), contribuindo, sobremaneira, na identidade do tocantinense.

As discussões em torno das questões quilombolas no estado do Tocantins, segundo Esteves (2012), alcançaram, de fato, notoriedade através do Decreto nº 2.385/2005, na qual o Governo do estado convocou a I Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial. A conferência propôs as diretrizes de fundamentação de ações sobre o tema igualdade racial e a análise da realidade social, econômica, política e cultural do estado (ESTEVES, 2012). Ainda no ano de 2005, por meio do Decreto nº 2.483, ficou instituído o Comitê Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola (PBQ) e Comunidades Tradicionais no estado do Tocantins, estando vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, ao passo que sua função principal pautava-se em direcionar as políticas públicas às Comunidades Quilombolas existentes no estado.

O estado, no presente momento, abriga 38 comunidades certificadas e 45 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural de Palmares (FCP), sendo que as regiões sul e sudeste abrigam o maior número de comunidades quilombolas certificadas pela FCP no Estado, num total de 28 comunidades, enquanto que as outras regiões (norte e centro) somam-se 17 comunidades. Esse quantitativo (45 comunidades), em sua maioria com processos formalizados para regularização fundiária de seus territórios no Incra, revela, sobremaneira, a forma de ocupação do território do antigo norte goiano, bem como é possível vislumbrar a presença da cultura afro-brasileira em todo o Tocantins.

**Quadro 08:** Descrição por região das Comunidades Quilombolas no Tocantins até 2018

Ano	Comunidades	Municípios	Data de abertura do Processo na FCP	Data de Publicação da Certificação no D.O.U.
2004	Lagoa da Pedra	Arraias	24/06/2004	10/12/2004
2005	Kalunga do Mimoso	Arraias e Paranã	08/06/2005	12/09/2005
	Barra do Aroeira	Lagoa do Tocantins/Novo Acordo/Santa Tereza do	20/12/2005	20/01/2006

		TO		
<b>2006</b>	Projeto da Baviera	Aragominas	30/09/2005	20/01/2006
	Cocalinho	Santa Fé do Araguaia	30/09/2005	20/01/2006
	Laginha	Porto Alegre do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	Mumbuca	Mateiros	30/09/2005	20/01/2006
	Redenção	Natividade	30/09/2005	20/01/2006
	Povoado do Prata	São Félix do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	São Joaquim	Porto Alegre do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	São José	Chapada da Natividade	30/09/2005	20/01/2006
	Chapada da Natividade	Chapada da Natividade	30/09/2005	20/01/2006
	Morro de São João	Santa Rosa do Tocantins	30/09/2005	20/01/2006
	Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré	30/09/2005	20/01/2006
	Malhadinha	Brejinho de Nazaré	30/09/2005	20/01/2006
<b>2008</b>	Grotão	Filadélfia	10/10/2008	09/12/2008
<b>2009</b>	Mata Grande	Monte do Carmo	24/11/2008	05/05/2009
	Santa M <sup>a</sup> das Mangueiras	Dois Irmãos do Tocantins	24/11/2008	19/11/2009
	Carrapato	Mateiros	05/08/2009	19/11/2009
	Formiga	Mateiros	05/08/2009	19/11/2009
	Ambrósio	Mateiros	05/08/2009	19/11/2009
<b>2010</b>	Dona Juscelina	Muricilândia	10/09/2009	24/03/2010
	Rio das Almas	Jaú do Tocantins	11/09/2009	24/03/2010
	Curralinho do Pontal	Brejinho de Nazaré	11/09/2009	24/03/2010
	Lajeado	Dianópolis	03/09/2008	28/04/2010
	Manoel João	Brejinho de Nazaré	24/11/2008	06/07/2010
	Baião	Almas	30/09/2010	04/11/2010
	Ilha de São Vicente	Araguatins	12/11/2010	27/12/2010
Pé do Morro	Aragominas	03/11/2010	27/12/2010	
<b>2014</b>	Claro	Paraná	23/09/2013	18/03/2014
	Ouro Fino	Paraná	23/09/2013	18/03/2014
	Prata	Paraná	23/09/2013	18/03/2014
	Fazenda Káagados	Arraias	20/01/2014	03/07/2014
	Fazenda Lagoa dos Patos	Arraias	20/01/2014	03/07/2014
	Margens do Rio Novo	Mateiros	25/04/2014	31/07/2014
	Riachão	Mateiros	25/04/2014	31/07/2014
	Rio Preto	Mateiros	25/04/2014	31/07/2014
<b>2015</b>	Boa Esperança	Mateiros	10/06/2014	02/02/2015
	Água Branca	Conceição do Tocantins	19/12/2014	03/12/2015
	Matões	Conceição do Tocantins	19/12/2014	03/12/2015
	Carrapiché	Esperantina	03/12/2014	03/12/2015
	Ciriaco	Esperantina	03/12/2014	03/12/2015
	Prachata	Esperantina	03/12/2014	03/12/2015
<b>2016</b>	Lagoa Azul	Ponte Alta do Tocantins	22/03/2016	20/05/2016
<b>2017</b>	Poço Dantas	Almas	30/08/2017	02/10/2017
<b>45 comunidades</b>				

Fonte: Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>57</sup>

Além das comunidades que já se encontram certificadas pela FCP, é de suma importância apontar que ainda existem as comunidades quilombolas que

<sup>57</sup> Dados extraídos do site oficial da Fundação Cultural (FCP). Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 24 abr. 2021.

não possuem certidão da FCP e, tampouco, o processo formalizado no Incra. Esteves (2013, p. 23) aponta que são comunidades que vivem sob “condição de pobreza e exclusão, cujos reflexos são dificuldades e insuficiência de acesso à água potável, esgoto sanitário, ausência de energia elétrica, tratamento de lixo, bem como de acesso à educação e saúde”. Por certo, são fatores preocupantes, visto que, além do reconhecimento social, envolve o atendimento médico, a valorização cultural, a segurança, a infraestrutura básica, entre outros.

**Quadro 09:** Comunidades sem certificação da FCP e processo formalizado no Incra

<b>Nome das Comunidades Quilombolas</b>	<b>Municípios</b>
Rio das Pedras	Arraias
Pombo	Axixá do Tocantins
Riachão	Chapada da Natividade
Taquari	Monte do Carmo
Dona Romana	Natividade
São Salvador	Palmeirópolis
Miradouro	Peixe
Maria Serra	Porto Alegre do Tocantins
Novo Acordo	Porto Nacional
Manganos	Santa Rosa do Tocantins
Socavão	
Campo Alegre	Paraná
Mocambo	
Ventura	
Retiro	
Galheiro	Mateiros
Mata	
Fazenda Nova	
Mata Verde	
Galhão	
Rio Novo	

Fonte: (LOPES, 2019, p. 112)

Dentro do Programa Brasil Quilombola (PBQ), o Incra é o órgão Federal responsável pelo primeiro eixo (Acesso à Terra). Segundo o seu último relatório (Incra, 2019), em que se apresenta resultados quantitativos do período de 2005 a 2018, foram emitidos 278 RTIDs, 86 Decretos, 156 Portarias e 124 Títulos. Dessa forma, vários quilombolas foram beneficiados com a titulação de territórios. Nesse documento, é possível verificar que, no estado do Tocantins, as comunidades existentes não possuem regularização fundiária junto ao Incra. Todavia, existem 6 comunidades quilombolas que estão aguardando a tramitação de seus processos, conforme observa-se no quadro a seguir. Essas

comunidades, por sua vez, aguardam a portaria de reconhecimento e, na sequência, o decreto de desapropriação e, por fim, a titulação de suas terras.

**Quadro 10:** Comunidades Quilombolas do Tocantins que estão com processos em andamento no Incra para titulação das suas terras

Andamento dos Processos - Quadro Geral					
SR	Comunidade	Município	Área <sub>ha</sub>	Número de Famílias	Etapa
 TOCANTINS 26	Kalunga do Mimoso	Arraias e Paraná	57.465,1870	250	DECRETO NO DCU
	Grotão	Filadélfia	2.096,9455	20	DECRETO NO DCU
	Barra do Aroeira	Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins e Novo Acordo	62.315,3819	174	RTID
	Ilha de São Vicente	Araguatins	2502,0437	48	RTID
	Cocalinho	Santa Fé do Araguaia e Muricilândia	1.592,5084	129	RTID
	Lajeado	Dianópolis	2.355,4831	14	RTID

Fonte: Incra (2019)<sup>58</sup>

Esteves (2012) declara que, no PBQ, o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, no Tocantins, estabeleceu uma metodologia sistemática de equidade e justiça social para os grupos raciais e étnicos historicamente discriminados, com ênfase na população negra, estando pautada “em um conjunto de ações que possibilitassem o desenvolvimento sustentável dos quilombos, consoante as suas especificidades históricas e contemporâneas”, no fito principal de garantir “os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população quilombola do estado” (ESTEVES, 2012, p. 91).

Todavia, nos mostra o autor que, à época, o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial realizou um mapeamento de todas as comunidade do estado, no propósito de “levantar as necessidades prioritárias, identificar as dificuldades dessas populações e, posteriormente, apresentar um relatório que orientasse os organismos de governo [...] a executar e estabelecer diretrizes da ação governamental, enquanto política de Estado (ESTEVES, 2012, p. 91). Mas, dentro dessa ação, apenas seis comunidades seriam beneficiadas

<sup>58</sup> Dados extraídos do site oficial Incra. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento\\_processos.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento_processos.pdf). Acesso em: 24 abr. 2021.

pelas políticas sociais à luz do PBQ, em 2006<sup>59</sup>: comunidade da Barra do Aroeira; Cocalinho; Córrego Fundo; Malhadinha; Morro de São João e Redenção. Dente alguns pontos, todas careciam de “títulos de propriedade coletiva; de infraestruturas básicas; de atendimento médico regular e de condições de moradias menos precárias” (ESTEVES, 2012, p. 91). Tais comunidades estudadas proporcionaram, segundo o relatório final, “uma boa visão sobre a situação social, econômica e de infraestrutura das comunidades quilombolas existentes no Estado” (ESTEVES, 2012, p. 92).

No momento presente, observa-se que a questão quilombola, no Tocantins, continua ser tratada com ações pontuais e eventuais. O reconhecimento dos direitos dos quilombolas, respaldados constitucionalmente, principalmente quanto à titulação de suas terras, está esbarrando nos princípios que instituem a ordem pública e causando um mal-estar. Frisam Soares, Oliveira e Pinheiro (2019, p. 194) que a causa disso não está necessariamente associado “ao reconhecimento pelo poder público e pelas instituições sociais acerca da pluralidade e das singularidades socioculturais dos quilombolas”, mas sim, “[...] em como fazer com as suas demandas sejam incluídas no processo democrático à participação, elaboração e decisão e, fundamentalmente, pela distribuição de recursos, além da criação de políticas públicas” (SOARES; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2019, p. 194). Cita Esteves (2012) que a descontinuidade das ações, muitas vezes, em virtude de mudanças de gestão, constitui o fator principal para o descumprimento de políticas públicas. Ou, como mencionam Soares, Oliveira, Pinheiro (2019), a ausência de uma Lei Estadual, a qual possa nortear a atuação do Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS) atuar, de forma mais efetiva, nessa questão, também tem dificultado o processo de regularização dos territórios.

Podemos observar, na conjuntura atual, quanto à demarcação e titulação das terras remanescentes de quilombos no Tocantins, que apenas as comunidades de Grotão e Kalunga do Mimoso encontra-se na última fase do processo de titulação<sup>60</sup>. Isso denota que a situação das comunidades

---

<sup>59</sup> A época, sob a presidência do Luís Inácio da Silva.

<sup>60</sup> Quantitativamente, são 45 comunidades reconhecidas e 38 certificadas pela Fundação Palmares, mas apenas 33 comunidades solicitaram abertura de processo junto ao Incra.




quilombolas do Tocantins é delicada, afinal, várias comunidades estão localizadas em terras de propriedade do Estado (União, esfera Federal). O Estado, nesse sentido, pode estar “negligenciando os direitos das comunidades quilombolas e pode, por essa razão, ser imputado aos seus agentes públicos sanção por descumprimento aos preceitos legais”, considerando que “a morosidade dos processos de regularização dos territórios quilombolas tem gerado insegurança e violência devido aos conflitos por terra” (SOARES; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2019, p. 194).

O que se nota é que as comunidades quilombolas existentes em todo o estado anseiam e aguardam a regularização de seus territórios tradicionais, afinal, é neles que ocorre “a reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007, *on-line*)<sup>61</sup>. A terra quilombola tem valor inestimável, uma vez que “propicia condições de permanência e de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo” (LEITE, 2000, p. 345). Dessa forma, assegurar o direito à territorialidade no Tocantins, assim como em todo Brasil, é garantir a manutenção e reprodução dos modos de vida quilombolas.

---

<sup>61</sup> Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



# A TOPONÍMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS E O PROJETO DE LETRAMENTO INTERDISCIPLINAR COMO CAMINHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

## *Ser Quilombola*

*Quilombola não é simplesmente um partido político ou um time de futebol, que você troca a qualquer momento.*

*Ser quilombola é defender sua raça, sua cor, sua cultura, e sua religião independentemente de qual seja ela, porque ela está em nossas veias.*

*Ser quilombola é você ter a sua própria identidade, em qualquer lugar do mundo.*

*Ser quilombola é você se orgulhar, do nosso próprio país, que tem a cara da nossa gente. O negro*

**Ariadne Cezar Nogueira**  
**Comunidade Malhadinha**  
**Município Brejinho de Nazaré**

Extraído da coleção de poemas do livro "Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares", elaborado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



## **5. A TOPONÍMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS E O PROJETO DE LETRAMENTO INTERDISCIPLINAR COMO CAMINHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Abordamos, nesta seção, os dados e as análises desta pesquisa toponomástica. Para tanto, discute-se, inicialmente, o *lugar* e sua relação com o ensino de Língua Portuguesa, pensando suas possíveis imbricações. Na sequência, expõe-se uma análise em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) e o Documento Curricular do Tocantins (DCT) para o Ensino Fundamental do Estado do Tocantins (2019), visando compreender como a noção de *lugar* está disposta nesses documentos norteadores e canalizadores de orientações e diretrizes para as práticas educativas nas escolas.

Em seguida, busca-se apresentar uma descrição e análise linguística, geo-histórica, etimológica e taxonômica dos topônimos quilombolas, por meio do tratamento dos dados dos nomes das comunidades quilombolas, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Na continuidade, dispõe-se de uma reflexão sobre as práticas de letramentos como caminho pedagógico para compreensão da Toponímia das comunidades quilombolas, em que se propõe uma discussão sobre como estudo do nome do lugar pode ser objeto das práticas de leitura e escrita em sala de aula.

Posteriormente, estabelece considerações sobre as possibilidades de estudar os nomes de lugares atrelados ao ensino de Língua Portuguesa, dispondo de reflexões acerca da toponomástica, história e identidade dos quilombolas, no viés de encaminhamentos pedagógicas de um projeto de letramento interdisciplinar. E, por fim, apresenta-se, ainda, apresentar o Sistema Toponímico do Tocantins (SISTOP) como um recurso pedagógico complementar e auxiliar, a qual o professor poderá fazer uso em suas ações pedagógicas.

### **5.1 O *lugar* como uma teia de relações no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa**

Por muito tempo, o conceito de *lugar* foi tratado na Geografia como termo autoexplicável. Contudo, recentemente, foi resgatado como conceito

fundamental, sendo analisado de forma mais abrangente na ciência geográfica (SUERTEGARAY, 2001, n.p) e passando de uma referência locacional para uma importante categoria de análise. Nas dimensões da Geografia Cultural<sup>62</sup>, o conceito de lugar direciona-se a constatação de que o espaço social está carregado de uma noção subjetiva e cultural, sendo determinado “tanto por sua dimensão territorial, como por sua dimensão histórico-cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 255). O *lugar*, nessa perspectiva geográfica, é compreendido como ponto do espaço, a qual refere-se a “um tratamento geográfico do mundo vivido”, manifestado através “de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (SANTOS, 2006, p. 218).

O *lugar* é, essencialmente, um produto da experiência humana (LEITE, 1998). Partir desse pressuposto é compreender que a existência de um *lugar* pode ser explicitada pela maneira como “as pessoas o percebem e lhe dão significado”, que, por sua vez, “é constituído e apreendido nas relações cotidianas” (SANTOS, 2016, p. 174). O *lugar* é qualificado por Tuan (2012, p. 198) como um “mundo de significado organizado” e por Buttimer (1985, p. 228) como “o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” e ainda caracterizado como a “significação e experimentação concreta do mundo” (CRESSWELL, 2004, p. 41).

A essa relação do homem e espaço físico, Tuan (2012) discute o termo “Topofilia” como um neologismo que se configura, num sentido amplo, como elo afetivo do ser humano com o lugar, considerando, sobretudo, “a percepção, as atitudes e valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 38). Seria a topofilia os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, ou seja, ao elo de afeição que une as pessoas aos lugares (HOLZER, 2003, p. 117). E, em contraposição, há também a existência da Topofobia, que, necessariamente, seria o sentimento de rejeição, aversão ou medo em relação ao lugar.

---

<sup>62</sup> A Geografia Cultural, subcampo da Geografia, busca compreender a interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço. Claval (2002, p. 20) sumariza o objetivo da abordagem cultural na Geografia: “entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica” (CLAVAL, 2002, p. 20).

Em paralelo as percepções topofílicas e até topofóbicas, muitos são os fatores que condicionam a nomeação dos lugares. Preconizam Silva e Moraes (2015, p. 5) que, desde o momento em que o falante escolhe um termo da língua para nomear o espaço, seja lá qual for sua motivação (física ou antropocultural), “está impondo sua percepção da realidade circundante”.

Quanto ao processo de nomeação do espaço, Seabra (2006) afirma que, em todas as partes do mundo, o homem, ao fazer uso de signos linguísticos, estimulados pela necessidade de nomear, diferenciar e indicar, “utiliza-se de variadas estruturas linguísticas, que combinam motivação, convenção e identificação, produtos psíquicos da história sócio-político-cultural de um povo” (SEABRA, 2006, p.139), sendo que, por meio desses processos de nomeação e designação dos espaços no mundo, “o homem (re)conceptualiza e (re)constrói sentidos sócio-históricos e culturais” (SANTOS, 2012, p. 21). O que implica dizer que, ao cognominar os lugares, certos aspectos sociais, históricos, culturais e ambientais podem influenciar o nomeador e “são esses fatores que, juntos, constituem a motivação que imprimem ao signo toponímico uma marca representativa feita pelo nomeador no ato da nomeação” (SILVA, 2017, p. 7).

O topônimo, ou o nome do lugar, posto isto, é uma porção delimitada do espaço, uma tradução fidedigna da forma como o homem se apropriou do *lugar*. O que torna veraz a concepção de que a “espacialidade é o laço que ata a linguagem à experiência que o ser humano constrói sobre o mundo” (CARVALHO, 2012, p. 26). Afinal, “somos seres presos ao espaço. [...] E as designações espaciais fazem parte da nossa identidade, tanto quanto o espaço é essencial à nossa sobrevivência” (FAGGION; MISTURINI; DAL PIZZOL, 2013, p. 11).

No ato da nomeação dos topônimos, ao contemplar a configuração geográfica, eventos históricos, dados da paisagem, dentre outros, por si só motivadores da denominação, passam a revelar o intuito de quem nomeia, explicam Faggion, Misturini e Dal Pizzol (2013), sendo, assim, uma prática cultural, sócio-histórica e discursiva<sup>63</sup>. Dessa forma, o topônimo, como enunciados linguísticos resultantes de construções populares, muitas vezes,

---

<sup>63</sup> “Toda palavra é, originalmente um evento, é possível descobrir na palavra o registro dos pensamentos mais primitivos da humanidade” (DA MATTA, 2005, p. 118).

espontâneas, “não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete e refrata de perto a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo” (ANDRADE, 2010, p. 213). As nomeações dos topônimos são, em verdade, portfólios socioculturais e funcionam como pressupostos inalienáveis que carregam traços identitários. São, assim, impregnados de memória e significações e constituem um cenário vivo integrado à história da vida local (SILVA; MORAES, 2015).

Em referência a Coseriu (1999), Cabrera (2002), Trapero (2014) e Pocklington (S/D), é válido mensurar que, terminologicamente, optamos por distinguir a Toponomástica - disciplina que estuda os nomes de lugares - e Toponímia - para reportar a um conjunto de topônimos. E, nessa perspectiva, os topônimos são tidos, excepcionalmente, como um testemunho notável da história humana e referenciado como o nome de lugar propriamente dito

Quando se pensa a relação da Toponomástica com a esfera do ensino e aprendizagem, o viés mais focado é justamente o que considera e “aproveita” o seu caráter interdisciplinar. Inúmeros pesquisadores, na investigação de seus objetos complexos de pesquisa, têm buscado transcender a visão reducionista do saber e, ao fugirem do paradigma empirista e positivista, têm lançado propostas interdisciplinares de ensino que favorecem a aquisição de múltiplos conhecimentos.

É salutar frisar a elaboração de Atlas Toponímicos no Brasil, os quais encontram-se em andamento ou já em fase de consolidação. A formalização do Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), relativo ao Atlas Toponímico do Brasil (ATB): parte geral e variantes regionais, tem possibilitado o desenvolvimento de projetos de grande dimensão sobre os estudos de nomes de lugares em boa parte todo território nacional.

Cita-se, a título de informação, algumas universidades brasileiras que têm fomentado a realização dessas pesquisas, em sua maioria, partindo da metodologia do ATB, a saber: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com o Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS); Universidade Federal de Bahia (UFBA), com o Atlas Toponímico dos Municípios da Bahia (ATMBA); Universidade Federal do Acre (UFAC), com o Atlas Toponímico da



Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB) e o Atlas Toponímico do Estado do Ceará (ATEC); Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com o Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com o Atlas Toponímico do Mato Grosso (ATEMT); Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o Atlas Toponímico de Minas Gerais (ATEMIG); e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), com o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT). Na última Instituição de Ensino Superior (IES), destaca-se, inclusive, a existência de projetos vinculados à pós-graduação *stricto sensu*, os quais enfocam os estudos toponímicos, correlacionando-os com o ensino<sup>64</sup>.

No Tocantins, as investigações pautadas no signo toponímico têm se valido do estudo do nome do lugar como um importante tema do qual se pode conceber uma rede de saberes, inclusive no âmbito escolar. Enquadradas em linhas de estudo<sup>65</sup> que compõem o grupo de pesquisa Atlas Toponímico do Tocantins (ATT)<sup>66</sup>, o foco de tais pesquisas<sup>67</sup>, atualmente, centradas na seara pedagógica, tem sido buscado demonstrar a importância do fazer pedagógico toponomástico a partir uma interface com outras áreas do saber, considerando a aquisição de conhecimentos pelo viés de uma abordagem dialógica.

Como mais um trabalho fruto das investigações do ATT, evidencia-se, nesta tese, em especial, a relação da Toponomástica com o ensino e

---

<sup>64</sup> No contexto do ensino, o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) tem, por exemplo, financiamento dos seguintes projetos aprovados no CNPq: 1) Projeto aprovado pelo CNPq com financiamento 2015-2017: Processo: 444083/2015-4. Título do Projeto: Software Toponímico como inovação pedagógica: um estudo sob a ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental. Instituição de Vínculo: Universidade Federal do Tocantins/UFT-TO. 2) Projeto aprovado pelo CNPq com financiamento 2013-2016: Processo: 471716/2013-8 Chamada: CNPq/MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Título do Projeto: Nomes de lugares: uma proposta de estudo aplicada ao ensino. Instituição de Vínculo: Universidade Federal do Tocantins/UFT-TO.

<sup>65</sup> São linhas de pesquisa do grupo de pesquisa: A Toponímia da região do Bico do Papagaio; Estudos dos nomes de origem indígena do Tocantins; Paraupava e Iabéberi: caminho das águas, povos dos rios; Visão etnolinguística e etnotoponímica dos rios Araguaia e Tocantins; Toponímia e as microrregiões do Estado do Tocantins; e Toponímia e ensino. A proposta da Linha de Pesquisa intitulada Toponímia e Ensino é investigar de que forma a toponímia pode ser aplicada no contexto do ensino, partindo do princípio da interdisciplinaridade.

<sup>66</sup> Para mais informações, acessar o endereço do diretório grupo de pesquisa Atlas Toponímico do Tocantins no site do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8305956153213980>.

<sup>67</sup> Cita-se as pesquisas Andrade (2012, 2013, 2014, 2017); Nunes (2015); Bastiani (2016); Nascimento (2017).

aprendizagem de Língua Portuguesa, reconhecendo, que o topônimo pode ser “a ponte” para conectar-se a outras áreas conhecimentos e promover saberes diversos na esfera escolar.

Os estudos toponímicos como conteúdo didático no ensino de Língua Portuguesa representam um marco importante no estudo da linguagem. A apropriação de um conjunto de nomes de lugares como recurso pedagógico, em seu estudo etimológico, semântico-lexical, fonético-fonológico, morfológico e até dialetológico, ainda, é pouca difundida e trabalhada, de fato, em sala de aula. Tal fato é em razão do ensino do léxico não ter grande destaque em meio às instituições de ensino e, até mesmo, frequentemente, ser “esquecido ou desconhecido no tocante aos modelos e aplicações, de que resulta, qualitativa e quantitativamente, um baixo rendimento, não só na matéria específica da língua materna, como também em todas as demais, pois todas se realizam em linguagem” (BARBOSA, 2009, p. 31).

Dada a sua capacidade de sociabilidade e civilidade, o homem, mediante a língua, ensina e aprende em contato com o outro. Via expressão de pensamento, sentimentos, ações e emoções, com a língua, ele consegue estabelecer comunicação com os seus semelhantes, o que condiciona a sua evolução enquanto ser interativo. É, assim, a língua um importante instrumento de constituição sociocultural de seus usuários, “um mecanismo poderoso de intercâmbio e veículo social” (QUIVUNA, 2013, p. 17). Paralelamente, é indispensável, socialmente, o bom domínio e um desenvolvimento considerável da língua, quer do ponto de vista gramatical quer lexical, tendo em vista que, diariamente, diante de situações rotineiras, o homem precisa se relacionar, comunicar e solucionar os vários problemas utilizando a língua (QUIVUNA, 2013).

Como mostra Quivuna (2013), a competência linguística de um determinado utente de uma língua “não se encontra apenas limitado ao plano morfossintático”, tal competência estende-se (e deve estender-se) mais além. O indivíduo precisa, sem dúvidas, ter também um domínio lexical, a qual, por exemplo, permita-lhe “interpretar os vários tipos de texto, compreendendo, deste modo, os diversos sentidos que as unidades lexicais de tais textos podem admitir, isto é, de acordo com o contexto em que estão inseridas” (QUIVUNA,

2013, p. 5). O ensino, nessa concepção, deve, concordando com o pensamento do autor, ser centrado, pois, nos vários mecanismos da língua, muito em especial das estruturas lexicais, a fim de “contribuir para o desenvolvimento da competência lexical<sup>68</sup> do indivíduo, que, por sua vez, influencia na sua capacidade de expressão” (QUIVUNA, 2013, p. 18).

No entender que o estudo do léxico é fundamental para o desenvolvimento da competência comunicativa do falante, explicam Guerra e Andrade (2012, p. 233) que, antes de tudo, no trabalho com a palavra, o docente deve considerar a relação de proximidade entre os conceitos de vocabulário e de léxico, pois são elementos presentes no contexto sociopedagógico. O vocabulário é sempre “uma parte do léxico individual e este faz parte do léxico num sentido mais amplo, o global; ao passo que o léxico global “compreende o conjunto de palavras vigentes ou circulantes num determinado momento sócio-histórico”, esclarecem Guerra e Andrade (2012, p. 233), ao distinguirem os conceitos de léxico e vocabulário.

No léxico de uma língua, “todas as unidades lexicais estão cercadas por uma rede indeterminada de associações que as ligam umas às outras”, o que demonstra que o léxico não é um conjunto de itens isolados, mas de itens coordenados, explica Costa (2015, p. 114). Dessa forma, o falante deve fazer “associações em relação ao conteúdo semântico que as palavras desempenham, para que tenha a oportunidade de construir seu conhecimento, teça relações semânticas entre as palavras e, assim, por exemplo, compreenda a função das unidades lexicais no estabelecimento da coesão textual” (COSTA, 2015, p. 114).

Cotidianamente, em meio as suas vivências e experiências coletivas, sobretudo, em meio a sua realidade sociocultural, o indivíduo, em seu acervo lexical individual, vai associando e conservando em suas memórias as novas palavras. Por isso, o meio social tem papel relevante no processo de ensino e aprendizagem nos estudos do léxico, visto que “o meio implica diretamente na

---

<sup>68</sup> O conceito de competência lexical aqui considerado comunga com o conceito de Figueiredo (2011, p. 367): “competência lexical compreende os aspetos semânticos, pragmáticos, gramaticais, fonéticos e discursivos de cada item lexical. Do ponto de vista cognitivo, aprender um item lexical é, pois, um processo complexo, uma vez que ao aprender a forma e o significado, se aprende também a rede de relações formais e semânticas que esse item mantém com as outras palavras aos mais diversos níveis”.

seleção e no enriquecimento das palavras que o aluno (primeiramente internalizou e memorizou) seleciona no momento de fala, do uso efetivo da língua, da palavra” (GUERRA; ANDRADE, 2012, p. 233).

É preciso, portanto, que o discente tenha “consciência de que conhecer uma palavra significa perceber a sua posição dentro da língua, associando-a a outras e conhecendo os seus vários significados”, postula Costa (2015, p. 114). Logo, o ensino do léxico e do vocabulário, por compreender diversos saberes disciplinares relevantes para o ensino de línguas, precisa ser visto como “um recurso comunicativo que completa as necessidades dos aprendizes, fazendo parte das suas estratégias de uso da língua para objetivos da comunicação” (COSTA, 2015, p. 115).

Ao conceber o ensino e aprendizagem do léxico como algo fundamental para promover a competência comunicativa e a habilidade discursiva do educando, os conceitos e conteúdos relativos ao léxico e vocabulário devem ser explorados e enfocados, sob distintos olhares, pelo docente. Propõem Andrade e Guerra (2012) que as palavras que compõem o léxico global do aluno, ou seja, aquelas socialmente circulantes, nesse sentido, podem entrar nesse contexto de ensino, haja vista que, como enquanto parte do léxico individual dos alunos, fazem parte do conhecimento prévio desses educandos.

Sendo a escola o espaço ideal para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências da língua, ao cooperar no processo de interação social, as práticas pedagógicas, as quais visam explorar a competência lexical do educando, não devem ter focalização meramente ocasional, não se limitando o ensino do léxico e vocabulário ao item lexical de forma isolada ou em frases curtas. A escola, por sua vez, necessita incentivar a criatividade no desenvolvimento da competência lexical, caso contrário, acabará por formar alunos sem capacidade de inovar linguisticamente (QUIVUNA, 2013). É importante frisar que essa competência lexical propicia outras competências linguísticas, tais como, sociolinguísticas, comunicativas, semântico-pragmática e entre outras.

Antunes (2012, p. 24) nos lembra que os mecanismos lexicais agregam valores culturais e ideológicos específicos que devem ser incentivados durante as aulas de Língua Portuguesa. Secundarizado por tempos, a autora propõe,

justamente, uma atenção especial ao léxico na sala de aula a partir das contribuições semânticas, pragmáticas e estilísticas que podem ocorrer a partir do uso consciente dos mecanismos lexicais (ANTUNES, 2012). E é, justamente, a partir do enfoque lexical que o ensino da Língua Portuguesa se torna um campo fértil e salutar para o estudo dos topônimos, posto que são recursos linguísticos pelos quais o homem marca seus vislumbres e dialoga com o mundo.

O estudo do léxico, como o centro da aprendizagem de uma língua, pode ser um importante mecanismo para a compreensão do pensamento concreto sobre o povo que a fala, revelando traços da sua realidade linguística, até mesmo saberes, valores e crenças. E o léxico toponímico, nessa acepção, ao ser estudado, pode concorrer para “o conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário” (DICK, 1990, p. 42).

No estudo toponímico, o nível lexical por ser focado por meio do contexto etimológico, semântico, morfológico e até sintático. Em sala de aula, a etimologia da palavra pode ser trabalhada como importante estratégia pedagógica para melhorar a compreensão do aluno em relação à aprendizagem do léxico e sua origem. Vejamos o que diz Nicoletti (2011) sobre a importância de se estudar a etimologia das palavras:

É lamentável pensar que a etimologia seja inútil e que ninguém mais estude ou queira estudar etimologia. Se ninguém estuda, deveria estudar. O abandono da erudição linguística pelo ensino moderno, alicerçado pelos valores imediatistas da atualidade, nos prende num presente sem vínculos com nosso passado e com nosso futuro. Faz nos acreditar que tudo em que acreditamos nasceu hoje, criando uma cegueira para as semelhanças entre as línguas, as culturas e as pessoas. Em suma, ao contrário do que se prega, ser erudito nos torna mais humanos e mais tolerantes, menos vinculados às óbvias necessidades da nossa existência, que podem parecer prementes, mas são apenas o que são: necessidades (NICOLETI, 2011, p. 4).

Em um estudo toponímico, a etimologia do topônimo é primordial para sua compreensão denominativa. Em sala de aula, o estudo etimológico dos nomes de lugares pode, por exemplo, promover saberes sobre alguns povos que colaboraram para a formação do nosso léxico, como os índios e os africanos, bem como outras variações de ordem social, situacional e histórica.

O nível semântico também é de suma importância na apreensão dos sentidos denominativos de um determinado lugar. O aspecto semântico tem estreita relevância no entendimento das forças criativas do topônimo. Este auxilia na compreensão da natureza da denominação, especialmente, sobre o vínculo entre o nome e o lugar. O professor, em suas práticas pedagógicas, pode evidenciar os aspectos semânticos dos nomes de lugares mediante a interpretação e classificação dos fatos onomásticos e isso pode ser realizado a partir do modelo taxonômico<sup>69</sup> de Dick (1990, prefácio), a qual é um meio importante de investigação linguística:

Exercendo na toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. [...] Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Toma-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.

Seabra (2004, p. 38) explica que “a carga semântica das palavras se modifica com a variação das leis internas ao sistema linguístico e das noções próprias da realidade cultural que às palavras compete designar”. E isso é visto também nos topônimos, os quais podem sofrer mudanças ou alterações nomenclatórias e até semânticas. Por isso, em uma análise toponímica, é importante levar em conta: “a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento [...]” (DICK, 1996, p. 19).

É relevante também as questões morfológicas imbuídas no fazer designativo de lugares. Diferentemente da etimologia, a morfologia das palavras tem maior destaque no ensino de Língua Portuguesa, ensinada em quase todos os anos do ensino básico. No currículo, os conteúdos referentes à morfologia costumam estar atrelados aos conteúdos da chamada gramática normativa/tradicional, a saber: classes de palavras e estrutura e formação de palavras. Do ponto de vista lexical, o topônimo, em sala de aula, pode ser

---

<sup>69</sup> Ver modelo taxonômico de Dick (1990) apresentado no capítulo metodológico, subseção intitulada “O signo toponímico e a categorização dos nomes”.



analisado, a título de exemplo, conforme a forma como ele está estruturado linguisticamente. Nesse exercício, o professor estimula a reflexão metalinguística do topônimo, pautada na forma da língua, numa perspectiva prescritiva.

Esse trabalho morfológico pode também ter como fundamento a proposta de Dick (1990), que discute a formação (morfológica) dos topônimos a estrutura do topônimo pode ser discutida sob aspectos intra e extra-linguísticos. De acordo com Dick (1990), a formação dos topônimos pode-se dar de três formas: (i) Elemento específico simples – é definido por um só formante e pode vir acompanhado de sufixações e terminações como –lândia, -pólis e –burgo, entre outros. Ex.: Darcinópolis (TO), Brasilândia (TO), Lajeado (TO), Tocantínia (TO); (ii) Topônimo composto ou elemento específico composto – apresenta-se com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si. Ex.: Itacajá (TO), Araguaçu (TO), Ponte alta do Bom Jesus (TO); (iii) Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido – é formado por elementos linguísticos de diferentes línguas. Ex.: Paraíso do Tocantins (TO), Formoso do Araguaia (TO), Goianorte (TO).

Na dimensão linguística, como visto, o estudo dos topônimos pode ser realizado sob diferentes perspectivas: análise de estratos linguísticos evidenciados pelos designativos, classificação taxonômica dos nomes e análise de taxes predominantes, discussão da motivação semântica dos nomes, estudo diacrônico referente às mudanças de nomes, análise da estrutura morfológica dos topônimos (TAVARES; ISQUERDO, 2006, p. 173). Para além dos estudos linguísticos ou conjuntamente, o professor de língua portuguesa pode propiciar outras reflexões inerente ao contexto denominativo do topônimo, podendo promover atividades as quais os alunos possam ser condicionados a pesquisar e a conhecer aspectos

da história do bairro, da cidade, do estado, bem como as características socioculturais dos grupos humanos que estão ou estiveram presentes na região; topônimos de elementos geográficos físicos (nomes de rios, de córregos, de morros, de vales, por exemplo) podem evidenciar características da natureza física da região, como aspectos do relevo, da fauna, da flora; a análise da etimologia de um conjunto de nomes, seja de acidente físico ou de acidente humano, também pode evidenciar diversos extratos linguísticos, inclusive desaparecidos (VELASCO; TAVARES, 2017, p. 5).

O léxico toponímico pode ser, assim, no contexto de sala de aula, uma fonte extensa para a materialização de muitos conhecimentos linguísticos e extralinguísticos. O estudo toponímico pode permitir ao aluno informações acerca da fauna, flora, ambiente, espaço geográfico, paisagem, dentre outros aspectos físico-naturais que permeiam os nomes. Os topônimos podem proporcionar conhecimentos a respeito da tradição, da memória e da história oral, além do contexto de formação histórica quanto à colonização, processos de imigração e emigração e outros aspectos importantes da história do país, estado, município, vila, distrito ou qualquer outro lugar em que vive ou já viveu. Ou ainda, numa vertente da antropológica, é possível que o aluno identifique as relações do ser humano como a identidade e a cultura local ou regional.

Nesse contexto, discute-se, na sequência, o estudo dos nomes de lugares na percepção de documentos legais, no âmbito nacional e estadual.

## **5.2 A BNCC e o DCT: nomes de lugares e o ensino**

Muitas pesquisas que enfocam o nome do lugar, ao se enveredarem por diferentes caminhos de análise, tanto relacionados aos aspectos linguísticos, quanto extralinguísticos, têm, recentemente, se debruçado sobre a tentativa da ampliação dos possíveis caminhos para que a Toponomástica seja aplicada ao ensino, em suas mais variadas perspectivas (BASTIANI, 2021). Entre essas, citam-se, aqui, apenas algumas: Andrade e Nunes (2012, 2015), Nunes (2016), Reis (2017), Reis e Andrade (2019a, 2019b), Andrade, Nunes, Nascimento e Bastiani (2019), Andrade e Nascimento (2020), Nascimento (2020), Sousa (2017, 2018, 2019) e Sousa e Gouveia (2018).

A base teórico-metodológica dessas investigações tem sido, essencialmente, as diretrizes curriculares, de âmbito nacional e estadual, que norteiam e canalizam orientações para as práticas educativas nas escolas. No Tocantins, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as orientações do Documento Curricular do Tocantins (DCT) alicerçam as discussões atuais e prezam por um processo de ensino e aprendizagem comprometido com os usos sociais da linguagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de referência nacional, que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica. Esta, por sua vez, encontra-se em sua terceira versão, desde homologada em 20 de dezembro de 2017, pelo Ministério da Educação, após ter sido discutida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Seu objetivo maior é fazer com que todos os alunos tenham a mesma oportunidade de aprender o que é fundamental para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018).

Como um documento de orientação pedagógica, sustentado em princípios que visam necessariamente à formação humana integral e à construção de uma sociedade ética e inclusiva, a BNCC, o documento parametrizador mais recente direcionado à Educação Básica, sustenta que as aprendizagens essenciais devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento competências específicas, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018).

Para a BNCC (2018), competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. Dentre algumas competências gerais da Educação Básica, a BNCC (2018) frisa que escola deve

valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem *o aluno* entender as relações próprias do mundo e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p. 9, *grifo nosso*).

Quanto ao ensino da língua materna, em relação à BNCC, o documento preconiza que a escola deve possibilitar aos estudantes “participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas” (BRASIL, 2018, p. 63), a fim de ampliar suas possibilidades de participação na vida social.

Essa preocupação advém das práticas de linguagem contemporâneas, já que o aluno está diante de novas formas de acessar, produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. Ou seja, é real a sua participação nas diversas práticas sociais, em distintas esferas discursivas, demandando novas formas de expressar-se, de interagir com os interlocutores. Por exemplo, este aluno está diante novo gêneros textuais e se deparando com textos multissemióticos - textos em que se misturam múltiplas semioses (ou múltiplas linguagens), mesclam o texto verbal com outras modalidades de linguagem (imagem estática, imagem em movimento, som, fala). Desse contexto, o componente Língua Portuguesa da BNCC centra-se nas transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) (BRASIL, 2018).

O documento assume, assim, a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem: “um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20). E, para isso, lança-se mão, por exemplo, das teorias linguísticas de Bakhtin (1984), que embasam uma visão dialógica da linguagem.

Nesse contexto, a BNCC (2018) apresenta objetivos específicos no que tange os objetos de conhecimento e competências e habilidades. E, nesse sentido, dispõe de quatro eixos das práticas de linguagem: leitura, produção de textos, oralidade análise linguística/semiótica, que embora as habilidades estejam reunidas por eixos temáticos, existe relação intrínseca entre eles, pelo fato de estarem interligados no ensino e na vida social.

Compete, portanto, o componente curricular de Língua Portuguesa proporcionar aos estudantes “experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens” (BRASIL, 2018, p. 68). É importante destacar que o conceito de letramento também compreende o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos de expor, argumentar, explicar, narrar etc. Por isso, podemos, assim, pensar o léxico como uma construção linguístico-discursiva

capaz de angariar saberes que reflitam diretamente nas práticas cotidianas dos discentes.

No que concerne às orientações da BNCC (2018), a respeito dos estudos lexicais no componente de Língua Portuguesa, convém ressaltar que o léxico se encontra situado dentro do campo de conhecimento linguístico da semântica, o qual objetiva

conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como, aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais (BRASIL, 2018, p. 81).

Nessa perspectiva, o documento apresenta distintos objetos de conhecimento específico para o estudo léxico, por exemplo, em específico para o estudo da palavra, na qual nos deparamos com a unidade temática para os “processos de formação e significados das palavras”. Cita-se, a título de esclarecimento, algumas habilidades adotadas pelas orientações da BNCC (2018):

- (EF01LP15) Reconhecer o significado de palavras conhecidas em textos.
- (EF02LP17) Deduzir o significado de palavras desconhecidas ou pouco familiares, com base no contexto da frase ou do texto.
- (EF03LP13) Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos, com base no contexto da frase ou do texto.
- (EF04LP13) Inferir, em textos, o sentido de palavras e expressões, considerando o contexto em que aparecem.
- (EF05LP13) Identificar o sentido de vocábulo ou expressão utilizado, em segmento de texto, selecionando aquele que pode substituí-lo por sinonímia no contexto em que se insere
- (EF06LP12) Identificar vocabulário desconhecido, incluindo especializado e técnico, usando pistas de contexto, estrutura, ilustrações, bem como fontes externas ao texto, como glossários, dicionários, materiais de referência, enciclopédias (físicos ou eletrônicos).
- (EF07LP12) Deduzir, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas.
- (EF09LP13) Justificar, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas (BRASIL, 2018).

Um fato importante é que o envolvimento com o léxico acontece em sua maioria por meio de atividades de leitura, ao inferenciar o sentido das palavras. E isso se justifica, provavelmente, pelo fato que o referido documento sugere o trabalho com os textos-enunciados e os gêneros do discurso como ponto de partida e de chegada para o ensino e aprendizagem da língua materna.

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (BRASIL, 2018, p. 67).

Essa constatação nos permite inferir que a BNCC, em contrapartida com orientações e propostas curriculares nacionais anteriores (como os PCN e as OCN), busca valorizar o léxico no contexto do ensino de língua materna, por entender que este exerce um papel determinante na veiculação dos sentidos, que são o objeto da comunicação linguística (BIDERMAN, 1996).

Merece enfatizar que a abordagem dos topônimos nesse manuscrito é realizada de forma implícita, não abordam os estudos dos nomes de lugares especificamente. No entanto, depara-se com parâmetros, diretos e indiretos, para a ampliação da capacidade dos alunos de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos (BRASIL, 2018). E, nesse contexto, acredita-se que as práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades trabalhadas pela BNCC, no que tange o léxico em si, podem ser a porta de entrada para os estudos toponomásticos.

Fundamentado na BNCC, o Documento Curricular do Tocantins (DCT), para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, foi aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação, em março de 2019, após passar por um consistente processo participativo, transparente, democrático e, sobretudo, educacional, que incluiu a contribuição de vários profissionais, envolvendo os 135 municípios tocantinenses. A intenção deste documento consiste na garantia ao direito à “aprendizagem, ao desenvolvimento das potencialidades e capacidade transformadora dos estudantes, numa perspectiva de formação integral e cidadã em todo o território” (TOCANTINS, 2019, p. 9).

O DCT (2019), em consonância à BNCC (2018), sustenta para o componente de Língua Portuguesa, a perspectiva enunciativo-discursiva e retoma aos Parâmetros Curriculares Nacionais para definir linguagem e pauta-se nela como:



[...] uma forma de ação orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história (BRASIL, 1998, p. 20).

O manuscrito estadual parte da premissa que as atividades humanas se realizam nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens. E propõe que tais linguagens (verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital), no Ensino Fundamental, podem se tornar objetos de conhecimento dos componentes curriculares que constituem, propriamente, a Área de Linguagens - Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. Desse pressuposto, o documento orienta que os discentes devem:

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo (TOCANTINS, 2019, p. 15).

A linguagem assume centralidade nesse referencial curricular, como um espaço de encontros e confrontos de valores e perspectivas que orientam as ações do sujeito. Disso, explicita que a articulação das competências específicas de cada componente curricular levará os estudantes, ao longo do Ensino Fundamental, “a compreenderem as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, por meio do conhecimento e exploração das diversas práticas de linguagens (artísticas, corporais e linguísticas)” (TOCANTINS, 2019, p. 16). Assim, a considerar a diversidade linguística e cultural no estado, pontua que podem ser tematizadas diversas práticas culturais e contemporâneas,

marcadas pela formação da população tocantinense: povos indígenas; populações quilombolas, comunidades tradicionais ribeirinhas, quebradeiras de coco, dentre outros (TOCANTINS, 2019).

As orientações do DCT (2019) dialogam completamente com os parâmetros educacionais promovidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As dez competências gerais constantes na BNCC (2018) dialogam com as competências específicas das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares, presentes no DCT (2019). Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, o referencial curricular estatual propõe que cada componente curricular apresente um conjunto de habilidades que estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – entendidos como conteúdos, conceitos e processos – que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas.

Dessa forma, a partir de competências e habilidades específicas, o mencionado documento está estruturado por campo de atuação/eixos, objetos de conhecimentos e sugestões pedagógicas, por bimestre. É muito realçado pelo referencial que o quadro de sugestões pedagógicas por habilidade não limita a autonomia do professor, uma vez que a ideia principal é de “provocar reflexões sobre atividades que devem ser ampliadas no dia a dia da sala de aula e/ou reorganizadas conforme as necessidades de cada contexto escolar e as especificidades regionais” (TOCANTINS, 2019, p. 27).

Dentro dessa estrutura, a abordagem do léxico, no DCT (2019), aparece atrelado ao eixo da Análise Linguística<sup>70</sup>, ligado aos aspectos semânticos, morfológicos e ensino da gramática, tanto dentro das habilidades quanto dos objetos de conhecimento e, além disso, o DCT (2019) não reduz o estudo do léxico a apresentação de sinônimos de um conjunto de palavras desconhecidas pelo aluno, a sua proposta não se esbarra no trabalho com a palavra isolada, como portadora de significado absoluto.

---

<sup>70</sup> “O processo da análise linguística, neste documento, foi organizado com o objetivo de promover a reflexão acerca da língua e de seu funcionamento concomitantemente com apropriação dos usos e funções sociais dos gêneros textuais, da leitura, da produção de textos e da linguagem oral, nos anos iniciais, com progressão em todas as etapas do Ensino Fundamental, considerando a complexidade de cada ano de estudo” (TOCANTINS, 2019, p. 25).

Dentro do eixo da Análise Linguística, a abordagem do léxico é notada, indiretamente, já nos anos iniciais da Educação Básica. No 6º ano, 1º bimestre, a título de exemplificação, cita-se a seguinte habilidade “(EF06LP04) analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo”. Nessa habilidade, o docente poderá abordar os objetos de conhecimento de morfossintaxe; substantivo: conceito, classificação e flexão; e os modos indicativo e subjuntivo. Segundo o DCT (2019), essa habilidade pressupõe:

A construção prévia ou conexa de conhecimentos morfossintáticos relacionados a três classes de palavras (substantivos, adjetivos, verbos) e a modos verbais e categorias gramaticais a elas relacionadas. Convém lembrar, ainda, que as concordâncias verbal e nominal, assim como a manutenção e a correlação dos tempos verbais implicadas nessa habilidade colaboram para a coesão e a coerência na escrita. É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras próprias da nossa região. (Estudos dos nomes de lugares: Toponímia) (TOCANTINS, 2019, p. 148).

Essa abordagem voltada à Toponímia, mesmo que brevemente, nos leva a refletir acerca da importância dos nomes de lugares, tendo em vista que o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. No documento, esta é a única menção explícita do estudo dos nomes de lugares como um objeto do conhecimento a ser tratado nas etapas da Educação Básica. No entanto, nota-se inúmeras possibilidades de se empreenderem práticas de ensino direcionadas as palavras próprias da nossa região, as quais podem ser apreendidas de distintas competências, habilidades e objetos do conhecimento que se apresentam como balizadores do fazer pedagógico.

Por exemplo, reitera o DCT (2019) para se considerar a regionalidade do Tocantins, pontuando que as comunidades quilombolas e os povos indígenas tocantinenses apresentam características próprias relacionadas às lutas, à dança, aos jogos, às brincadeiras e aos esportes e que “as atividades vivenciadas no dia a dia das aldeias e comunidades devem ser valorizadas como linguagens que expressam e integram as pessoas” (TOCANTINS, 2019, p. 15). Esse arcabouço cultural caracteriza e torna significativo a diversidade linguística e cultural no estado. Por esse contexto, o estudo do nome de lugar pode propiciar ao aluno conhecer, além dos substratos linguísticos, por exemplo, pela estrutura,

classificação e etimologia do topônimo, aspectos extralinguísticos, como informações históricas e sociais das regiões em que eles se encontram, contribuindo significativamente para o reconhecimento do *modus vivendi* de um grupo, por exemplo, cultivo de alimentos, a colheita de frutos da mata, a pesca, a caça, o banho no rio, as danças, os rituais sagrados e festivos etc.

Nessa perspectiva, o ponto de partida, em sala de aula, deve ser o signo toponímico ou um conjunto de topônimos, para que os alunos possam ser condicionados a pesquisar e a conhecer os aspectos da:

da história do bairro, da cidade, do estado, bem como as características socioculturais dos grupos humanos que estão ou estiveram presentes na região; topônimos de elementos geográficos físicos (nomes de rios, de córregos, de morros, de vales, por exemplo) podem evidenciar características da natureza física da região, como aspectos do relevo, da fauna, da flora; a análise da etimologia de um conjunto de nomes, seja de acidente físico ou de acidente humano, também pode evidenciar diversos extratos linguísticos, inclusive desaparecidos (VELASCO; TAVARES, 2017, p. 5).

E, nessa perspectiva, nota-se que o topônimo pode ser “a ponte” para conectar a Língua Portuguesa a outros componentes curriculares, tais quais com a Geografia e História, já que Toponomástica em si alimenta e é retroalimentada por fios de diversas áreas do conhecimento.

O que se nota, nessas diretrizes curriculares, é que a abordagem dos topônimos nesses manuscritos ainda é incipiente, realizada de forma implícita, já que não se preconizam, especificamente, discussões em torno das particularidades dos nomes de lugares. Todavia, incitam-se a ampliação da capacidade dos alunos de observar e conhecer as características do lugar em que vivem e das diferentes paisagens e espaços geográficos.

Sabe-se que essa proposta é, relativamente, inovadora na esfera do ensino básico, em que, dentro dos estudos lexicais, cabe ao professor escolher os caminhos a seguir, no que concerne a abordagem toponomástica de natureza local. E que, como conteúdo didático, ainda, carece de reflexões e discussões aprofundadas, no que tange a sua utilização na Educação Básica.

### **5.3 Descrição geográfica e análise linguística, etimológica, taxonômica dos topônimos quilombolas**

Abordamos, nesta subseção, os dados e as análises desta pesquisa e, para tanto, apresentamos a descrição da toponímia quilombola tocantinense, por meio do tratamento dos dados dos nomes das comunidades quilombolas, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), do ponto de vista geográfico, linguístico, etimológico e taxonômico dos topônimos em questão.

### 5.3.1 Descrição geográfica

Este subtópico traz a descrição e análise da toponímia quilombola tocantinense, considerando breves alusões aos aspectos geográficos das comunidades, enquanto espaços sociais imbuídos de uma noção subjetiva, identitária e cultural.

Geograficamente, o estado do Tocantins, de acordo com a Divisão Regional do Brasil apresentada pelo IBGE (1989), possui duas mesorregiões<sup>71</sup>: Ocidental e Oriental. A Mesorregião<sup>72</sup> Ocidental abriga em seu território as Microrregiões de Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso, comportando 93 municípios. Já a Mesorregião Oriental dispõe das microrregiões de Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional e contém 46 municípios. Há de se considerar ainda a Regionalização Administrativa Estadual, a qual o estado encontra-se dividido em 18 (dezoito) regiões administrativas:

---

<sup>71</sup> Uma Mesorregião Geográfica é um conjunto de municípios, pertencentes à mesma Unidade da Federação que “apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou” (IBGE, 1990, p. 8).

<sup>72</sup> Uma Microrregião Geográfica é um conjunto de municípios, a qual foi “definida como parte de uma das mesorregiões que apresenta especificidade, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares [...]. A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais” (IBGE, 1990, p. 8).

Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá, Araguaína, Colinas do Tocantins, Goiatins, Guaraí, Região Metropolitana de Palmas, Pedro Afonso, Paraíso do Tocantins, Novo Acordo, Natividade, Gurupi, Dianópolis, Paranã, Arraias e Taguatinga. De forma detalhada, apresenta-se, a seguir, a divisão político-administrativa do estado.

**Quadro 11:** Descrição da Divisão Político-Administrativa

Região	Municípios	Data de Criação
<b>Região I - Araguaatins</b>	<b>Araguatins</b>	1948
	Cachoeirinha	1993
	Esperantina	1993
	São Bento do Tocantins	1993
	São Sebastião do Tocantins	1963
<b>Região II - Augustinópolis</b>	<b>Augustinópolis</b>	1982
	Axixá do Tocantins	1963
	Buriti do Tocantins	1988
	Carrasco Bonito	1993
	Praia Norte	1988
	Sampaio	1988
	São Miguel do Tocantins	1993
	Sítio Novo do Tocantins	1963
<b>Região III - Tocantinópolis</b>	Aguiarnópolis	1997
	Angico	1993
	Darcinópolis	1993
	Itaguatins	1945
	Luzinópolis	1997
	Maurilândia do Tocantins	1993
	Nazaré	1958
	Palmeiras do Tocantins	1993
	Santa Terezinha do Tocantins	1997
	<b>Tocantinópolis</b>	1858
<b>Região IV - Xambioá</b>	Ananás	1963
	Araguanã	1993
	Piraquê	1993
	Riachinho	1993
	<b>Xambioá</b>	1958
<b>Região V - Araguaína</b>	Aragominas	1993
	<b>Araguaína</b>	1958
	Babaçulândia	1953
	Carmolândia	1993
	Filadélfia	1948
	Muricilândia	1993
	Nova Olinda	1980
	Palmeirante	1993
	Santa Fé do Araguaia	1993
Wanderlândia	1980	
<b>Região VI - Colinas do Tocantins</b>	Arapoema	1963
	Bandeirantes do Tocantins	1997
	Bernardo Sayão	1987
	Brasilândia do Tocantins	1993



	<b>Colinas do Tocantins</b>	1963
	Couto de Magalhães	1963
	Itaporã do Tocantins	1963
	Juarina	1989
	Pau D'Arco	1993
	Pequizeiro	1987
	Presidente Kennedy	1971
	Tupiratins	1993
<b>Região VII - Goiatins</b>	Barra do Ouro	1997
	Campos Lindos	1993
	<b>Goiatins</b>	1953
<b>Região VIII - Guaraí</b>	Araguacema	1937
	Colméia	1980
	Dois Irmãos do Tocantins	1963
	Fortaleza do Tabocão	1993
	Goianorte	1988
	<b>Guaraí</b>	1968
	Miranorte	1963
	Rio dos Bois	1993
	Tupirama	1997
<b>Região IX - Região Metropolitana de Palmas</b>	Aparecida do Rio Negro	1987
	Brejinho de Nazaré	1958
	Fátima	1983
	Ipueiras	1997
	Lajeado	1993
	Miracema do Tocantins	1948
	Monte do Carmo	1963
	Oliveira de Fátima	1997
	<b>Palmas</b>	1989
	Porto Nacional	1861
	Tocantínia	1953
<b>Região X - Pedro Afonso</b>	Bom Jesus do Tocantins	1993
	Centenário	1993
	Itacajá	1953
	Itapiratins	1993
	<b>Pedro Afonso</b>	1903
	Recursolândia	1993
	Santa Maria do Tocantins	1993
<b>Região XI - Paraíso do Tocantins</b>	Abreulândia	1993
	Barrolândia	1988
	Caseara	1987
	Chapada da Areia	1997
	Cristalândia	1953
	Divinópolis do Tocantins	1987
	Lagoa da Confusão	1993
	Marianópolis do Tocantins	1987
	Monte Santo do Tocantins	1997
	Nova Rosalândia	1988
	<b>Paraíso do Tocantins</b>	1963
	Pium	1953
	Pugmil	1997
	Santa Rita do Tocantins	1997
<b>Região XII - Novo Acordo</b>	Lagoa do Tocantins	1993
	Lizarda	1953
	Mateiros	1993
	<b>Novo Acordo</b>	1958

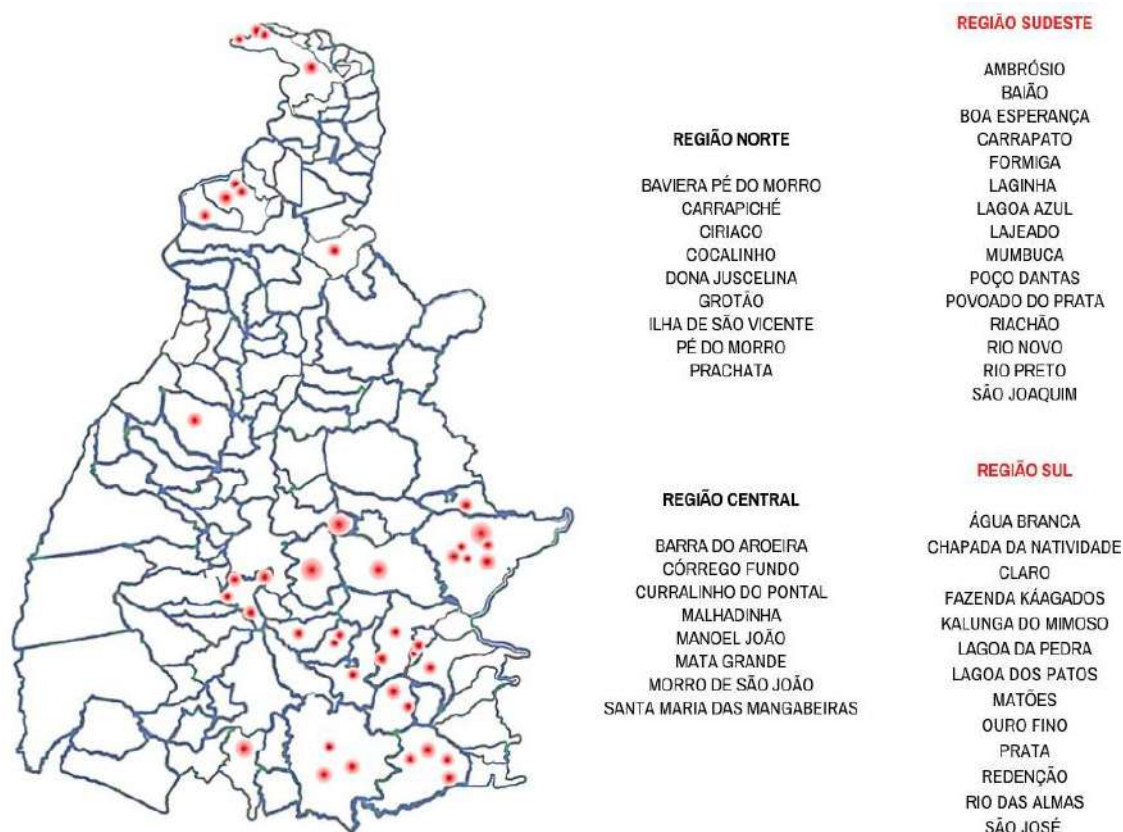
	Ponte Alta do Tocantins	1958
	Rio Sono	1982
	Santa Tereza do Tocantins	1988
	São Félix do Tocantins	1993
<b>Região XIII - Natividade</b>	Chapada da Natividade	1997
	<b>Natividade</b>	1734
	Pindorama do Tocantins	1963
	Santa Rosa do Tocantins	1988
	São Valério da Natividade	1988
	Silvanópolis	1980
<b>Região XIV - Gurupi</b>	Aliança do Tocantins	1988
	Alvorada	1963
	Araguaçu	1958
	Cariri do Tocantins	1993
	Crixás do Tocantins	1997
	Dueré	1958
	Figueirópolis	1980
	Formoso do Araguaia	1963
	<b>Gurupi</b>	1958
	Jaú do Tocantins	1993
	Peixe	1895
	Sandolândia	1993
	Sucupira	1993
	Talismã	1997
<b>Região XV - Dianópolis</b>	Almas	1958
	<b>Dianópolis</b>	1884
	Novo Jardim	1993
	Porto Alegre do Tocantins	1988
	Rio da Conceição	1993
	Taipas do Tocantins	1993
<b>Região XVI - Paranã</b>	Palmerópolis	1980
	<b>Paraná</b>	1857
	São Salvador do Tocantins	1993
<b>Região XVII - Arraias</b>	<b>Arraias</b>	1914
	Combinado	1987
	Conceição do Tocantins	1963
	Novo Alegre	1993
<b>Região XVIII - Taguatinga</b>	Aurora do Tocantins	1963
	Lavandeira	1997
	Ponte Alta do Bom Jesus	1958
	<b>Taguatinga</b>	1868

Fonte: Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/>. Acesso em 16 de setembro de 2016



Do ponto de vista geográfico, o maior número de comunidades quilombolas registrado no estado do Tocantins encontra-se, atualmente, situado na região sudeste, com o total de 15 populações quilombolas, acompanhada da região sul, que contabiliza o número total de 13 comunidades. Essa realidade pode ser verificada no mapa a seguir:

**Figura 06:** Localização das comunidades quilombolas no estado do Tocantins



Fonte: Do autor (2022).

Esse quantitativo expressivo, em especial nas regiões sul e sudeste, pode, certamente, ter sido oriundo da rota migratória do ouro, nos áureos tempos do regime escravocrata, que impulsionou, em busca de trabalho, o deslocamento de inúmeros escravos ao Tocantins. Esse fato pode ser justificado no contexto histórico do próprio povoamento local.

O povoamento de Goiás, em parte, se deu por intermédio do processo de ocupação econômica com base na exploração aurífera, na primeira metade do século XVII e início do século XVIII. Várias foram as bandeiras que percorreram o sertão goiano. Dentre elas, Parente (1999) cita a bandeira de

Sebastião Pais de Barros. Segundo a autora, foi a maior expedição bandeirante na região, sendo composta por 800 membros, a qual, dedicada à mineração, se fixou na região de confluência do rio Tocantins com o Araguaia.

Parente (1999) indica que, por certo, Bartolomeu Bueno Silva, chamado de “Anhaguera”, compunha essa expedição mineratória. Com a descoberta de ouro nas chamadas Minas dos Goyazes, a região logo tornou-se foco de grandes deslocamentos populacionais. E, à época, logo Bartolomeu Bueno da Silva foi declarado Superintendente de tais minas, as quais estavam ligadas à São Paulo na forma de uma intendência. Sua finalidade, juntamente aos seus bandeirantes, “era descobrir, na região, minas de ouro, prata e outros haveres” (PARENTE, 1999, p. 38).

Durante esse período, na região goiana, três zonas povoaram-se com regularidade e relativa densidade (PALACÍN; MORAES, 1994). A citação e o mapa, a seguir, revelam, detalhes dessas três zonas de povoamento em Goiás.

A primeira zona situava-se no centro-sul, com uma série desconexa de arraiais<sup>74</sup> no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) – principal centro de comunicações –, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos. Uma segunda zona estava situada na “região do Tocantins”, no alto Tocantins ou Maranhão [...]. Esta zona, de limitada extensão, era a mais densa em povoações: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc. E, por fim, o verdadeiro norte da capitania<sup>75</sup> abrangia uma extensa zona, entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia. Nesta região, em sua maior parte áspera e árida, encontravam-se algumas povoações dispersas: Arraiais, S. Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional), que era o arraial mais setentrional (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 12 e 13).

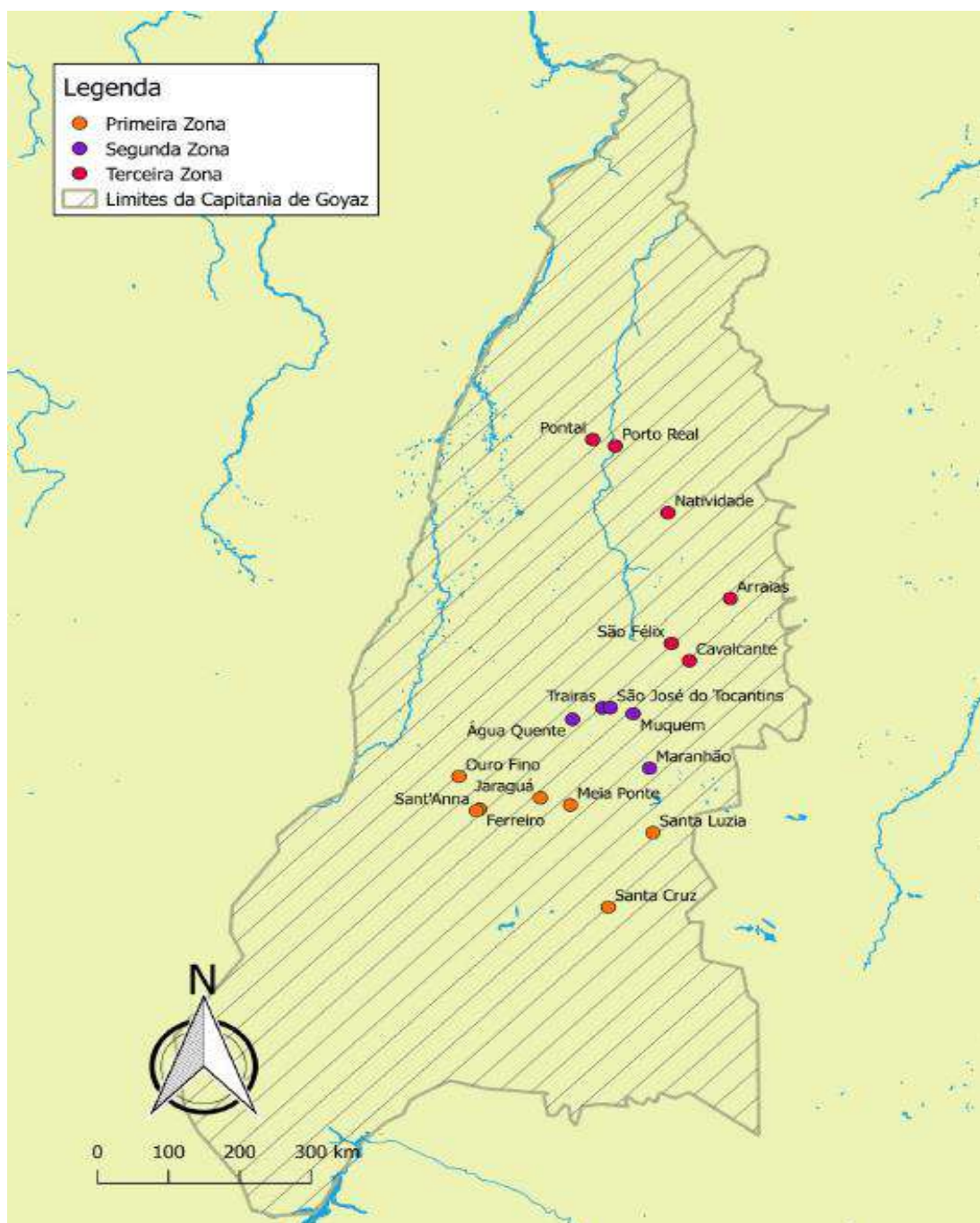
---

<sup>74</sup> Povoados.

<sup>75</sup> A área em que se situava Goiás pertencia à Capitania de São Paulo, sendo considerado, inicialmente, um território de minas inserido na Capitania de São Paulo. Somente vinte anos após sua descoberta, a Corte portuguesa tornou Goiás independente de São Paulo, elevando à categoria de Capitania. Com esse título Goiás permaneceu até a Independência, quando Goiás se tornou Província (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 49).



**Mapa 04:** Zoneamento dos arraiais, na Capitania de Goyaz.



Fonte: Palacín; Moraes (1994) adptado de Maluly (2017)

Essas zonas de povoamento, ocasionadas pelas rotas (terrestres e fluviais) de mineração, convergiu, certamente, no surgimento de outros arraiais e povoados. Palacín (2008) enfatiza que o surgimento dos povoados se dava de forma irregular e instável, sem nenhum planejamento. Parafraseando-o: onde havia ouro, ali havia uma povoação (PALACIN, 2008).

O fato é que vários arraiais e povoados desapareceram, principalmente, quando se esgotava o minério. Contudo, inúmeros espaços (antigos) de extração do ouro também permaneceram enquanto núcleos de habitação e, hoje, são constituídos como municípios, com autonomia político-administrativa, como, São Felix do Tocantins, Natividade, Arraias e Porto Nacional, antigo Porto Real.

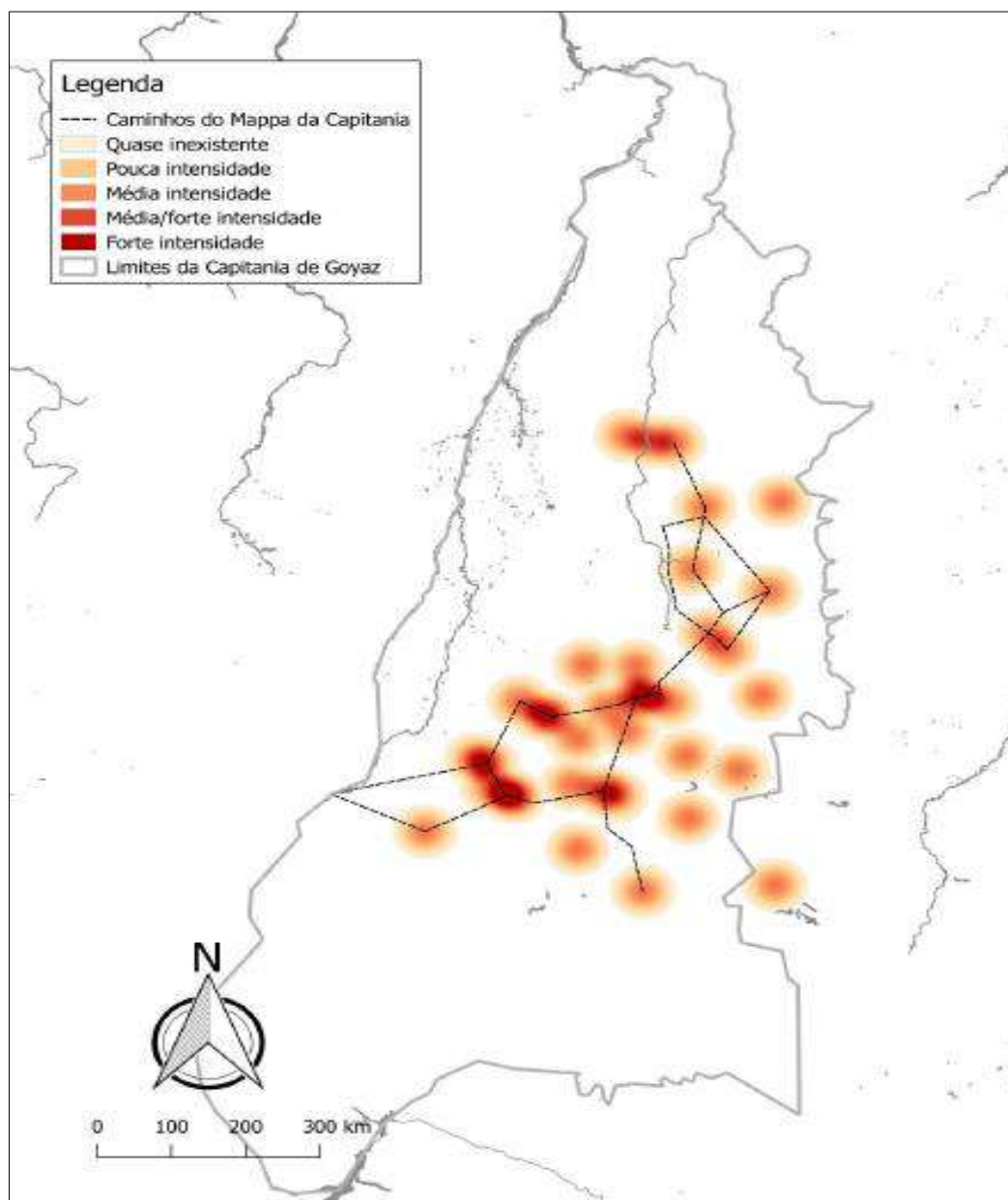
A exploração aurífera no Tocantins, antigo norte goiano, foi, assim, válvula propulsora econômica, política e cultural de seus territórios, durante o ciclo da mineração. Por certo, a corrida do ouro, pelo interior do Brasil, trouxe, com a força da mão de obra escrava, conseqüentemente, a formação de inúmeros e distintos povoados quilombolas, que enfrentaram toda sorte de intempéries e o inóspito interior do país a procura do minério amarelo. Como símbolo resistência, essas comunidades se instalaram na região, principalmente, durante a crise na mineração, instaurada no final do século XVIII, quando parte dos negros escravizados estavam sendo vendidos e levados para outras regiões no país e a outra parte estavam fugindo e criando esconderijos para se refugiarem contra à escravidão.

Atualmente, tais comunidades quilombolas estão localizadas, em sua grande maioria, na região Oriental, lado direito do estado, geograficamente. Apesar da mesorregião Ocidental abrigar uma quantidade maior de municípios (93), prevalece, na mesorregião oriental, o maior número de comunidades, 30 populações certificadas. E isso, também, certamente, é reflexo da rota migratória do ouro na capitania de Goiás (Goiaz), que culminou na constituição de povoados mais ao sul e sudeste do estado.

O mapa, a seguir, sintetiza a rota migratória do ciclo do ouro no estado e como esses caminhos internos contribuíram na composição dos arraiais, no contexto colonial goiano, no século XVIII, e como podem ter influenciado, por consequência, na constituição de populações quilombolas.



**Mapa 05:** Mapa do calor dos arraiais com os caminhos internos da Capitania de Goyaz



Fonte: (MALULY, 2017)

Explica Oliveira (2007) que, em fuga, muitos quilombos foram constituídos, principalmente, nas zonas montanhosas das principais vilas mineradoras da comarca do norte de Goiás – São Félix, Natividade, Arraias, Cavalcante e Porto Real (OLIVEIRA, 2007, p. 33). A autora, nesse contexto, comenta que o Rio Paranã cortava boa parte da região, formando uma rota de fuga para muitos escravos e abrigando, em suas margens e proximidades, diversos núcleos quilombolas (OLIVEIRA, 2007).

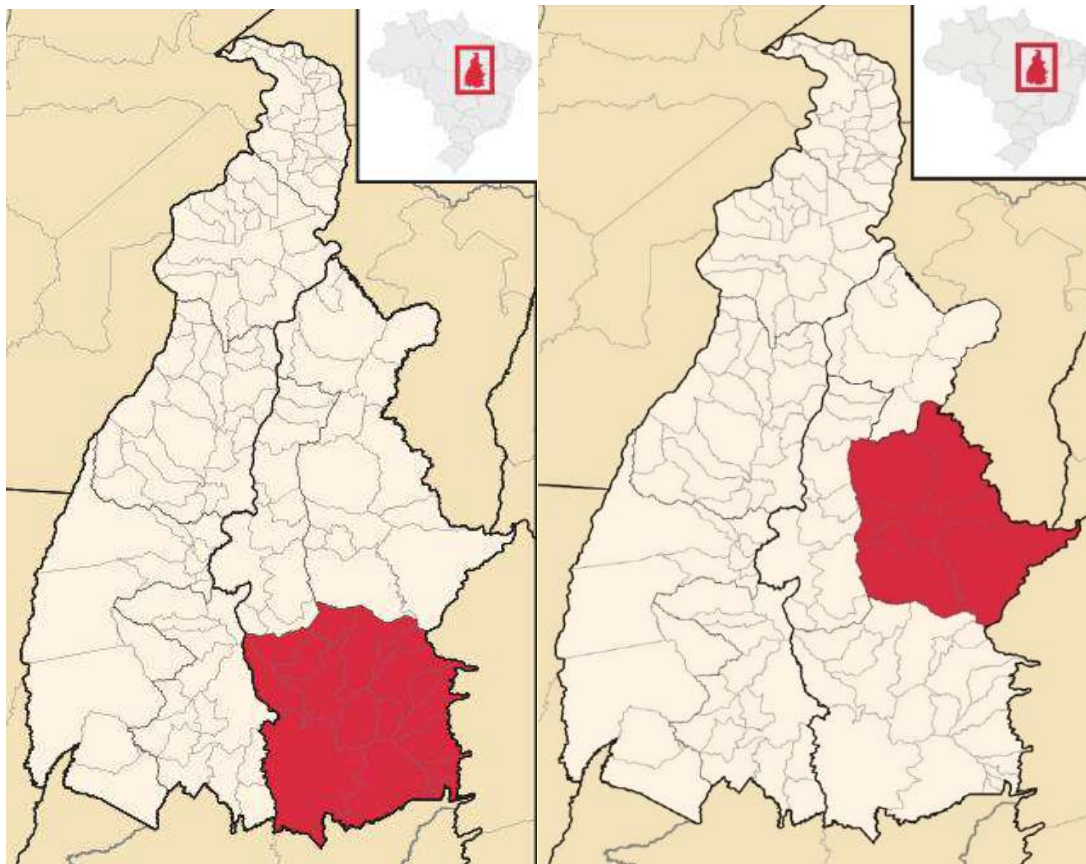
Tem-se como exemplo desse processo migratório de formação histórica de grupos fugitivos no Norte do Goiás a comunidade Kalunga do Mimoso, localizada em Arraias – TO. Segundo Oliveira (2007, p. 32), a região de refúgio dos Kalungas foi mapeada como parte da Chapada de São Félix, a qual possuía vários focos de mineração de ouro, havendo uma enorme quantidade de escravos.

A microrregião de Dianópolis sobressai no quantitativo de comunidades quilombolas no estado, somam-se um total de 18 populações. Essa microrregião é composta pelos seguintes municípios: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério, Taguatinga, Taipas do Tocantins.

Outro dado relevante é a respeito da Regionalização Administrativa Estadual, a qual nota-se um número significativo de comunidades instaladas na Região Administrativa XVII – Novo Acordo, com um total de 12 comunidades. Compõem essa região administrativa: Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins.

As figuras, a seguir, detalham informações sobre a Microrregião de Dianópolis e a Região Administrativa XVII – Novo Acordo.

**Figura 07:** Municípios que compreendem a Microrregião de Dianópolis (a esquerda) e Região Administrativa XVII – Novo Acordo (a direita)



Fonte: (ABREU, 2006)<sup>76</sup> e (Adaptado de ABREU, 2006)<sup>77</sup>

A descrição e análise de dados continuam a retificar que as formações mais antigas de comunidades quilombolas no Tocantins podem estar relacionadas ao apogeu do Ciclo do Ouro, mais intensificado no sul e sudeste do estado. Quantitativamente, Santos (2019, p. 26), inclusive, apontou que, desse movimento aurífero, 21 comunidades podem estar relacionadas a esse ciclo econômico:

Lagoa da Pedra, Lagoa dos Patos e Kaágados, em Arraias; Kalunga do Mimoso, em Arraias e Paranã; Chapada da Natividade e São José, no município de Chapada da Natividade; Córrego Fundo, Curralinho do Pontal, Malhadinha e Manoel Alves, em Brejinho de Nazaré; Morro de São João, em Santa Rosa do Tocantins; Redenção, em Natividade; São Joaquim e Laginha, em Porto Alegre do Tocantins; Mata Grande, em Monte do Carmo; Rio da Almas, em Jaú do Tocantins; Baião e Poço

<sup>76</sup> Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=740637>. Acesso em: 13 de fev. de 2022.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=740637>. Acesso em: 13 de fev. de 2022.

Dantas, no município de Almas; Claro, Ouro Fino e Prata, em Paranã; Jaú do Tocantins, em Dianópolis; Água Branca e Matões, em Conceição do Tocantins.

É importante salientar que a formação das comunidades quilombolas no Tocantins não está somente associada ao período do Ciclo do Ouro, no século XVIII. Com a decadência do ouro em muitas minas, outras atividades econômicas passaram a ser desenvolvidas de forma mais intensa, principalmente, relacionadas à criação de gado, de forma mais intensificada no norte do estado, na metade do século XIX. Essa crise aurífera fez com que uma parte população negra escravizada fosse levada para outras regiões do país, ao passo que a outra parte conseguisse fugir e dar início aos núcleos quilombolas ou, ainda, viraram “agregados e vaqueiros dos antigos mineradores que passam a ser criadores de gado” (APA TO, 2012, p. 05).

Além disso, para além da rota do ouro e do gado, associa-se também o surgimento dos povos quilombolas do Tocantins a outros fatores. Pinheiro (2020) mostra, por exemplo, que a origem da comunidade Mumbuca (situada no Jalapão), se deu pela miscigenação entre a população negra e indígena. Já a comunidade Barra do Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins, teve sua origem relacionada à vinda de Félix José Rodrigues, “negro escravo que recebeu terras no norte de Goiás como forma de pagamento pelos serviços militares prestados, após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870)” (PINHEIRO, 2020, p. 55).

Sem deixar de considerar outros fatores, o que se revela aqui é que o ciclo do ouro foi, precisamente, um fator de desbravamento e povoamento no atual estado do Tocantins, por ter sido foco de exploração econômica pela Coroa Portuguesa, o que culminou, por consequência, na constituição de inúmeros povos quilombolas em seu território.

### **5.3.2 Descrição da toponímia quilombola tocantinense: algumas amostras**

Nesta seção, apresentamos os dados da catalogação e a descrição dos topônimos quilombolas, do ponto de vista dos aspectos linguísticos, etimológico e taxonômico, por meio de fichas lexicográfico-toponímicas, que tiveram como base a proposta de Dick (2004), adaptadas para este estudo. Primeiramente, esboça-se um quadro resumido das 45 fichas catalogadas, referentes aos

nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins, com a finalidade de descrever o topônimo, a etimologia e sua taxonomia.

E como resultado dessa catalogação, na sequência, apresenta-se, de forma detalhada, apenas 7 (sete)<sup>78</sup> fichas, considerando os seguintes elementos que contemplam o estudo toponímico-onomástico: Nome da comunidade; Localização; Código do Município; Região Administrativa; Mesorregião; Microrregião; Classificação regional; Data da Certificação pela FCP; Localização no mapa; Topônimo; Etimologia; Taxonomia; Natureza do topônimo; Tipo de topônimo; Estrutura morfo-lexical; Informações bibliográficas; Informações adicionais; Bibliografia consultada; Pesquisador; Revisora e Data da coleta. Afinal, todas as informações levantadas desta investigação comporão a base de dados do Sistema Toponímico (SISTOP), de modo que estes dados estarão dispostos na aba: populações tradicionais.

---

<sup>78</sup> Trata-se das comunidades quilombolas que estão localizadas na Região Central, conforme classificação regional realizada por Luciano Pereira (s/d).

**Quadro 12:** Descrição toponímica, etimológica e taxonômica dos nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins

Seq.	Topônimo	Etimologia/Definição	Taxonomia
01	Ilha de São Vicente	* <b>Ilha</b> - Extensão de terra firme cercada de modo durável por água doce ou salgada em toda a sua periferia; ínsula, ipuã. * <b>São</b> - De santo, aquele que foi canonizado. *** <b>Vicente</b> – “Vencedor (do mal), de origem cristã.	Hidrotopônimo
02	Cocalinho	* <b>Cocalinho</b> - Coko \ô\ + -al + inho. m.q. pequeno coqueiral.	Fitotopônimo
03	Dona Juscelina	* <b>Dona</b> – 1. Título concedido às senhoras de famílias nobres (abrev.: d. ou D.) [Us. como tratamento honorífico, de que era precedido o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e do Brasil, estendeu-se a todas as mulheres distinguidas por algum título de respeito, como as casadas, viúvas, religiosas; 2. Mulher casada; esposa; 3. - Proprietária; senhora. * <b>Juscelina</b> - de origem goda”. Tem origem no germânico Gauzilin, Gozilin, que quer dizer “de origem goda”. Deriva do elemento Gaut que se refere a tribo germânica.	Axiotopônimo
04	Baviera Pé do Morro	**** <b>Baviera</b> – Estado da Alemanha. Do lat. Bavaria, que Egli considera contração de Bajuvaria por Bojovaria, país dos boios. K. A. Hofman, apud Egli, liga ao céltico Bagh, batalha, e sufixo – ire, batalhadores. Fabre d’Envieu liga aos boios ou bajuvários. O century tira de Boarii, tribo conexas com os boios. * <b>Pé</b> - Intersecção de dada reta com uma curva ou uma superfície. * <b>Morro</b> – 1. Pequena elevação em uma planície; monte de poucas dimensões; colina, outeiro	Corotopônimo
05	Pé do Morro	* <b>Pé</b> - intersecção de dada reta com uma curva ou uma superfície. * <b>Morro</b> – 1. Pequena elevação em uma planície; monte de poucas dimensões; colina, outeiro.	Somatotopônimo
06	Grotão	* <b>Grotão</b> – 1. Grande gruta; 2. Depressão muito grande do solo, que aparece em encostas alcantiladas; 3 Brechão ('segmento do curso de um rio').	Hidrotopônimo
07	Carrapiché	Cognome do líder quilombola Antônio Mendes da Silva, nascido em Marabá (PA), em 8 de junho de 1911, que era filho de pais escravizados oriundos de Caxias (MA).	Antropotopônimo <sup>79</sup>
08	Ciriáco	*** <b>Ciriaco</b> – lat. Cyriacus, do gr. Kyriakos, Kyriax “pertencente ao Senhor, do Senhor”. Cp. Gr. Kyriake hemera, “dia do senhor, de Deus”, i é “o domingo”. Cf. Lat. Dominicus.	Hagiotopônimo

<sup>79</sup> Definição do autor (2022), com base em Desidério e Souza (2020).



09	Prachata	Sobrenomes dos antepassados quilombolas José Prachata e Manoel Prachata, incidindo na nomeação da comunidade a partir dos codinomes de seus familiares.	Antropotopônimo <sup>80</sup>
10	Santa Maria das Mangabeiras	* <b>Santa</b> – 1. Mulher canonizada; 2. Imagem dessa mulher; 3. Mulher de grandes virtudes, pura, de bondade incomum. *** <b>Maria</b> – De uma língua semítica: “senhora”. Do mesmo radical do siríaco Marta. Maria é adaptação de Maryâm, antiga f. hebr., que significa “excelsa, sublime”. * <b>Mangabeiras</b> – 1. Árvore de até 7m ( <i>Hancornia speciosa</i> ), da fam. das apocináceas, com látex de que se faz borracha rosada, madeira vermelha, rija, folhas ger. elípticas e flores grandes, brancas, tubulosas [Nativa do Peru, Brasil (da Amazônia ao Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Centro-Oeste) e Paraguai, tem algumas variedades, todas com frutos conhecidos como mangaba; 2. Variedade dessa árvore, de porte menor, muito pubescente e de folhas maiores.	Hagiotopônimo
11	Barra do Aroeira	* <b>Barra</b> – 1. Entrada de um porto, entre duas porções avançadas de terra firme; 2. Banco ou coroa de areia ou de outros sedimentos que os rios trazem e depositam nas suas bocas; 3. Local em que um rio deságua no mar ou em lago; desembocadura, foz; 4. Qualquer acabamento ou adorno que circunda ou protege alguma coisa; barrado. * <b>Aroeira</b> – 1. Comum a algumas árvores da fam. das anacardiáceas; daro; 1.1. Árvore ( <i>Schinus molle</i> ) de folhas penadas, flores brancas ou amarelo-esverdeadas, em panículas, e drupas globosas, vermelhas, com odor de pimenta; abaraíba, aguaraiíba, aguaraiíba-guaçu, aguaraiúba, araíba, aroeira-do-amazonas, aroeira-folha-de-salço, aroeira-salço, aroeiro, corneíba, pimenta-da-américa, pimenteira-bastarda, pimenteira-da-américa, pimenteira-do-peru [Nativa dos Andes peruanos, é explorada ou cultivada pela madeira compacta, pouco elástica, pelas propriedades medicinais da resina da casca e dos folíolos e frutos, os quais tb. fornecem tintura, respectivamente, amarela e rósea.	Litotopônimo
12	Morro de São João	* <b>Morro</b> - Pequena elevação em uma planície; monte de poucas dimensões; colina, outeiro. * <b>São</b> - de santo, aquele que foi canonizado. *** <b>João</b> – Hebr. javé (Iehou) é cheio de graças (hanan), ou javé é misericordioso. Outro: javé deu, presenteou.	Geomorfotopônimo
13	Córrego Fundo	* <b>Córrego</b> – 1. Fenda ou sulco aberto na terra pelas águas correntes; corga; 2. Via estreita e funda entre montes, cadeia de montanhas etc.; corgo, desfiladeiro; 3 pequeno rio com fluxo de água bastante tênue; corgo, riacho * <b>Fundo</b> - Que está abaixo da superfície ou do nível; que tem profundidade.	Hidrotopônimo

<sup>80</sup> Definição do autor (2022), com base em Desidério e Souza (2020).

14	<b>Malhadinha</b>	* <b>Malhadinha</b> – 1. Pequeno local em que se malha; 2. Ação ou efeito de malhar ('martelar' ou 'debulhar'); 3. Local à sombra de grandes árvores, em que o gado se protege do calor intenso; malhador.	Ecotopônimo
15	<b>Curralinho do Pontal</b>	* <b>Curralinho</b> – Pequeno lugar cercado onde se prende e/ou recolhe gado, esp. bovino; estábulo, redil. * <b>Pontal</b> – 1. Distância medida na vertical da seção mestra da embarcação, desde a linha da base moldada do casco até a parte de cima do vau do convés corrido mais alto; 2. Ponta de terra que penetra um pouco no mar ou no rio; 3. pontalete ('barrote') de madeira serrado no sentido longitudinal.	Ecotopônimo
16	<b>Manoel João</b>	*** <b>Manoel</b> – Der. de Manuel. Aferesada de Emanuel. "Hebr. "Deus (EL) conosco (emmanu ou imanu) – Do Messias. *** <b>João</b> – Hebr. javé (Ieho) é cheio de graças (hanan), ou javé é misericordioso. Outro: javé deu, presenteou.	Antropotopônimo
17	<b>Mata Grande</b>	* <b>Mata</b> – 1. Área coberta de plantas silvestres de portes diversos; 2. Floresta ('conjunto de árvores'). * <b>Grande</b> – Cujas dimensões são maiores que o normal.	Fitotopônimo
18	<b>Baião</b>	* <b>Baião</b> - Dança popular originada do baiano, ou o canto popular que a acompanha, ger. entoado ao som de viola e de outros instrumentos (sanfona, acordeão etc.); baiano, lundu-chorado, choradinho; 2. Ritmo e dança nordestinos, com influência do samba e da conga, que se popularizou pelo Brasil inteiro a partir de 1946, com o compositor, cantor e sanfoneiro Luís Gonzaga.	Ergotopônimo
19	<b>Laginha</b>	* <b>Laginha</b> – Der. de laje. Laj + inha. 1 placa de pedra, ou de matéria dura (concreto, cerâmica, terracota etc.), não muito grossa, de superfície plana, us. para revestir pisos, paredes ou cobrir tetos de edificações.	Litotopônimo
20	<b>São Joaquim</b>	* <b>São</b> - De santo, aquele que foi canonizado. *** <b>Joaquim</b> – 1. Loakin: javé levanta, restabelece ou javé efetuará, levará a cabo; outros: elevação, ou preparação; 2. Loiaquim: o que fez para o sol.	Hagiotopônimo
21	<b>Mumbuca</b>	** <b>Mumbuca</b> - Var. de abelha grande e negra.	Zootopônimo
22	<b>Carrapato</b>	* <b>Carrapato</b> – 1. Design. comum aos ácaros da fam. dos ixodídeos e argasídeos, que reúne cerca de 800 spp. de ectoparasitas de vertebrados terrestres;	Zootopônimo
23	<b>Formiga</b>	* <b>Formiga</b> – 1. design. comum a todos os insetos himenópteros da fam. dos formicídeos, que formam sociedades perenes compostas por rainhas, machos e operárias; caracteriza-se pela forma peculiar do pedículo abdominal, que apresenta um ou dois segmentos escamiformes.	Zootopônimo
24	<b>Ambrósio</b>	*** <b>Ambrósio</b> – Lat. Ambrosius, do gr. Ambrósios: "imortal", "divino". It. Ambrogio. Fr. Ambroise.	Animotopônimo

25	Rio Novo	<p>*<b>Rio</b> - Curso de água natural, mais ou menos torrencial, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa e que deságua em outro rio, no mar ou num lago.</p> <p>*<b>Novo</b> – 1. Que nasceu ou apareceu recentemente; 2. De pouca idade; moço; 3 que se encontra no início de um ciclo, de um processo.</p>	Hidrotopônimo
26	Rio Preto	<p>*<b>Rio</b> - Curso de água natural, mais ou menos torrencial, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa e que deságua em outro rio, no mar ou num lago</p> <p>*<b>Preto</b> – Que tem a cor do piche, do carvão; negro.</p>	Hidrotopônimo
27	Riachão	* <b>Riachão</b> – de Riacho. Grande rio; ribeiro, regato.	Hidrotopônimo
28	Boa Esperança	<p>*<b>Boa</b> – Fem. de bom. 1. Que corresponde plenamente ao que é exigido, desejado ou esperado quanto à sua natureza, adequação, função, eficácia, funcionamento etc. (diz-se de ser ou coisa); 2. Que corresponde aos padrões aceitos pela comunidade quanto a características físicas ou de funcionamento.</p> <p>*<b>Esperança</b> - Sentimento de quem vê como possível a realização daquilo que deseja; confiança em coisa boa; fé.</p>	Animotopônimo
29	Lajeado	* <b>Lajeado</b> – 1. que se lajeou; 2. Diz-se de ou superfície (piso, parede ou teto) coberta com muitas lajes. 3. Pavimento estruturado com lajes de concreto armado. 4. Regato cujo leito é rochoso.	Litotopônimo
30	Lagoa Azul	<p>*<b>Lagoa</b> – 1. Depressão de pequena profundidade, contendo água doce ou salgada; 2. Pequeno lago; 3. Pequena extensão de água estagnada; charco.</p> <p>*<b>Azul</b> - 1 cor que, no espectro solar, ocupa a área entre o verde e o violeta.</p>	Hidrotopônimo
31	Povoado do Prata	<p>*<b>Povoado</b> – 1. Que se povoou; habitado; 2. Cheio de gente; frequentado, concorrido.</p> <p>*<b>Prata</b> - Elemento químico, metálico e precioso.</p>	Poliotopônimo
32	Poço Dantas	<p>*<b>Poço</b> – 1. Grande buraco, ger. circular e murado, cavado na terra a fim de atingir um lençol aquífero; 2. Grande buraco, ger. circular, cavado na terra para se extrair algo do subsolo; 3. Buraco, ger. circular, que se faz no solo para acumular água; cisterna.</p> <p>***<b>Dantas</b> - Originado da combinação d'Antas: de um lugar denominado Antas. Anta é o n. de monumento pré-histórico, dólmen de Portugal. Lat. Anta, propriamente antae, antarum. Os Dantas “procedem de Mem Afonso de Antas, o que foi senhor do Vimieiro. Solar, o lugar de Antas.</p>	Geomorfotopônimo
33	São José	<p>*<b>São</b> - De santo, aquele que foi canonizado.</p> <p>***<b>José</b> – Hebr. Losseph, lehussef: ele (Deus) dê aumento, ou (Deus) aumente (com outro filho).</p>	Hagiotopônimo
34	Chapada da Natividade	* <b>Chapada</b> – 1. Área de terra elevada, de dimensões consideráveis, com topo relativamente plano; altiplano, planalto.	Geomorfotopônimo

		<b>*Natividade</b> – 1. Dia do nascimento, esp. o de Jesus Cristo e o dos santos; 2. Na Idade Média, drama de sentido religioso baseado no nascimento de Jesus Cristo; 3. A festa do Natal.	
35	<b>Redenção</b>	<b>*Redenção</b> - Ato ou efeito de remir; resgate. 1. Resgate do gênero humano por Jesus Cristo; 2. Auxílio, proteção que livra de situação difícil; salvação; 3. Esmola dada para remir cativo.	Animotopônimo
36	<b>Claro</b>	<b>*Claro</b> - Que clareia, que alumia; brilhante, luminoso, resplandecente	Cromotopônimo
37	<b>Prata</b>	<b>*Prata</b> - Elemento químico, metálico e precioso.	Litotopônimo
38	<b>Ouro Fino</b>	<b>*Ouro</b> - Elemento químico, metálico e precioso. <b>*Fino</b> - Que tem reduzido o diâmetro, a circunferência, a largura ou a espessura; delgado, estreito.	Litotopônimo
39	<b>Lagoa da Pedra</b>	<b>*Lagoa</b> – 1. Depressão de pequena profundidade, contendo água doce ou salgada; 2. Pequeno lago; 3. Pequena extensão de água estagnada; charco. <b>*Pedra</b> - Matéria mineral sólida, dura, da natureza das rochas	Hidrotopônimo
40	<b>Kalunga<sup>81</sup> do Mimoso</b>	<b>*Kalunga</b> – 1. Entre os bantos, entidade espiritual que se manifesta como força da natureza, esp. associada ao mar, à morte ou ao inferno; 2. Cada uma das entidades de importância secundária que, na umbanda popular de influência banta, formam um conjunto subordinado a Iemanjá e são associadas ao mar e à água. A origem etimológica do vocábulo está no multilinguístico banto kalunga, que encerra a ideia de grandeza, imensidão, designando Deus, o mar, a morte. Segundo Alberto da Costa e Silva (2002), entre alguns povos bantos, a kalunga, representada por uma boneca sempre guardada em um curso d'água, é símbolo de força e fonte de poder político. No Brasil, o ícone antropomorfo (o iteque*, estatueta representativa de qualquer entidade divinizada) passou a se chamar “calunga”. Considere-se, por exemplo, a “calunga do maracatu”. O termo, portanto, se estendeu, formando outras acepções. <b>*Mimoso</b> – 1. Habitado a mimos, a desvelo e cuidados; mimado, amimado; 2. De beleza suave e delicada; leve, gracioso, encantador; 3. Que tem beleza e graça, como as crianças e os pequenos animais; engraçadinho.	Enotopônimo
41	<b>Fazenda Káagados</b>	<b>*Fazenda</b> – 1. Conjunto de bens, de haveres; 2. Propriedade rural de dimensões consideráveis, de lavoura ou de criação de gado; herdade. <b>*Káagados</b> – De Cágado – 1. Design. comum a diversos quelônios de água doce, onívoros, pertencentes à fam. dos quelídeos, encontrados esp. em rios e lagoas rasas, de pescoço ger. longo e carapaça chata; acangapara, ajapá.	Poliotopônimo

<sup>81</sup> Explica Alves (2020) que Calunga foi grafado com K (no início da década de 1980) pela antropóloga Mari Baiocchi, assegurando maior visibilidade identitária ao grupo de população negra rural que habitavam a microrregião da Chapada dos Veadeiros, ao norte do Estado de Goiás, fronteira com o Estado do Tocantins.

42	Lagoa dos Patos	<p>*<b>Lagoa</b> – 1. Depressão de pequena profundidade, contendo água doce ou salgada; 2. Pequeno lago; 3. Pequena extensão de água estagnada; charco.</p> <p>*<b>Patos</b> - Design. comum às aves anseriformes da fam. dos anatídeos, aquáticas, que ger. possuem grande porte; ipeca.</p>	Hidrotopônimo
43	Rio das Almas	<p>*<b>Rio</b> - Curso de água natural, mais ou menos torrencial, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa e que deságua em outro rio, no mar ou num lago</p> <p>*<b>Almas</b> – 1. Princípio vital; vida; 2. Conjunto das atividades iminentes à vida (pensamento, afetividade, sensibilidade etc.), entendidas como manifestações de uma substância autônoma ou parcialmente autônoma em relação à materialidade do corpo</p>	Hidrotopônimo
44	Matões	<p>*<b>Matões</b> – 1. Der. de mata. Aum. + plural de mata - área coberta de plantas silvestres de portes diversos; 2. Quantidade de árvores de mesma espécie.</p>	Fitotopônimo
45	Água Branca	<p>*<b>Água</b> – 1. Substância (H<sub>2</sub>O) líquida e incolor, insípida e inodora, essencial para a vida da maior parte dos organismos vivos e excelente solvente para muitas outras substâncias; óxido de hidrogênio; 2. A parte líquida que cobre aproximadamente 70 % da superfície terrestre, sob a forma de mares, lagos e rios</p> <p>*<b>Branca</b> – 1. Que tem a cor da cal, do leite, da neve recém-caída; 2. Cujas cores são produzidas por reflexão, transmissão ou emissão de todos os tipos de luz conjuntamente, na proporção em que existem no espectro visível completo, sem absorção sensível, sendo assim totalmente luminoso e destituído de qualquer matiz distintivo.</p>	Hidrotopônimo

Fonte: Do autor (2022)

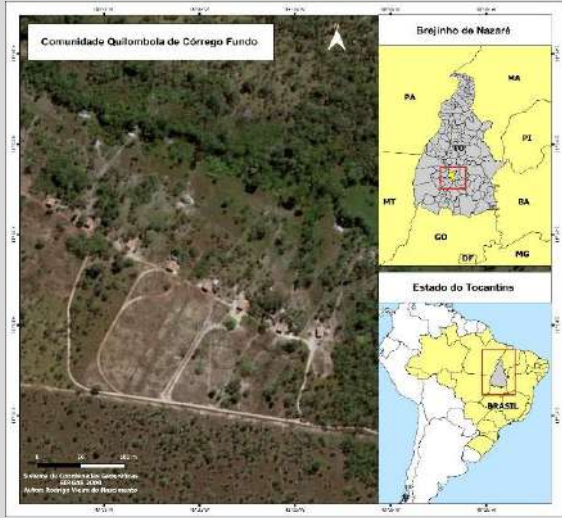
\* HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão eletrônica, 2009.

\*\*TIBIRIÇA, L. C. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi: Significado dos nomes geográficos de origem tupi**. 1ª ed. São Paulo: Traço, 1985.

\*\*\*GUERIOS, R. F. M. **Nomes e sobrenomes**. São Paulo: Artpress, 2004.

\*\*\*\*NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1952.

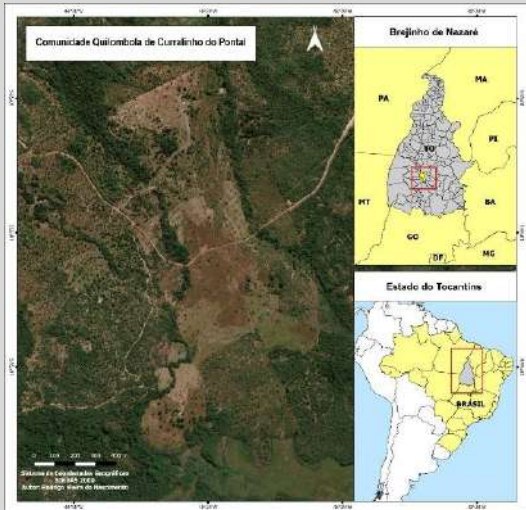
**Quadro 13:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Córrego Fundo

<b>Comunidade Quilombola de Córrego Fundo</b>	
<b>Localização:</b> Brejinho de Nazaré – TO <b>Código do Município:</b> 1703701 <b>Região Administrativa:</b> Região IX Região Metropolitana de Palmas <b>Mesorregião:</b> Ocidental do Tocantins <b>Microrregião:</b> Gurupi <b>Classificação regional:</b> Região Central <b>Data da Certificação pela FCP:</b> 20/01/2006	
<b>Localização no Mapa</b>	
	
Fonte: do autor (2022)	
<b>Topônimo:</b> Córrego Fundo <b>Etimologia:</b> <u>CÓRREGO</u> - lat.hsp. corrùgus,i 'rego ou vala de água onde se lavavam metais'. <u>FUNDO</u> - lat. fundus,i (tb. fundus,us e fundus,èris) 'fundo (solo, rio, mar, vaso, armário), fundo (da terra)'. <b>Definição:</b> <u>CÓRREGO</u> – Substantivo. 1. fenda ou sulco aberto na terra pelas águas correntes; corga 2. via estreita e funda entre montes, cadeia de montanhas etc.; corgo, desfiladeiro 3. pequeno rio com fluxo de água bastante tênue; corgo, riacho. <u>FUNDO</u> – Adjetivo. 1. que está abaixo da superfície ou do nível; que tem profundidade. 2. que se enraizou; arraigado, firme, profundo. 3. que se desprende do íntimo do ser, muito sentido. <b>Taxonomia:</b> Hidrotopônimo <b>Natureza do topônimo:</b> Física <b>Tipo de topônimo:</b> topônimo composto	
<b>Informações adicionais:</b> a Comunidade Quilombola Córrego Fundo recebeu, no dia 20 de janeiro de 2006, o certificado de auto reconhecimento expedido pela Fundação Cultural Palmares e, atualmente, conta com 26 famílias. Três destas famílias se posicionam desfavoráveis ao processo de titulação na categoria coletiva. Os moradores são preocupados com a possibilidade de conflitos no que se refere à apropriação da terra. Isto tem dificultado a ampliação da discussão em torno da definição deste território quilombola (MARQUES, 2014, p. 79). Explicam Andrade, Esteve e Lima (2010, p. 107 e 108) que a comunidade de Córrego Fundo se formou a partir de migrações de vários camponeses negros, vindos das fazendas situadas na região do município de Brejinho de Nazaré, sendo que os primeiros moradores chegaram à região por volta de 1938, vindo da Fazenda Cajueiro. Marques (2014, p. 13) assevera que os moradores da Comunidade Quilombola Córrego Fundo mantêm suas origens, com significados e sentimentos relacionados à sobrevivência material e cultural do grupo.	

**Bibliografia consultada:** Houaiss (2009), Marques (2014), Andrade, Esteve e Lima (2010), IBGE, FCP.  
**Pesquisador:** Rodrigo Vieira do Nascimento  
**Revisora:** Karylleila dos Santos Andrade  
**Data da coleta:** 18 de set. de 2020.

Fonte: do autor (2022).

**Quadro 14:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Curralinho do Pontal

<b>Comunidade Quilombola de Curralinho do Pontal</b>	
<p><b>Localização:</b> Brejinho de Nazaré – TO  <b>Código do Município:</b> 1703701  <b>Região Administrativa:</b> Região IX Região Metropolitana de Palmas  <b>Mesorregião:</b> Ocidental do Tocantins  <b>Microrregião:</b> Gurupi  <b>Classificação regional:</b> Região Central  <b>Data da Certificação pela FCP:</b> 24/03/2010</p>	
<b>Localização no Mapa</b>	
	
Fonte: do autor (2022)	
<p><b>Topônimo:</b> Curralinho do Pontal  <b>Etimologia:</b> <u>CURRALINHO</u> - Sua denominação vem de "curralzinho", usado pelos aventureiros portugueses que, com o uso, perdeu o "Z". Curral - orig.div., talvez de um lat. *curralis 'circo para corridas de carros' &lt; lat. currus,us 'carro'. Pequeno Curralzinho. <u>PONTAL</u> - ponta + -al. Ponta - lat.tar. puncta,ae 'estocada, golpe de ponta'.  <b>Definição:</b> <u>CURRAL</u> - Pequeno Curral. Substantivo masculino. 1. lugar ger. cercado onde se prende e/ou recolhe gado, esp. bovino; estábulo, redil. <u>PONTAL</u> - substantivo masculino. 1. distância medida na vertical da seção mestra da embarcação, desde a linha da base moldada do casco até a parte de cima do vau do convés corrido mais alto. 2. ponta de terra que penetra um pouco no mar ou no rio.  <b>Taxonomia:</b> Ecotopônimo.  <b>Natureza do topônimo:</b> Física  <b>Tipo de topônimo:</b> Topônimo Composto</p>	
<p><b>Informações adicionais:</b> A comunidade possui, 13 famílias com 47 habitantes, dos quais 11 são menores de idade. Dos 47 moradores, 33 pessoas assinaram a autoidentificação expressando a anuência da maioria absoluta da comunidade para ser reconhecida como "remanescente de quilombo", nos termos do Decreto 4887/03. A comunidade é composta por</p>	



diferentes famílias, cujos laços de parentesco estão entrelaçados à família Rodrigues dos Santos que é o elo de ligação da comunidade tanto com o passado histórico, como nos enfrentamentos das adversidades atuais (COELHO, 2019). A comunidade é cercada pela serra do Pontal, ponto de divisa entre os municípios de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré. As casas, em sua maioria, são feitas com adobe, pau-a-pique e tijolos comuns, cobertas por telha comum e madeira roliça colhida no mato e, no piso, cimento grosso ou liso. Há energia elétrica em quase todas as casas e água canalizada, que vem do alto da serra para a maioria das residências, mas os moradores das casas mais distantes afirmam que a água não chega até eles, causando um grave problema para as famílias, pois na época de seca não conseguem água para suas necessidades básicas, para a lavoura e o gado. Cada família trabalha sua terra de modo individual. Praticam agricultura e pecuária de subsistência que lhes fornecem os recursos para sobreviverem. Alguns vendem seus produtos no comércio de Porto Nacional (COELHO, 2019).

**Bibliografia consultada:** Houaiss (2009), Coelho (2019), IBGE, FCP.

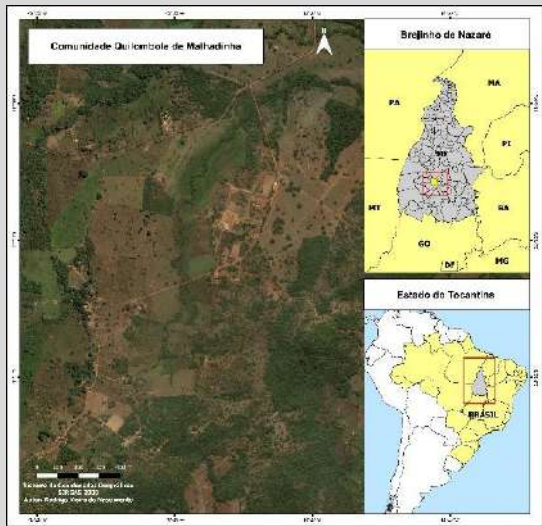
**Pesquisador:** Rodrigo Vieira do Nascimento

**Revisora:** Karylleila dos Santos Andrade

**Data da coleta:** 05/07/2021

Fonte: do autor (2022).

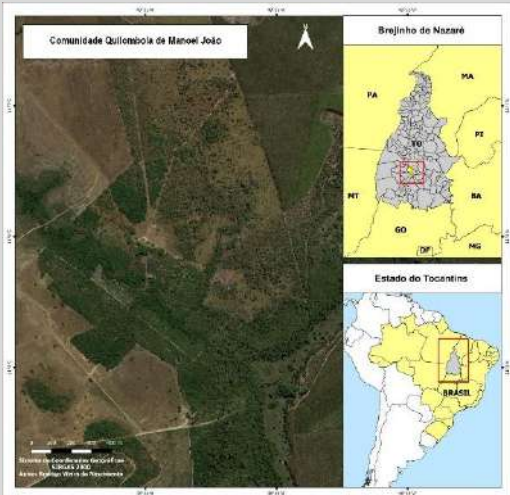
**Quadro 15:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Malhadinha

<b>Comunidade Quilombola de Malhadinha</b>
<p><b>Localização:</b> Brejinho de Nazaré - TO  <b>Código do Município:</b> 1703701  <b>Região Administrativa:</b> Região IX Região Metropolitana de Palmas  <b>Mesorregião:</b> Ocidental do Tocantins  <b>Microrregião:</b> Gurupi  <b>Classificação regional:</b> Região Central  <b>Data da Certificação pela FCP:</b> 20/01/2006</p>
<b>Localização no Mapa</b>

Fonte: do autor (2022)
<p><b>Topônimo:</b> Malhadinha  <b>Etimologia:</b> Malha + dinha. lat. magalia, ium pl. 'choças, cabanas, barracas', us. como sing.  <b>Definição:</b> MALHADINHA - 1 pequeno local em que se malha; 2 ação ou efeito de malhar; 3 local à sombra de grandes árvores, em que o gado se protege do calor intenso; malhador.  <b>Taxonomia:</b> Ecotopônimo  <b>Natureza do topônimo:</b> Física</p>

<b>Tipo de topônimo:</b> Simples
<b>Informações adicionais:</b> Em 20 de janeiro de 2006, a Comunidade Malhadinha recebeu da Fundação Cultural Palmares (FCP) a Certidão de Autorreconhecimento, que a declara como terra de remanescentes das comunidades quilombolas. As memórias da comunidade se deram através de registros orais, de memórias dos antepassados, perpassando por entre gerações, contribuindo para os saberes da história da comunidade, de como ela se formou e a sua vivência até os dias atuais. Em torno do nome dado à comunidade, segundo relatos dados pelos moradores, o nome da comunidade se deu referente à malhada do gado e através das primeiras famílias que habitaram a região. A Comunidade Malhadinha, localizada na zona rural do município de Brejinho de Nazaré – TO, possui uma área de 275 alqueires e uma população de aproximadamente 185 habitantes. O município de Brejinho de Nazaré – TO faz parte do polo regional de Porto Nacional – TO da Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Tocantins. A primeira escola da comunidade foi construída pelos próprios moradores, que saíam a cavalo em busca de professores para dar aulas na comunidade ainda no século XX. As paredes eram de barro entrelaçado com madeira e a cobertura com palha de coqueiro da região (SANTOS, CARVALHO, 2017, p. 187-188).
<b>Bibliografia consultada:</b> Houaiss (2009), Santos e Carvalho (2017), IBGE, FCP. <b>Pesquisador:</b> Rodrigo Vieira do Nascimento <b>Revisora:</b> Karylleila dos Santos Andrade <b>Data da coleta:</b> 18/09/2021

Fonte: Autor (2022).

**Quadro 16:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Manoel João

<b>Comunidade Quilombola de Manoel João</b>
<p><b>Localização:</b> Brejinho de Nazaré - TO  <b>Código do Município:</b> 1703701  <b>Região Administrativa:</b> Região IX Região Metropolitana de Palmas  <b>Mesorregião:</b> Ocidental do Tocantins  <b>Microrregião:</b> Gurupi  <b>Classificação regional:</b> Região Central  <b>Data da Certificação pela FCP:</b> 06/07/2010</p>
<b>Localização no Mapa</b>

Fonte: do autor (2022)
<b>Topônimo:</b> Manoel João

<p><b>Etimologia:</b> <u>MANOEL</u> – der. de Manuel. Aferesada de Emanuel. “Hebr. “Deus (EL) conosco (emmanu ou imanu) – Do Messias. <u>JOÃO</u> – hebr. javé (leho) é cheio de graças (hanan), ou javé é misericordioso. Outro: javé deu, presenteou.</p> <p><b>Definição:</b> <u>MANOEL</u> – Deus é conosco. <u>JOÃO</u> – Deus misericordioso, bondoso.</p> <p><b>Taxonomia:</b> Antropônimo</p> <p><b>Natureza do topônimo:</b> Antropocultural</p> <p><b>Tipo de topônimo:</b> Topônimo Composto</p>
<p><b>Informações adicionais:</b> A comunidade Manoel João é uma comunidade rural negra que sofre um problema de identidade territorial. Eles são do 'nem': ou seja, nem de Brejinho, nem de Porto Nacional-TO. Se o assunto for educação e saúde, a responsabilidade recai sobre Porto Nacional que fica cerca de 30 km. Nos demais casos: tais como, patrolamento de estradas, construção de banheiros: Cartório Eleitoral, Posto do Ruraltins etc. a comunidade é atendida em Breinho de Nazaré, que fica a cerca de 70 km. São 17 famílias, com um total aproximado de 100 pessoas. Todas descendentes do senhor Eduardo Pinto Magalhães (nascido: mais ou menos na década de 1870) que já morava na região: trabalhando da fazenda Gorgulho: de propriedade do padre Domingos de Porto Nacional (no final do século XIX) e de dona Caetana Gana Ribeiro, que veio de Almas (região mineira assim como os municípios vizinhos) com seus pais, ainda pequena. A comunidade Manoel João é composta pelos descendentes de Eduardo Pinto Magalhães e Caetana Gana Ribeiro (filha de Jorge Giro Ribeiro e Antônia. Parente dos moradores da Comunidade Machadinha).</p>
<p><b>Bibliografia consultada:</b> Houaiss (2009), IBGE, FCP.</p> <p><b>Pesquisador:</b> Rodrigo Vieira do Nascimento</p> <p><b>Revisora:</b> Karylleila dos Santos Andrade</p> <p><b>Data da coleta:</b> 18/09/2021</p>

Fonte: do autor (2022).

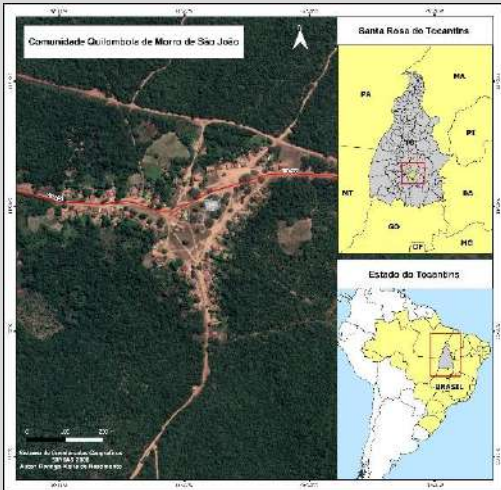
**Quadro 17:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Mata Grande

<b>Comunidade Quilombola de Mata Grande</b>
<p><b>Localização:</b> Monte do Carmo - TO</p> <p><b>Código do Município:</b> 1713601</p> <p><b>Região Administrativa:</b> Região IX Região Metropolitana de Palmas</p> <p><b>Mesorregião:</b> Oriental do Tocantins</p> <p><b>Microrregião:</b> Porto Nacional</p> <p><b>Classificação regional:</b> Região Central</p> <p><b>Data da Certificação pela FCP:</b> 05/05/2009</p>
<b>Localização no Mapa</b>
 <p>The figure consists of three maps. The top-left map is a satellite image of the 'Comunidade Quilombola de Mata Grande' area, showing a rural landscape with green fields and brown soil. The top-right map is a map of the state of Tocantins, Brazil, with the municipality of Monte do Carmo highlighted in yellow. The bottom map is a map of Brazil, with the state of Tocantins highlighted in yellow.</p>
Fonte: do autor (2022)

<p><b>Topônimo:</b> Mata Grande</p> <p><b>Etimologia:</b> <u>MATA</u> - prov. lat.tar. matta,ae 'esteira de junco; mata'. <u>GRANDE</u> - lat. grandis,e 'grande, avançado em idade, alto, sublime'.</p> <p><b>Definição:</b> <u>MATA</u> – 1 área coberta de plantas silvestres de portes diversos; 2. floresta ('conjunto de árvores'); <u>GRANDE</u> – 1. cujas dimensões são maiores que o normal.</p> <p><b>Taxonomia:</b> Fitotopônimo</p> <p><b>Natureza do topônimo:</b> Física</p> <p><b>Tipo de topônimo:</b> Topônimo Composto</p>
<p><b>Informações adicionais:</b> Mata Grande é composta por 20 famílias, das quais 11 famílias migraram da zona rural e localizam-se no perímetro urbano do município. As famílias urbanas da comunidade Mata Grande possuem de um a dez componentes, com média de quatro indivíduos por residência. Sendo a cidade de Monte do Carmo proveniente das atividades mineradoras, especialmente, nos séculos XVII e XVIII, essa região, historicamente, recebeu, devido ao trabalho braçal, um número grande de escravos, vindos de diversas localidades, o que possibilitou, então, a alocação de diversas comunidades em seu território. Explica Andrade (2012) que, depois dos áureos tempos de exploração em Monte do Carmo, ficaram apenas os moradores carentes que não tinham para onde ir, especialmente, os descendentes de escravos nascidos na região. Citamos, a saber, a comunidade Mata Grande, elevada a condição de quilombola pela portaria da Fundação Cultural Palmares, Nº 43, de 29 de abril de 2009.</p>
<p><b>Bibliografia consultada:</b> Houaiss (2009), Andrade (2012), IBGE, FCP.</p> <p><b>Pesquisador:</b> Rodrigo Vieira do Nascimento</p> <p><b>Revisora:</b> Karylleila dos Santos Andrade</p> <p><b>Data da coleta:</b> 18/09/2021</p>

Fonte: do autor (2022).

**Quadro 18:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Morro de São João

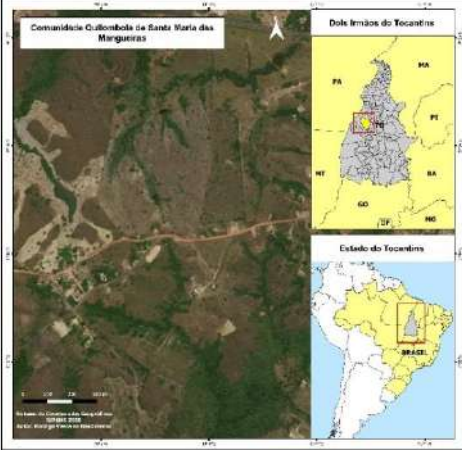
<p><b>Comunidade Quilombola de Morro de São João</b></p>
<p><b>Localização:</b> Santa Rosa do Tocantins – TO</p> <p><b>Código do Município:</b> 1718907</p> <p><b>Região Administrativa:</b> Região XIII - Natividade</p> <p><b>Mesorregião:</b> Oriental do Tocantins</p> <p><b>Microrregião:</b> Dianópolis</p> <p><b>Classificação regional:</b> Região Central</p> <p><b>Data da Certificação pela FCP:</b> 20/01/2006</p>
<p><b>Localização no Mapa</b></p>

<p>Fonte: do autor (2022)</p>



<p><b>Topônimo:</b> Morro de São João</p> <p><b>Etimologia:</b> <u>MORRO</u> - morro 'monte ou penhasco saliente mas de pico achatado' é voc. comum às línguas hsp., port., esp., cat., ao provç., sardo, fr., it. e dial. germ., de orig. contrv., que tem sido ligada a línguas pré-romanas, ao lat., ao germ., a uma criação onom. etc., sem que as diversas hipóteses consigam explicá-la satisfatoriamente. <u>SÃO</u> - de santo, aquele que foi canonizado; <u>JOÃO</u> - hebr. javé (leho) é cheio de graças (hanan), ou javé é misericordioso. Outro: javé deu, presenteou.</p> <p><b>Definição:</b> <u>MORRO</u> - pequena elevação em uma planície; monte de poucas dimensões; colina, outeiro; <u>SÃO</u> - de santo, aquele que foi canonizado; <u>JOÃO</u> - hebr. javé (leho) é cheio de graças (hanan), ou javé é misericordioso. Outro: javé deu, presenteou.</p> <p><b>Taxonomia:</b> Geomorfotopônimo.</p> <p><b>Natureza do topônimo:</b> Física e Antropocultural.</p> <p><b>Tipo de topônimo:</b> Topônimo Composto</p>
<p><b>Informações adicionais:</b> A Comunidade Quilombola de Morro de São João, segundo as narrativas dos moradores, foi constituída a partir dos descendentes do Senhor Victor de Sena Ferreira, fruto do relacionamento entre a escrava Pelônia e o Senhor Jorge Bernardino de Sena Ferreira, na época, Padre na diocese de Goiás Velho, comarca de Natividade, e dono de grandes propriedades de terras naquela região (CLETO, 2015, p. 24). Conforme Fiabani (2008), podemos considerar essa comunidade como sendo um quilombo contemporâneo - uma comunidade negra rural, cuja formação remete a terras doadas por testamento a descendentes da relação entre um padre e uma escrava, no século XIX (SOUZA; CHAVEIRO, 2019, p. 07).</p>
<p><b>Bibliografia consultada:</b> Houaiss (2009), Cleto (2015), Fabiani (2008), IBGE, FCP.</p> <p><b>Pesquisador:</b> Rodrigo Vieira do Nascimento</p> <p><b>Revisora:</b> Karylleila dos Santos Andrade</p> <p><b>Data da coleta:</b> 18/10/2021</p>

Fonte: do autor (2022).

**Quadro 19:** Ficha lexicográfico-toponímica da Comunidade Quilombola de Santa Maria das Mangabeiras

<b>Comunidade Quilombola de Santa Maria das Mangabeiras</b>	
<p><b>Localização:</b> Dois Irmãos do Tocantins – TO</p> <p><b>Código do Município:</b> 1707207</p> <p><b>Região Administrativa:</b> Região VIII - Guaraí</p> <p><b>Mesorregião:</b> Ocidental do Tocantins</p> <p><b>Microrregião:</b> Miracema do Tocantins</p> <p><b>Classificação regional:</b> Região Central</p> <p><b>Data da Certificação pela FCP:</b> 19/11/2009</p>	
<b>Localização no Mapa</b>	
	
<p>Fonte: do autor (2022)</p>	

<p><b>Topônimo:</b> Santa Maria das Mangabeiras</p> <p><b>Etimologia:</b> <u>SANTA</u> - fem. substv. de santo - lat. sanctus,a,um 'que tem caráter sagrado; santo'. <u>MARIA</u> – de uma língua semítica: “senhora”. Do mesmo radical do siríaco Marta. Maria é adaptação de Maryám, antiga f. hebr., que significa “excelsa, sublime”. <u>MANGABEIRAS</u> - mangaba + -eira. tupi ma'ngawa 'planta da fam. das apocináceas'.</p> <p><b>Definição:</b> <u>SANTA</u> – 1 mulher canonizada; 2 imagem dessa mulher; 3 mulher de grandes virtudes, pura, de bondade incomum. <u>MARIA</u> - “excelsa, sublime”. <u>MANGABEIRAS</u> – 1 árvore de até 7m (<i>Hancornia speciosa</i>), da fam. das apocináceas, com látex de que se faz borracha rosada, madeira vermelha, rija, folhas ger. elípticas e flores grandes, brancas, tubulosas [Nativa do Peru, Brasil (da Amazônia ao Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Centro-Oeste) e Paraguai, tem algumas variedades, todas com frutos conhecidos como mangaba. 2 variedade dessa árvore, de porte menor, muito pubescente e de folhas maiores.</p> <p><b>Taxonomia:</b> Hagiotônimo.</p> <p><b>Natureza do topônimo:</b> Antropocultural e Física.</p> <p><b>Tipo de topônimo:</b> Topônimo Composto</p>
<p><b>Informações adicionais:</b> Historicamente, os primeiros moradores vieram de uma guerra ocorrida nas proximidades do Rio Mearim, no estado do Maranhão, no século XIX. Os fugitivos chegaram à região de Dois Irmãos, onde denominaram de “Gerais”, e, após algum tempo, plantaram uma mangueira, que, ao longo dos anos, deu frutos e reproduziu com fartura, levando o local a ser conhecido como Mangueiras. A comunidade cresceu à medida que o número de famílias aumentava. No intuito de consolidar a demarcação definitiva de terras quilombolas, junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), foi realizado, em 2008, um levantamento histórico, cultural e social de toda comunidade, localizada no atual Município de Dois Irmãos. Mas, somente no ano seguinte em 2009, a Comunidade Quilombola de Santa Maria das Mangueiras conseguiu sua autodefinição como remanescente de quilombo pela FCP, o que condicionou, certamente, mais acesso as políticas públicas. Para seus vizinhos, moradores da cidade de Dois Irmãos, eles são um povo diferente, que causam medo, por causa do toque de seus tambores e suas manifestações culturais de raízes africanas. Suas casas são feitas de maneira <i>sul gene</i>. São quase sempre compostas de duas casas unidades: a da frente com sala e quartos e a outra com dois camadas, uma espécie de copa e a cozinha. Essa particularidade os torna diferentes das demais comunidades visitadas e, por isso, são identificados como 'o povo das casas duplas'.</p>
<p><b>Bibliografia consultada:</b> Houaiss (2009), Tocantins (2008), IBGE, FCP.</p> <p><b>Pesquisador:</b> Rodrigo Vieira do Nascimento</p> <p><b>Revisora:</b> Karylleila dos Santos Andrade</p> <p><b>Data da coleta:</b> 18/10/2021</p>

Fonte: do autor (2022).

### 5.3.3 Discussão dos dados da pesquisa em Toponímia Quilombola

A análise dos dados desta pesquisa permite-nos fazer algumas considerações quanto à Toponímia Quilombola do Tocantins. A primeira observação é em relação à estrutura do nome do lugar. Nota-se uma grande incidência de topônimos que apresentam mais de um elemento formador. No total, são 28 topônimos compostos ou elementos específicos compostos, um percentual de 62,2%, conforme pode se observar no quadro a seguir:

**Quadro 20:** Incidência de topônimos segundo sua estrutura toponímica

<b>Estrutura do topônimo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Topônimo ou elemento específico simples	17	37,7%
Topônimo composto ou elemento específico composto	28	62,2%
Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido	0	0%

Fonte: do autor (2022)

Nos dados analisados, percebe-se uma predisposição à junção de palavras na formação dos topônimos. Essa ligação de termos, geralmente, advém de termos religiosos (São e Santa), de palavras que designam aspectos físicos (Morro, Lagoa, Rio, Ilha, Córrego, Mata) e de motivações antroponímicas (Manoel, Joaquim, Dantas, João).

A análise das taxonomias toponímicas revelou que o maior número de ocorrências se deu para as taxonomias de natureza física: 26 ocorrências, ou seja, 66,7% dos dados analisados. Já as taxonomias de natureza antropocultural somaram 19 ocorrências, correspondendo a 33,3% dos dados. A preponderância das taxes de natureza física confirma o que tem mostrado as pesquisas toponímicas quilombola: uma ligação do nome quilombola com o ambiente natural.

**Quadro 21:** Incidência de topônimos por natureza motivacional

<b>Natureza motivacional</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Natureza Física	26	57,8%
Natureza Antropocultural	19	42,2%

Fonte: do autor (2022)

É importante mencionar que as taxonomias analisadas se deram por intermédio de dados consultados em dicionários, tendo em vista que não foi possível realizar uma pesquisa de campo, em razão da crise sanitária atual, e, por isso, podem sofrer modificações, se considerados, de fato, os fatores motivacionais histórico-culturais dos nomes das comunidades. E outro aspecto relevante é que, quanto aos nomes compostos, utilizamos a metodologia de Dick (1990), que estabelece a classificação a partir do primeiro elemento.



Observa-se que muitos aspectos físicos (hídrico, topográfico, mineral e em relação à fauna e flora) aparecem na motivação dos topônimos, o que implica dizer que o ambiente e a paisagem<sup>82</sup> natural influenciaram sobremaneira no processo de denominação das comunidades, como pode se observar nos topônimos: Comunidade Córrego Fundo, Morro do São João, Ouro Fino e Formiga. Os povos quilombolas têm formas próprias de atribuir valor ao ambiente que estão inseridos, sendo este, em geral, “não entendido como recurso natural, mas sim, como parte integrante da vida, cujos saberes são passados oralmente de geração a geração” (SILVA, 2012, p. 54). Por artifício da língua, os topônimos, nesse sentido, são testemunhos dessas impressões nos ambientes habitados por eles.

Dessa motivação geográfica, constata-se que houve uma tendência à designação de topônimos de natureza hídrica e oriundos de índole mineral, por exemplo, Grotão (Hidrotopônimo) e Lajeado (Litotopônimo). São 11 ocorrências de motivação hídrica, ou seja, 24,5% dos dados analisados, e 5 ocorrências de topônimos de índole mineral, correspondendo a 11,1% dos dados.

Dick (1990, p.196) evidencia que em “épocas remotas da história da humanidade, a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio. Grandes civilizações nasceram e se desenvolveram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas”, e, nesta análise, nota-se que a água, de modo geral, foi, também, um elemento vital para o desenvolvimento e subsistência de aglomerações quilombolas. Por certo, a bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e seus afluentes foram preponderantes para sobrevivência desses povos, estando presentes em suas atividades e sendo ponto de equilíbrio nos meios socioculturais, ao dependerem da água. E, por isso, a origem linguística de suas comunidades carregam em si “a mística das águas, maior que o tempo e memória de épocas denominativas, revelando estágios de nomeação característicos” (ANDRADE; BASTIANI, 2012, p 2).

A geomorfologia do estado do Tocantins é marcada por uma variedade natural. E, nesta investigação, observou-se que os elementos do relevo e da sua vegetação podem ter influenciado, diretamente, nesse processo denominativo

---

<sup>82</sup>“Conjunto de formas, que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SUERTEGARAY, 2001, n.p.),

das comunidades quilombolas, por exemplo, os aspectos das paisagens dos planalto, planícies e depressões, bem como os fatores físicos que englobam o cerrado, cujas principais características são os grandes arbustos e as árvores esparsas, de galhos retorcidos e raízes profundas.

O quadro, a seguir, ilustra a caracterização taxonômica da toponímia quilombola do estado:

**Quadro 22:** Incidência de topônimos por taxonomia na toponímia de quilombolas do Tocantins

<b>Taxonomia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Hidrotopônimos	11	24,5%
Litotopônimos	5	11,1%
Hagiotopônimos	4	8,8%
Geomorfotopônimos	3	6,6%
Antropotopônimos	3	6,6%
Fitotopônimos	3	6,6%
Zootopônimos	3	6,6%
Animotopônimos/ nootopônimos	3	6,6%
Poliotopônimos	2	4,4%
Ecotopônimos	2	4,4%
Ergotopônimo	1	2,2%
Dimensiotopônimo	1	2,2%
Etnotopônimo	1	2,2%
Axiotopônimo	1	2,2%
Corotopônimo	1	2,2%
Somatopônimo	1	2,2%
Cromotopônimo	1	2,2%

Fonte: do autor (2022)

Geograficamente, as densas matas, presença de rios, montanhas escarpadas, pântanos e mangues eram ambientes que facilitavam o estabelecimento e a estabilidade de uma comunidade quilombola, pois esses territórios dificultavam sua identificação-repressão. Esses dados revelam a importância dos cursos d'água para as condições humanas de sobrevivência das populações quilombolas e que os vales, as serras e morros eram lugares de abrigo e refúgio desses grupos, sendo estes aspectos naturais condicionantes da designação de suas comunidades.

Além do aspecto físico, houve também uma propensão à designação de topônimos relacionados aos nomes sagrados de diferentes crenças, principalmente, relativos aos santos e santas do hagiologio romano: 4 ocorrências, correspondendo a 8,8% dos dados. São eles: Comunidade Ciriaco, Santa Maria das Mangabeiras, São Joaquim e São José. Além disso, também, notou-se uma disposição denominativa de topônimos de natureza antroponímica: 3 ocorrências de topônimos relativos a nomes próprios individuais, correspondendo a 6,6% dos dados. São eles: Comunidade Carrapiché, Prachata e Manoel João. Esses dados revelam a importância dos primeiros líderes (patriarcas) remanescentes das comunidades como fatores motivacionais para a designação de suas comunidades.

É importante mencionar que algumas comunidades quilombolas tiveram influência motivacional advinda do ciclo de mineração no estado, justamente, por estarem localizadas, historicamente, nas zonas de alguns minérios, como é o caso das comunidades Prata e Ouro Fino, em Paranã, e o Povoado do Prata, em São Félix do Tocantins. Ratifica Leite (2021), por exemplo, que essas comunidades “têm sua história com registro no período da colonização brasileira, durante o ciclo do ouro, a contar do sistema escravocrata instituído pelos portugueses e da colonização na antiga região do Norte de Goiás”. Tratam-se, assim, de comunidades constituídas no decorrer do ciclo do Ouro entre 1700 e 1800.

Após descrever e analisar os dados desta pesquisa, apresenta-se, na sequência, o esboço o projeto de letramento interdisciplinar alvitrado nesta tese.

#### **5.4 Práticas de letramentos como caminho pedagógico para compreensão da Toponímia das comunidades quilombolas**

A linguagem está na natureza do homem (BENVENISTE, 1991) e ela assume cada vez mais centralidade na escola, como um espaço de encontros e confrontos de valores e perspectivas que orientam as ações do sujeito. Na inserção de atividades legítimas que entrelacem cada vez mais linguagem e sujeito, é importante, para tanto, considerar a concepção de sujeito pressuposta pelo Círculo bakhtiniano, que concebe a constituição do sujeito na realização na

linguagem de dizer/acontecer/ser e compreende o homem como um conjunto de relações sociais, como um sujeito social da e na história.

Retomando Benveniste (1991), temos a concepção de que a linguagem é constitutiva do sujeito, dada a civilidade e sociabilidade dos seres humanos. A linguagem em sua essência, atravessa o sujeito e, ao mesmo tempo, possibilita que o sujeito atravesse o mundo, dando-lhe existência. Disso, é fato é que não há como separar a linguagem do sujeito, da vida, do mundo. E, em boa medida, a formação desse sujeito acontece nas interações sociais com os demais seres da espécie (VIGOTSKI, 1999), em que signos e palavras são mediadores nessa tarefa. O ser é, assim, um ser social, pois, ao estabelecer comunicação com os seus semelhantes, via expressão de pensamento, sentimentos, ações e emoções, condiciona a sua evolução enquanto ser interativo.

Certamente, o caos significativo e ordenado da linguagem promove o mundo, ao estabelecer ideologias, contatos culturais, as relações socialmente organizadas, os quais são determinantes na constituição do sujeito. Esta perspectiva relaciona-se intrinsecamente à perspectiva de letramento, no seu sentido amplo, de viés social e político.

Os estudos sobre o letramento, já bastante disseminado no país, têm propiciado um olhar diligente às questões das “práticas sociais de uso da linguagem, em sua modalidade oral e escrita, enfatizando os diversos gêneros discursivos e os processos de interação entre as pessoas” (TASSONI, 2012, p. 194). Destacam-se, nessa vertente, os estudos de Kleiman (1995, 2001); Soares (1998, 2003, 2004); Rojo (2009) e Tfouni (2006, 2010), que contribuíram, sobretudo, para delinear uma nova forma de entender a presença da língua escrita na sociedade, fazendo-o por meio de uma interessante interface com estudos de outras áreas, principalmente, pelo viés da Sociologia e Antropologia.

Sobre os estudos do Letramento, Tfouni (2006, p. 21) declara que eles não se restringem somente àquelas pessoas que adquiriram a escrita, isto é, aos alfabetizados, buscam, também, investigar:

as consequências da ausência da escrita a nível individual, mas sempre remetendo ao social mais amplo, isto é, procurando, entre outras coisas, ver quais características da estrutura social tem relação com os fatos. Pois, a ausência tanto quanto a presença da escrita em uma sociedade são fatores importantes que atuam ao mesmo tempo

como causa e consequência de transformações sociais, culturais e psicológicas, às vezes, radicais (TFOUNI, 2006, p. 21).

O letramento, nesse sentido, é tido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico (KLEIMAN, 2006), ou seja, a esse amplo fenômeno dos usos da escrita em diferentes espaços sociais, com diferentes propósitos, em diferentes níveis de escolarização, quer em gêneros do discurso secundários, que requeiram alta escolarização, quer em gêneros do discurso primários, que demandem níveis mínimos de escolaridade.

Essa concepção de letramento, inclusive, possui espaço legítimo no léxico da língua portuguesa, em nível nacional, no Dicionário Houaiss, 2007, que veicula o verbete letramento como sendo um “[...] conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito” (HOUAISS, 2001, *versão eletrônica*). Nesse ponto de vista, trata-se de uma definição que perpassa sobre a tradicional concepção de letrado (como versado em letras) e atinge uma nova acepção, a qual está comprometida com o uso da escrita, tais quais se estabelecem nos diferentes segmentos da sociedade.

Essa abordagem do letramento advém, indiretamente, do reconhecimento que os sujeitos sociais fazem usos da escrita à luz das demandas de seu entorno, cabendo à escola e às instituições formadoras como um todo: ressignificar práticas de letramento dos sujeitos sociais participantes dos processos de escolarização, fazendo-o a partir da hibridização das novas práticas com as práticas que caracterizam o grupo social de que tais sujeitos fazem parte (STREET, 2003).

Em se tratando da formação do leitor e do produtor de textos, respeitadas as suas particularidades de inserção sócio-histórica, alguns conceitos merecem ser discutidos no âmbito dessa temática, que envolve a leitura e escrita: modelos, práticas e eventos de letramento.

São muitas as implicações pedagógicas oriundas dos modelos de letramento, em se tratando do ensino e da aprendizagem da língua materna. O fenômeno do letramento é observado por Street (2003) sob o ponto de vista de dois modelos: modelo autônomo e modelo ideológico. O modelo autônomo, que caracterizaremos em primeiro lugar, parece corresponder à forma como boa parte de nossas escolas tem procedido historicamente ao trabalho com a língua

escrita, o qual acaba se revelando um padrão reducionista, concebendo a escrita um produto completo em si mesmo, desvinculada de um contexto:

O modelo “autônomo” de letramento funciona com base na suposição de que em si mesmo o letramento – de forma autônoma – terá efeitos sobre outras práticas sociais e cognitivas. Entretanto, o modelo disfarça as suposições culturais e ideológicas sobre as quais se baseia, que podem então ser apresentadas como se fossem neutras e universais [...] (STREET, 2003, p. 4).

Para contrapor-se a essa visão, o modelo ideológico de letramento evidencia “práticas que abrangem diferentes contextos em que um indivíduo está presente” (MONTERANI, 2013, p. 35). Trata-se de conceber o fenômeno do letramento como prática social:

O modelo “ideológico” alternativo de letramento oferece uma visão com maior sensibilidade cultural das práticas de letramento, na medida que elas variam de um contexto para outro. Esse modelo parte das premissas diferentes das adotadas pelo modelo autônomo – propondo por outro lado que o letramento é uma prática de cunho social, e não meramente uma habilidade técnica e neutra, e que aparece sempre envolto em princípios epistemológicos socialmente construídos (STREET, 2003, p. 4).

Dessa alusão, observa-se que não se deve instituir uma polarização entre os dois modelos, em outras palavras, não devem ser propostos como opostos polares, deve-se partir do um imbricamento entre eles. À luz de uma perspectiva culturalmente sensível, dentro de uma perspectiva ideológica do letramento, os eventos e as práticas de letramento constituem-se também lados de uma mesma moeda, nesse caso, de uma mesma realidade interacional, os quais, intrinsecamente, relacionados entre si, detêm de significativa importância no âmbito da formação de professores de língua materna.

Para Heath (1982), os eventos de letramento se referem a “qualquer ocasião em que um trecho de escrita seja parte integrante da natureza das interações dos participantes e dos seus processos interpretativos”, ou seja, todos os casos em que a escrita se efetiva para fazer sentido em uma situação específica, como o ato de ler uma notícia de jornal, escrever um e-mail, fazer uma lista de compra, dentre muitos outros eventos de letramento que têm lugar no dia a dia das pessoas.

O conceito de práticas de letramento, proposto por Street (2003), foi instituído em diálogo com o conceito de eventos de letramento apresentado por

Heath (1982). De acordo com Street (2003), trata-se de uma concepção mais ampla e abrangente de observar os modos culturais de utilização da escrita. O conceito de práticas de letramento se coloca “num nível mais alto de abstração e se refere igualmente ao comportamento e às conceitualizações sociais e culturais que conferem sentido aos usos da leitura e/ou da escrita” (STREET, 2014, p. 18). Associa-se, desse modo, as práticas de letramento “às crenças, concepções e valores atribuídos à leitura e à escrita em determinado contexto, ou seja, eventos correspondem à parte visível e práticas à parte invisível do letramento” (VERGNA, 2020, *on-line*).

Desse prisma, entende-se que o papel da escola, no que respeita ao ensino da leitura e da escrita, deve se fundamentar no reconhecimento das práticas de letramento (ditas no plural, porque são inúmeras) que caracterizam a realidade microcultural dos alunos, promovendo a ressignificação/ampliação dessas práticas. A escola, nesse sentido, precisa centrar-se na ampliação de letramentos dos alunos, para que eles possam desenvolver capacidades de leitura e escrita em diversos contextos sociais, com vistas à participação ativa na sociedade. O que implica ter que considerar que as escolas devem incluir a leitura e escrita “de gêneros discursivos multissemióticos (compostos por todas essas linguagens ou semioses, para significar e funcionar) e os multiletramentos<sup>83</sup> e novos letramentos<sup>84</sup> requeridos pelas práticas letradas em que eles estão inseridos” (ROJO, 2017, p. 4).

O professor tem um papel fundamental nesse processo.

É aquele que apresenta o que será lido: o livro, o texto, a paisagem, a imagem, a partitura, o corpo em movimento, o mundo. É ele quem auxilia a interpretar e a estabelecer significados. Cabe a ele criar, promover experiências, situações novas e manipulações que

---

<sup>83</sup> “Multiletramentos são as práticas de trato com os textos multimodais ou multissemióticos contemporâneos – majoritariamente digitais, mas também impressos –, que incluem procedimentos (como gestos para ler, por exemplo) e capacidades de leitura e produção que vão muito além da compreensão e produção de textos escritos, pois incorporam a leitura e (re)produção de imagens e fotos, diagramas, gráficos e infográficos, vídeos, áudio etc.” (ROJO, 2017, p. 5).

<sup>84</sup> “Novos letramentos, ou letramentos digitais, são um subconjunto dos multiletramentos, definido, segundo Lankshear e Knobel (2007), pela “nova” tecnologia (digital) adotada, mas não principalmente. O que define fundamentalmente os novos letramentos, segundo os autores, é um novo “ethos”, isto é uma nova maneira de ver e de ser no mundo contemporâneo, que prioriza a interatividade, a colaboração e a (re)distribuição do conhecimento, ao invés da hierarquia, da autoria e da posse controlada e vigiada do conhecimento por diversas agências, como a escola, as editoras e a universidade” (ROJO, 2017, p. 5).



conduzam à formação de uma geração de leitores capazes de dominar as múltiplas formas de linguagem e de reconhecer os variados e inovadores recursos tecnológicos, disponíveis para a comunicação humana presentes no dia a dia (NEVES, 1998, p.14).

Acredita-se que o estudo do nome do lugar pode ser objeto das práticas de leitura e escrita em sala de aula. O professor, para tanto, pode munir-se, por exemplo, de textos locais, inclusive os multimodais<sup>85</sup>, para promover reflexões toponomásticas e consubstanciar um conhecimento sobre a compreensão do ser humano em suas experiências, no caso, denominativas.

As práticas de letramentos estão vinculadas aos aspectos sociais e culturais e por eles determinadas, o que implica levar em conta não apenas o aspecto linguístico das práticas de leitura e escrita, mas também os fatores sociais e políticos que se relacionam com essas práticas. Isso requer, muitas vezes, interface com outros ramos do conhecimento humano.

A título de exemplo, um aluno, em contato com uma notícia de sua cidade, pode se deparar com o nome do seu país, estado, município, bairro, centro histórico, praça, ponto turístico, escola etc. e, para compreensão textual, pode necessitar de um entendimento básico sobre a realidade do nome de tal lugar, que pode ser explorado, dentre outros, a partir dos seus traços léxico-semântico e etimológicos. E um estudo nessa perspectiva permite resgatar aspectos da memória social de um povo, sem deixar de considerar o seu contexto histórico, geográfico e social étnico (DICK, 2007). Especialmente, porque o nome próprio, especificamente, “registra e perpetua crenças, valores, ideologias, devoções, motivações e procedências de seus grupos sociais” (AMARAL; SEIDE, p. 10).

Há, portanto, uma relação de convergência e complementaridade entre conhecimentos no que tange os estudos toponomásticos, uma vez que tais investigações, majoritariamente, necessitam de conhecimentos oriundos, tradicionalmente, do domínio de outras áreas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar (POMBO, 2004).

---

<sup>85</sup> Os textos multimodais são “aqueles que empregam duas ou mais modalidades de formas linguísticas, a composição da linguagem verbal e não verbal com o objetivo de proporcionar uma melhor inserção do leitor no mundo contemporâneo” (SÉ, 2008, p. 1).

Convém ressaltar a relevância dos estudos onomatológicos em si, em virtude da sua busca pela história identitária e étnico-cultural, possibilita o resgate de informações ora esquecidas, apresentando, assim, valiosas contribuições à língua de um país (NUNES, 2021). Dessa forma, acredita-se que ao se fomentar oportunidades em sala de aulas para se discutir questões toponomásticas (linguístico-lexicais, etimológicas, taxonômicas, semânticas, morfológicas) é contribuir para uma ampliação dos conhecimentos relativos aos fatores linguísticos e do contexto histórico-cultural e local que influenciaram na escolha das denominações. Logo, uma abordagem dos nomes pelo contexto da toponomástico pode auxiliar na ampliação do leque de conhecimento dos alunos, pois permite que este realize observações, descrições, analogias, interpretações, além de análises precisas sobre as regiões, territórios e paisagens estudadas.

No âmbito das práticas de letramento, a considerar explicitamente o modelo ideológico, dado que o aprendizado da escrita se perpetua considerando as práticas concretas e sociais, discute-se, a seguir, a respeito dos projetos de letramentos, a fim de compreendê-los e lançar sugestões e encaminhamentos pedagógicos para práticas de leitura e escrita que contemple os estudos do nomes do lugar numa perspectiva interdisciplinar.

### **5.5 Toponímia, história e identidade dos quilombolas: sugestões pedagógicas de um projeto de letramento interdisciplinar**

Projetos didáticos, projetos pedagógicos, projetos escolares, projetos de trabalhos, projetos temáticos, projetos de ensino, projetos interdisciplinares etc. são designações que não representam, de certo modo, uma novidade didática ou um recurso de “inovação” no ensino (OLIVEIRA; TINOCO; SANTOS, 2014). Pela sua importância, a Pedagogia de Projetos, no contexto atual, é bastante difundida, sobretudo, graças às orientações advindas ainda dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, no domínio pedagógico, enquanto caminho metodológico, pode ser um relevante instrumento para redimensionar o ensino da língua materna.

No terreno dos estudos do letramento, Kleiman (2000) situa o trabalho com projetos como um recurso que favorece uma aprendizagem contextualizada e, por isso, significativa. Independentemente do tema ou do objetivo do projeto, “ele é adequado na medida de seu potencial para mobilizar conhecimentos, experiências, capacidades, estratégias, recursos, materiais e tecnologias em situações concretas de uso da língua” (KLEIMAN, 2008, p. 509). Para a autora, um projeto de letramento se constitui como:

um conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolve o uso da escrita, isto é, a leitura de textos que, de fato, circulam na sociedade e a produção de textos que serão realmente lidos, em um trabalho coletivo de alunos e professor, cada um segundo sua capacidade” (KLEIMAN 2000, p. 238).

Pela visão da autora, o projeto de letramento é visto como uma prática social, a qual vai além da mera aprendizagem formal da escrita (a aprendizagem dos aspectos formais apenas) (KLEIMAN, 2000). Naquilo que concerne ao letramento, os projetos, assim concebidos, proporcionam “o uso social e efetivo, principalmente, da leitura e da escrita. Neles, ler e escrever são atividades voltadas às necessidades sociais de sujeitos que agem dentro e fora da escola” (OLIVEIRA; TINOCO; SANTOS, 2014, p. 86).

Nessa direção, lança-se, aqui, sugestões de trabalho, enquadradas em um Projeto de Letramento, que podem sofrer adaptações de acordo com os propósitos daqueles que queiram fazer uso delas, considerando as particularidades e adversidades de cada contexto escolar.

A ideia é que sobressaia o papel central da(s) linguagem(ens), cujo foco seja, principalmente, a leitura e a escrita, a partir de uma ancoragem que permita vislumbrar os seus usos sociais na escola e fora dela. O produto final desta sequência de ações e atividades resultará em um material didático voltado para o estudo da toponímia, intitulado como *Nomes das Comunidades Quilombolas: o que têm a nos dizer?*, que segue anexado a este trabalho.

**Figura 08:** Organização e sistematização do projeto de letramento interdisciplinar



Fonte: do autor (2022).

O eixo norteador das sequências de atividades deste projeto de letramento é o léxico toponímico quilombola do estado Tocantins, especialmente, os nomes das comunidades, pautando-se no desenvolvimento de competências linguístico-enunciativo-discursivas do aluno. Em diferentes esferas de atividades, as práticas pedagógicas do projeto centram-se em possibilitar o aluno reconhecer os elementos do léxico, cultura e geo-história das comunidades quilombolas do Tocantins.

A proposta do projeto de letramento, de cunho interdisciplinar, deve ser direcionada ao componente curricular de Língua Portuguesa do 6º ano do Ensino Fundamental da Educação. No interior dos estudos toponímicos, objetiva-se promover, otimizar e/ou ampliar o conhecimento do aluno, no que tange as características linguísticas, socioculturais e as territorialidades quilombolas, ao estimular no aluno o desenvolvimento de habilidades que contribuam para perceber a diversidade cultural na formação brasileira, presente na identidade

cultural local. É importante ressaltar que os objetivos de ensino podem ser observados e revistos mediante o acompanhamento contínuo e progressivo da prática pedagógica.

O projeto de letramento interdisciplinar sustenta-se no desenvolvimento de um conjunto de atividades voltadas ao 1º bimestre do 6º ano do Ensino Fundamental. As atividades originam-se de um interesse real: valorizar os saberes e fazeres tradicionais dos povos quilombolas. A realização das atividades envolverá a leitura de textos, que, de fato, circulam na realidade social do aluno, e a produção de textos, que serão lidos coletivamente, na relação aluno e professor. Além disso, as atividades manterão uma conexão estreita com a vida dos discentes, será considerada, especialmente, as culturas juvenis e as novas linguagens proporcionadas pelo avanço da tecnologia.

As sequências didáticas do projeto estarão fundamentadas na seguinte pergunta norteadora: nomes das comunidades quilombolas, o que têm a nos dizer? Suas propostas deverão ser trabalhadas interdisciplinarmente, respeitando, especialmente, as vivências dos estudantes do 6º ano Ensino Fundamental deverão estar no centro do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as metodologias ativas ganham espaço nas sugestões pedagógicas empreendidas, posto que os alunos sairão da condição de meramente passivos e ouvintes para ativos e produtores de conhecimento.

O projeto de letramento interdisciplinar estará sistematizado por eixos, campos de atuação, objetos de conhecimentos e sugestões pedagógicas. Os eixos são aqueles já consagrados nos referenciais curriculares da área de Língua Portuguesa, correspondentes às práticas de linguagem: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística. Como sugere o DCT (2019), a ideia é iniciar pelo eixo da leitura, seguido por produção textual, oralidade e análise linguística, com a perspectiva de que os eixos sejam trabalhados de forma integrada e não isoladamente, para que o estudante compreenda a função social da Língua.

Os campos de atuação, fundamentados no DCT (2019) e na BNCC (2017), organizarão as práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística) a serem efetuadas no projeto alvitrado. Serão considerados quatro campos de atuação, conforme ilustra-se a seguir:

**Figura 09:** Campos de atuação do projeto de letramento interdisciplinar



Fonte: do autor (2022).

A partir dos eixos, os campos de atuação serão contemplados com distintos gêneros textuais, os quais terão estreita relação com as competências específicas<sup>86</sup> de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental. Dessa forma, os gêneros textuais poderão ser trabalhados de três maneiras:

- a) como objeto de estudo, quando os estudantes identificam a situação comunicativa, o tema/assunto, a forma de organização e finalidade do texto;
- b) como meio para estudo de outros conteúdos;
- c) e, também, de forma interdisciplinar, integrando os saberes (DCT, 2019).

Os objetos de conhecimentos deverão estar em consonância aos eixos e campos de atuação, estando eles situados conforme as práticas de linguagem elencadas para o Ensino Fundamental – Anos Finais. Esses objetos de conhecimentos devem resultar em competências e habilidades, a quais se julgam indispensáveis para a continuidade das aprendizagens ao longo dos anos, crescendo progressivamente em complexidade.

---

<sup>86</sup> As competências específicas do componente curricular são meios que buscam possibilitar a “participação dos estudantes em práticas de diferentes campos de atividades humanas e de pleno exercício da cidadania” (BRASIL, 2018, p. 84).

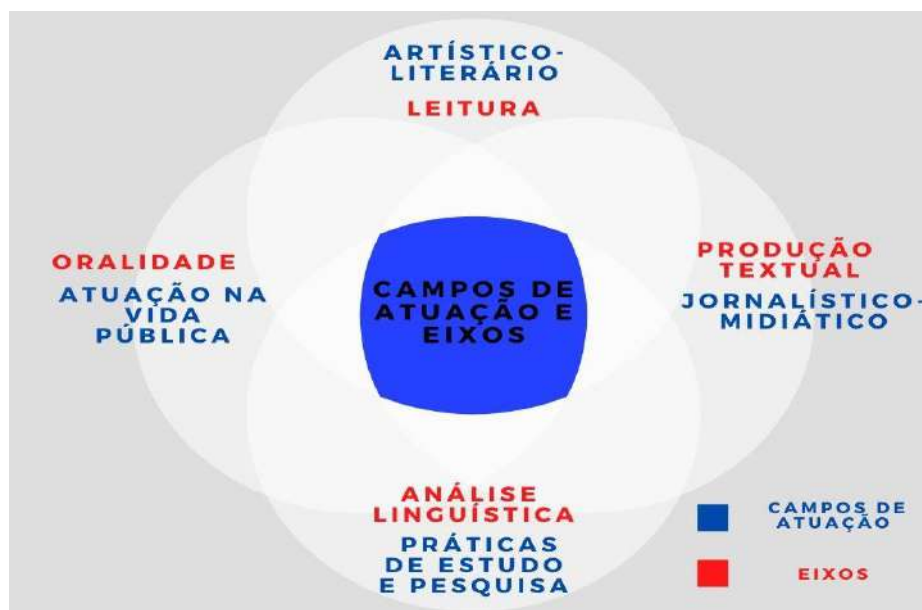
As sugestões pedagógicas serão desenvolvidas mediante um conjunto de habilidades básicas a serem atingidas, partindo-se, propriamente, dos objetos de conhecimentos de Língua Portuguesa. As habilidades propostas nas sugestões pedagógicas não devem limitar a autonomia do professor, podendo, claro, serem organizadas conforme as necessidades de cada contexto escolar e as especificidades regionais. As diversas formas de linguagens (verbal - oral ou visual-motora, como Libras e escrita -, corporal, visual, artística, sonora e digital) tornarão objetos de conhecimento no projeto de letramento interdisciplinar, sendo tematizadas as diversas práticas culturais das comunidades remanescentes quilombolas, no intuito de que sejam valorizados como linguagens que expressam e integram as pessoas.

Nesse contexto, propõe-se que as avaliações sejam realizadas continuamente, sendo indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho pedagógico proposto, por se tratarem de uma verificação dos resultados de ações direcionadas ao cumprimento de objetivos previamente planejados. O processo avaliativo, dessa maneira, deve estar centrado no acompanhamento do aluno, por meio de distintas experiências de aprendizagem, em conformidade com as competências e habilidades desejadas em cada etapa dessa proposta.

O docente, por meio das estratégias pedagógicas das metodologias ativas e aprendizagem híbrida, poderá conduzir as atividades pelo período de até quatro semanas, de acordo com os eixos, campos de atuação e objetos de conhecimentos pre-estabelecidos. Para cada semana, recomenda-se que seja adotado um eixo e um campo de atuação, a fim de se atingir competências e habilidades por intermédios objetos de conhecimentos definidos. Exempflca-se, a seguir:



**Figura 10:** Eixos e Campos de atuação para desenvolvimentos o Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022).

Direciona-se este projeto de letramento ao ensino presencial, porém, se for o caso, o docente poderá conduzir suas ações utilizando a mediação das tecnologias, pela mescla de abordagens do ensino presencial tradicional e da Educação a Distância (EaD). Os alunos serão condicionados a desenvolverem atividades de acordo com os objetivos traçados pelo professor para a aula em questão.

Por ser um projeto flexível, em que as propostas didático-pedagógicas também podem ser voltadas ao ensino híbrido, em que existe a realidade da sala de aula física e *on-line*, o professor poderá optar por desenvolver as atividades conforme modelo rotacional de Horn e Starker (2015), em que as aulas são sistematizadas segundo rotações por estações. Nesse sentido, a ideia é que sejam organizados grupos entre os alunos, em que cada grupo possa executar as ações do projeto segundo as competências e habilidades traçadas pelo professor para a semana da atividade. Cada semana destinada às ações do projeto serão chamadas de estações. A cada estação, devem ser elaboradas atividades distintas e independentes, mas funcionando de forma integrada no projeto, para que, ao final de cada aula e estação, os alunos tenham acesso aos mesmos conteúdos.

**Figura 11:** Exemplificação do Projeto de Letramento Interdisciplinar na metodologia híbrida rotacional

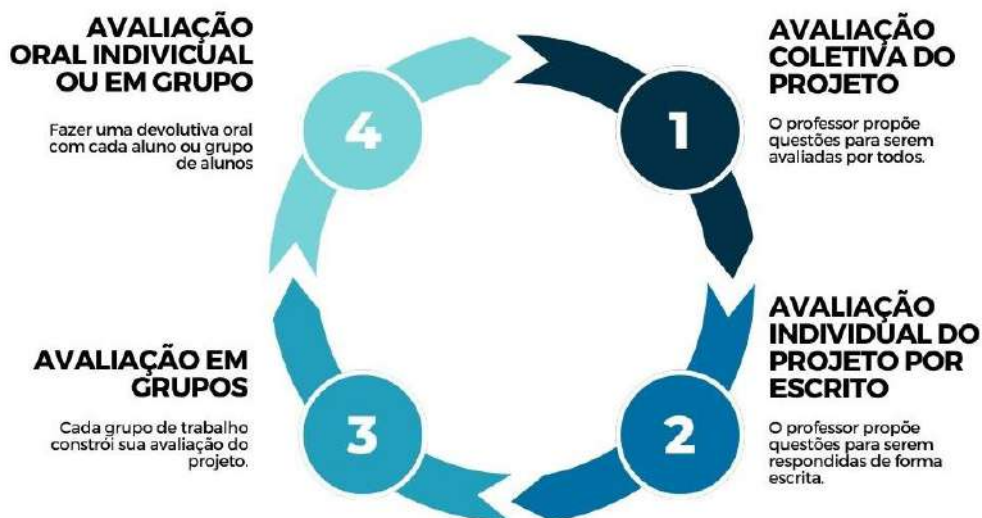


Fonte: do autor (2022).

O professor e o aluno desempenham papéis distintos no desenvolvimento das ações. Alicerçado o projeto de letramento na metodologia ativa de aprendizagem, o aluno é protagonista do processo de aprendizagem, ao participar do processo de forma mais direta. Tendo o aluno como principal agente do seu processo educacional, o docente é responsável por auxiliar e encaminhar os alunos às atividades propostas de cada estação, para que o conhecimento além de ser transmitido, seja construído e efetivado.

Merece apontar que a avaliação, dentro da ótica dos projetos, deve ser desenvolvida ao longo de todo processo, a fim de que seja verificada a capacidade do aluno de resolver uma situação problemática, dando enfoque à mobilização e articulação de recursos (DEPRESBITERIS; TAVARES, 2009). Sobre os caminhos para a construção de um processo avaliativo, a qual seja contínuo e coloque os alunos no centro das aprendizagens, apontamos alguns modos de conduzir a avaliação e abordagens possíveis nas atividades deste projeto, conforme figura a seguir:

**Figura 12:** Sugestões de abordagens avaliativas no projeto de letramento interdisciplinar



Fonte: do autor (2022).

É importante que pensar que a avaliação apenas faz sentido quando considerada o desenvolvimento do aluno. Por isso, recomenda-se que o foco do processo avaliativo do projeto de letramento não seja a somatória de atividades e etapas fragmentadas, desconsideradas em sua organicidade e continuidade. A ideia é que o professor possa realizar uma avaliação pontual, progressiva e formativa, no propósito de medir, de maneira profunda e individual, o processo de ensino-aprendizado dos alunos. E, para tanto, pode utilizar de métodos e instrumentos avaliativos simples, como autoavaliação, atividades em grupos e a observação docente. Sem atribuição/mensuração quantitativa, propõe-se ao professor o acompanhamento qualitativo da evolução da aquisição de conhecimento do aluno, no fito de compreender o quão eficiente está sendo seu processo de ensino.

Nessa perspectiva, sugere-se que o aluno possa, em todo projeto, enfrentar situações problemas de maneira sistematizada e que, por meio delas, consigam aprender. Dessa maneira, os conteúdos não devem ser repassados de forma automatizada, mas sim, de forma relacionada e coordenada ao redor de um problema a se resolver. A intenção, nesse caso, é que os alunos possam assumir uma postura ativa perante o processo de ensino e aprendizagem, colocando-os diante de desafios na busca, de modo ativo, pelo conhecimento.

De forma geral, o intuito é oferecer aos professores de Língua Portuguesa um projeto de letramento interdisciplinar que culmine em propostas didático-pedagógicas para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, a qual estabeleça uma inter-relação entre léxico e cultura, por meio de estudos pautados na realidade dos povos quilombolas do estado do Tocantins. Esse projeto, no contexto da comunidade escolar, considera que os nomes dos lugares são repletos de significado histórico, cultural e social, além de resguardar memórias individuais e coletivas, podendo respaldar a realidade linguística de um determinado povo nos mais diferentes níveis.

### 5.5.1 Na prática: nomes das comunidades quilombolas, o que têm a nos dizer?

Esta subseção pauta-se, especialmente, em detalhar o referido projeto de letramento interdisciplinar e, para tanto, considera-se os seus eixos e campos de atuação, seus objetos de conhecimento e as sugestões pedagógicas. Demos atenção aos elementos principais que compõem cada proposta didática, tais quais, problematização, objetivos e ações pedagógicas. De modo esquematizado, ilustramos, a seguir, estruturalmente, as fases do presente projeto didático-pedagógico:

**Figura 13:** Etapas do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)

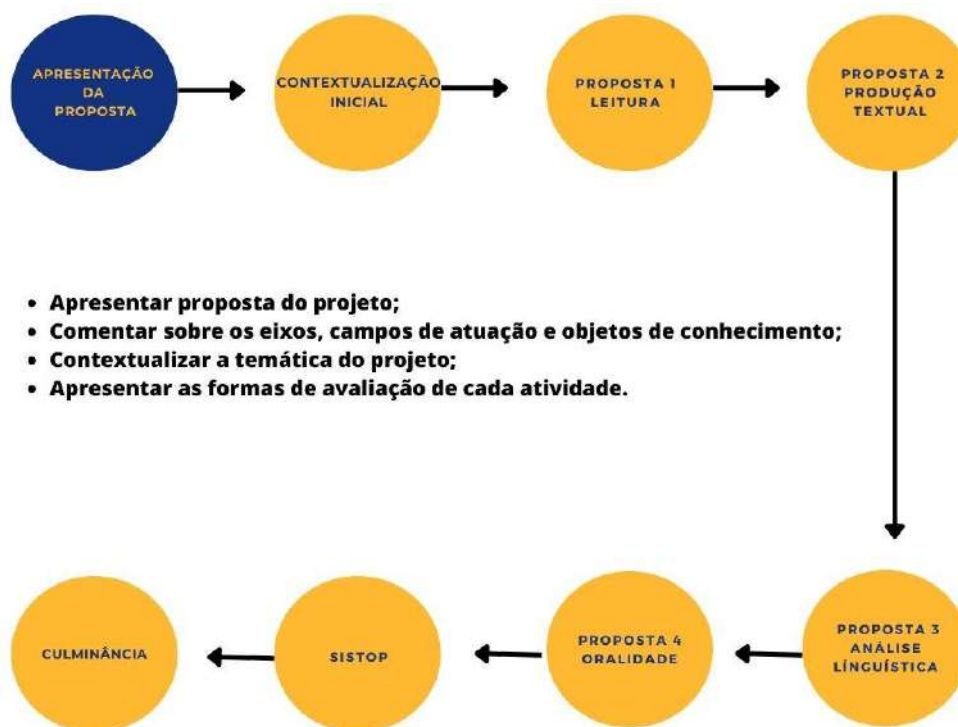
O primeiro momento do projeto de letramento está reservado à apresentação da proposta: o passo-a-passo. O docente, neste momento, deverá situar os alunos a respeito das ações que serão realizadas e, para dar início à proposta, deverá motivar os alunos para os estudos toponímicos. Para tanto, poderá conduzir esta atividade mostrando vídeos que retratem a realidade dos povos quilombolas, tais como sobre as atividades vivenciadas no dia a dia das comunidades, como o cultivo de alimentos, a colheita de frutos da mata, a pesca, a caça, o banho no rio, as danças, os rituais sagrados e festivos etc. E, além disso, também, poderá exibir vídeos que descrevam a localidade onde situam os alunos, como de praças, igrejas, ruas, mercados e pontos turísticos, questionando-os sobre a origem de seus nomes.

Esta etapa compreende, pois, é o momento em que o aluno toma conhecimento de todo o universo do projeto, desde as ações pedagógicas realizadas, de forma individual ou coletiva, até as atividades de culminância do projeto. Nessa ocasião, o professor precisará, minuciosamente, descrever cada ponto do projeto, mostrando sua relevância e como os resultados obtidos pelos alunos poderão ser compartilhados à comunidade. Trata-se, ainda, do momento em que o professor deverá destacar os eixos, campos de atuação e os objetos de conhecimentos que serão abordados durante a execução do projeto.

Nesta etapa, o professor, ainda, deverá discutir as formas de avaliação do seu processo de ensino e aprendizagem, a qual, por sua vez, deverá estar em consonância aos procedimentos teórico-metodológicos do projeto político-pedagógico da escola, considerando o que se pretende alcançar como resultado, o que seus alunos irão aprender e como deseja verificar se tais conhecimentos foram apreendidos.

As ações pedagógicas que poderão ser realizadas nesta etapa encontram-se detalhadas no esquema a seguir:

**Figura 14:** Síntese da etapa de Apresentação da Proposta do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)

A etapa intitulada de Contextualização Inicial estará destinada a dois momentos. O primeiro deles reserva-se ao mapeamento e à sondagem oral dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a temática geral do projeto. Nesse momento, o professor deverá, de modo dialógico, levantar discussões acerca da toponímia e os modos de vida dos povos quilombolas. A partir de textos e vídeos, o professor poderá explanar, preliminarmente, alguns conceitos, pressupostos, dados ou fatos que precisam ser conhecidos pelos alunos e que serão necessários para que eles construam significados relevantes. Essa avaliação diagnóstica deverá subsidiar as ações do docente, servindo como guia para orientar atividades, agrupamentos e intervenções no projeto toponomástico.

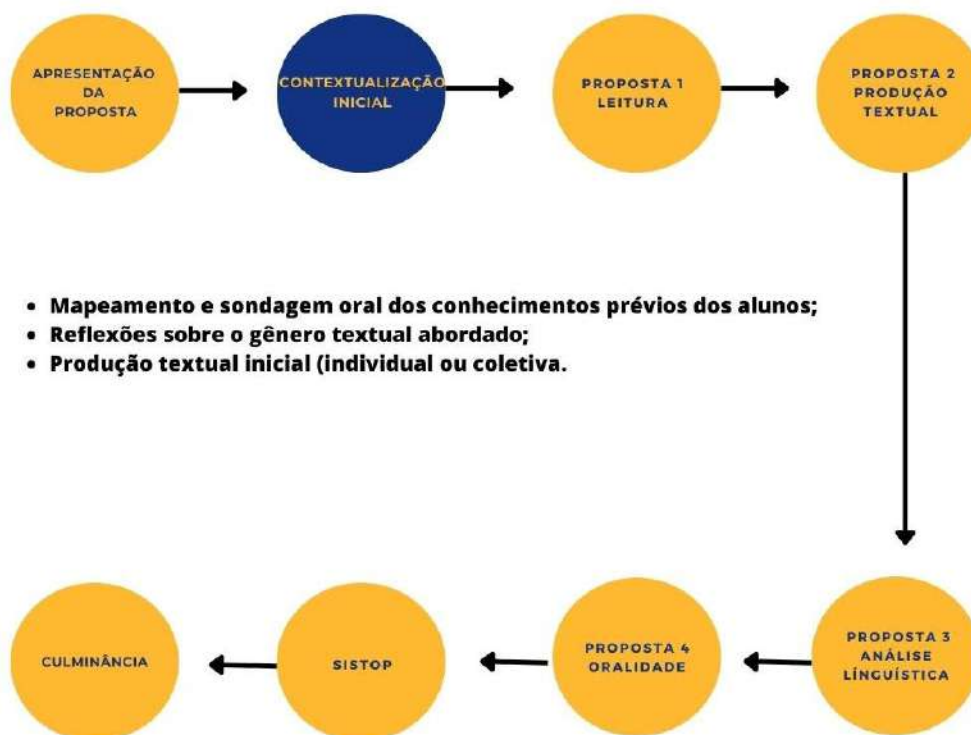
No segundo momento, o professor deverá estimular a produção textual inicial (individual ou coletiva) de um determinado gênero textual, considerando, especificamente, a temática do projeto. Este gênero textual poderá ser escolhido a partir do conteúdo programático do bimestre ou, considerando a etapa seguinte do projeto, que esteja relacionado à natureza literária.

Ao definir o gênero textual, na sequência, o professor poderá realizar algumas perguntas aos alunos: a) você conhece esse tipo de texto?; b) que tipo de texto é esse?; c) onde vocês encontram esse tipo de texto?; d) para que serve?; já testaram escrever esse tipo de texto? como foi? sobre o quê? Deu certo?.

Em seguida, após ser provocados e motivados durante a fase de apresentação da proposta, os alunos deverão tentar esboçar um primeiro texto, mesmo que ainda não respeitem todas as características do gênero estudado. A ideia é um exercício prévio, no objetivo de permitir-lhes, mesmo que parcialmente, um trabalho sistemático com o gênero. Esta atividade deve se configurar como um instrumento de avaliação diagnóstica, em uma perspectiva de avaliação formativa, e subsidiar indicações para que o professor faça as mediações/intervenções, apontando o caminho que o aluno ainda tem a percorrer.

De forma sintetizada, as ações pedagógicas que poderão ser realizadas nesta etapa encontram-se apresentadas no esquema a seguir:

**Figura 15:** Síntese da etapa de Produção Inicial do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)



O primeiro módulo do projeto reserva-se ao eixo leitura. Em consonância ao DCT (2019), diz respeito ao contato do aluno às práticas de linguagem, que decorrerão da sua interação ativa com os textos escritos, orais e multissemióticos que o docente escolher para as ações de seu projeto. Ou seja, o professor poderá fazer não somente uso de textos escritos, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais. As práticas de leitura, a partir das diretrizes do DCT (2019), devem ser trabalhadas de modo inter-relacionado às práticas de uso e reflexão, considerando as seguintes dimensões:

- (1) Reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana;
- (2) Dialogia e relação entre texto;
- (3) Reconstrução da textualidade, recuperação e análise da organização textual, da progressão temática e estabelecimento de relações entre as partes do texto;
- (4) Reflexão crítica sobre as temáticas tratadas e validade das informações;
- (5) Compreensão dos efeitos de sentido provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos;
- (6) Estratégias e procedimentos de leitura;
- (7) Adesão às práticas de leitura (TOCANTINS, 2019, p. 20-22).

Nesse propósito, como parâmetro didático, o docente poderá se apropriar das estratégias de ensino sugeridas por Solé (1998), a quais estão subdivididas em três momentos: atividade antes da leitura (pré-leitura), atividade durante a leitura (leitura) e atividade para depois da leitura (pós-leitura). A partir delas, espera-se “despertar no estudante a necessidade de ler, auxiliando-o a desvendar utilidades da leitura em situações de aprendizagem” (TOCANTINS, 2019, p. 22).

O primeiro momento, nessa perspectiva, pode ser reservado à antecipação de informações e ao levantamento de conhecimentos prévios sobre o gênero textual Memórias Literárias. Para tanto, o professor poderá iniciar as atividades apresentando e questionando oralmente os alunos sobre o título do texto e o gênero textual a serem apresentados e, posteriormente, considerando as provocações propostas, se houver necessidade, explicar acerca do gênero

textual trabalhado. O foco deve ser a motivação o aluno, deixando-o curioso, por meio de uma discussão inicial.

Segundo Solé (1998), o momento, em específico, da leitura deve ser direcionado às estratégias que permitam o aluno estabelecer inferências, comprovar sua compreensão e tomar decisões apropriadas diante de erros ou falhas nessa compreensão. É ideal que os próprios alunos selecionem “marcas e indicadores, formulem e verifiquem hipóteses, construam suas interpretações e saibam que isso é necessário para obter certos objetivos” (SOLÉ, 1998, 159-160).

A partir desse direcionamento, como estratégias que fomentam a compreensão dos textos, o professor, neste projeto de letramento, poderá optar por realizar leituras compartilhadas, independentes e trabalhar os erros e as lacunas de compreensão dos alunos, a fim de estimulá-los a assumir um papel ativo perante qualquer material lido.

As estratégias de pós-leitura se relacionam diretamente à concretização prática da compreensão do texto durante a leitura, as quais estão direcionadas, sobretudo, à recapitulação do conteúdo textual, a resumi-lo e a ampliar o conhecimento que os alunos obtiveram com a leitura. Nessa fase, Solé (1998) propõe três estratégias, as quais podem ser utilizadas pelo professor na execução de suas atividades de leitura no projeto, a saber: a identificação da ideia principal, a elaboração de resumos e a formulação de perguntas e respostas. Estas são estratégias que podem também ser utilizadas em outros momentos. Entretanto, a expectativa de se utilizar tais estratégias depois da leitura é que o estudante consiga compreender o que leu e o que aprendeu, sem correr o risco de esmagá-lo com uma sobrecarga de informação em outras fases do processo de leitura (SOLÉ, 1998).

Primeiramente, o professor deve auxiliar os alunos na identificação da ideia principal do texto abordado, propiciando reflexões sobre os enunciados mais importantes utilizados pelo autor para explicar o tema, objetivos e informações transmitidas. Com exercícios voltados ao resumo do texto, os alunos devem ser instigados a selecionar informações, no objetivo de melhor compreender a temática do texto, identificar sua ideia principal e seus detalhes secundários. É importante que seja uma tarefa compartilhada entre professor e

estudantes, na busca pela compreensão textual, de modo que os estudantes se tornem autônomos nesse processo. E, por fim, sugere-se condicionar o estudante a criar perguntas pertinentes ao texto, o que demonstrará se está capacitado para regular seu processo de compreensão.

Ao passo que o trabalho com projetos envolve, primordialmente, a possibilidade de colocar os alunos diante de situações-problemas, lançando-os, de modo ativo, à busca pelo conhecimento, esta primeira proposta de atividade deste projeto de letramento, centrada no eixo leitura e no campo de atuação artístico literário, nasce da seguinte questão problematizadora: *Povos quilombolas, quem são e onde estão aqui no Tocantins?* Por isso, sugere-se que os textos a serem trabalhados em sala de aula sejam relacionados aos saberes e fazeres quilombolas, a fim de que os alunos conheçam seus modos de vida. Sobre os gêneros textuais do campo de atuação desta primeira proposta de atividade, melhor detalhamos, a seguir:

**Quadro 23:** Sugestões de gêneros textuais para a proposta de atividade 1 - Leitura

<b>Campo de atuação</b>	<b>Definição</b>	<b>Gêneros contemplados</b>
artístico-literário	Relativo à participação em situações de leitura, fruição e produção de textos literários e artísticos, representativos da diversidade cultural e linguística, que favoreçam experiências estéticas.	lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros.

Fonte: (TOCANTINS, 2019, p. 29).

As vozes, enunciações e versos ressoadas nas narrativas dos poemas quilombolas publicados no livro “Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares”<sup>87</sup>, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, são considerados, aqui, como verdadeiros relatos poéticos que descrevem a imagem quilombola, podendo ser um recurso didático importante neste projeto de letramento.

<sup>87</sup> GONÇALVES, P. A. C. A.; NOGUEIRA, R. D. S. (org.). **Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares**. Palmas - TO: DPAGRA, 2016. Disponível em: <https://quilombolas.defensoria.to.def.br/>. Acesso em: 13 set. 2022.

Além disso, o site histórias da ilha, resultado do projeto de extensão *Discursos, Narrativas e Poemas Quilombolas do Tocantins*, desenvolvido por pesquisadores do Curso de Letras da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), pode, também, ser um recurso pedagógico importante para os alunos estudarem e conhecerem esses grupos sociais do Tocantins, os quais preservam crenças, memórias, representações, língua, religião, saberes tradicionais etc. O site dispõe de diversas histórias de vida da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, no Rio Araguaia, em Araguatins – TO, as quais “sobressaem os signos da forte conexão entre os seres humanos e o seu lugar de pertencimento para além da materialidade imediata, apontando para as formas próprias do uso da palavra, que vão desde a estética de sua linguagem até os sentidos variados de seus conteúdos simbólicos”, cita Luama Socio, professora e coordenadora do projeto de extensão.

As especificações pedagógicas desta proposta de atividade 1 (leitura) encontram-se detalhadas no quadro a seguir, a fim de facilitar a compreensão sobre seus objetivos, suas práticas interdisciplinares e como esta deverá ser desenvolvida.

**Quadro 24:** Proposta didática envolvendo o Eixo Leitura e o campo de atuação Artístico-Literário

<b>Componente Curricular</b>	Língua Portuguesa
<b>Turma</b>	6º Ano do Ensino Fundamental
<b>Eixo</b>	Leitura
<b>Campo de atuação</b>	Artístico-Literário
<b>Título</b>	Saberes e fazeres Quilombolas: conhecendo seus modos de vida
<b>Problematização</b>	<i>Povos quilombolas, quem são e onde estão aqui no Tocantins?</i>
<b>Práticas interdisciplinares</b>	Língua Portuguesa, Geografia e História
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer a diversidade cultural dos povos quilombolas, seus saberes e fazeres, seus modos de vida e suas contribuições para a formação da nação;</li> <li>• Apreciar contos, crônicas e poesias quilombolas, atentando as marcas linguísticas, toponímicas e culturais;</li> <li>• Promover a leitura de materiais concernentes ao cotidiano das comunidades quilombolas;</li> <li>• Trabalhar a leitura silenciosa e compartilhada, proporcionando que os alunos expressem seus conhecimentos prévios sobre o gênero textual e os modos de vida dos povos quilombolas;</li> <li>• Compreender as diversas formas de resistência que estão ligadas às comunidades quilombolas;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a reflexão sobre onde estão localizados os quilombolas, sua cultura e como se relacionam com o lugar, território, ambiente e paisagem;</li> <li>• Oportunizar a compreensão conceitual das terminologias - quilombos e quilombolas; quilombo rural e urbano;</li> </ul>
<b>Competências DCT</b>	<p>I - Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.</p> <p>II - Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).</p>
<b>Habilidades DCT</b>	(EF67LP28) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes –, romances infanto-juvenis, contos populares, contos de terror, lendas brasileiras, indígenas e africanas, narrativas de aventuras, narrativas de enigma, mitos, crônicas, autobiografias, histórias em quadrinhos, mangás, poemas de forma livre e fixa (como sonetos e cordéis), vídeo-poemas, poemas visuais, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.
<b>Objetos de Conhecimento</b>	Gênero Memórias Literárias - Identificação dos elementos constitutivos da estrutura narrativa: enredo, personagens, tempo, espaço e narrador. Discurso direto e indireto. Gênero História em Quadrinhos e Mangás: linguagem verbal e não verbal, efeitos de ironia e humor, movimentos cinestésicos, tipos de balões. Reconhecimento da relação causa e consequência das ações dos personagens.
<b>Desenvolvimento</b>	<p><b>Etapa 1</b> – levantamento de gêneros literários locais (poesias, contos, crônicas e narrativas) que relatam a história e cultura dos povos quilombolas;</p> <p><b>Etapa 2</b> – discussão prévia da história e cultura quilombola, formas de luta e resistência e formação de suas comunidades;</p> <p><b>Etapa 3</b> – discussão prévia sobre as comunidades quilombolas existentes em seu estado, pontuando sobre seus saberes e fazeres;</p> <p><b>Etapa 4</b> – discussão prévia terminológica dos termos quilombo e quilombola e quilombo rural e urbano.</p> <p><b>Etapa 5</b> – momento da leitura;</p> <p><b>Etapa 6</b> – interpretação do texto abordado;</p> <p><b>Etapa 7</b> – identificação e análise das marcas linguísticas e culturais dos povos quilombolas no texto estudado;</p> <p><b>Etapa 8</b> – identificação dos nomes das comunidades e os nomes de lugares dispostos no gênero literário;</p> <p><b>Etapa 9</b> – conhecer a história e as (possíveis) motivações para a nomeação das comunidades e os nomes de lugares dispostos no gênero literário;</p> <p><b>Etapa 10</b> – estudo final do gênero literário.</p> <p><b>Etapa 11</b> – sugestão de vídeos, sites e materiais de pesquisa.</p>
<b>Avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• avaliação de forma contínua e progressiva;</li> <li>• avaliação não somativa;</li> <li>• avaliação individual e coletiva da ação.</li> </ul>

<b>Culminância</b>	A ação final deverá culminar na exposição de relatos orais pelos alunos sobre os povos quilombolas, sua cultura e como se relacionam com o lugar, território, ambiente e paisagem.
--------------------	--

Fonte: do autor (2022)

E, de forma resumida, as ações pedagógicas que englobam este módulo encontram-se apresentadas no esquema a seguir:

**Figura 16:** Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Leitura e o campo de atuação Artístico-Literário do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)

A segunda proposta didática, que se baseia no eixo produção textual, em conformidade ao DCT (2019), deve reservar-se às práticas de linguagem voltadas à interação e autoria (individual ou coletiva) do texto (escrito, oral e/ou multissemióticos), com diferentes finalidades e projetos enunciativos. Essas práticas de produção de texto, segundo o DCT (2019), devem compreender dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão, tais como:

- a) Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana;
- b) Dialogia e relação entre textos;
- c) Alimentação temática;

- d) Construção da textualidade;
- e) Aspectos notacionais e gramaticais;
- f) Estratégias de produção (TOCANTINS, 2019, p. 23).

E, nessa direção, ao assumir a centralidade do texto como unidade de trabalho e a perspectiva enunciativo-discursiva na abordagem, considera-se importante que as habilidades de produção não sejam desenvolvidas de forma genérica e descontextualizadas, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção. Como ponto de partida para o professor trabalhar as situações reais e efetivas de produção de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana, o projeto de letramento, nesta proposta de atividade, centra-se no campo de atuação jornalístico-midiático, tendo, especialmente, o gênero textual notícia para o direcionamento da proposta didática.

Esta etapa do projeto é o momento propício para o professor desafiar, analisar e refletir com os alunos sobre os textos não literários, contextualizando-os e verificando os reais propósitos das notícias jornalísticas. O ideal é que os alunos possam conhecer e dominar esse gênero textual, considerando as suas condições de produção e circulação. É importante instigar os alunos a perceberem a centralidade da notícia no universo jornalístico, conduzindo-os a ler, pesquisar, comparar e estabelecer relação entre os gêneros jornalísticos.

Sistematicamente, o professor, inicialmente, poderá estimular a leitura de alguns textos dessa esfera jornalística-midiática; promover o levantamento de conhecimentos prévios dos alunos sobre o gênero; apresentar o gênero, suas características e o seu contexto de produção; e, em seguida, incentivar a produção de registros escritos sobre o funcionamento e manutenção das comunidades quilombolas. Essa produção deve oportunizar o aluno a autoregulação do comportamento de linguagem, cabendo ao professor a função de realizar a avaliação diagnóstica, a fim de verificar se as capacidades de linguagem dos alunos foram atingidas e/ou ampliadas.

De modo organizado, o professor poderá trabalhar as habilidades dos alunos seguindo algumas atividades: Ação 1 – Explorando os gêneros da esfera jornalística; Ação 2 – Situando o universo das notícias (predominância); Ação 3 – Refletindo sobre o ponto de vista sobre os fatos; Ação 4 – Repensando e



criando diferentes títulos de notícias; Ação 5 – Promovendo o registo escrito de notícias.

Essas ações pedagógicas devem partir da seguinte questão norteadora: *Comunidades Quilombolas: o que são esses lugares?* De forma interdisciplinar, os professores de Geografia e História podem participar ativamente nas discussões sobre o território e as territorialidades quilombolas – solo onde esses indivíduos conseguem anunciar as suas identidades e seus simbolismos histórico-culturais, bem como a respeito do processo de reconhecimento e certificação de suas comunidades. Assim, o aluno poderá estar apto, a partir de assuntos que aconteceram no município ou em seu bairro, elaborar uma notícia impressa, considerando, necessariamente, as suas condições de produção e circulação, decisões quanto ao fato/assunto, estratégias de curadoria de informação e os recursos das diferentes linguagens (verbal, fotos, infográficos, entre outros).

A partir desse contexto, expõe-se, a seguir, as ações pedagógicas que poderão ser desenvolvidas na proposta de atividade II do nosso projeto de letramento, a qual envolve o eixo produção textual:

**Quadro 25:** Proposta didática envolvendo o Eixo Produção Textual e o campo de atuação Jornalístico-midiático

<b>Componente Curricular</b>	Língua Portuguesa
<b>Turma</b>	6º Ano do Ensino Fundamental
<b>Eixo</b>	Produção Textual
<b>Campo de atuação</b>	Jornalístico-midiático
<b>Título</b>	Povos Quilombolas: Registros da história – linguagens e culturas
<b>Problematização</b>	Comunidades Quilombolas: o que são esses lugares?
<b>Práticas Interdisciplinares</b>	Língua Portuguesa, Geografia e História
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover registros escritos sobre os modos de vida e culturas dos povos quilombolas;</li> <li>• Conhecer e dominar gêneros textuais da esfera jornalística-midiática, tais quais a notícia e textos compostos de hiperlinks, considerando as suas condições de produção e circulação;</li> <li>• Estimular a leitura de alguns gêneros textuais da esfera jornalística-midiática;</li> <li>• Compreender o funcionamento e manutenção das comunidades quilombolas;</li> <li>• Entender sobre o processo de reconhecimento e certificação das comunidades;</li> </ul>
<b>Competências DCT</b>	I - Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos

	<p>(inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.</p> <p>II - Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos;</p>
<b>Habilidades DCT</b>	<p>(EF67LP09) Planejar notícia impressa e para circulação em outras mídias (rádio ou TV/ vídeo), tendo em vista as condições de produção, do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha do fato a ser noticiado (de relevância para a turma, escola ou comunidade), do levantamento de dados e informações sobre o fato – que pode envolver entrevistas com envolvidos ou com especialistas, consultas a fontes, análise de documentos, cobertura de eventos etc.–, do registro dessas informações e dados, da escolha de fotos ou imagens a produzir ou a utilizar etc. e a previsão de uma estrutura hipertextual (no caso de publicação em sites ou blogs noticiosos).</p> <p>(EF67LP10) Produzir notícia impressa tendo em vista características do gênero – título ou manchete com verbo no tempo presente, linha fina (opcional), lide, progressão dada pela ordem decrescente de importância dos fatos, uso de 3ª pessoa, de palavras que indicam precisão –, e o estabelecimento adequado de coesão e produzir notícia para TV, rádio e internet, tendo em vista, além das características do gênero, os recursos de mídias disponíveis e o manejo de recursos de captação e edição de áudio e imagem.</p>
<b>Objetos de Conhecimento</b>	<p>Textualização, revisão e reescrita do gênero notícia impressa, tendo em vista: condições de produção, características do gênero notícia impressa, estabelecimento de coesão, adequação à norma-padrão e o uso adequado de ferramentas de edição.</p>
<b>Desenvolvimento:</b>	<p><b>Etapa 1</b> - levantamento de notícias locais sobre história e cultura dos povos quilombolas;</p> <p><b>Etapa 2</b> – discussão prévia sobre o funcionamento e manutenção das comunidades quilombolas, bem como sobre os processos de reconhecimento e certificação das comunidades;</p> <p><b>Etapa 3</b> – momento da leitura;</p> <p><b>Etapa 4</b> – interpretação do texto abordado;</p> <p><b>Etapa 5</b> – identificação e análise das marcas linguísticas e culturais dos povos quilombolas no texto estudado;</p> <p><b>Etapa 6</b> – identificação dos nomes das comunidades e os nomes de lugares dispostos no gênero jornalístico;</p> <p><b>Etapa 7</b> – conhecer a história e as (possíveis) motivações para a nomeação dos nomes das comunidades e dos nomes lugares dispostos no gênero jornalístico;</p> <p><b>Etapa 8</b> – estudo final do gênero notícia;</p> <p><b>Etapa 9</b> – Produção textual de notícias, considerando a história dos nomes e suas possíveis motivações;</p> <p><b>Etapa 10</b> – sugestão de vídeos, sites e materiais de pesquisa.</p>
<b>Avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• avaliação de forma contínua e progressiva;</li> <li>• avaliação não somativa;</li> <li>• avaliação individual e coletiva da ação.</li> </ul>

<b>Culminância</b>	A ação final deverá culminar na exposição de notícias orais e escritas sobre os povos quilombolas, sua cultura e como se relacionam com o lugar, território, ambiente e paisagem.
--------------------	---

Fonte: do autor (2022)

As ações pedagógicas que englobam este módulo, de forma simplificada, encontram-se apresentadas no esquema a seguir:

**Figura 17:** Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Produção Textual e o campo de atuação Jornalístico-midiático do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)

Segundo a BNCC (2018), a terceira etapa do projeto, que consiste na articulação de ações que promovam eixo da Análise Linguística/Semiótica, deve envolver os alunos nos conhecimentos

[...] sobre a língua, a norma-padrão e as outras semioses, que se desenvolvem transversalmente aos dois eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica – e que envolve análise textual, gramatical, lexical, fonológica e das materialidades das outras semioses” (BRASIL, 2018, p. 80).

Trata-se, pois, do envolvimento dos alunos com “os procedimentos e estratégias de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e

de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido” (TOCANTINS, 2019, p. 24). Por isso, as atividades de Análise Linguística do projeto, que engendram o fenômeno textual, necessariamente, não devem contemplar, portanto, apenas aspectos formais da língua (gramaticais e ortográficos), mas sim relações complexas de textualidade, enquanto competência inerente ao sujeito em suas relações sociais. Nesse caso, como propõe Geraldi (1984), sugere-se que o professor possa trabalhar com a língua não se restringindo ao ensino da gramática, mas envolvendo a leitura, a produção e a reescrita de textos, por meio de um trabalho de reflexão sobre os recursos linguísticos.

Visualizamos, assim, que o eixo da análise linguística do projeto não deve se constituir como uma atividade à parte, mas sim, que ele tenha como intenção melhorar as capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos dos alunos, como já apontava os PCNs de Língua Portuguesa (1998). Esta proposta direciona-se, de modo direto e indireto, à análise linguística como eixo didático, prezando pela textualidade (leitura e produção) e normatividade. E, nesse caso, acreditamos que essa relação pode ser posta em prática durante ou em continuidade aos momentos da produção de textos, como salientam Morais e Silva (2007).

Durante o momento inicial de escrita textual, o professor poderá realizar reflexões diversas sobre o uso de conhecimentos linguísticos, como pontuação, paragrafação, coesão, concordância, entre outros, os quais o docente poderá ir desenvolvendo com os alunos durante a escrita de um texto. Nessas ocasiões, o professor poderá estar colaborando, na realidade, “na reflexão durante o processo de produção mesmo do texto (geração e seleção de ideias, registro e revisão em processo)” (MORAIS; SILVA, 2007, p. 140).

[...] essas reflexões podem acontecer tanto quando os alunos estão desenvolvendo a atividade autonomamente, com a orientação do docente (produção individual, em pares ou em pequenos grupos) como quando o adulto atua, mediando esse processo (produção coletiva). No primeiro caso, tem-se a chance de realizar intervenções mais pontuais, de modo a atender às necessidades individuais dos alunos. No segundo, pode-se refletir com a turma toda sobre determinadas questões consideradas centrais no desenvolvimento da competência comunicativa (MORAIS; SILVA, 2007, p. 140-141).

Quanto à linguagem verbal oral e escrita, o professor poderá trabalhar as formas de composição dos textos (coesão, coerência e organização da progressão temática). No caso de textos orais, o docente poderá trabalhar com os elementos próprios da fala (ritmo, altura, intensidade), assim como os elementos paralinguísticos e cinésicos (postura, expressão facial, gestualidade etc.). Quanto ao estilo, o professor poderá levar em conta as escolhas lexicais dos alunos, trabalhando a variedade linguística e alguns mecanismos sintáticos e morfológicos, de acordo com a situação de produção, a forma e o estilo de gênero. E se escolher textos multissemióticos, o professor poderá se dedicar as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que os integram, tais como plano/ângulo/lado, figura/fundo, profundidade e foco, cor e intensidade nas imagens visuais estáticas, crescendo, nas imagens dinâmicas e performances, as características de montagem, ritmo, tipo de movimento, etc. (TOCANTINS, 2019).

A proposta deste eixo parte da seguinte questão: *o que o nome do lugar pode revelar sobre a cultura e identidade dos povos quilombolas?*, cujo objeto de conhecimento abordado é o processo de formação das palavras: Palavras derivadas por acréscimo de afixos e palavras compostas. Nessa perspectiva, o professor poderá explorar suas atividades a partir dos seguintes objetivos: promover pesquisas bibliográficas e de campo (se possível) sobre a língua, toponímia e cultura dos povos quilombolas da região; reconhecer em textos de diferentes gêneros as variedades da língua falada, o conceito de norma padrão e o de preconceito linguístico; explorar aspectos morfossintáticos relativos aos nomes das comunidades quilombolas, a partir da estrutura e formação do topônimo; promover a análise semântica de topônimos, a partir do seu significado, de modo que este possa evidenciado como um signo linguístico motivado; fomentar análises etimológicas dos nomes de comunidades, no intuito de conhecer o topônimo, a origem do nome, a história e seus significados.

A partir dessas indicações, detalhamos, no quadro a seguir, as ações da proposta III do nosso projeto de letramento, no propósito de facilitar o entendimento sobre seus objetivos, suas práticas interdisciplinares, seus objetos de conhecimentos e modos de avaliação.

**Quadro 26:** Proposta didática envolvendo o Eixo Análise Linguística e o campo de atuação Práticas de estudos e pesquisa

<b>Componente Curricular</b>	Língua Portuguesa
<b>Turma</b>	6º Ano do Ensino Fundamental
<b>Eixo</b>	Análise Linguística
<b>Campo de atuação</b>	Práticas de estudos e pesquisa
<b>Título</b>	O lugar quilombola: língua, toponímia e cultura
<b>Problematização</b>	O que o nome do lugar pode revelar sobre a cultura e identidade dos povos quilombolas?
<b>Práticas Interdisciplinares</b>	Língua Portuguesa, Geografia e História
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover pesquisas bibliográficas e de campo (se possível) sobre a língua, toponímia e cultura dos povos quilombolas da região;</li> <li>• Analisar diferentes formas de registro da língua portuguesa, por meio de textos sobre os povos quilombolas;</li> <li>• Reconhecer em textos de diferentes gêneros as variedades da língua falada, o conceito de norma padrão e o de preconceito linguístico;</li> <li>• Explorar aspectos morfossintáticos relativos aos nomes das comunidades quilombolas, a partir da estrutura e formação do topônimo;</li> <li>• Promover a análise semântica de topônimos, a partir do seu significado, de modo que este possa evidenciado como um signo linguístico motivado.</li> <li>• Fomentar análises etimológicas dos nomes de comunidades, no intuito de conhecer o topônimo, a origem do nome, a história e seus significados.</li> <li>• Compreender sobre a cultura e identidade dos povos quilombolas;</li> <li>• Entender sobre o processo de titulação das terras das comunidades;</li> </ul>
<b>Competências DCT</b>	Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
<b>Habilidades DCT</b>	(EF67LP35) Distinguir palavras derivadas por acréscimo de afixos e palavras compostas.
<b>Objeto de Conhecimento</b>	Palavras derivadas por acréscimo de afixos e palavras compostas.
<b>Desenvolvimento:</b>	<p><b>Etapa 1</b> - levantamento de textos locais sobre a identidade e a titulação das terras dos povos dos povos quilombolas;</p> <p><b>Etapa 2</b> – discussão prévia sobre o processo de titulação das terras quilombolas;</p> <p><b>Etapa 3</b> – momento da leitura;</p> <p><b>Etapa 4</b> – interpretação do texto abordado;</p> <p><b>Etapa 5</b> – identificação e análise das marcas linguísticas e culturais dos povos quilombolas no texto estudado;</p> <p><b>Etapa 6</b> – identificação dos nomes das comunidades e os nomes de lugares dispostos no texto escolhido;</p> <p><b>Etapa 7</b> – conhecer a história e as (possíveis) motivações para a nomeação dos nomes das comunidades e nomes de lugares dispostos no texto;</p> <p><b>Etapa 8</b> – Reconhecer e identificar os processos de formação dos nomes das comunidades e/ou os nomes de lugares dispostos no gênero literário;</p> <p><b>Etapa 9</b> – estudo final sobre o processo de formação de palavras;</p>

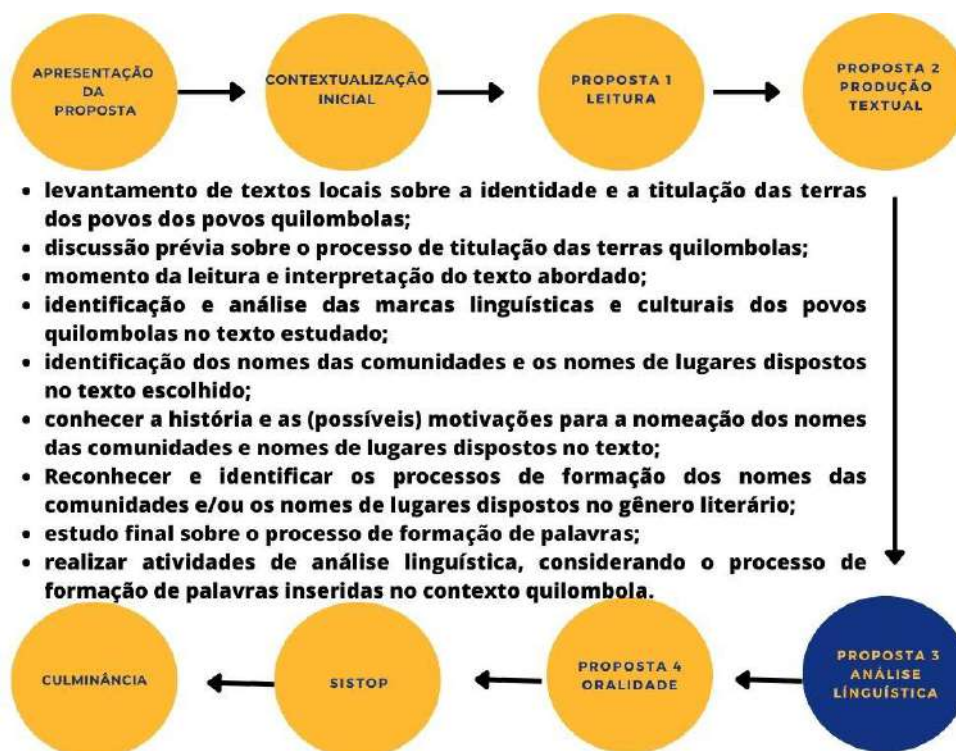


	<b>Etapa 10</b> – realizar atividades de análise linguística, considerando o processo de formação de palavras inseridas no contexto quilombola.
	<b>Etapa 11</b> – sugestão de vídeos, sites e materiais de pesquisa.
<b>Avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• avaliação de forma contínua e progressiva;</li> <li>• avaliação não somativa;</li> <li>• avaliação coletiva da ação.</li> </ul>
<b>Culminância</b>	A ação final deverá culminar na execução de atividades que promovam a reflexão sobre o processo de formação dos topônimos encontrados no texto discutido.

Fonte: do autor (2022)

Ilustramos, a seguir, de modo condensado, as principais ações pedagógicas que englobam esse eixo da análise linguística:

**Figura 18:** Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Análise Linguística e o campo de atuação Práticas de estudos e pesquisa



Fonte: do autor (2022)

O eixo oralidade, no projeto, reserva-se ao desenvolvimento de ações pedagógicas que promovam práticas de linguagem que ocorrem em situação oral, com ou sem contato face a face. Sugere o DCT (2019, p. 23) que, dentro desta perspectiva, o professor poderá envolver os alunos na “a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes



campos de atuação”. O foco, portanto, desta etapa deve ser, conforme propõe a BNCC (2018), o aprofundamento do “conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais” (BRASIL, 2018, p. 89). E essas práticas de produções orais, segundo o DCT (2019, p. 25), compreendem:

- a) Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana;
- b) Compreensão de textos orais;
- c) Produção de textos orais;
- d) Compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos;
- e) Relação entre fala e escrita.

Com a mesma intencionalidade dos outros eixos, o trabalho do professor, em relação ao uso da oralidade, deve ser planejado, organizado e sistematizado, para que as capacidades dos alunos de expor, argumentar, explicar, narrar, além de escutar atentamente e opinar sejam aguçadas e ampliadas. Menciona o DCT (2019, p. 25) que a oralidade deve relacionar-se com os usos reais da língua, proporcionando “o domínio da norma linguística de prestígio social, sem, com isso, estigmatizar a variedade linguística, oportunizando aos estudantes apropriarem-se dos recursos necessários para o desenvolvimento da competência comunicativa”.

É recomendável fomentar reflexões sobre as especificidades dos aspectos formais e funcionais da oralidade, mostrando que os textos orais e escritos se distinguem. O professor, nesse caminho, poderá discutir essas diferenças por meio de reflexões e discussões acerca da grande variedade de gêneros orais, observando as suas funções sociais.

Este eixo deve ser direcionado pela seguinte problemática: *podemos identificar aspectos toponímicos em poesias, narrativas, contos, crônicas ou manifestações literárias dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins?* Diretamente, a ideia é que os alunos possam realizar reflexões sobre os modos orais utilizados pelos povos quilombolas, quanto às suas manifestações culturais e identitárias. Assim, sugere-se que os alunos realizem a leitura em voz alta de textos literários diversos da literatura quilombola tocantinense e/ou participem (se possível) da contação de histórias da tradição quilombola.

O proposto é alcançar uma leitura expressiva do que se lê. Convém considerar que a leitura em voz alta colabora para o desenvolvimento da fluência leitora, na medida que, para alcançar a expressividade desejada, os estudantes terão que ler os textos muitas vezes, trabalhando, por exemplo, a entonação, o ritmo, as ênfases que devem dar a certos trechos. Esse exercício contribui para automatizar o processo de identificação de palavras. Mas, para que essa prática de leitura seja significativa, que tenha um fim: a escuta atenta deve ser considerada em determinado contexto (TOCANTINS, 2019, p. 149).

A proposta desse eixo é que professor possa, de algum modo, atingir os seguintes objetivos: trabalhar a oralidade do aluno, incentivando o respeito aos turnos de fala, na participação em conversações e em discussões ou atividades coletivas; ler em voz alta textos selecionados pelo professor; contar/recontar histórias tanto da tradição oral, quanto da tradição literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente; identificar as informações principais de apresentações orais, tendo em vista o apoio ao estudo; e analisar textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos.

Apresentamos, no quadro a seguir, as ações detalhadas da proposta 4 do projeto de letramento, que envolvem práticas de linguagem que ocorrem em situações orais:

**Quadro 27:** Proposta didática envolvendo o Eixo Oralidade e o campo de atuação designado Atuação na vida pública

<b>Componente Curricular</b>	Língua Portuguesa
<b>Turma</b>	6º Ano do Ensino Fundamental
<b>Eixo</b>	Oralidade
<b>Campo de atuação</b>	Atuação na vida pública
<b>Título</b>	Falando dos povos quilombolas: a riqueza do lugar
<b>Problematização</b>	Como os aspectos toponímicos estão imbuídos nas poesias, nas narrativas, nos contos, nas crônicas ou manifestações literárias dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins?
<b>Práticas Interdisciplinares</b>	Língua Portuguesa e Literatura
<b>Objetivos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar a oralidade do aluno, incentivando o respeito aos turnos de fala, na participação em conversações e em discussões ou atividades coletivas;</li> <li>• Ler em voz alta textos selecionados pelo professor;</li> <li>• Contar/recontar histórias tanto da tradição oral, quanto da tradição literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente;</li> <li>• Identificar as informações principais de apresentações orais, tendo em vista o apoio ao estudo;</li> <li>• Analisar textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos;</li> </ul>

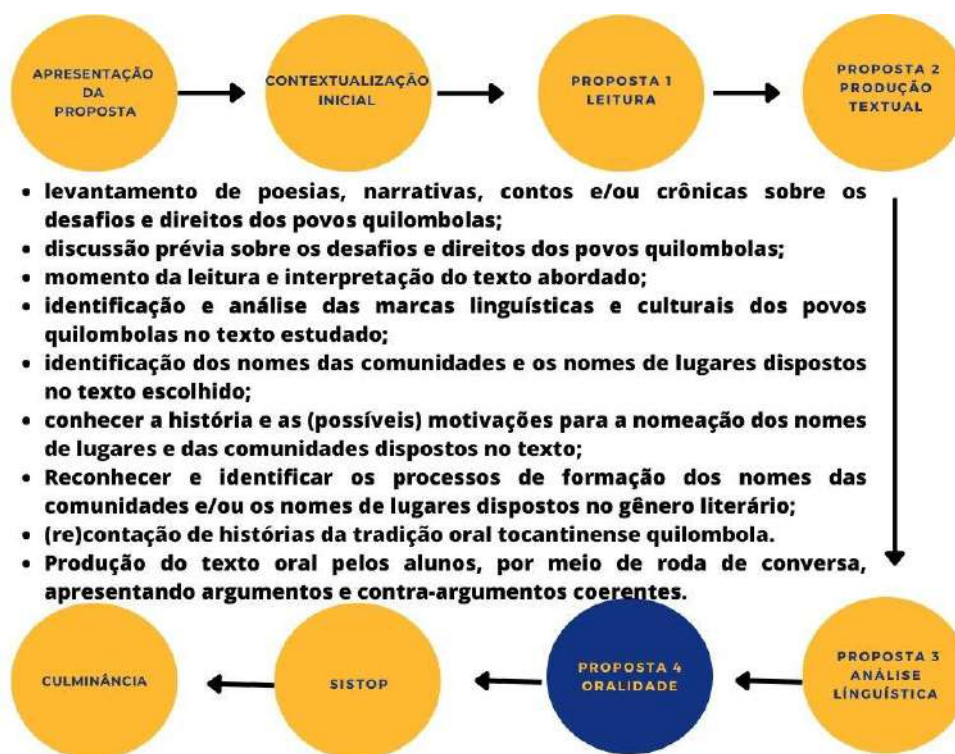
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir sobre os desafios e direitos dos povos quilombolas;</li> <li>• Refletir sobre as riquezas culturais das comunidades quilombolas.</li> </ul>
<b>Competências DCT</b>	<p>I - Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero do discurso/gênero textual;</p> <p>II - Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.</p>
<b>Habilidades DCT</b>	<p>(EF69LP53) Ler em voz alta textos literários diversos – como contos de amor, de humor, de suspense, de terror; crônicas líricas, humorísticas, críticas; bem como leituras orais capituladas (compartilhadas ou não com o professor) de livros de maior extensão, como romances, narrativas de enigma, narrativas de aventura, literatura infanto-juvenil, – contar/recontar histórias tanto da tradição oral (causos, contos de esperteza, contos de animais, contos de amor, contos de encantamento, piadas, dentre outros) quanto da tradição literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente, que respeite o ritmo, as pausas, as hesitações, a entonação indicados tanto pela pontuação quanto por outros recursos gráfico-editoriais, como negritos, itálicos, caixa-alta, ilustrações etc., gravando essa leitura ou esse conto/reconto, seja para análise posterior, seja para produção de audiobooks de textos literários diversos ou de podcasts de leituras dramáticas com ou sem efeitos especiais e ler e/ou declamar poemas diversos, tanto de forma livre quanto de forma fixa (como quadras, sonetos, liras, haicais etc.), empregando os recursos linguísticos, paralinguísticos e cinésicos necessários aos efeitos de sentido pretendidos, como o ritmo e a entonação, o emprego de pausas e prolongamentos, o tom e o timbre vocais, bem como eventuais recursos de gestualidade e pantomima que convenham ao gênero poético e à situação de compartilhamento em questão.</p>
<b>Objetos de Conhecimento</b>	<p>Leitura em voz alta de textos literários diversos da literatura tocantinense.</p> <p>Contação de histórias da tradição oral tocantinense <i>quilombola (grifo nosso)</i>.</p>
<b>Desenvolvimento:</b>	<p><b>Etapa 1</b> - levantamento de poesias, narrativas, contos e/ou crônicas sobre os desafios e direitos dos povos quilombolas;</p> <p><b>Etapa 2</b> – discussão prévia sobre os desafios e direitos dos povos quilombolas;</p> <p><b>Etapa 3</b> – momento da leitura;</p> <p><b>Etapa 4</b> – interpretação do texto abordado;</p> <p><b>Etapa 5</b> – identificação e análise das marcas linguísticas e culturais dos povos quilombolas no texto estudado;</p> <p><b>Etapa 6</b> – identificação dos nomes das comunidades e os nomes de lugares dispostos no texto escolhido;</p> <p><b>Etapa 7</b> – conhecer a história e as (possíveis) motivações para a nomeação dos nomes de lugares e das comunidades dispostos no texto;</p> <p><b>Etapa 8</b> – Reconhecer e identificar os processos de formação dos nomes das comunidades e/ou os nomes de lugares dispostos no gênero literário;</p> <p><b>Etapa 9</b> – (re)contação de histórias da tradição oral tocantinense quilombola.</p>

	<b>Etapa 10</b> – Produção do texto oral pelos alunos, por meio de roda de conversa, apresentando argumentos e contra-argumentos coerentes.
<b>Avaliação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• avaliação de forma contínua e progressiva;</li> <li>• avaliação não somativa;</li> <li>• avaliação coletiva da ação.</li> </ul>
<b>Culminância</b>	A ação final deverá culminar na execução de atividades que promovam o exercício de modalização e argumentatividade dos alunos.

Fonte: do autor (2022)

Esboçamos, a seguir, de modo esquematizado, as principais ações pedagógicas que englobam o eixo oralidade:

**Figura 19:** Síntese da Proposta didática envolvendo o Eixo Oralidade e campo de atuação designado Atuação na vida pública



Fonte: do autor (2022)

Dentro das etapas que compreendem o Projeto de Letramento Interdisciplinar, o Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP) é apresentado como um recurso pedagógico complementar e auxiliar que o professor poderá fazer uso em suas ações pedagógicas, visando à ampliação do conhecimento da toponímia quilombola tocantinense. Apresentamos, detalhadamente, no subitem posterior, mais informações sobre esse banco de dados pedagógico.

Nesse software toponímico, o professor e o aluno poderão acessar, na Aba Comunidades Remanescentes, no menu Comunidades Quilombolas, informações toponímicas e adicionais das comunidades reconhecidas e certificadas do estado do Tocantins, conforme seu interesse de pesquisa, podendo consultar dados linguísticos, etimológicos e geo-históricos de diversos topônimos, acessar fotos e mapas, gerar relatórios e pesquisar sobre as curiosidades das comunidades remanescentes do Estado.

Detalhamos, no esquema a seguir, as principais ações pedagógicas que englobam essa proposta didática complementar:

**Figura 20:** Síntese da Proposta didática complementar do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)

Por fim, a última etapa direciona-se as possíveis ações pedagógicas de culminância do projeto de letramento interdisciplinar, as quais poderão desencadear as seguintes atividades: a) produção de murais com informações toponímicas; b) elaboração de textos sobre os nomes de lugares, registrados nos gêneros textuais, como, memória literária, artigo de opinião, relato pessoal, resenha crítica, texto argumentativo, entres outros; c) análise linguísticas, por

exemplo, lexicais, morfológicas e etimológicas; d) produção de painéis com fotos e imagens a respeito dos topônimos estudados; e) produção de fichas lexicográfico-toponímicas; f) elaboração de questionários sobre o lugar em que os alunos vivem e experienciam; g) produção de vídeos temáticos sobre a realidade toponímica local; h) elaboração de diários de campos; i) exposições orais e/ou debates interdisciplinares e intercâmbio entre classe, entre outras.

Não é o foco desse projeto limitar ou engessar as ações pedagógicas do professor, busca-se, aqui, propor sugestões didáticas que possam ampliar suas ações, conforme sua realidade, e, por isso, estará a seu critério escolher a melhor atividade para a culminância desse projeto onomástico-toponímico, centrado na realidade dos povos quilombolas.

Esquematizamos, a seguir, as possíveis ações desta etapa final do projeto de letramento interdisciplinar:

**Figura 21:** Síntese da etapa final designada de Culminância do Projeto de Letramento Interdisciplinar



Fonte: do autor (2022)

A opção pelo trabalho com projeto de letramento interdisciplinar poderá possibilitar um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade, permitirá, também, a



partir de temas e recortes possíveis, um olhar que rompa com a chamada “representação única da realidade”. A ideia é que, de algum modo, os conteúdos deixem de ser o foco principal dos processos e os procedimentos, habilidades e competências passem a também ser considerados, a fim de compor a formação ampla e integral do aluno.

A função do projeto de letramento, aqui apresentado, é compartilhar com o professor propostas conceituais, comportamentais e valorativas focadas no estudo dos nomes de lugares a partir do que preconiza as opções didática-metodológicas subsidiadas pela BNCC e, especialmente, pelo Documento Curricular do Tocantins (DCT). E, nesse sentido, o professor deve, por essa razão, considerar que os objetos de conhecimentos, problemáticas e saberes, expostos nas ações do projeto, poderão propiciar uma base segura para suas ações juntos aos alunos.

As ações do projeto poderão ser organizadas conforme as necessidades de cada contexto escolar e as especificidades regionais. Apresentamos uma diversidade de propostas e modos de realizá-las, as quais põem em voga os eixos leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística. Há ações pontuais e atividades mais extensas, que podem ser feitas individualmente e em grupos, e, além disso, contemplam propostas escritas, orais e práticas de uso e reflexão da língua, considerando que o projeto preza pela formação global dos alunos. E, nesse contexto, cabe ao professor avaliar e adotar o que convém a sua realidade e prática pedagógica.

O projeto apresenta uma escolha pela abordagem interdisciplinar no tratamento de seus objetos de conhecimentos, competências e habilidades, o que significa que suas ações pressupõem o diálogo entre componentes e o trânsito de saberes entre eles, para que o aluno não absorva os conhecimentos de maneira setORIZADA.

A adoção de uma metodologia que preze por atender este projeto de letramento deverá contar com a disponibilidade do professor em transformar práticas corriqueiras de sala de aula, como uma ação isolada. Isso significa que será o professor necessitará, de algum modo, modificar o modo como trabalha. Ou seja, o professor deverá sentir uma real necessidade de abordar os conteúdos de uma forma compartilhada com outros componentes; e propiciar



aos alunos formas de conhecimentos e construção de saberes que não se limitam a um único componente. A nossa sugestão é que exista, sobretudo, um intercâmbio disciplinar entre os componentes de Língua Portuguesa, Geografia e História.

A interdisciplinaridade no projeto, no tratamento da diversidade temática que envolve a toponímia quilombola, tem grande relevância e não deverá ser levada em conta apenas pelo viés dos conteúdos específicos das sequências pedagógicas, já que “a interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação” (FAZENDA, 2011, p. 80). Portanto, o fazer interdisciplinar no projeto deverá estar relacionada aos sujeitos, suas interações sociais e sua vida, para somente, assim, legitimar suas ações.

Sugere-se, assim, que o professor considere a interdisciplinaridade como atitude, ousadia da busca, da pesquisa, num exercício do pensar, trocar, dialogar com outras disciplinas. Assim, mesmo que suas ações didático-pedagógicas se direcionem, em especial, ao componente curricular de Língua Portuguesa, a ideia é que diálogos interdisciplinares sejam promovidos, no propósito de aprofundar os saberes envolvidos em cada proposta didática.

### **5.5.2 SISTOP: um software toponímico pedagógico**

O SISTOP, a priori, surgiu da ideia da criação de um banco de dados para a catalogação dos topônimos e o acesso das 139 fichas lexicográfico-toponímica do estado do Tocantins, cujas propostas de pesquisas toponímicas estavam voltadas ao levantamento, à descrição e à análise dos topônimos nos mapas dos municípios digitalizados (em escalas topográficas de 1:100.000) da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados dessas pesquisas eram, inicialmente, registrados e disponibilizados para acesso em documentos do Word e planilhas do Excel, gerados a partir das atividades dos bolsistas de iniciação científica. E à medida que os *corporas* foram aumentando a cada levantamento, esses formatos do *Microsoft Office* dificultavam a apreensão, disposição e sistematização das informações.

A proposta de elaboração e desenvolvimento do SISTOP passou por várias fases e momentos<sup>88</sup>. Nascimento (2017) explicita que, no primeiro momento, o objetivo era suprir essa complexidade manual dos registros e a dificuldade de acesso às informações toponímicas do estado do Tocantins.

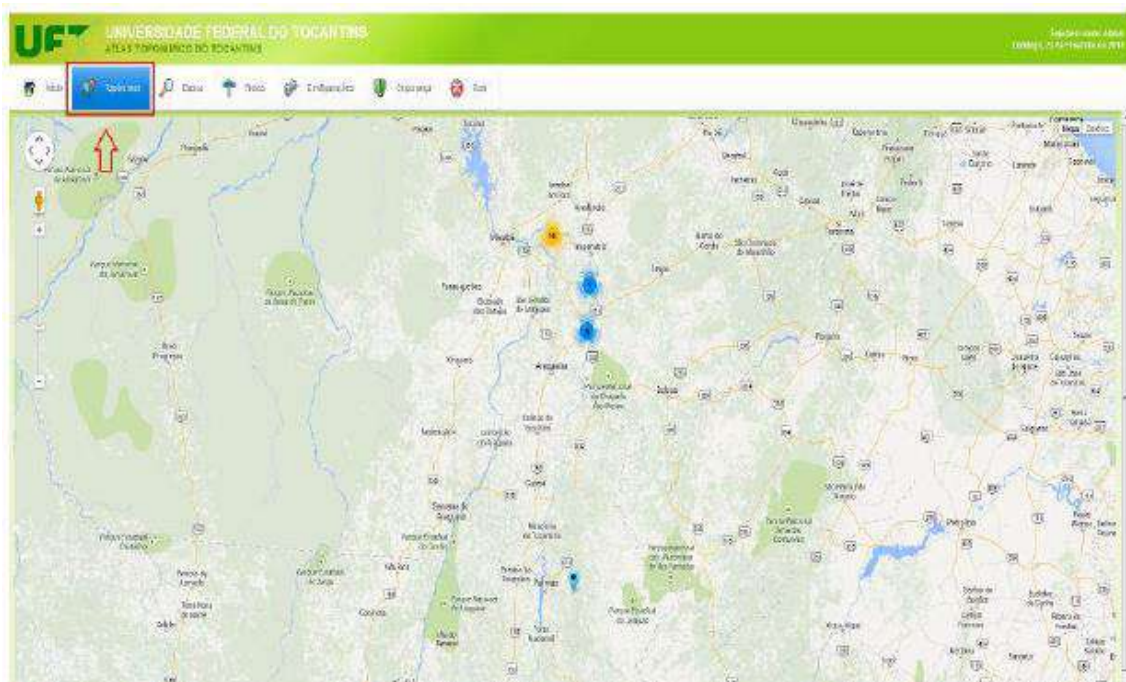
**Figura 22:** Ilustração da 1ª etapa do SISTOP

Fonte: Nascimento (2017)

Em 2014, surgiu a necessidade de aprimorar o primeiro protótipo de software, no sentido de oferecer ao usuário (pesquisador) um mapeamento mais abrangente da realidade toponímica do Tocantins, por meio dos macros e microtopônimos do estado. A intenção era, a partir do primeiro modelo de software, criar um banco de dados que oportunizasse o acesso aos diversos tipos de dados, como além da localização de topônimos por micro ou macrorregião, índices de topônimos por natureza física ou antropocultural, históricos e motivações, estudo sobre as entradas lexicais e estudos morfológicos e léxico-semânticos.

<sup>88</sup> A dissertação de Mestrado, intitulada PROPOSTA PRELIMINAR DE UM SOFTWARE TOPONÍMICO: UM ESTUDO DE CASO SOB A ÓTICA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, do pesquisador Rodrigo Vieira do Nascimento, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da atual Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), e a Tese de Doutorado, intitulada ESTUDO HIDRÔNÍMICO DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS: SOFTWARE TOPONÍMICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, da pesquisadora Verônica Ramalho Nunes, dispõem de maiores informações sobre as fases do SISTOP.

**Figura 23:** Ilustração da 2ª etapa do SISTOP

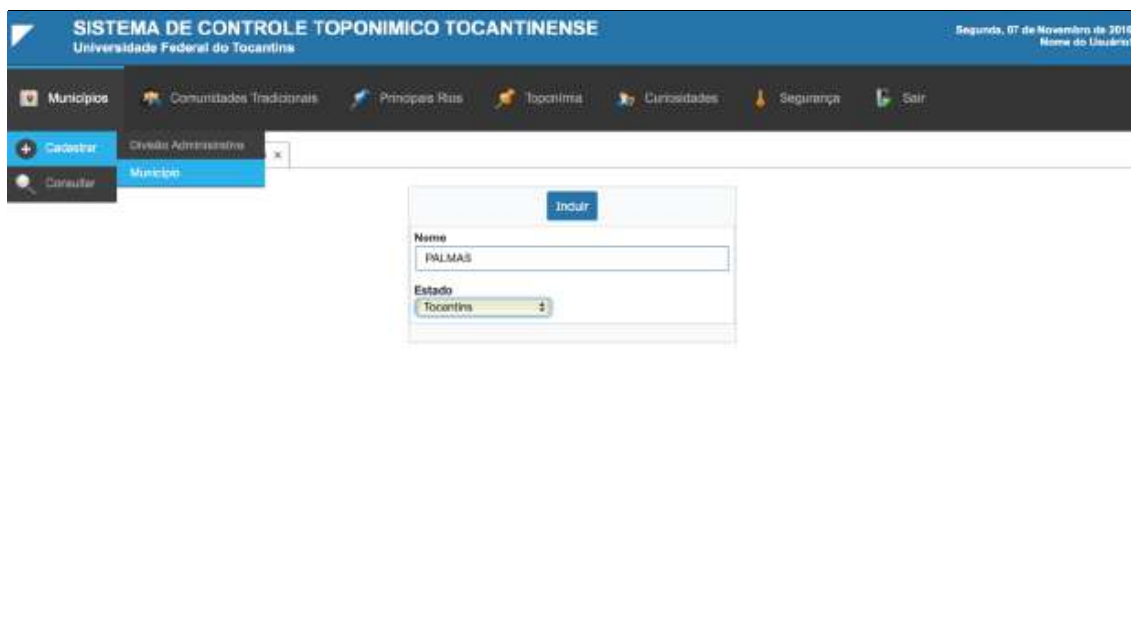


Fonte: Nascimento (2017)

A partir do sistema Mapa Toponímico do Tocantins<sup>89</sup>, elaborado na segunda fase citada, o grupo de pesquisa do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) percebeu a possibilidade de utilizar o banco de dados toponímico na esfera educacional. Então, num terceiro momento, surgiu a ideia da produção e, a longo prazo, a implementação de um software toponímico no contexto do ensino público. Com a aprovação do CNPq, o projeto *Software toponímico como inovação pedagógica: um estudo sob a ótica de professores de Geografia do Ensino Fundamental* (Edital Universal 2012; 2015; 2017) possibilitou ao grupo de pesquisa ATT dar continuidade à ideia de um protótipo de software voltado ao ensino. Todavia, o terceiro protótipo, de cunho pedagógico, ficou técnico e limitado, necessitando passar por modificações para melhor atender o contexto escolar.

<sup>89</sup> Na segunda fase, foi implantado o Sistema Mapa Toponímico do Tocantins, com integração da API (Application Programming Interface) do Google Maps™.

**Figura 24:** Ilustração da 3ª etapa do SISTOP



Fonte: Nascimento (2017)

Mantidas as premissas das fases anteriores, a quarta e atual proposta do SISTOP visa o desenvolvimento de um banco de dados toponímico que possa, especialmente, contribuir com as práticas pedagógicas de ensino, as quais possam ser, a partir do topônimo, ressaltadas, por exemplo, particularidades linguísticas, geográficas ou sócio-histórico-culturais. Sua finalidade, portanto, consiste em compreender o topônimo numa perspectiva inovadora e interdisciplinar na Educação Básica. E, para tanto, o grupo tem repensado, reavaliado e considerado, com outros olhares, novas posturas, novos comprometimentos, todas as dimensões do estudo dos nomes de lugares.

Em andamento, o software vem passando por uma reestruturação e atualização para que seja efetivamente apresentado à comunidade escolar<sup>90</sup> (NUNES, 2021). A título de exemplificação e compreensão, apresenta-se, a seguir, algumas telas (em construção) dessa fase de desenvolvimento do Sistema.

<sup>90</sup> O software pode ser acessado por meio do link: <http://fabricadesoftware.uft.edu.br/sistemas/sistop/>.



**Figura 25:** Tela da página inicial do SISTOP



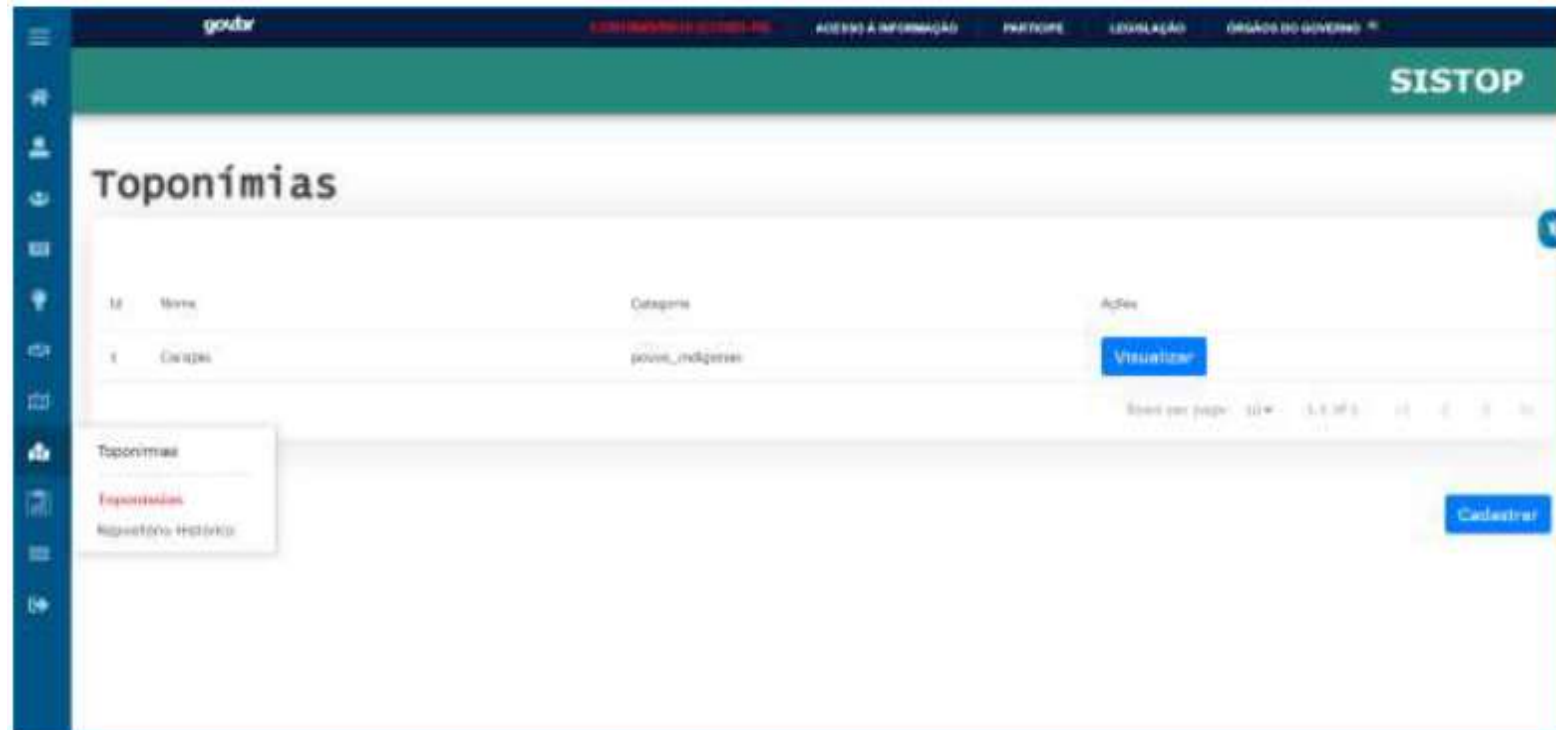
Fonte: (NUNES, 2021)

Figura 26: Tela do SISTOP- Home



Fonte: (NUNES, 2021)

Na tela Home – apresentação, Nunes (2021) explicita que todos os usuários terão acesso às informações principais para navegarem e acessarem as abas do Sistema.

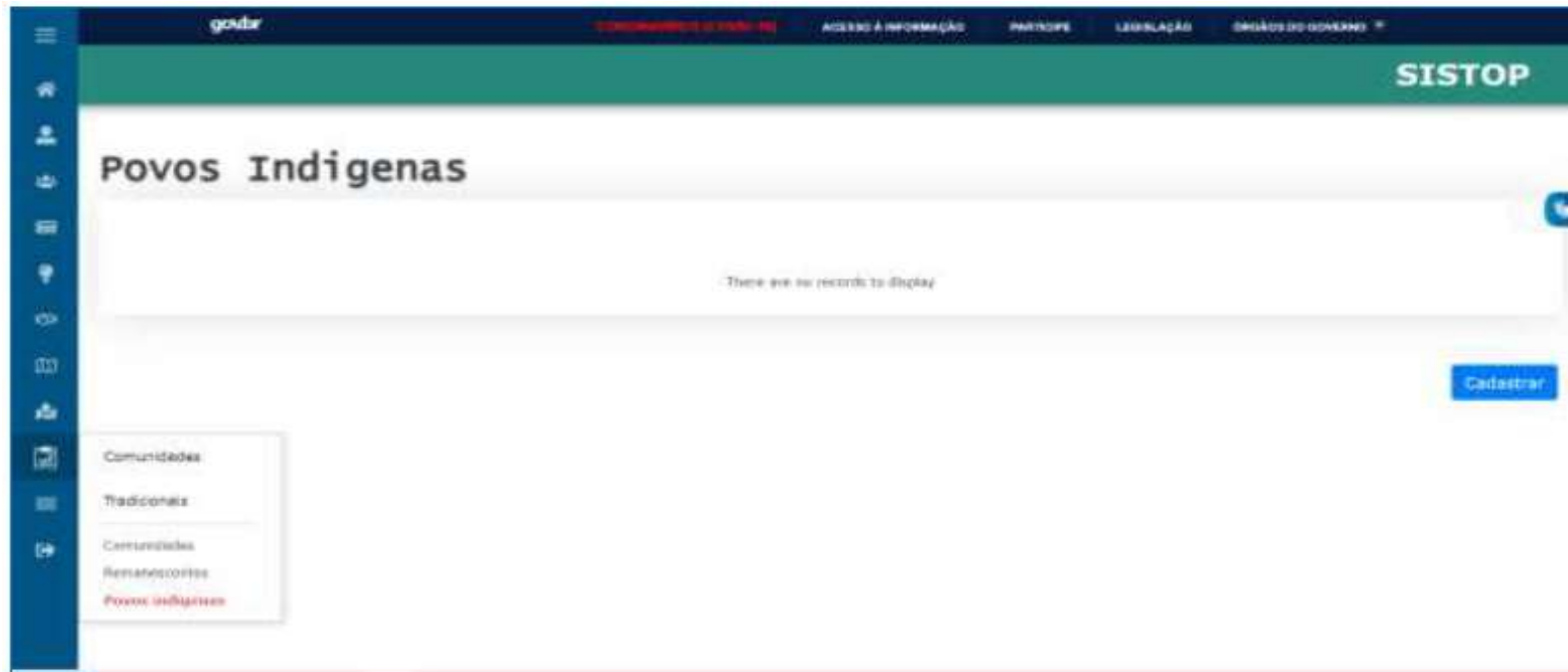
**Figura 27:** Tela do SISTOP - Toponímia Histórica

Fonte: (NUNES, 2021)

Nesta aba, Nunes (2021) nos mostra que serão disponibilizadas informações sobre a Toponímia Histórica do estado do Tocantins, de modo que os usuários terão acesso, além das informações dos topônimos, a mapas antigos, relatos de moradores antigos, dentre outras informações, de modo que poderão compreender melhor o processo de formação destes nomes, bem como de sua importância para a história, cultura dos municípios.



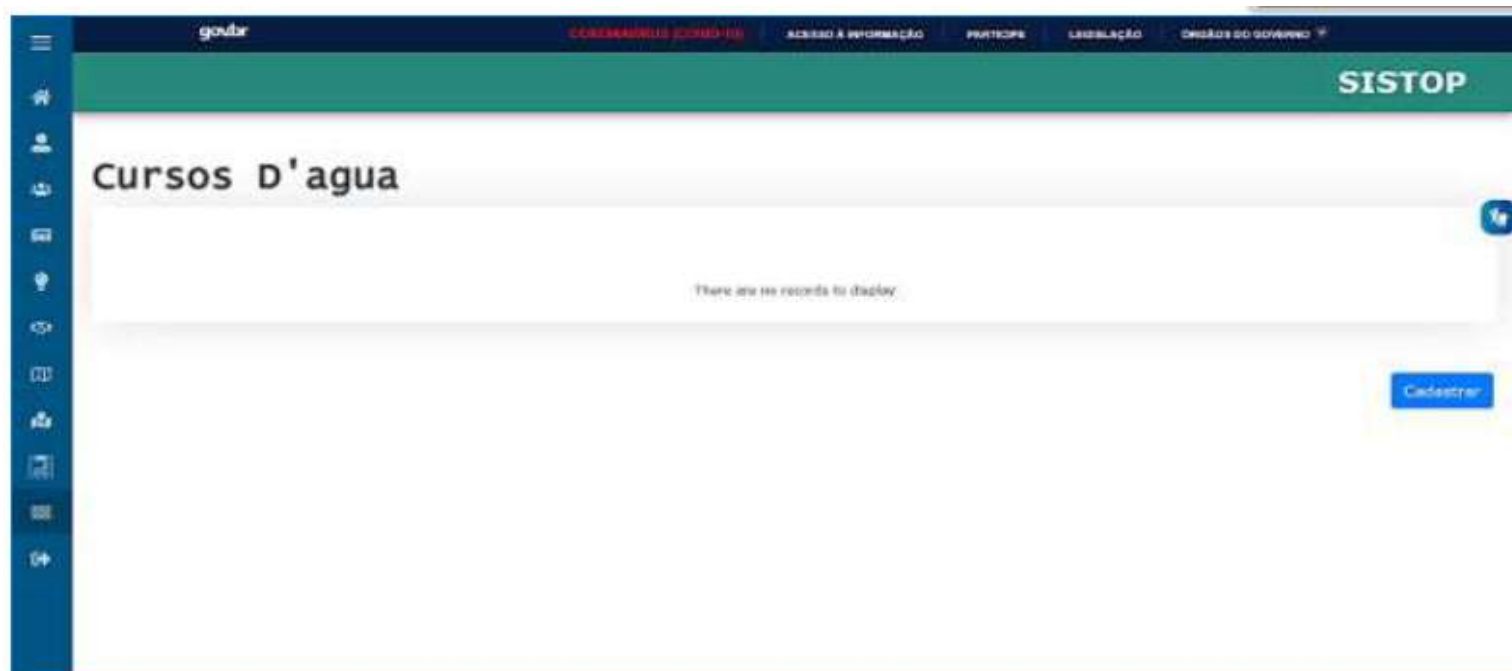
**Figura 28:** Tela do SISTOP – Povos Indígenas



Fonte: (NUNES, 2021)

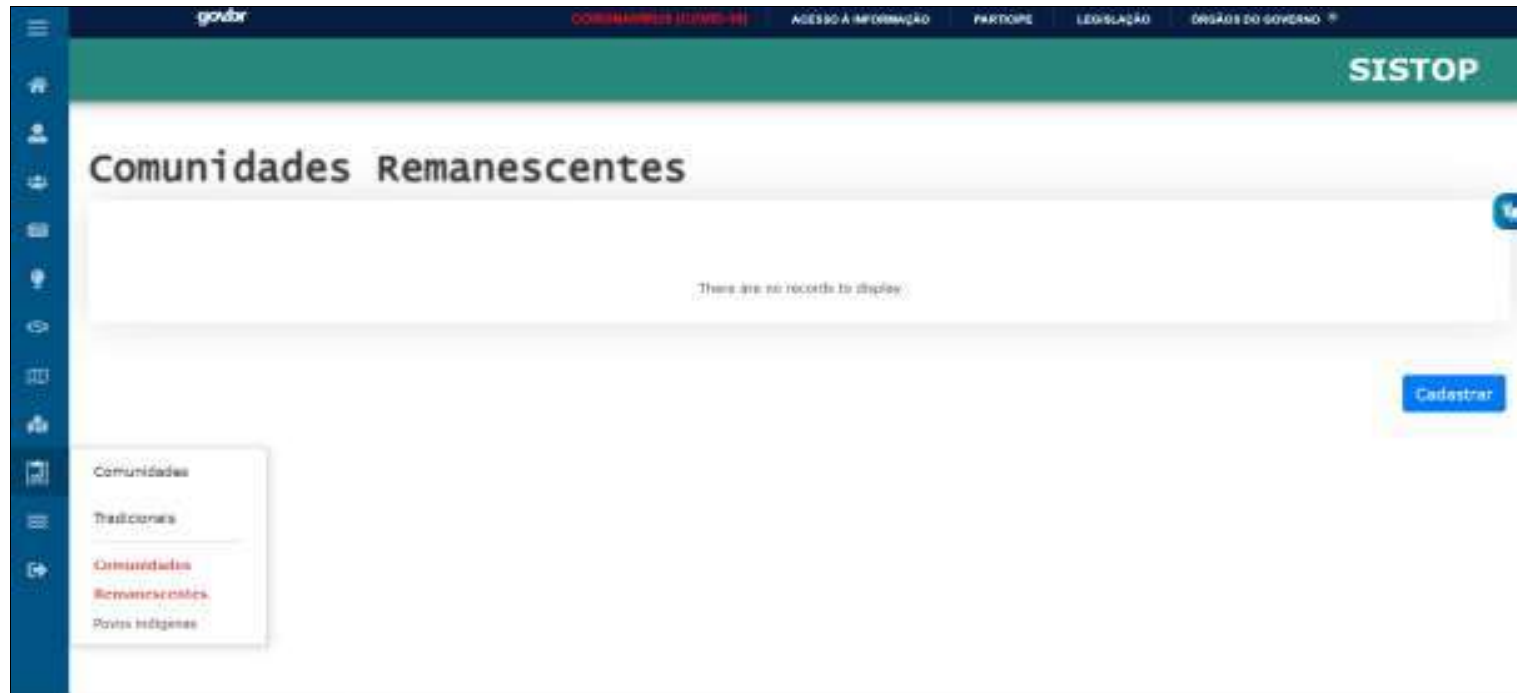
Na aba povos indígenas, Nunes (2021) apresenta que a ideia é disponibilizar diversas informações sobre os povos indígenas do Tocantins: Topônimo; Município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN); Povo indígena; Tronco linguístico; Família linguística; Língua; Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo; Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural; Fontes; Contexto; Referências adicionais; Pesquisador(a); Data da coleta; Imagens de destaque; Arquivo de mídia (link, vídeo, áudio) e outras informações adicionais.

**Figura 29:** Tela do SISTOP – Águas do Tocantins



Fonte: (NUNES, 2021)

Nesta aba do SISTOP, Nunes (2021) revela que os usuários terão acesso as informações sobre a hidronímia do estado, de modo que poderão acessar dados como: Topônimo; Elemento hidrográfico; Município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN); Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo; Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural; Fontes; Contexto; Referências adicionais; Pesquisador(a); Data da coleta; Imagens de destaque; Arquivo de mídia (link, vídeo, áudio) e outras informações adicionais.

**Figura 30:** Tela do SISTOP - Comunidades Remanescentes

Fonte: (NUNES, 2021)

Na aba comunidades remanescentes, serão disponibilizados os dados: Topônimo; Município; Região Administrativa do Estado (SEPLAN); Link do município do IBGE Cidades; WKT (código); Fonte do dado geográfico; Data da Certificação pela FCP; Taxonomia; Forma variante; Entrada Lexical; Estrutura do topônimo; Estrutura morfo-lexical; Etimologia/origem; Formação sócio-histórica e cultural; Fontes; Contexto; Referências adicionais; Pesquisador(a); Data da coleta; Imagens de destaque; Arquivo de mídia, dentre outras informações adicionais (NUNES, 2021).

Dentro do projeto de letramento interdisciplinar, o SISTOP deverá ser visualizado como um recurso pedagógico auxiliar. A ideia é que o professor e o aluno possam acessar, na Aba Comunidades Remanescentes, no menu Comunidades Quilombolas, informações toponímicas e adicionais das comunidades reconhecidas e certificadas do estado do Tocantins. Esses usuários poderão navegar no software conforme seu interesse de pesquisa, podendo consultar dados linguísticos, etimológicos e geo-históricos de diversos topônimos, acessar fotos e mapas, gerar relatórios e pesquisar sobre as curiosidades das comunidades remanescentes do Estado.

A proposta do SISTOP é abarcar o nome do lugar em sua totalidade e por todos os elementos que envolvem sua complexidade e não ser tratado pela sua simplicidade aparente, um nome é apenas um nome. O intuito da proposta do SISTOP, aliado ao ensino, é que o professor, ao utilizar o sistema toponímico na educação, possa desenvolver nos sujeitos a possibilidade de ampliar a compreensão do seu espaço e do lugar em que vive.

Com a integração do computador, como mediador didático, a utilização desse software, durante as ações do projeto do projeto de letramento, poderá fomentar conhecimentos linguísticos (etimológicos, lexicais, morfológicos, semânticos) e conhecimentos geo-históricos e socioculturais, além de valorizar a história, identidade, as tradições e a memória das comunidades quilombolas.

Não se pretende com este trabalho alterar ou mudar os objetivos de ensino dos conteúdos de Língua Portuguesa da Educação Básica. Apresenta-se, aqui, algumas possibilidades para o estudo do nome do lugar, as quais possam, com outros olhares e posturas, ser repensado, alterado, redimensionado e propiciar uma perspectiva positiva para as práticas educacionais de Língua Portuguesa.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A luta quilombola  
ela se dá no terreno jurídico,  
mas ela também se dá no terreno espiritual,  
no terreno intelectual e  
no terreno ético.  
Porque lutar pelo o que é nosso por direito  
também é ética.  
A gente faz a luta pelo direito de viver na terra,  
permanecer na terra,  
criar nossos filhos na terra e  
também para poder morrer na terra e  
ser enterrado nessa terra.*

*Fátima Barros (2017).*



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, nestas considerações, as reflexões e conclusões obtidas desta investigação, oriundas da problemática traçada e dos objetivos propostos, do caminho metodológico, da interpretação e da análise de dados, subsidiadas, de modo especial, pelo estudo da literatura indicada e que fundamentaram esta tese de doutorado. Para tanto, fazemos algumas retomadas do caminho que percorremos até este momento, que, por ora, acreditamos que não se esgotam aqui. Pelo contrário, consideramos que, a partir dele, se possa discutir ainda mais a temática da Toponomástica no contexto do ensino e dos povos quilombolas do estado do Tocantins.

Revisitando as motivações acadêmico-científicas, esta investigação decorreu do contato do pesquisador com os povos quilombolas da Ilha de São Vicente, às margens do Rio Araguaia, onde emergiu o interesse por assuntos concernentes à identidade, à territorialidade, às questões étnico-raciais e culturais, aos conflitos por terra, à questão agrária e à presença negra no Tocantins. O estudo toponomástico foi visualizado, desde o início, como uma fonte extensa capaz de revelar as populações tradicionais como espaços vivos de história e cultura, já que exprimem uma efetiva apropriação do espaço pelos grupos culturais e, dessa maneira, é possível tomar conhecimento da cosmovisão de mundo de determinados povos e das muitas histórias envolvidas na escolha dos nomes.

Partimos, essencialmente, da Toponomástica e Toponímia para chegar à realidade das comunidades quilombolas e, assim, lançar sugestões didático-pedagógicas para o contexto da Educação Básica. Do contexto dessas temáticas, foram realizadas leituras diversas, contribuindo, consideravelmente, na proposição de objetivos e das problematizações desta tese.

Consideramos, nestas reflexões finais, que os objetivos desta investigação foram integralmente atingidos. Por intermédio dos conceitos e procedimentos da Toponomástica, a pesquisa, a partir do seu objetivo central, nos permitiu, mediante os nomes das comunidades, conhecer e caracterizar a realidade toponímica quilombola tocantinense. Os topônimos catalogados foram

estudados e analisados tanto em seus aspectos linguísticos como em suas relações com a cultura, a identidade, e a história.

De modo específico, foi possível, por meio de fontes bibliográficas e documentais, identificar as comunidades quilombolas no estado do Tocantins, reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Os dados toponímicos dos nomes das comunidades quilombolas foram dispostos em fichas lexicográfico-toponímicas, com base no modelo taxonômico proposto por Dick (2004), e serão disponibilizadas no Sistema Toponímico do Tocantins (SISTOP). Verificamos que os documentos educacionais legais, âmbito nacional e estadual, necessariamente, canalizam poucas orientações sobre os estudos toponímicos, porém incitam a ampliação da capacidade dos alunos de observar e conhecer as características do lugar em que vivem e das diferentes paisagens e espaços geográficos. E, por fim, como último objetivo específico, identificamos os eixos das práticas de linguagem leitura, produção de textos, oralidade e a análise linguística/semiótica, como norteadores das habilidades e as competências a serem atingidas, no que diz respeito aos objetos de conhecimento voltados ao estudo dos nomes de lugares, no componente curricular de Língua Portuguesa.

Respondendo à problemática suscitada inicialmente, no que concernem **às motivações onomasiológicas (linguísticas, físico-geográficas, culturais, sociais, históricas etc.) dos nomes das comunidades quilombolas do estado do Tocantins**, foi possível depreender, a partir da análise da motivação toponímica, por meio de seus elementos formadores, que o topônimo atua como reflexo da vida e da história, permitindo um retorno ao passado. Os nomes das comunidades analisados desvendaram a estreita relação do homem (sujeito quilombola) com o espaço físico-natural (ambiente e paisagem), num sentido amplo, como elo afetivo do ser humano com o lugar, a ponto de considerar suas impressões e percepções no ato denominativo.

Quanto à estrutura dos nomes das comunidades, nota-se que houve uma grande incidência de topônimos compostos, ou seja, que apresentam mais de um elemento formador, tais como Morro de São João, Curralinho do Pontal e Boa Esperança. Sobre dados das taxonomias toponímicas, a pesquisa revelou que o maior número de ocorrências se deu para as taxonomias de natureza



física, comprovando que existe uma forte ligação do nome quilombola com o ambiente natural, por exemplo: Ouro Fino, Formiga e Mata Grande. Tais escolhas toponímicas, provavelmente, tenham se dado em decorrência da composição geográfica peculiar de tais territórios e pelas coisas (rios, animais, plantas) que circundam esses lugares, por exemplo: Córrego Fundo, Santa Maria das Mangabeiras, Chapada da Natividade e Mumbuca.

Observou-se, também, uma tendência à designação de topônimos de natureza hídrica, revelando a importância dos cursos d'água para as condições humanas de sobrevivência das populações quilombolas, sendo este aspecto natural condicionante da designação de suas comunidades. Como exemplo, citamos os topônimos Lagoa Azul, Ilha de São Vicente, Grotão, Riachão, Rio Novo e Água Branca. Além do aspecto físico, percebeu-se que muitas comunidades quilombolas tiveram uma propensão à designação dos topônimos oriunda da natureza antroponímica, advindas, especialmente, dos nomes de seus líderes remanescentes, por exemplo, cita-se as comunidades de Manoel João e São Joaquim. Apesar do ciclo do ouro ter corroborado fortemente para o deslocamento de muitos escravos para o Tocantins, notou-se que poucos topônimos tiveram influência do ouro ou outros minérios na formação dos nomes de suas comunidades, cita-se os topônimos Ouro Fino e Prata.

É importante destacar que esta pesquisa foi construída a partir no contexto de fontes bibliográficas e documentais, posto que, em razão da atual crise sanitária, não foi possível realizar pesquisa de campo, e que, por consequência, as taxonomias analisadas podem sofrer modificações, se considerados, de fato, os fatores motivacionais histórico-culturais dos nomes das comunidades.

**Sobre a pertinência dos estudos da etimologia/origem e dos dados semântico-lexicais dos nomes de lugares para os objetos de conhecimento da componente curricular de Língua Portuguesa, os quais possam valorizar a história, identidade, as tradições, a memória das comunidades quilombolas,** é importante salientar que a apropriação de um conjunto de nomes de lugares como recurso pedagógico, em seu estudo etimológico, semântico-lexical, fonético-fonológico, morfológico e até dialetológico, ainda, é pouca difundida e trabalhada em sala de aula. E que os estudos toponímicos como

conteúdo didático no ensino de Língua Portuguesa representam um marco importante no estudo da linguagem.

Consideramos que o estudo toponímico, quer do ponto de vista da língua ou respondendo a outros interesses, pode resultar em efeitos positivos na aprendizagem do aluno. Na dimensão linguística, o estudo dos topônimos pode ser realizado sob diferentes perspectivas: a) no nível lexical, a etimologia da palavra pode ser trabalhada como importante estratégia pedagógica para melhorar a compreensão do aluno em relação à aprendizagem do léxico e sua origem; b) as questões semânticas podem ser enfocadas na apreensão dos sentidos denominativos de um determinado lugar. O aspecto semântico auxilia na compreensão da natureza da denominação, especialmente, sobre o vínculo entre o nome e o lugar; c) do ponto de vista morfológico, o topônimo, em sala de aula, poderá ser analisado, a título de exemplo, conforme a forma como ele está estruturado linguisticamente. Nesse exercício, o professor estimulará a reflexão metalinguística do topônimo, pautada na forma da língua, numa perspectiva prescritiva; d) e, no nível sintático, o topônimo pode ser estudado pelo viés da estrutura das orações, sendo realçado o seu valor sintático na ordem das orações.

Partindo dos topônimos quilombolas, será possível vislumbrar o contexto de tais estratos linguísticos, realizar a classificação taxonômica dos nomes e análise de taxas predominantes, discutir a motivação semântica dos nomes, promover um estudo diacrônico referente às mudanças de nomes e suceder com a análise da estrutura morfológica e sintática dos topônimos, valorizando, indiretamente, a história, identidade, as tradições, a memória das comunidades quilombolas.

**E a respeito da forma como o projeto de letramento, abordando os estudos dos nomes das populações quilombolas, poderá contribuir para a ampliação do leque de informações de conteúdos linguísticos, etimológicos, geo-históricos, socioculturais, antropológicos na prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental da Educação Básica,** salientamos que o referido projeto de letramento ainda não foi aplicado ou executado e que, portanto, não temos respostas claras e exatas de como este poderá, na prática, contribuir na Educação Básica. Porém,

acredita-se que as ações pedagógicas do projeto podem auxiliar, substancialmente, na prática docente e contribuir para ampliação do conhecimento da toponímia quilombola do estado do Tocantins. Nesta proposta, pensamos em possibilitar ao aluno conhecer as comunidades quilombolas, sua relevância social, cultural e história, que traduzem as marcas e identidade de seu povo, por meio da linguagem.

Estudar dados toponímicos como conteúdo pedagógico envolve uma ação e um fazer interdisciplinar como uma prática de ensino, uma vez que, no nome de um determinado lugar, podem estar imbricados e relacionados vários fatores. E, quando o foco é a escola, merece salientar que não basta apenas dizer que a Toponomástica é de natureza interdisciplinar, mas sim, pensar que o seu fazer exige uma mudança de postura, uma quebra de paradigma. No âmbito deste trabalho, apresentamos sugestões de cunho didático para práticas de ensino que contemplem o estudo dos nomes de lugares, que exigem um repensar dos processos educativos e possam ampliar as opções de ação didática, criar ambientes de ensino e aprendizagem, favorecer a postura crítica, a curiosidade, a observação, análise e a troca de ideias, de forma que o aluno possa ter autonomia no seu processo de aprendizagem, buscando e ampliando seu conhecimento.

Esta pesquisa enxergou na Toponomástica a complexidade das teias de relações que envolve o ato de nomear lugares. Fomos movidos a provocar uma discussão no sentido de repensar o estudo dos nomes de lugares no contexto do ensino, a partir de uma abordagem interdisciplinar. O foco foi pensar que os nomes de lugares devem ser entendidos como elementos com potencial para valorizar a identidade de uma comunidade ou um grupo. E que estes são fruto de um movimento de aglutinação de aspectos linguísticos, sócio-históricos, culturais e geográficos, em que, por meio de trabalhos interdisciplinares, novos conteúdos e novas práxis podem ser consideradas nos constructos históricos no âmbito escolar.

Respondidas as questões emergentes, formuladas durante o processo heurístico, é importante realçar que a pesquisa confirmou as hipóteses levantadas: a) o Ciclo do Ouro e o Ciclo do Gado foram rotas migratórias canalizadoras de núcleos e populações quilombolas no Tocantins, em especial,

na região norte e sudeste do estado, influenciando diretamente na composição cultural e social do estado; b) os nomes das comunidades quilombolas evidenciam suas singularidades linguística, históricas e culturais; c) cada comunidade quilombola revela, nas essências de seus nomes, suas subjacências, a dinamicidade e particularidade de cada grupo; d) o projeto de letramento interdisciplinar pode ser auxiliar na compreensão do aluno acerca dos aspectos linguísticos e geo-históricos e da cultura local e identitária das populações quilombolas do estado.

Este trabalho é uma nova contribuição para o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT). Designado como meta desta pesquisa, salientamos que, após a alimentação do SISTOP, por meio da disponibilização de informações (linguísticas, etimológicas, socioculturais, históricas, geográficas, antropológicas e ideológicas) da toponímia quilombola tocantinense, nossa intenção é, com um projeto piloto, realizar oficinas pedagógicas em escolas públicas de Ensino Fundamental de Palmas, com professores da disciplina de Língua Portuguesa, para que possam conhecer e utilizar em sua prática pedagógica o projeto de letramento interdisciplinar e possam, ainda, tomar conhecimento do software toponímico, em desenvolvimento, para utilização como recurso pedagógico. A ideia é promover e lançar novas opções e condições para auxiliar a prática pedagógica existente. Nesta proposta, pensamos em possibilitar ao aluno conhecer as comunidades quilombolas, sua relevância social, cultural e história, que traduzem as marcas e identidade de seu povo, por meio da linguagem.

A partir deste projeto de letramento, almeja-se, ainda, realizar um curso de extensão em algumas comunidades quilombolas, cujo objetivo central seja a troca de conhecimentos. Será a oportunidade para se realizar algumas ações pedagógicas, pautadas nas imbricações do léxico toponímico, e a ocasião para o Grupo ATT levar a essas comunidades os conceitos e aprendizados desenvolvidos no ambiente acadêmico.

Esta pesquisa concebeu o léxico como um caminho para descortinar a realidade de outrora. E conclui que resgatar a memória dos topônimos que denominaram as comunidades quilombolas significa reconstruir um pouco da sua história; conhecer os aspectos sociopolíticos e culturais que permearam a época em que se deu a criação de tais populações; recuperar e trazer à tona

informações relacionadas à constituição do patrimônio cultural da comunidade, as quais se encontram subjacentes a esses nomes.

Cientificamente, pesquisar sobre o universo desses povos sociais é mergulhar em um campo simbólico cultural carregado de signos, práticas e valores. É penetrar em uma instância que preserva língua, crenças, memórias, representações, religião, saberes tradicionais etc., resguardados em um passado cultural, político, histórico e social. Por essa razão, foi necessário e essencial, antes de mais nada, o pesquisador despir-se da imagem de comunidade quilombola enquanto espaço geográfico isolado e habitado apenas por negros e compreendê-la como espaço social imbuído de uma noção subjetiva, identitária e cultural.

Espera-se que, de modo direto, este estudo fortaleça diretamente as pesquisas envolvidas com a temática abordada e que, indiretamente, possa também contribuir para o (re)pensar da formulação e implementação de políticas públicas às comunidades quilombola, reduzindo as desigualdades territoriais, por meio do acesso à infraestrutura, acessibilidade, mobilidade e serviços públicos essenciais, e, sobretudo, que o Estado faça valer seus direitos de propriedade e uso do território para a produção.

Esta é uma pesquisa que evidencia a relevância dos estudos toponomásticos, que, no contexto do ensino, prezou por realçar a história identitária e étnico-cultural, resgatando informações ora esquecidas e apresentando, inclusive, valiosas contribuições à língua de um país. Dessa forma, do ponto de vista pedagógico, espera-se que as sugestões didáticas alvitadas possibilitem à comunidade quilombola e escola, de modo geral, ampliar as opções de ação didática, criar novos ambientes de ensino e aprendizagem, favorecer a postura crítica, a curiosidade, a observação, análise e a troca de ideias, de forma que o aluno possa ter autonomia no seu processo de aprendizagem, buscando e ampliando seu conhecimento.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*O Cerrado pra gente é vida.  
Suas plantas, a água, o solo, a medicina,  
os saberes tradicionais, as rezas, as lendas,  
O Cerrado é a forma da nossa cultura.  
A lenda da cobra Norato é a lenda  
da criação dos rios Araguaia e Tocantins.  
Esses dois rios irmãos se fundem nisso  
que é a grandeza da bacia Araguaia-Tocantins.  
Uma das bacias mais importantes do Brasil..*

*Fátima Barros (2017)*



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, C. M. de S. Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. de (Orgs). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: editora UFMS, 2012.

AGUILERA, V. A. Taxonomia de topônimos: problema sem solução? **Signum: Estudos da Linguagem**, vol. 2, n. 1, p. 125-137, 1999.

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRE, J. M. P. **Anais da Província de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes Próprios de Pessoa: Introdução à Antroponímia Brasileira**. Editora Blucher, 2020.

ANDRADE, K. dos S. Atlas **toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: ATITO**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_. Toponímia e Interdisciplinaridade: primeiras reflexões. In: RAMOS, Dernival Venâncio; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PINHO, Maria José. (Orgs) **Ensino de Língua e Literatura – Reflexões e Perspectivas Interdisciplinares**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. **Domínios de linguagem**. Revista Eletrônica de Linguística, v. 6, n. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico do Tocantins (ATT): criação de um software para a catalogação dos dados das fichas lexicográfico-toponímicas. **Revista Percursos Linguísticos**. v. 3, n. 7, 2013.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Eduardo. Implementação de software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. de S. **Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas**. Campinas – SP: Pontes Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. Estudo etnolinguístico e etnotoponímico dos rios Araguaia e Tocantins nos séculos XVIII, XIX e XX. 2015. 199f. **Tese** de Pós-doutoramento em Linguística - Universidade de Coimbra Faculdade de Letras. Coimbra, Portugal, 2015.

\_\_\_\_\_; NUNES, Verônica Ramalho. Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares. **Revista GTLex**. Uberlândia –MG, vol. 1, n.1, jul./dez. 2015.



\_\_\_\_\_.; NUNES, V. R.; NASCIMENTO, R. V.; BASTIANI, C. Software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. **Revista Philologus**, v. 25, 2019.

ANJOS, R. S. A; CYPRIANO, A. **Quilombolas – tradições e cultura da resistência**. Aori Comunicações. São Paulo: Petrobras, 2006.

ANTUNES, I. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARAÚJO, M. S. M. Toponímia de Comunidades Indígenas do Município de Pacaraima. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Roraima (UFR). 2014.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, vol. 3, nº 2, 1997.

\_\_\_\_\_. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, nº 23, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: **Anais do II Simpósio Latino-Americano de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica**. Brasília/DF, 1990.

\_\_\_\_\_. Modelos em Lexicologia. **Língua e Literatura**. 1995.

\_\_\_\_\_. **Terminologia aplicada**: percursos interdisciplinares. Mato Grosso: Polifonia (UFMT), v. 4, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTIANI, C. Relações entre nome e lugar: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva interdisciplinar da Geografia e da Toponímia. 2016. 159f. **Dissertação** (Mestrado em Letras) - PPGL, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2016.

\_\_\_\_\_. Toponomástica, multiletramentos e BNCC: sugestões pedagógicas para abordagem dos nomes de lugares no contexto do ensino fundamental. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, 2021.

BASTOS, C. L.; KELLER, V.; **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BATTANER ARIAS, P.; LÓPEZ FERRERO, C. **Introducción al Léxico, componente transversal de la lengua**. Madrid: Cátedra, 2019.

BENVENISTE, É. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo/SP: Pontes, 1991.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Para uma história do negro no Brasil**, 1988.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

\_\_\_\_\_. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da palavra**. In: Filologia e linguística portuguesa. São Paulo/SP: UNESP, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2. ed. Campo Grande/MS: UFMS, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Pontes, 2002.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB Nº: 16/2012**. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 20/11/2012, Seção 1, Pág. 8. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação, 2012.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Diagnóstico de ações realizadas em março de 2012. Brasília: 2012.

BRASIL. **Guia de políticas públicas para Comunidades Quilombolas – Programa Brasil Quilombola**. Brasília: SEPPIR, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). 2004. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUENO, S. **Vocabulário Tupi-Guarani Português**. 8ª ed. São Paulo: Ed. vidalivros, 2013.

BUTTNER, A. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. Perspectivas da Geografia**. São Paulo/SP: Difel, 1985.

CABRERA, G. T. **Sobre Toponímica**. Disponível em: [http://www.webs.ulpgc.es/canatlantico/pdf/8/7/Sobre\\_toponomastica.pdf](http://www.webs.ulpgc.es/canatlantico/pdf/8/7/Sobre_toponomastica.pdf). 2002. Acesso em: 30 set. 2021.

CABRAL, J. F. D. Narração de Alguns Sucessos Relativos à Guerra de Palmares. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, nº 7, dezembro de 1875.

CARVALHINHOS, P. J. Intersecções línguo-culturais na onomástica: a questão religiosa. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia - MG: Edufu - Editora da Universidade Federal de Uberlândia, v. 1, 2009.

CARVALHO, F. A. Entre a palavra e o chão: memória toponímica da estrada real. 2012. 535f. **Tese** – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Linguística. Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral. São Paulo/SP, 2012.

CASTIGLIONI, A. C. Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo. 234 p. **Tese** (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas) Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto. 2014.

CASTRO, Y. P. Camões com dendê. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 78, 2012.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, Escola e construção de conhecimentos**. Campinas - SP: Papyrus, 1998.

CLAVAL, P. C. **“A volta do cultural” na Geografia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

COSERIU, E. (1999). **Nuevos rumbos en la toponímica**. Prólogo a Maximiano Traperó, Diccionario de toponimia canaria: léxico de referencia onomástica, Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, Consejería de

Educación, Cultura y Deportes / Universidad Nacional de Educación a Distancia. Centro Asociado de Las Palmas de Gran Canaria, 15-24.

COSTA, R. P. Implicações da concepção de léxico na formação do professor de língua materna. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2015.

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, PR v.1, n.2, 2010.

COTRIM, G. **História global**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, v. 2, 2016.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

DAL PIZZOL, E. V. Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural. 2014. 164 f. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

DARGEL, A. P. T. P.; ISQUERDO, A. N. A toponímia do bolsão sul-mato-grossense e a questão dos estratos linguísticos formadores de topônimos. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), Campinas - SP, v. XXXIV, 2005.

DICK, M. V. P. A. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxeonômicos. **Tese** de Doutorado. FFLCH- USP, 1980.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Os nomes como marcadores ideológicos. In: **Acta Semiotica et Linguística**. v. 7. São Paulo: Plêiade, 1998.

\_\_\_\_\_. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações**. v.9, Recife, UFPE, 1999.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. **As Ciências do léxico**. Vol. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

\_\_\_\_\_. As terminologias nas ciências onomásticas. Estudos de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Volume III. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: Rojo, R.; Cordeiro, G. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

DUARTE JÚNIOR, J. F. **Por que Arte-Educação?** Papirus, 5. ed. Campinas, 1988.

ESTEVES, F. P. Historicidade e Campesinato: Um Estudo sobre a Organização Socioeconômica da Comunidade de Malhadinha e sua Inserção nas Políticas Públicas de Ação Afirmativa (1988 – 2011). **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.

\_\_\_\_\_. Quilombos: uma discussão conceitual. In: ANDRADE, K.; FLORES, K. M; BODNAR, R. (Orgs). **Populações tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Palmas, TO: UFT, 2013.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B.; DAL PIZZOL, E. V. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. **Entreletras**, Araguaína - TO. V. 04, n. 02, 2013.

FAZENDA, I. C. A. **A Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª. Ed. Ed. Positivo, 2004.

FIABANI, A. Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. **Tese** (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2008.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRALDIN, O. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, v. 1. n.1, 2002.

GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombolas**: uma história do campesinato negro do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUÉRIOS, R. F. M. **Nomes e sobrenomes**: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram – dicionário etimológico. 5 ed. São Paulo: AM Edições, 2004.

GUERRA, M. M.; ANDRADE, K. S. O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas. **Domínios de Linguagem**, v. 06, 2012.

GUIRAUD, P. **A semântica**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1986.

GUSDORF, G. **A Palavra**. Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 1995.

HEATH, S. B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language in Society**, v. 11, 1982.

HOLZER, W. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea**. Geografia, Ano V – n. 10, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss**. Rio de Janeiro: 2009.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, Maria das Graças. (Orgs.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Vol. II, Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2004.

\_\_\_\_\_. Os animotopônimos na toponímia brasileira: um estudo de caso. Análisis de estructuras lingüísticas. In: XVI Congreso Internacional de la ALFAL. UFMGS. **Anais...** Brasil/Alcalá, 2011.

JAPIASSU, H. A questão da interdisciplinaridade. In: **Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre**, jul.1994.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Orgs.) **O ensino e a formação do professor**. Alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Professores e agentes de letramento: identidade e posicionamento social. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 8, 2006.

KRIEGER, M. G. Heterogeneidade e dinamismo do léxico: impactos sobre a lexicografia. **Revista Confluência**. Rio de Janeiro, n. 46. 1.º semestre de 2014.

LEITE, I. B. (Org.). **Terras e territórios de negros no Brasil**. Santa Catarina: Editora UFSC, 1991.

\_\_\_\_\_. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, vol. 5, nº 10, maio de 1999.

\_\_\_\_\_. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, no vol. 4, novembro de 2000.

LEITE, M. J. S. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa** (São Paulo), v. 10, n. 19, 2017.

LOPES, M. A. O. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. **Patrimônio e memória**, v. 5, n. 1, 2009.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4. ed. - São Paulo: Selo Negro, 2011.

LOPES, R. C. D. Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins. 301 f. 2019. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.

LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MACHADO, A. J; TEIXEIRA, M. C. R. As comunidades quilombolas do litoral norte e agreste baiano: os estudos toponímicos e o resgate histórico. **Cadernos do CNLF**, vol. XX, nº 12, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2017.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MALULY, V. S. Como se fossem para o cabo do mundo: Geohistória e Cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752). **Dissertação**. Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2017.

MANZOLLILLO, V. C. O. Acerca da dinamicidade lexical e do dinamismo cultural. In: **Cadernos do CNLF**, V. 5. Semântica e Lexicografia; CIFEFIL/IL- UERJ/CEFIL, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo/SP: Atlas 2003.



MARQUES, C. E. Remanescentes das Comunidades de Quilombos, da resignificação ao imperativo legal. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2008.

\_\_\_\_\_. GOMES, L. A Constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos - Limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 28, nº 81, 2013.

MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos - CEBRAP**, nº 74, março de 2006.

MATTOS, H. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, vol. 1, nº 68, fevereiro de 2006.

MELO, P. A. G. Léxico toponímico: nomes de motivações de natureza antropocultural na toponímia de Alagoas. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 10, n. 1, 2017.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. Pensamento latino-americano e pós-colonial: o diálogo possível entre Darcy Ribeiro e Walter Mignolo. 36º **Encontro Anual da Anpocs**. GT26 – Pensamento social latino-americano. Águas de Lindoia, 2012.

MILNER, M. C. H. B. Terminografia com base em 202 'corpora' - um ensaio na área da construção metálica. **Dissertação** (Mestrado) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, outubro, 2000.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, C. **História do Negro no Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACÊDO, T. (org.) **Brasil África: como se o mar fosse mentira**. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 16. Ed. Campinas: Papyrus, 1997.

MORIN, E. **Ciência com consciência** .2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulinas, 2015.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Afrodiáspora 6-7 - Revista do mundo negro**. Rio de Janeiro, Ipeafro, ano 3, n.º 6 e 7, 1985.

NASCIMENTO, R. V. Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de Geografia do ensino fundamental. 2017. 213 f. **Dissertação** (Mestrado em Letras) - PPGL, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO.

\_\_\_\_\_.; ANDRADE, K. S. O ensino dos nomes de lugares da perspectiva da inovação pedagógica: uma discussão sobre um Software Toponímico. In.: **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n.º 56, novembro. p. 197-212, 2018.

\_\_\_\_\_. Povos e comunidades tradicionais: apresentação de uma proposta pedagógica a partir do léxico toponímico tocantinense. **Revista Philologus**, v. 75, 2020.

NUNES, V. R. N. Estudo hidronímico dos rios Araguaia e Tocantins: software toponímico e suas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa. **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), 2021.

O'DWYER, E. C. **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

\_\_\_\_\_. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. 1a ed, Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, R. C. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, vol. 14, nº 40, dezembro de 2000.

OLIVEIRA, F.B; D'ABADIA, M. I. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. **Elisée, Revista de Geografia da UEG-** Anápolis, 2015.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n. 01, 2010.

PALACIN, L. **Goiás: 1722-1822**. Goiânia, Oriente, 1976.

PALACÍN, L. P.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 6ª ed. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1994.

PARENTE, T. G. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PEIXOTO, A. C. S. A construção de identidades em narrativas de comunidades quilombolas no sertão das gerais. **Tese** (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2014.

PENTEADO, J. R. W. Do significado na comunicação humana. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 5, n. 17, 1965.

PEREIRA, R. R.; NADIN, O. L. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. In.: **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, 2017.

PEREIRA, E. C. **Gramática histórica**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1932.

PÉRET, B. **O Quilombo dos Palmares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. **Gragoatá**, vol. 10, nº 19, dezembro de 2005.

PINHEIRO, A. S. **A atuação do sistema de justiça na efetivação do direito fundamental à territorialidade das comunidades quilombolas tocantinenses**. Relatório Técnico de Pesquisa - Universidade Federal do Tocantins, 2020.

PINSKY, J. **Escravidão no Brasil**. Editora Contexto, 21ª Ed. São Paulo – SP, 1992.

POCKLINGTON, R. **Introducción a la Toponomástica, s/d**. Disponível em: [https://www.academia.edu/21713543/INTRODUCCI%C3%93N\\_A\\_LA\\_TOPONOM%C3%81STICA\\_2\\_ESTUDIO\\_ETIMOL%C3%93GICO\\_DE\\_LA\\_TOPONIMIA](https://www.academia.edu/21713543/INTRODUCCI%C3%93N_A_LA_TOPONOM%C3%81STICA_2_ESTUDIO_ETIMOL%C3%93GICO_DE_LA_TOPONIMIA). Acesso em: 29 set. 2021.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectivas. In: **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

QUIVUNA, M. Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna. **Tese** (Doutorado - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2013.

RAMOS, R. T.; BASTOS, G. R. Onomástica e possibilidades de releitura da história. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, Ano 15, Nº 30, 2010.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade Por um Fio** – história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REY-DEBOVE, J. Léxico e Dicionário. In: **ALFA: Revista de Linguística**. Vol. 28. São Paulo: UNESP, 1984.

RIBEIRO, M. C.; MACHADO, A. L. O uso do método história oral nas pesquisas qualitativas: contribuições para a temática do cuidado em saúde mental. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. V. 14, n. 2, 2014.

ROCHA, S. A; SANTOS, A. M. **Léxico e cultura**: desenvolvendo a competência lexical em sala de aula através do estudo de nomes fantasias de estabelecimentos comerciais. Primeira Escrita. Nº 6, 2019.

RODRIGUES-PEREIRA, R.; ZACARIAS, R. A. S.; NANDIN, O. L. Léxico, ensino e suas interfaces. **Revista GTLex**, Uberlândia, vol. 5, n. 1, 2019.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROJO, R. Entre plataformas, odas e protótipos: novos multiletramentos em tempos de web. **The ESPECIALIST: Descrição, Ensino e Aprendizagem**, Vol. 38, Nº 1, 2017.

SAGER, J. C. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1990.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SANTANA, J. D. Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: língua – vidas em português. **Linha d'Água**, n. 25, 2012.

SANTANA, L. C.; PAIM, M. O léxico toponímico de origem africana no Recôncavo da Bahia: uma análise semântico-lexical. **Estudos Linguísticos e Literários**, nº 63, outubro de 2019.

SANTIAGO, M. S. Termos em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem. **Revista GTLex**, Uberlândia – MG, vol. 1, n.2, 2016.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, A. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, nº 37, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo/SP: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo, EDUSP, 2007.

SAPIR, E. **A Linguagem**. São Paulo - SP: Perspectiva, 1980.

\_\_\_\_\_. **Língua e ambiente: Linguística como ciência**. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e sociedade**, 2002.

SÉ, E. V. G. **Tecnologia: manuais de aparelhos devem ter linguagem multimodal**. Portal Vya Estelar, 2008.

SEABRA, M. C. T. C. A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo. **Tese** (Doutorado - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais), 2004.

\_\_\_\_\_. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Uberlândia/MG: EDUFU, v. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. Língua, Cultura, Léxico. In: SOBRAL, G. N. T.; LOPES, N. S.; RAMOS, J. M. **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo/SP: Blucher, 2015a.

\_\_\_\_\_. Cachaça: cultura, origem, variações. In: **Estudos Linguísticos e Literários**. Nº 52, ago-dez, Salvador/BA. 2015b.

SILVA, C. C. **Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas**. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SIQUEIRA, K. M. F. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. **ReVEL**, v. 9, n. 17, 2011.

SOARES, P. S. G.; OLIVEIRA, G. P. T. C.; PINHEIRO, A. S. Direitos Humanos e direito à terra: a situação jurídica das comunidades quilombolas tocantinenses. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, 2019.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto alegre: Artes médicas, 1998.

SOUSA, A. M.; GOUVEIRA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. **A Cor das Letras**, vol. 18, nº 3, 2018.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 93, 15 de julio de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-96.htm>. Acesso em: 23 out. 2021.

STREET, B. V. **Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento**. Apresentado durante a Teleconferência UNESCO Brasil sobre “Letramento e Diversidade”. Outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento desenvolvido, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TAVARES, M.; ISQUERDO, A. N. A presença indígena na fitotoponímia da Região Sul de Mato Grosso do Sul. **Signum**. Estudos de Linguagem, Londrina-PR, v. 8/2, n.2, 2005.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 8ª Ed.- São Paulo, Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época; v.47).

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Tupi Português**. 2ª ed. São Paulo: Traço, 1984.

TOCANTINS, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. **Documento Curricular do Tocantins**, 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-eensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 20 mai. 2021.

TRECCANI, G. D. **Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. s.n., 2006.

TUAN, Yi-Fu. (1979). Space and place: humanistic perspective. In: Gale, S.; Olsson, G (eds.) **Philosophy in Geography**. Dordrecht, Reidel Publ. Co., p. 387-427. (publicado originalmente em: Progress in Geography. (6): 211-252, 1974).

\_\_\_\_\_. tradução: Lívia de Oliveira. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

UTINÓI, N. P. S.; ISQUERDO, A. N. “A toponímia de comunidades quilombolas do Centro-Oeste: relações entre língua, cultura e história nas formas de nomeação”. **Tellus**, agosto de 2021.

VASCONCELOS, J. L. **Antroponímia Portuguesa**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

\_\_\_\_\_. **Opúsculos**, V. III, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931.

TASSONI, E. C. M. A leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental: a prática docente a partir da voz dos alunos. **EccoS–Revista Científica**, n. 27, 2012.

TAVARES, M.; VELASCO, D. O. B. Estudando Língua Portuguesa, História e Geografia por meio da toponímia: uma proposta. **ArReDia**, v. 6, n. 11, 2017.

TRAPERO, M. **De la toponimia a la toponomástica**. A propósito del reciente libro de Xaverio Ballester: Amavida. Una introducción a la arqueotoponimia, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N\\_A\\_LA\\_TOPONOM%C3%81STICA\\_1\\_ASPECTOS\\_UNIVERSALES\\_DE\\_LA\\_TOPONIMIA](https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N_A_LA_TOPONOM%C3%81STICA_1_ASPECTOS_UNIVERSALES_DE_LA_TOPONIMIA). Acesso em: 25 out. 2020.

VENTURA, M. M. O estudo de Caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**. 2007.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Companhia Editora Americana, 1975.

ZAMARIANO, M. Cartografiação de dados toponímicos no Brasil: perspectiva historiográfica. **Revista do GELNE**, v. 14, n. 1 Ed. Esp, 2012.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em Ciências da Linguagem: Lexicografia. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. (Orgs.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico?** 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, V. 1, 2012.



**APÊNDICE A - Nomes das comunidades quilombolas, o que têm a nos dizer?**